



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

DIRECÇÃO - GERAL DO TESOURO

---

# SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO

---

## RELATÓRIO DE 2006

Lisboa, Julho de 2006



Ministério das Finanças  
e da Administração Pública

---

**“Sector Empresarial do Estado – Relatório de 2006”**  
é uma publicação da

**Direcção-Geral do Tesouro**

Rua da Alfândega, n.º 5, 1.º – 1149-008 Lisboa

Telefone: 21 884 60 00 Fax: 21 884 61 19

Presença na *Internet*: [www.dgt.pt](http://www.dgt.pt)

*E-mail*: [tesouro@dgt.pt](mailto:tesouro@dgt.pt)

---



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças*

**Nota Prévia**

**1. A situação do Sector Empresarial do Estado**

O Sector Empresarial do Estado (SEE), integra, juntamente com os sectores empresariais próprios das Regiões Autónomas e dos Municípios e respectivas Associações, o Sector Público Empresarial (SPE), que é actualmente representado por um universo heterogéneo.

Em 2005, o SEE representava cerca de 4,7% do PIB e era responsável por 2,4% do emprego, não obstante a heterogeneidade sectorial e de dimensão das empresas públicas e participadas, a qual se verifica a dois níveis diferenciados: no plano da carteira de participações directamente detidas pelo Estado através da Direcção-Geral do Tesouro (DGT) e, depois, numa situação que tende a reproduzir-se – salvo nas diferenças de objecto – ao nível da carteira de participações geridas no universo da PARPÚBLICA.

Fruto das diversas transformações ocorridas e das estratégias de privatização, o SEE tem hoje uma estrutura diferente da existente há algumas décadas atrás. As privatizações, em especial, ocorridas desde 1989, foram determinantes para a actual composição do SEE mas também contribuíram para o cumprimento de importantes objectivos: (i) a redução do peso do Estado na Economia, (ii) o reforço da capacidade empresarial nacional; e (iii) o desenvolvimento de um mercado de capitais que entretanto se internacionalizou, aliado a uma maior participação dos cidadãos nas empresas, através da dispersão do respectivo capital. Desde 1989 realizaram-se mais de 200 operações de venda de participações, com um encaixe que superou 24.000 M€ e incluiu cerca de 80 operações de dispersão em bolsa.

Atenta a dimensão, dispersão e necessidade de racionalização, o XIII Governo Constitucional incumbiu uma Comissão de proceder à avaliação do SEE, de cujo



S. R.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças*

trabalho resultou o “Livro Branco do Sector Empresarial do Estado”, concluído em 1998, cujas principais conclusões apontavam para:

- i) a identificação das empresas nas quais o Estado pretenda manter presença, devendo alienar as restantes participações;
- ii) a necessidade de existirem regras e reguladores na provisão de bens públicos e semi-públicos;
- iii) o regime de concessão como forma alternativa de relacionamento contratual entre o Estado e as empresas;
- iv) nas actividades que envolvam prestação de serviços de componente social, nem sempre rentáveis, a necessidade do Estado fornecer atempadamente compensações financeiras às empresas, associada ao estabelecimento de objectivos para essas empresas e de condições para os atingir;
- v) a escolha entre forma jurídica para a empresa (pública ou privada), dependente do sector e da sua importância estruturante na economia;
- vi) a alienação tendencial de empresas com actividade em mercados concorrenciais, devendo as participações do Estado serem entendidas como transitórias;
- vii) a necessidade de racionalização das participações por concentração numa *holding* não sujeita a políticas sectoriais;
- viii) a constatação de que o SEE manterá sempre uma composição variável, na medida que novas empresas sejam criadas no seio do Estado;
- ix) a recomendação do Estado adoptar para cada caso concreto, a solução institucional mais adequada aos objectivos pretendidos, ponderando a reconversão sempre que tal se justifique.

Pode pois dizer-se que, apesar de feito o diagnóstico, que se mantém actual, e salvo raras excepções, pouco se avançou desde então. O SEE, a 31 de Dezembro de 2005, era constituído por 113 empresas, de dimensão e natureza muito variadas e com presença em múltiplos sectores da economia portuguesa, cuja racionalidade económica é não raras vezes dificilmente alcançável. A presença do Estado em algumas empresas deve-se tanto a razões históricas, como a motivos de interesse público, ou ainda a



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças*

objectivos puramente financeiros, ou mesmo a simples vicissitudes ligadas à vida das empresas. Assim, o peso do Estado nas empresas do SEE varia desde o domínio total às participações minoritárias ou simbólicas cuja gestão se encontra distribuída por uma série de *holdings*. Algumas empresas foram criadas como instrumentais à prossecução de objectivos que hoje em dia porventura não se justificam, não sendo por isso de excluir um significativo potencial de racionalização.

O SEE representa hoje uma realidade que combina sectores que, além de outras funções estratégicas, são essenciais ao respectivo equilíbrio global – de que é exemplo o sector financeiro, no âmbito do qual as áreas de capital de risco e de inovação apresentam ainda significativas margens de crescimento ao serviço da economia nacional –, com sectores que apesar de apresentarem um peso global semelhante (caso dos transportes que representam 24% do SEE face a um peso de 24,4% do sector financeiro), importa reestruturar e tornar mais eficientes em função da sua importância económico-social, tanto numa perspectiva de (i) serviço público empresarial que o Estado deve assegurar, como em termos de (ii) melhoria da qualidade de vida e aumento de bem-estar, em especial nas áreas urbanas mais densamente povoadas; ou ainda (iii) visando objectivos de coesão económica e social.

Outra área de crescimento recente do SEE é a da Saúde, seguramente indutora de uma maior eficiência de gestão a prazo e já com alguns resultados à vista em virtude da empresarialização do modelo de gestão dos hospitais, permitindo obter, como se espera, ganhos de produtividade sem prejuízo da qualidade do serviço.

## **2. As Parcerias Público-Privadas e as Concessões**

Em anos mais recentes, suprimindo igualmente as limitações à iniciativa económica pública directa, as parcerias público-privadas (PPP), reguladas em geral pelo Decreto-Lei n.º 86/2003, de 26 de Abril, têm sido uma forma de estimular o investimento em actividades de relevante interesse público onde, por sua vez, e sem tal enquadramento, os riscos ou encargos iniciais inibiriam a presença de privados. Ora, o envolvimento do sector público nas PPP, com as inequívocas vantagens que tal implica, em especial na



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças*

facilitação do acesso ao financiamento, tem colocado novos desafios de gestão e acompanhamento dos investimentos públicos. Assim, considera-se necessária uma reflexão aprofundada sobre a intervenção do Estado em sectores onde se pretenda induzir o crescimento, salvaguardando uma repartição de riscos e benefícios e o equilíbrio financeiro das parcerias com obediência a critérios exigentes de rigor e disciplina. Por isso mesmo, e sem prejuízo de medidas complementares a adoptar, tomou o XVII Governo Constitucional a iniciativa de rever o regime jurídico aplicável às PPP, fazendo aprovar o Decreto-Lei n.º 141/2006, de 27 de Julho, cujos objectivos fundamentais consistem no seguinte:

- a) Aprofundar a articulação técnica e política entre Ministérios com competências nas parcerias público-privadas ao longo das suas diversas fases;
- b) Aumentar a exigência de rigor, transparência e controlo financeiro na preparação e desenvolvimento das parcerias público-privadas;
- c) Clarificar o modelo de partilha do risco das parcerias público-privadas;
- d) Aumentar a flexibilidade, eficiência e transparência na concepção e preparação das parcerias público-privadas.

Tal como as PPP – e sem prejuízo de ambas as realidades poderem coincidir –, igualmente merecedores de atenção especial são, em geral, os sectores das concessões de serviços de interesse geral, de cuja gestão podem ser incumbidas empresas públicas ou privadas. Sendo, por isso, também esta uma das áreas de enfoque do SEE – sem que a ele se restrinja –, importa acompanhá-la acautelando a observância de critérios de rigor e disciplina financeiros que permitam que o seu adequado desenvolvimento se processe em termos compatíveis com os limites da capacidade financeira (*maxime* orçamental) do Estado, que mais não representa senão a capacidade financeira dos contribuintes, presentes e futuros.

Assim, sob pena de um efeito-transferência ou de replicação de desequilíbrios financeiros do SPA para o SEE, impõe-se neste, à semelhança do que sucede naquele, acautelar a sua estabilidade e o saneamento financeiro das empresas, tendo em vista



S.

R.

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA***Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças*

garantir a respectiva sustentabilidade global, enquadrando, em termos realistas, o acelerado ritmo de crescimento das suas necessidades de financiamento.

**3. Financiamento do SEE e suas implicações**

As necessidades e fontes de financiamento das empresas públicas não financeiras (EPNF), reflectem a actividade por estas desenvolvidas ao longo dos anos nas vertentes operacional, de investimento e financeira. Como tal, apontam-se alguns indicadores relativos ao período 2002-2005 que não podem deixar de merecer uma séria atenção, dado o inerente esforço financeiro presente e futuro imposto ao Orçamento do Estado:

- i) As necessidades de financiamento globais das EPNF cresceram, considerando a renovação de empréstimos, 3,3% em 2005, ascendendo a 21.675M€.
- ii) Caso se expurgue o efeito da renovação de empréstimos (que é neutro em termos de actividade representando simultaneamente um aumento e uma redução do endividamento), as necessidades de financiamento de 2005 cifraram-se em 7.429M€, o que equivale a um crescimento de 9,4% face a 2004;
- iii) Face ao período 2002/2004, em que as necessidades de financiamento diminuíram 8,1%, verifica-se uma alteração de estrutura. A redução das necessidades de financiamento entre 2002 e 2004 foi essencialmente o resultado da redução do investimento em 1.484M€ e do aumento dos défices de exploração em 606M€. Em 2005 o investimento cresceu 15,5% e os défices operacionais diminuíram 22,6%.
- iv) Do lado das fontes de financiamento, no período de 2002/2004 a redução da actividade das empresas públicas foi aproveitado para reduzir o valor dos subsídios ao investimento e à exploração em 9,4%/ano e as dotações de capital em 3,4%/ano, mantendo o acréscimo de endividamento em 7,1%/ano. Em 2005 os subsídios cresceram 89% e as dotações de capital 15,5%, tendo o acréscimo de endividamento exibido uma variação de apenas 0,9%, o que



MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças*

evidencia uma evolução positiva no sentido do reforço da sustentabilidade do SEE.

A caracterização acima pretende ilustrar como a acção do Governo tem sido orientada no sentido de dotar as empresas públicas de uma base de financiamento mais sólida para a sua actividade, mantendo o seu papel de prestadores de serviços aos cidadãos. Numa aproximação sectorial em matéria de necessidades de financiamento, e sem prejuízo dos casos em que se impõem fortes investimentos que não podem ser descurados, são de destacar apenas aqueles que verificam maiores défices operacionais e que, por isso, carecem de acompanhamento acrescido. Tratam-se de sectores tão importantes como os dos transportes, gestão de infra-estruturas, serviços de utilidade pública e da saúde, aos quais deve ainda acrescentar-se a área da comunicação social.

A análise acima realizada para as empresas não financeiras não é passível de extensão ao sector financeiro, dadas as especificidades deste último. Destaque-se no entanto que em 2004 a CGD beneficiou de uma dotação de capital de 400M€ que distorce uma eventual análise comparativa da evolução do esforço financeiro do Estado globalmente considerado.

#### **4. Conclusão**

Como atrás se referiu, impõe-se a implementação de reformas que permitam a compatibilização do desenvolvimento do SEE, nas suas vertentes de prestação de serviço público e de investimento, com a respectiva capacidade financeira do Estado, atendendo às restrições impostas a nível nacional e comunitário.

Assim, os objectivos de contenção orçamental e de racionalização de recursos, vertidos no Programa do XVII Governo Constitucional e nas Grandes Opções do Plano, obrigam a uma maior selectividade na escolha dos sectores ou empresas onde o Estado pretenda manter presença, bem como uma avaliação, planeamento, acompanhamento e controlo criteriosos, (i) tanto dos dinheiros públicos utilizados nas dotações de capital





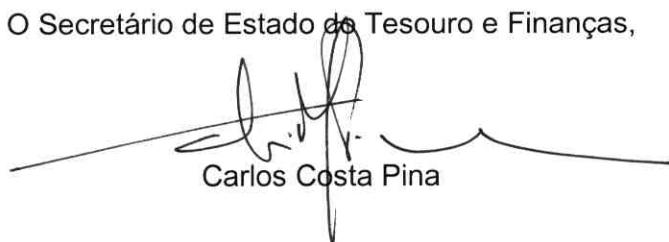
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

*Gabinete do Secretário de Estado do Tesouro e Finanças*

das empresas públicas, como na prestação de garantias ou concessão de auxílios públicos, e ainda (ii) na determinação dos limites financeiros a serem cumpridos no âmbito dos projectos que envolvem a participação de privados (PPP), e (iii) na fixação dos montantes das indemnizações compensatórias no âmbito das concessões de serviços públicos.

Lisboa, 31 de Julho de 2006

O Secretário de Estado do Tesouro e Finanças,



Carlos Costa Pina

*As opiniões e análises constantes da presente publicação são da inteira responsabilidade da Direcção-Geral do Tesouro. Apesar ter sido colocado o devido cuidado na compilação e análise dos dados, não pode excluir-se a possibilidade de ocorrência de eventuais erros ou imprecisões. Esta publicação possui um carácter meramente informativo e de divulgação pública da actividade do Sector Empresarial do Estado, não pretendendo constituir uma base para a tomada de decisões de investimento relativamente a empresas ou sectores nela referidas*



# Índice

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. ÂMBITO DA ANÁLISE .....</b>	<b>6</b>
<b>3. A CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES DO ESTADO/DGT .....</b>	<b>8</b>
3.1. COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA .....	8
3.1.1. <i>Origem das Participações</i> .....	10
3.2. DIREITOS ESPECIAIS DETIDOS PELO ESTADO .....	12
3.2.1. <i>Direitos especiais conferidos pela lei geral</i> .....	12
3.2.2. <i>Direitos especiais em empresas privatizadas</i> .....	13
3.2.3. <i>Direitos especiais em empresas públicas de projecto</i> .....	15
3.2.4. <i>Direitos especiais em empresas que operam em sectores de actividade reservados</i> .....	15
3.3. EVOLUÇÃO DA CARTEIRA .....	16
3.3.1. <i>Aquisição e criação de empresas</i> .....	16
3.3.2. <i>Liquidação e dissolução de empresas</i> .....	17
3.3.3. <i>Privatizações</i> .....	18
3.3.3.1. <i>Breve síntese das operações realizadas em 2005</i> .....	18
3.3.3.2. <i>Evolução histórica do processo de privatizações</i> .....	19
3.3.3.3. <i>Aplicação das receitas de privatizações</i> .....	21
<b>4. ANÁLISE GLOBAL DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EPNF</b>	<b>23</b>
4.1. EVOLUÇÃO 2001-2004 .....	23
4.1.1. <i>Enquadramento</i> .....	23
4.1.2. <i>Evolução da Situação Económica e Financeira</i> .....	24
4.2. SITUAÇÃO EM 2005 .....	30
<b>5. ANÁLISE SECTORIAL .....</b>	<b>36</b>
5.1. EMPRESAS PÚBLICAS NÃO FINANCEIRAS .....	36
5.1.1. <i>Comunicação Social</i> .....	36
5.1.2. <i>Gestão de Infraestruturas</i> .....	39
5.1.2.1. <i>Infraestruturas Aéreas</i> .....	39
5.1.2.2. <i>Infraestruturas Ferroviárias</i> .....	41
5.1.2.3. <i>Infraestruturas Portuárias</i> .....	43
5.1.2.4. <i>Infraestruturas Rodoviárias</i> .....	46
5.1.2.5. <i>Outras Infraestruturas</i> .....	47
5.1.3. <i>Indústria</i> .....	49
5.1.4. <i>Requalificação Urbana</i> .....	52
5.1.4.1. <i>Programa Polis</i> .....	52
5.1.4.2. <i>Outros</i> .....	55
5.1.5. <i>Saúde</i> .....	57
5.1.6. <i>Serviços de Utilidade Pública</i> .....	62
5.1.7. <i>Transportes</i> .....	65
5.1.8. <i>Parapública</i> .....	70
5.1.9. <i>Outros Sectores</i> .....	74
5.1.10. <i>Empresas Sediadas no Estrangeiro</i> .....	78
5.2. EMPRESAS PÚBLICAS FINANCEIRAS .....	80

5.2.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos.....	80
5.3. CAPITAL DE RISCO .....	88
<b>6. FINANCIAMENTO DO SEE .....</b>	<b>94</b>
6.1. FINANCIAMENTO GLOBAL DAS EPNF .....	94
6.2. FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO .....	101
6.3. ESFORÇO FINANCEIRO DO ESTADO .....	106
6.3.1. Indemnizações compensatórias / Subsídios .....	107
6.3.2. Dotações de capital.....	109
6.3.3. Assunção de passivos/Conversão de créditos em capital .....	111
6.3.4. Empréstimos.....	112
6.3.5. Concessão de Garantias .....	112
6.3.6. Dividendos/Remuneração do Capital Estatutário .....	114
6.4. ENDIVIDAMENTO DAS EPNF .....	116
6.4.1. Evolução no período 2004 - 2005.....	116
<b>7. PESO DO SEE NA ECONOMIA .....</b>	<b>119</b>
7.1. PESO NA ECONOMIA .....	119
7.1.1. Peso no Produto Interno Bruto.....	119
7.1.2. Emprego.....	120
<b>8. ANEXOS .....</b>	<b>122</b>
8.1. PARTICIPAÇÕES DIRECTAS DO ESTADO ENTRE 2004 E 2005 .....	123
8.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS EPNF POR SECTORES – 2001-2005 .....	128
8.3. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS EPNF POR SECTORES – 2005.....	129
8.4. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS EPNF POR SECTORES - 2004 .....	130
8.5. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS EPNF POR SECTORES - 2003 .....	131
8.6. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS EPNF POR SECTORES - 2002 .....	132
8.7. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS EPNF POR SECTORES – 2001.....	133
8.8. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS EPF – GRUPO CGD – 2001-2003 .....	134
8.9. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DAS EPF – GRUPO CGD – 2004-2005 .....	135
8.10. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO CAPITAL DE RISCO – 2002-2005 .....	136
8.11. BALANÇO DAS EPNF – 2001-2005 .....	137
8.12. BALANÇO DAS EPNF POR SECTORES – 2005.....	138
8.13. BALANÇO DAS EPNF POR SECTORES – 2004.....	139
8.14. BALANÇO DAS EPNF POR SECTORES – 2003.....	140
8.15. BALANÇO DAS EPNF POR SECTORES – 2002.....	141
8.16. BALANÇO DAS EPNF POR SECTORES – 2001.....	142
8.17. BALANÇO DAS EPF – GRUPO CGD – 2001-2003 .....	143
8.18. BALANÇO DAS EPF – GRUPO CGD – 2004-2005 .....	144
8.19. BALANÇO DO CAPITAL DE RISCO – 2002-2005 .....	145

## Conceitos e Abreviaturas Utilizadas

Abreviatura – Conceito	Significado
<b>A</b>	
APCRI	Associação Portuguesa de Capital de Risco
ARS	Administração Regional de Saúde
Autonomia Financeira	Capital próprio/Activo líquido
<b>B</b>	
<b>C</b>	
Capacidade Creditícia Geral	Crédito sobre clientes/Passivo financeiro
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CP	Concurso Público
C.R.L.	Cooperativa de Responsabilidade Limitada
C.S.C.	Código das Sociedades Comerciais
<b>D</b>	
DC	Dotações de Capital
DGT	Direcção-Geral do Tesouro
<b>E</b>	
E.P.E.	Entidade Pública Empresarial
EPF	Empresas Públicas Financeiras
EPNF	Empresas Públicas Não Financeiras
Estrutura Patrimonial	Capitais permanentes/Activo fixo
<b>F</b>	
FCP	Fundos Comercializáveis junto do Público
FCR	Fundos de Capital de Risco
FII	Fundo de Investimento Imobiliário
FIQ	Fundo de Investimento para Investidores Qualificados
FRDP	Fundo de Regularização da Dívida Pública
FRIE	Fundos de Reestruturação e Internacionalização Empresarial
<b>G</b>	
GAFEEP	Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas
GCPP	Gabinete Coordenador do Programa Polis
<b>H</b>	
<b>I</b>	
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
IC (EPF)	Instituição de Crédito
IC (EPNF)	Indemnização Compensatória
IFADAP	Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas
IGIF	Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
<b>J, K</b>	

Abreviatura – Conceito	Significado
<b>L</b>	
L. <sup>da</sup> Liquidez Reduzida	Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada Caixa e Depósitos em bancos centrais/Passivo financeiro
<b>M</b>	
m€	Milhares de euros
M€	Milhões de euros
MPK	Milhões de Passageiros x Km
MTK	Milhões de Toneladas x Km
<b>N</b>	
<b>O</b>	
OE	Orçamento do Estado
OPA	Oferta Pública de Aquisição Privatizações
OPS	Oferta Pública de Subscrição Privatizações
OPV	Oferta Pública de Venda Privatizações
<b>P</b>	
PE	Plano Estratégico
PIB <sub>pm</sub>	Produto Interno Bruto valorizado a preços de mercado
PK	Passageiros x Km
PME	Pequenas e Médias Empresas
POC	Plano Oficial de Contabilidade
POE	Programa Operacional da Economia
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
<b>Q, R</b>	
<b>S</b>	
S.A.	Sociedade Anónima
S.C.R.L.	Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada
SEE	Sector Empresarial do Estado
S.G.P.S.	Sociedade Gestora de Participações Sociais
SNS	Serviço Nacional de Saúde
Solvabilidade	Capitais próprios/Passivo
Solvabilidade bruta	Fundos próprios/Activo líquido
<b>T</b>	
TK	Toneladas x Km
TUI	Taxa de Utilização da Infra-estrutura
<b>U</b>	
<b>V</b>	
VAB <sub>cf</sub>	Valor Acrescentado Bruto valorizado ao custo dos factores
VAB <sub>pm</sub>	Valor Acrescentado Bruto valorizado a preços de mercado
VD	Venda Directa Privatizações
<b>W, X, Y, Z</b>	

# 1. Introdução

O Sector Empresarial do Estado (SEE), sendo responsável pela construção e gestão de infraestruturas públicas fundamentais e pela prestação de serviços públicos essenciais, para além de um conjunto diversificado de outras funções de carácter instrumental, nos mais diversos sectores e domínios, constitui um importante instrumento de política económica e social.

A sua concreta composição, desempenho e peso específico na economia, numa perspectiva evolutiva, são aspectos que assumem redobrado interesse e importância sempre que está em causa a definição ou a avaliação de opções políticas, sobretudo em presença de especiais constrangimentos em matéria de economia e finanças públicas.

A divulgação do presente relatório visa proporcionar a todos os possíveis interessados o acesso a dados sistematizados de natureza quantitativa e qualitativa sobre o SEE, permitindo uma melhor avaliação do seu desempenho e a identificação das potencialidades e dos principais problemas com que se defronta.

Com ela procura a Direcção-Geral do Tesouro (DGT) de algum modo suprir uma interrupção que se verificou na sequência de publicações análogas que no passado foram editadas, designadamente pela IGF, pelo Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas (GAFEEP) e, mais recentemente, pela Secretaria de Estado do Tesouro e Finanças.

Para além de uma breve caracterização do âmbito da análise, que constitui o **Capítulo 2.**, o Relatório sobre o SEE disponibiliza e procede à análise de informação relativa a quatro aspectos fundamentais, correspondentes a outros tantos capítulos: **Capítulo 3.** Carteira de Participações do Estado/DGT; **Capítulo 4.** Análise Global da Situação Económica e Financeira do SEE; **Capítulo 5.** Análise Sectorial; **Capítulo 6.** Financiamento do SEE.

No **Capítulo 2.** delimita-se o universo considerado nesta abordagem, a sua estruturação por sectores de actividades e o período temporal abrangido.

No **Capítulo 3.** considera-se a evolução e composição da carteira de participações do Estado/DGT nos anos de 2004 e 2005, nele se incluindo a abordagem do processo de privatizações e dos direitos especiais detidos pelo Estado em algumas empresas.

No **Capítulo 4.** é analisada a situação económica e financeira do SEE em termos globais, cobrindo o período de 2001 a 2004 e a situação em 2005, bem como o peso do SEE na economia.

No **Capítulo 5.** procede-se ao desenvolvimento da análise global, agora por sectores de actividade.

No **Capítulo 6.** é abordada a problemática do financiamento do SEE nas suas vertentes fundamentais: financiamento global, financiamento do investimento, esforço financeiro do Estado e endividamento, cobrindo essencialmente os anos de 2004 e 2005.



## 2. Âmbito da Análise

O SEE compreende todas as entidades públicas constituídas sob a forma empresarial, enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro (Regime Jurídico do SEE) e assim caracterizadas:

- **Empresas Públicas:** sociedades constituídas nos termos da lei comercial, nas quais o Estado ou outras entidades públicas estaduais<sup>(1)</sup> detenham a maioria do capital ou dos direitos de voto ou tenham o direito de designar ou de destituir a maioria dos órgãos de administração ou de fiscalização. São igualmente consideradas empresas públicas as **Entidades Públicas Empresariais (E.P.E.):** pessoas colectivas de direito público, criadas por decreto-lei, com o capital designado por “capital estatutário”, detido inteiramente pelo Estado ou por outras entidades públicas;
- **Empresas Participadas:** sociedades nas quais o Estado, ou qualquer outra entidade pública estadual, detenha uma participação permanente de duração superior a um ano, considerando-se participação permanente a que for superior a 10% e que não tenha objectivos exclusivamente financeiros.

Em 31 de Dezembro de 2005, o SEE abrangia 113 empresas cuja caracterização é objecto do presente relatório.

Na abordagem efectuada, consideraram-se todas as empresas que integram o SEE nos termos da definição anterior, as quais foram divididas em Empresas Públicas não Financeiras (EPNF) <sup>(2)</sup> e Empresas Públicas Financeiras, reservando-se ainda um ponto específico para a actividade de Capital de Risco (CR), em que se incluíram as sociedades e fundos de investimento em capital de risco participados directamente pelo Estado.

As EPNF foram, por sua vez, reagrupadas por sectores de actividade, de acordo com a caracterização apresentada no **Quadro 2.2.1.**, com excepção da PARPÚBLICA – Participações Públicas, (S.G.P.S.), S.A., a qual é abordada de forma autónoma em virtude de se tratar de uma sociedade instrumental para a gestão da carteira de participações do Estado.

A apreciação da situação económica e financeira foi feita com base nos documentos de prestação de contas das empresas e outros dados e informações complementares obtidos pela DGT no exercício das suas competências, designadamente no âmbito da função accionista do Estado, tendo-se privilegiado as contas consolidadas das empresas, sempre que disponíveis, com excepção das empresas integradas no sector da Gestão de Infraestruturas Aéreas, pelas razões explicitadas no ponto **5.1.2.1.**

---

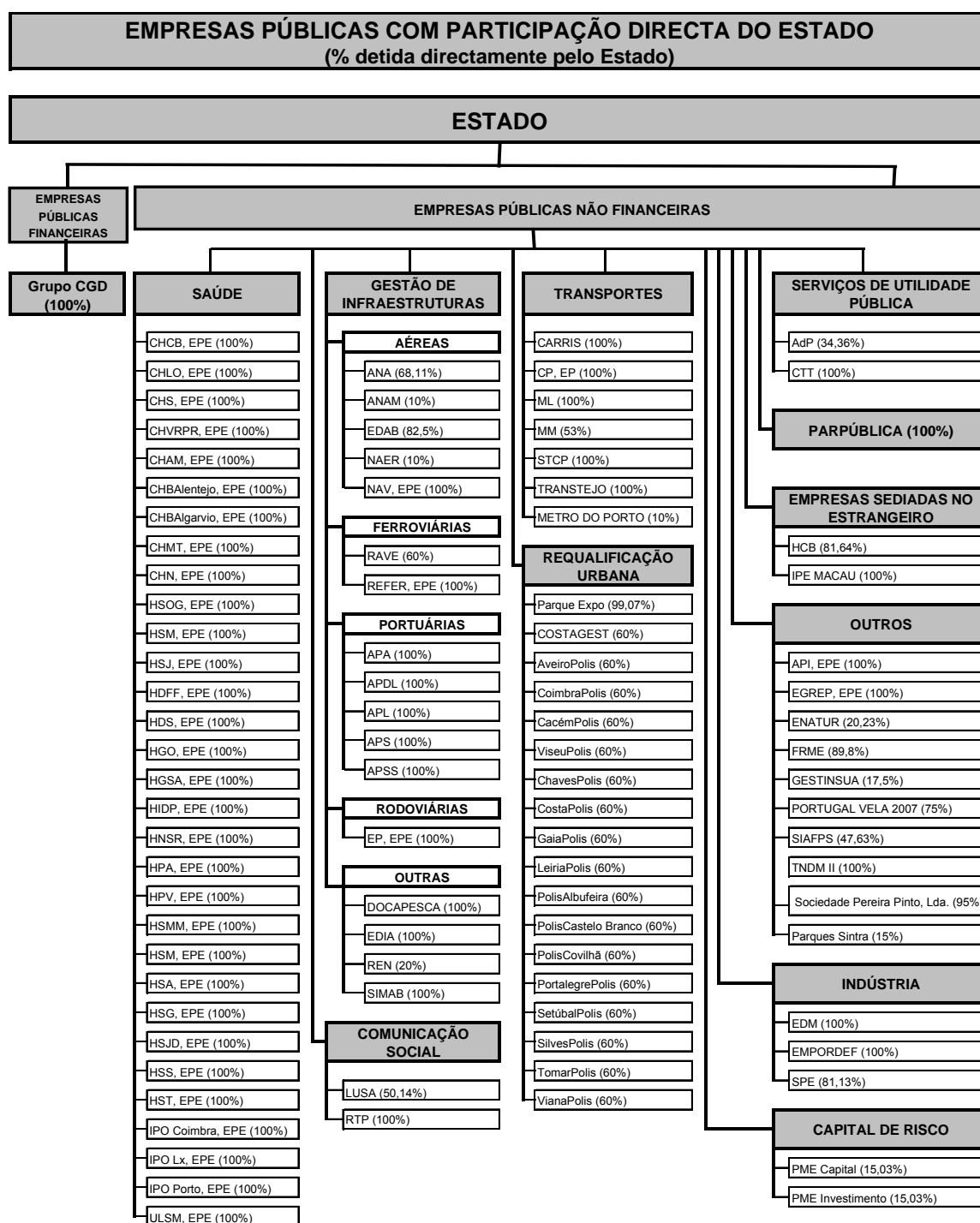
<sup>1</sup> Consideram-se entidades públicas estaduais os serviços e fundos autónomos e os institutos públicos.

<sup>2</sup> A referência feita ao longo do presente relatório às empresas públicas não financeiras (EPNF) abrange as empresas públicas e as empresas participadas, na acepção do DL n.º 558/99, de 17 de Dezembro.

A par da informação global sobre o conjunto das empresas, apresentam-se também dados ponderados pela participação directa do Estado, que se pensa reflectirem de forma mais apropriada a posição do Estado no SEE.

Os dados e elementos considerados referem-se essencialmente aos exercícios de 2004 e 2005, embora se apresente uma breve análise da evolução do SEE no período de 2001 a 2004, bem como dados relativos a um período mais vasto nalguns aspectos específicos, de que é exemplo o ponto relativo às privatizações.

Quadro 2.2.1.



## 3. A Carteira de Participações do Estado/DGT

### 3.1. Composição da carteira

Em 31 de Dezembro de 2005, o Estado detinha directamente, através da DGT, 139 participações sociais, das quais 113 correspondem a participações em empresas enquadradas no SEE. Destas, 73 eram participações em sociedades anónimas, 38 em entidades públicas empresariais<sup>(3)</sup> e 2 em sociedades por quotas.

Relativamente às participações do Estado não enquadradas no SEE, destaca-se o envolvimento em 8 fundos de investimento.

O **Quadro 3.1.1** apresenta uma síntese destas participações, agregadas por sectores de actividade, sendo a listagem pormenorizada das participações directas do Estado apresentada no **Anexo 8.1**.

**Quadro 3.1.1.**  
**Participações directas do Estado/DGT com agregação por sector<sup>(1)</sup>**

Empresas/Fundos	2005		2004	
	% DGT	Valor nominal da participação	% DGT	Valor nominal da participação
<b>1. Sector Empresarial do Estado</b>	<b>96,4</b>	<b>12.081.648.470</b>	<b>95,6</b>	<b>11.319.452.280</b>
<b>1.1. Empresas Não Financeiras</b>	<b>95,2</b>	<b>9.131.648.470</b>	<b>94,3</b>	<b>8.869.452.280</b>
Comunicação Social	99,6	645.038.965	99,5	589.338.965
Gestão de Infraestruturas	91,3	1.264.498.500	91,1	1.232.748.500
Aéreas	72,3	87.448.110	72,1	85.698.110
Ferrovíarias	99,8	306.700.000	99,8	306.700.000
Portuárias	100,0	232.000.000	100,0	232.000.000
Rodoviárias	100,0	200.000.000	100,0	200.000.000
Outras	80,5	438.350.390	79,1	408.350.390
Indústria	97,8	183.034.147	98,0	208.034.147
Requalificação Urbana	76,4	156.961.440	76,4	156.961.440
Saúde	100,0	1.239.900.000	100,0	954.940.000
Serviços de Utilidade Pública	42,9	383.477.965	42,9	451.840.035
Transportes	100,0	2.896.318.020	100,0	2.896.318.020
Parapública	100,0	2.000.000.000	100,0	2.000.000.000
Outros Sectores	86,6	208.350.765	86,1	209.644.865
Capital de Risco	15,0	8.267.500	15,0	8.267.500
Empresas sediadas no Estrangeiro	81,7	145.801.169	81,6	161.358.808
<b>1.2. Empresas Financeiras</b>	<b>100,0</b>	<b>2.950.000.000</b>	<b>100,0</b>	<b>2.450.000.000</b>
<b>2. Outras Participações do Estado</b>	<b>36,9</b>	<b>100.758.634</b>	<b>43,5</b>	<b>59.778.881</b>
2.1. Fundos de Investimento	37,2	99.814.296	44,2	58.807.064
2.2. Cooperativas	0,0	1	0,0	1
2.3. Outras	4,9	944.338	5,1	971.816
<b>3. Total Global (= 1. + 2.)</b>	<b>95,6</b>	<b>12.182.407.104</b>	<b>95,1</b>	<b>11.379.231.161</b>

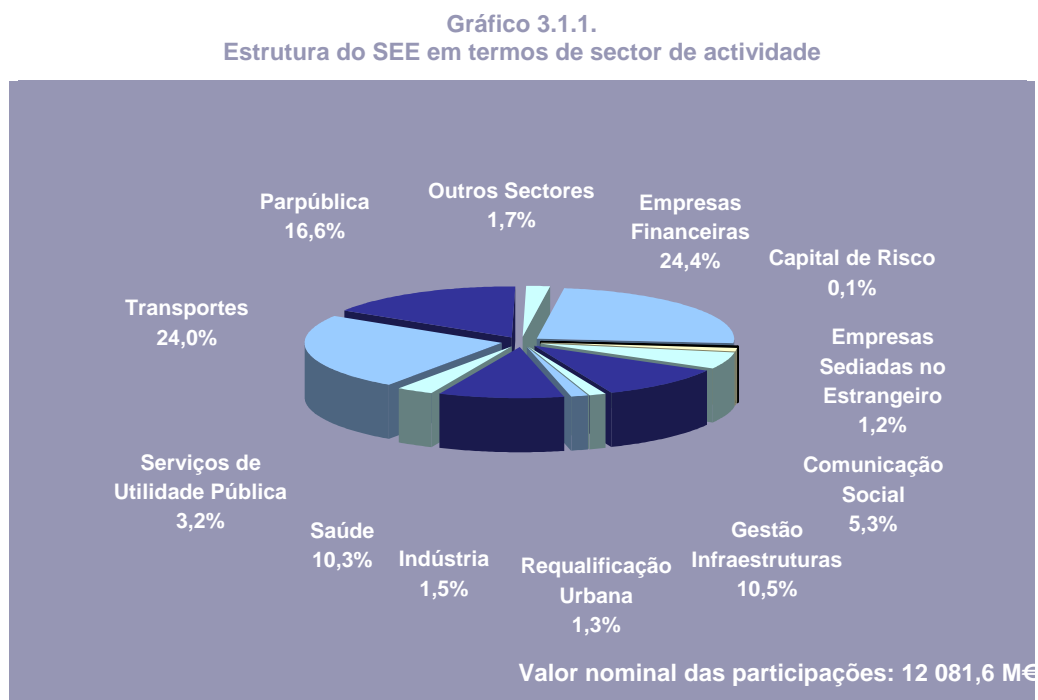
Unidade: Em Euros

1) As percentagens de participação sectoriais e globais apresentadas referem-se a médias ponderadas.

<sup>3</sup> Inclui-se nesta categoria as empresas públicas cuja denominação ainda não foi alterada de EP para EPE.

O valor global destas participações ascendia, em 31 de Dezembro de 2005, a 12.182,4 M€, traduzindo um acréscimo de 6,4% relativamente a 2004.

O **Gráfico 3.1.1** apresenta a estrutura do SEE por sectores de actividade, tendo por base o valor nominal da participação, excluindo o grupo das outras participações do Estado.



O universo das participações do Estado mostra-se bastante diversificado, quer em termos de sectores de actividade, quer em termos de dimensão das empresas detidas. Os Sectores Financeiro e dos Transportes são os que assumem maior expressão no SEE, representando, respectivamente, 24,4% e 24,0% dos capitais investidos.

O Sector Industrial, com uma expressão relativa de 1,5% no SEE, foi dos primeiros a ser abertos à iniciativa privada. Actualmente, apenas assume algum significado a presença directa do Estado nas áreas reservadas da Defesa e da Exploração de Recursos do Subsolo.

O Sector Financeiro foi também dos primeiros a ser objecto de privatização, resumindo-se, hoje, a participação do Estado à CGD – Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Também os Serviços de Utilidade Pública têm vindo a perder peso na carteira do Estado por via do programa de privatizações, embora de forma mais lenta do que aconteceu em outros sectores. Este gradualismo tem vindo a possibilitar a regeneração da capacidade financeira dos investidores nacionais para acorrer às sucessivas operações de privatização e a reorganização dos sectores em que estas empresas operam, com especial relevo para a criação ou reforço do papel das entidades reguladoras como garantes do normal funcionamento dos mercados.

O Sector da Saúde assumia, no final de 2005, um peso de 10,3% na carteira das participações do Estado. Este Sector surgiu apenas em 2002, através da transformação de 34 estabelecimentos hospitalares em 31 sociedades anónimas, as quais foram posteriormente transformadas em E.P.E. pelo Decreto-Lei n.º 93/2005, de 7 Junho. Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, conferiu a natureza de E.P.E. a cinco hospitais ainda integrados no sector público administrativo, determinando, ainda, a agregação em centros hospitalares, com a natureza de E.P.E., algumas unidades já empresarializadas. A operação saldou-se pela manutenção do número de empresas em 31, todas com a natureza de E.P.E. (ver ponto 3.3.).

No que respeita às Empresas com Sede no Estrangeiro, o seu peso relativo deve-se quase exclusivamente à HCB – Hidroelétrica de Cahora Bassa, S.A.R.L.

Quanto à dimensão das participações que compõem a carteira do Estado, medida pelo valor nominal das mesmas, verifica-se uma grande assimetria, com as 5 maiores participações a representar cerca de 67% do total do SEE e as 10 maiores cerca de 76%.

Em termos gerais, estas diferenças de dimensão têm por base três factores justificativos:

- A origem das participações;
- As elevadas necessidades de capital de alguns dos sectores onde o Estado está presente;
- O processo de reprivatizações prosseguido desde 1989.

### 3.1.1. Origem das Participações

Quanto à sua origem, as participações detidas pelo Estado/DGT podem ser caracterizadas da forma que se apresenta abaixo:

- **Participações “históricas”** – Participações que o Estado detinha antes de 1974 e que serviam objectivos considerados estratégicos;
- **Empresas nacionalizadas** – Como o próprio nome indica, trata-se de participações resultantes do processo de nacionalizações conduzido numa lógica sectorial e que nacionalizou não só as empresas directamente visadas, mas também um grande número de empresas nos mais variados sectores de actividade;
- **Empresas criadas pelo Estado** – Empresas criadas pelo Estado, após 1974, isoladamente ou em conjunto com capitais privados, para suprir falhas de mercado, imprimir uma dinâmica empresarial a actividades anteriormente asseguradas por organismos públicos ou para prosseguir objectivos estratégicos;
- **Empresas constituídas por cisão** – Empresas criadas por cisão, geralmente para autonomizar áreas de negócio ou no âmbito da reestruturação do sector em que se inserem;

- **Participações adquiridas** – Situação resultante do facto de, em circunstâncias especiais, o Estado poder adquirir participações de carácter instrumental no âmbito de objectivos mais vastos ou por motivos relacionados com o seu interesse em participar/fomentar determinada actividade;
- **Participações detidas por via de liquidação da participada directa** – Situação que ocorre após o processo de liquidação de uma empresa directamente participada pelo Estado, em que as suas participações directas são transferidas para a carteira de títulos do Estado;
- **Dações em cumprimento** - Situação em que o Estado aceita tomar uma participação numa determinada empresa como pagamento ou contrapartida da anulação de um crédito por si detido;
- **Prescrição a favor do Estado** – Situação que ocorre por aplicação do Decreto-Lei n.º 187/70, de 30 de Abril, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 524/79, de 31 de Dezembro, segundo o qual prescrevem a favor do Estado as acções e títulos equivalentes, representativos de capital de sociedades anónimas ou em comandita por acções, cujos direitos não tenham sido exercidos durante 20 anos pelos seus titulares. Por esta via, chegam à carteira da DGT participações muito diversas, de reduzida expressão e liquidez.

Salienta-se que a forma mais comum de entrada de participações na carteira do Estado é a criação de empresa sob a forma de S.A. ou E.P.E., processo que se inicia com a publicação do correspondente diploma legal. Exemplificativos desta situação são os Hospitais, E.P.E. (criados em 2002 sob a forma de S.A.) e as sociedades que compõem o Programa POLIS (criadas a partir de 2000 em parceria com as Câmaras Municipais das respectivas áreas de intervenção).

Por força do processo de reprivatizações, a participação pública nas empresas nacionalizadas em 1975 tem vindo a diminuir gradualmente, não só em valor como em número. Com a reprivatização já concluída do Sector Financeiro e Segurador, objecto de nacionalização, e a de outras participações emblemáticas no Sector da Indústria, actualmente apenas se consideram neste grupo 5 participações em grandes grupos económicos já parcialmente abertos a capitais privados, como a GALP – Energia, (S.G.P.S), S.A.

As empresas “históricas” constituem um grupo, naturalmente fechado, de 6 empresas – CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A., CGD, CTT – Correios de Portugal, S.A., HCB, RTP – Rádio e Televisão de Portugal, (S.G.P.S), S.A. e STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A. - sendo a HCB a única com participação de outro accionista, a República de Moçambique.

As empresas constituídas por cisão – NAV – Navegação Aérea de Portugal, E.P.E., REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E. e REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A. - inserem-se no Sector de Gestão de Infraestruturas. A primeira tem a seu cargo o controlo do espaço aéreo e as restantes resultam da autonomização de infraestruturas que constituem monopólios naturais. Em termos de capital social, na sua maioria realizado em espécie, possuem uma dimensão intermédia, entre as empresas cindidas que lhes deram origem e as empresas criadas pelo Estado.

Quanto ao grupo de participações menos relevantes em termos de valor nominal médio, destacam-se as empresas que ingressaram no Estado por extinção da participada directa em que existia anteriormente uma participação pública. É o caso da liquidação do IPE – Investimentos e Participações Empresariais, S.A., concluída em 2003, que originou a transferência de um conjunto de pequenas participações para a posse directa do Estado, como se refere no ponto 3.3.1., e também da extinção da PG - Portugal Global, (S.G.P.S.), S.A., que motivou a transferência para a carteira da DGT a participação na Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.

As participações sociais transmitidas para o Estado mediante dação em pagamento são muito limitadas, tendo origem, na maior parte dos casos, em situações pontuais no quadro do regime de regularização de dívidas ao Estado estabelecido nos termos do Decreto-Lei n.º 124/96, de 10 de Agosto.

Igualmente rara e sem expressão numérica é a aquisição, pela DGT, de participações em empresas privadas.

Os ingressos de participações na carteira por via da prescrição ou por falta de herdeiros (em caso de morte do titular) são também acontecimentos pouco frequentes, sendo, em geral, alienadas as participações com liquidez daí resultantes. As empresas que permanecem na carteira do Estado são aquelas em que a participação não possui liquidez ou em que existe alguma circunstância especial que impede a sua alienação.

## 3.2. Direitos especiais detidos pelo Estado

O comportamento do Estado enquanto accionista rege-se, na maioria dos casos, pelas regras do direito privado aplicáveis a qualquer investidor. Com efeito, o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, que define as bases gerais das empresas públicas, estabelece a sujeição das mesmas às normas do direito privado, com as excepções previstas no próprio diploma ou nos estatutos das empresas que, na sua maioria, dizem respeito a um reforço dos deveres de informação ao accionista e à regulação de alguns aspectos específicos do seu relacionamento com o Estado.

No entanto, existem situações em que o Estado reserva para si direitos especiais em relação às sociedades em que participa. Estes direitos podem abranger um leque de opções diversificado consoante o interesse público em causa.

### 3.2.1. Direitos especiais conferidos pela lei geral

O Código das Sociedades Comerciais (C.S.C.) confere direitos especiais ao Estado<sup>4</sup>), não só quanto à dispensa de um número mínimo de accionistas para a constituição de uma sociedade anónima (art. 273º) como, também, às regras de emissão de obrigações (art. 348.º).

---

<sup>4</sup> O Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março, que procedeu à revisão do Código das Sociedades Comerciais, eliminou o direito até então conferido ao Estado, de não aplicabilidade de disposições limitadoras de direitos de voto em relação a acções por este detidas (art. 384.º, agora alterado)

### 3.2.2. Direitos especiais em empresas privatizadas

Quando uma empresa entra num processo de privatização ou reprivatização, os seus estatutos são, em regra, revistos por forma a permitir a entrada de accionistas privados e a eliminar as disposições relacionadas com as prerrogativas especiais do Estado enquanto accionista.

No entanto, em casos excepcionais e por forma a defender o interesse público, o Estado mantém direitos especiais enquanto accionista, embora definidos com recurso em instrumentos de direito privado, nos termos previstos no C.S.C. Os direitos especiais conferidos ao Estado enquanto titular destas participações especiais são sempre definidos antes do início do processo de abertura do capital à iniciativa privada, sendo amplamente divulgados e valorizados pelos investidores aquando da operação de privatização. De um modo genérico, os direitos especiais conferidos podem revestir a seguinte natureza:

- nomeação de um administrador, independentemente do número das acções detidas pelo Estado;
- direito de veto de deliberações sobre alteração do contrato da sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução, limitação do direito de preferência dos accionistas e outras para as quais os contratos de sociedade exijam maiorias qualificadas;
- direito de veto à alienação e oneração das acções;
- imposição de nulidade de acordos entre os restantes accionistas que visem o exercício, de determinada forma, do direito de voto inerente às acções da sociedade;
- direito de preferência em futura alienação de títulos;
- indisponibilidade dos títulos adquiridos em concursos públicos, por determinado período.

Encontram-se nesta situação as participações detidas na EDP – Energias de Portugal, S.A. e na PT - Portugal Telecom, (S.G.P.S.), S.A. Apresenta-se de seguida um resumo desses direitos <sup>(5)</sup>:

Quanto à EDP, os Estatutos da sociedade precisam que *“enquanto o Estado for accionista da sociedade, independentemente do número das acções de que for titular e quer o seja directamente ou indirectamente por meio de entes públicos na acepção da alínea c) do n.º 2 do art. 1.º, da Lei n.º 71/88, de 24 de Maio, as deliberações da assembleia geral a seguir referidas, só serão consideradas aprovadas se merecerem o voto favorável do Estado:*

- a) Deliberações de alteração do contrato da sociedade, incluindo de aumento de capital, de fusão, de cisão e de dissolução;*
- b) Deliberação sobre celebração de contratos de grupo paritário e de subordinação;*
- c) Deliberações de supressão ou limitação do direito de preferência dos accionistas em aumentos de capital”.*

Ainda nos termos dos Estatutos, se o Estado, enquanto accionista, votar contra a proposta “vencedora” de eleição dos administradores, goza do poder de designar um administrador.

---

<sup>5</sup> A inventariação efectuada possui um carácter sumário e meramente informativo, não dispensando a consulta das disposições estatutárias relevantes.



No que diz respeito à PT, os direitos especiais do Estado derivam da titularidade de 500 acções da Categoria A, possuindo a maioria<sup>6</sup>) dos votos conferidos às acções pertencentes a esta categoria de acções os seguintes privilégios:

- É necessária à eleição de  $\frac{1}{3}$  do número total de administradores, incluindo o Presidente do Conselho de Administração;
- Direito de impedir a aprovação, em Assembleia Geral, das seguintes matérias da competência daquele órgão deliberativo, independentemente da Assembleia reunir em 1.ª convocação ou convocação subsequente:
  - Eleição da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
  - Aplicação dos resultados;
  - Alterações de estatutos e aumentos de capital, bem como a supressão de direito de preferência e a fixação de parâmetros para aumentos de capital a deliberar pelo Conselho de Administração;
  - Emissão de obrigações ou outros valores mobiliários e fixação do valor daquelas que o Conselho de Administração pode autorizar, bem como a limitação ou supressão de direitos de preferência na emissão de obrigações convertíveis em acções e a fixação de parâmetros para a emissão, pelo Conselho de Administração, de obrigações dessa natureza;
  - Aprovação dos objectivos gerais e dos princípios fundamentais das políticas da Sociedade;
  - Definição dos princípios gerais da política de participações em sociedades e deliberação sobre as respectivas aquisições e alienações, nos casos em que aqueles princípios as condicionem à prévia autorização da Assembleia Geral.

Relativamente à GALP, o Estado detém 8 milhões de acções da Categoria A, que, nos termos do n.º 3 do art. 4.º dos Estatutos da empresa, têm subjacentes os seguintes direitos especiais:

“(…)

- a) *a eleição do presidente do conselho de administração só poderá ser aprovada com a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A;*
- b) *quaisquer deliberações que visem autorizar a celebração de contratos de grupo paritário ou de subordinação e ainda, quaisquer deliberações que, de algum modo, possam pôr em causa a segurança do abastecimento do País de petróleo, de gás e de electricidade, ou produtos derivados dos mesmos, não poderão ser aprovadas, nem em primeira, nem em segunda convocação, contra a maioria dos votos inerentes às acções de categoria A.”*

Ainda segundo os estatutos, os direitos especiais das acções de categoria A mantêm-se inalterados, até ao limite mínimo de 2 500 acções da Categoria A.

---

<sup>6</sup> Os estatutos não impõem a concentração, numa única entidade da totalidade das acções da categoria A, mas apenas que a maioria destas seja detida pelo Estado ou por entidades que pertençam ao Sector Público. Assim, as disposições estatutárias que fixam os seus privilégios inerentes à titularidade destas acções exigem a maioria dos votos das mesmas, e não apenas o voto favorável ou desfavorável do accionista Estado, para o exercício dos direitos que lhes estão associados.

### **3.2.3. Direitos especiais em empresas públicas de projecto**

Nos casos da MP - Metro do Porto, S.A., NAER – Novo Aeroporto, S.A. e da RAVE – Rede de Alta Velocidade, S.A., empresas encarregues do estudo e/ou construção de grandes infraestruturas públicas, nas quais o Estado não detém a totalidade do capital, também existem direitos especiais.

Na primeira destas empresas o grupo de accionistas Estado, CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E. e STCP tem o direito de eleger um número de administradores da sociedade correspondentes à sua participação agregada, com um mínimo de 1, e de designar o Fiscal Único. Os estatutos da empresa exigem igualmente o voto concordante do accionista Estado para a aprovação de qualquer proposta que implique a alteração dos mesmos.

No caso da NAER, só com o voto favorável do Estado se consideram aprovadas as deliberações sobre conversão de acções ao portador, eleição do Conselho de Administração, supressão ou restrição dos direitos especiais do Estado, dissolução e liquidação da sociedade e emissão de obrigações ou outros valores mobiliários.

Quanto à RAVE, para além de a Assembleia Geral não se poder realizar em primeira convocatória sem a presença do accionista Estado, também as deliberações de alteração de estatutos, eleição do Conselho de Administração, emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, dissolução, limitação ou supressão dos direitos especiais dos accionistas ou outras para as quais a lei geral exija maioria qualificada são nulas se tomadas contra o voto do Estado, sendo necessária a sua anuência no caso particular das deliberações de aumento de capital.

### **3.2.4. Direitos especiais em empresas que operam em sectores de actividade reservados**

Estes direitos especiais do Estado decorrem da adaptação dos estatutos das empresas às disposições da Lei n.º 88-A/97, de 25 de Julho (Lei que regula o acesso da iniciativa privada a determinadas actividades económicas) e da Lei n.º 11/90, de 5 de Abril (Lei Quadro das Privatizações), tendo como ponto comum o facto de pelo menos 51% do capital social das empresas abrangidas ter que pertencer ao Sector Público.

Nestes casos, a aprovação de algumas matérias, designadamente as relacionadas com eleição de órgãos sociais, alteração de estatutos ou a definição de orientações estratégicas em Assembleia Geral, quer em 1.ª convocação, quer em convocações subsequentes, encontra-se condicionada à obtenção de votos correspondentes a 51% do capital social, o que pressupõe o acordo explícito de pelo menos um accionista público. Estão nesta situação a AdP – Águas de Portugal (S.G.P.S.), S.A. e as suas participadas, a EDM – Empresa de Desenvolvimento Mineiro (S.G.P.S.), S.A., e a EMPORDEF – Empresa Portuguesa de Defesa (S.G.P.S.), S.A.

## 3.3. Evolução da Carteira

### 3.3.1. Aquisição e criação de empresas

Em 2005, através do Decreto-Lei n.º 200/2005, de 14 de Novembro, foi criada a sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos Portugal Vela 2007 – Sociedade Promotora da Realização em Portugal do Campeonato Mundial de Classes Olímpicas de Vela de 2007, S.A.

Também, no ano transacto, no Sector da Saúde, o Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, veio conferir a natureza de E.P.E. a dois hospitais ainda integrados no Sector Público Administrativo (SPA) - o HSM - Hospital de Santa Maria, E.P.E. e o HSJ - Hospital de São João, E.P.E.. Este diploma determinou, ainda, a criação dos:

- CHLO - Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., por fusão do HSC - Hospital de Santa Cruz, S.A., do HSFX - Hospital de São Francisco Xavier S.A. e do HEM - Hospital de Egas Moniz, S.A;
- CHS - Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E., por fusão do HSB - Hospital de São Bernardo, S.A. e do HSO - Hospital Ortopédico de Sant'Iago do Outão;
- CHN - Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E., por fusão do HDB - Hospital Distrital de Bragança, S.A., do HDMC - Hospital Distrital de Macedo de Cavaleiros e do HDM - Hospital Distrital de Mirandela.

Em termos globais, transitaram do SPA para o SEE cinco novos hospitais, apesar do número total de empresas hospitalares integradas no SEE se manter em 31, dados os processos de fusão ocorridos.

No que respeita aos anos de 2002 e 2003, devem, ainda, registar-se as seguintes situações:

- A Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa e a Autoridade Metropolitana de Transportes do Porto foram criadas pelo Decreto-Lei n.º 268/2003, de 28 de Outubro, com o objectivo de assegurar uma organização integrada e global do sistema de transportes públicos, capaz de introduzir racionalidade nos sistemas de mobilidade das Grandes Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, a respectiva sustentabilidade financeira e, bem assim, a articulação entre os sistemas de ordenamento do território, de gestão do espaço urbano e dos transportes. A estas empresas foi atribuído o estatuto de E.P.E.. Porém, uma vez que não foi realizado o capital estatutário destas E.P.E., a concretização da sua constituição nunca chegou a ocorrer;
- Através da Lei n.º 33/2003, de 22 de Agosto, foi criada a RTP e, simultaneamente, foi extinta a PG, *holding* que agrupava as participações do Estado naquele sector (RTP, RDP – Radiodifusão Portuguesa, S.A. e Lusa;
- Em Dezembro de 2002, foram criadas 31 sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos no Sector da Saúde, por transformação de 34 unidades hospitalares;
- Em 2002, na sequência da extinção da IPE, transitaram para a DGT várias participações sociais com pequena expressão, inseridas em sectores não estratégicos, nomeadamente as seguintes:

- AMBELIS – Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.;
- CIMPOFIN – Projectos Técnicos e Financeiros, S.A.;
- EFACEC – International Financing, (S.G.P.S.), S.A.;
- IPE MACAU – Investimentos e Participações Empresariais, S.A.R.L.;
- MANTERO – Agricultura e Comércio Internacional, S.A.;
- WTC MACAU – World Trade Center Macau, S.A.R.L.

### 3.3.2. Liquidação e dissolução de empresas

No decurso do ano de 2005 ocorreu o encerramento do processo de liquidação das seguintes empresas: EURO 2004, S.A., Portugal 2004 – Sociedade de Acompanhamento e Fiscalização do Programa de Construção dos Estádios e Outras Infra-Estruturas para a Fase Final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004, S.A., IPE - Tecnologias de Informação, (S.G.P.S.), S.A., PEC – Produtos Pecuários e Alimentação, S.A. e EPDP - Empresa Pública do Diário Popular, E.P.

No mesmo ano deu-se início ao processo de liquidação de quatro empresas – Diatrada – Comércio e Indústria de Diamantes, L.<sup>da</sup>, S.A., PolisGuarda – Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Guarda, S.A., PolisVila do Conde - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila do Conde, S.A. e PolisVila Real - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Real, S.A.

Em 2004, concluiu-se o processo de liquidação de duas empresas, a ENU – Empresa Nacional de Urânio, S.A. e a SOSET – Sociedade para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, S.A., tendo sido iniciados os processos de liquidação de seis empresas, a Casa da Música/Porto 2001, S.A., a GESTNAVE – Prestação de Serviços Industriais, S.A., a PEC – Produtos Pecuários e Alimentação, (S.G.P.S.), S.A., a PolisBeja - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Beja, S.A., a PolisBragança - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, S.A. e a Polis Matosinhos - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Matosinhos, S.A.

**Quadro 3.3.2.1**  
**Evolução das empresas em processo de liquidação ou falência em 2004 e 2005**

Empresas em Processo de Liquidação	Início da Liquidação	Situação da Liquidação	
		Em 31/12/2005	Em 31/12/2004
Casa da Música/Porto 2001, S.A.	2004	Em curso	Em curso
COOPENAVE – Cooperativa Abastecedora de Navios, C.R.L.		Em curso	Em curso <sup>a)</sup>
Diatrada – Comércio e Indústria de Diamantes, L. <sup>da</sup>	2005	Em curso	-
Euro 2004, S.A.	2005	Finalizada	-
ENU – Empresa Nacional de Urânio, S.A.	2001	Em curso	Finalizada
EPDP – Empresa Pública do Diário Popular, E.P.	1990	Finalizada	Em curso
EPJS – Empresa Pública do Jornal “O Século”, E.P.	1979	Em curso	Em curso
GESTNAVE, S.A.	2004	Em curso	Em curso
IPE– Saúde, (S.G.P.S.), S.A.	2003	Em curso	Em curso
IPE - Tecnologias de Informação, (S.G.P.S.), S.A.	2004	Finalizada	Em curso
MESSA – Indústria de Precisão, S.A.		Em curso	Em curso <sup>a)</sup>
PEC – Produtos Pecuários e Alimentação, (S.G.P.S.), S.A.	2004	Em curso	Em curso
PEC – Produtos Pecuários e Alimentação, S.A.	2001	Finalizada	Em curso
PolisBeja - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Beja, S.A.	2004	Em curso	Em curso
PolisBragança - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Bragança, S.A.	2004	Em curso	Em curso
PolisGuarda - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Guarda, S.A.	2005	Em curso	-
PolisMatosinhos - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Matosinhos, S.A.	2004	Em curso	Em curso
PolisVila do Conde - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila do Conde, S.A.	2005	Em curso	-
PolisVila Real - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Real, S.A.	2005	Em curso	-
Portugal 2004 - Sociedade de Acompanhamento e Fiscalização do Programa de Construção dos Estádios e Outras Infra-Estruturas para a Fase Final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004,, S.A.	2005	Finalizada	-
SILOPOR – Empresa de Silos Portuários, S.A.	2000	Em curso	Em curso
SOSET – Sociedade para o Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, S.A.		-	Finalizada

<sup>a)</sup> Liquidações não acompanhadas pela DGT.

### 3.3.3. Privatizações

#### 3.3.3.1. Breve síntese das operações realizadas em 2005

No ano de 2005 foram realizadas a 1.<sup>a</sup> fase da operação de reprivatização da Portucel – Tejo, S.A. a 6.<sup>a</sup> fase do processo de reprivatização da EDP e a 1.<sup>a</sup> fase da reprivatização da EDA – Electricidade dos Açores, EP.

No âmbito do processo de reprivatização da Portucel, S.A., foi aprovada, pelo Decreto-Lei n.º 9/2005, de 6 de Janeiro, a reprivatização, em duas fases, da totalidade do capital social da Portucel Tejo, S.A.

A primeira fase, que decorreu em 2005, consubstanciou-se na alienação, por concurso público, de um bloco indivisível de 7.125.000 acções, representativas de 95% do capital social da Portucel Tejo, S.A., cujo encaixe gerado foi de cerca de 38,0 M€.

Pelo Decreto-Lei n.º 209-A/2005, de 2 de Dezembro, foi aprovada a 6.ª fase do processo de reprivatização do capital social da EDP, que incidiu sobre um lote de 160.000.000 acções, correspondente a cerca de 4,4% do capital social. As condições finais da operação foram definidas pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 186-A/2005, de 9 de Dezembro, tendo o encaixe financeiro gerado ascendido a 572,8 M€. Esta operação teve a particularidade de ter sido a primeira a recorrer à emissão de obrigações permutáveis.

Quanto à EDA, o processo de reprivatização foi regulado pelo Decreto-Lei n.º 234/2004, de 31 de Dezembro, que aprovou a 1.ª e a 2.ª fase do processo de reprivatização. A 1.ª fase decorreu no 1.º semestre de 2005, e correspondeu à alienação de um lote indivisível de 4.748.100 acções representativas de cerca de 33,92% do capital social da empresa, mediante concurso, que gerou um encaixe de 32,7 M€. A 2.ª fase ocorreu no 2.º semestre de 2005, e correspondeu à alienação de um lote de 837.900 acções, representativas de 5,98% do capital social da EDA, por oferta pública de venda reservada a trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes, que gerou um encaixe de 4,2 M€. Tratou-se de uma privatização concretizada pelo Governo Regional dos Açores, pelo que a sua inclusão neste ponto é feita por motivos meramente estatísticos.

### 3.3.3.2. Evolução histórica do processo de privatizações

O **Quadro 3.3.3.2.1** evidencia a evolução histórica do processo de privatizações e reprivatizações.

Embora já em 1987 e 1988 tivessem sido realizadas algumas vendas de participadas da IPE e da Quimigal, o arranque definitivo das operações de alienação de empresas do SEE deu-se em 1989, ainda que limitadas a 49% do capital social. No **Quadro 3.3.3.2.1** pode observar-se que, até 1995, cerca de 42,2% do produto das alienações efectuadas constituíram receita das entidades alienantes (IPE, Quimigal ou RNIP) ou foi reaplicado na reestruturação financeira das empresas objecto de privatização, razão pela qual a coluna “*Outras entidades*” apresenta valores tão significativos.

**Quadro 3.3.3.2.1**  
**Evolução da receita de operações de privatização e reprivatização<sup>(1)</sup>**  
(entre 1987 e 2005 – preços correntes)

Ano	N.º Operações	Receitas obtidas					
		Estado <sup>(2)</sup>	I.P.E. <sup>(3)</sup>	Quimigal	R.N.I.P.	Out. Ent.	Total
1987	4	0	4.665	118	0	0	4.782
1988	4	0	9.046	14	0	0	9.060
1989	16	247.673	20.023	20.114	0	105.573	393.383
1990	19	692.795	76.189	30.435	0	46.395	845.814
1991	23	525.841	27.740	73.070	0	249.120	875.771
1992	24	1.068.155	41.091	1.603	22.469	430.650	1.563.968
1993	26	298.655	58.215	3.411	38.152	2.655	401.088
1994	20	461.729	11.890	3.948	16.756	444.021	938.343
1995	35	666.050	81.949	6.017	50.100	1.010.124	1.814.239
1996	14	2.240.934	128.368	200	0	45.714	2.415.216
1997	11	4.291.185	28.105	0	0	5.265	4.324.555
1998	8	3.852.545	676	0	0	0	3.853.222
1999	8	1.549.964	0	2.993	0	54.988	1.607.945
2000	11	2.919.912	129.687	0	0	294.867	3.344.467
2001	3	410.567	0	0	0	145.001	555.568
2002	3	0	260.359	0	0	0	260.359
2003	2	155.713	0	0	0	8.262	163.975
2004	2	952.957	0	0	0	0	952.957
2005	3	610.776	0	0	0	36.951	647.728
<b>Total</b>	<b>231</b>	<b>20.945.451</b>	<b>878.003</b>	<b>141.923</b>	<b>127.477</b>	<b>2.879.586</b>	<b>24.972.440</b>

Fonte: 1987 a 1995 – GAFEEP; 1996 a 2005 – DGT, PARPÚBLICA e DGEP  
Unidade: Milhares de euros

<sup>(1)</sup> Inclui operações de alienação não abrangidas pela Lei n.º 11/90, de 5 de Abril. Apenas são consideradas operações das quais resulta a transferência de propriedade da participação para o sector privado.

<sup>(2)</sup> Inclui receitas da PARPÚBLICA.

<sup>(3)</sup> Entre 1996 e 2002 a IPE procedeu a diversas alienações de participações de pequena dimensão cujos montantes não foram ainda considerados

Entre 1996 e o ano 2000, o processo entra numa nova fase, caracterizada por um menor número de operações de uma dimensão média substancialmente superior. O momento menos positivo que o mercado de capitais começou a atravessar a partir de 2000 determinou o abrandamento do programa de privatizações.

Em 2002, pela primeira vez desde 1989, o Estado não alienou, de forma directa, qualquer participação por si detida, tendo as 3 operações ocorridas naquele ano tido origem no processo de liquidação da IPE.

No ano de 2003 o Estado procedeu à alienação de cerca de 4,23% do capital da GALP à REN e foram também realizadas as 2.ª e 3.ª fases da operação de reprivatização da participação pública na GESCARTÃO, (S.G.P.S.), S.A., empresa do Grupo Portucel detida pelo Estado através da PARPÚBLICA.

Os termos e condições desta reprivatização foram regulados pelo Decreto-Lei n.º 364/99, de 17 de Setembro, tendo a mesma ocorrido em 3 fases:

- **1.ª fase** - Alienação, por concurso público, de um bloco indivisível de 12.990.250 acções representativas de 65% do capital social, realizada em Fevereiro de 2000;

- **2.ª fase** - Alienação, por Oferta Pública de Venda (OPV), de um bloco de 4.996.250 acções, representativas de 25% do capital social;
- **3.ª fase** - Alienação, por OPV em condições especiais, reservada a trabalhadores, pequenos subscritores e emigrantes, de um bloco de 1.998.500 acções representativas de 10 % do capital social.

Assim, em 2003, procedeu-se à alienação de 6.994.750 acções representativas de 35 % do capital da empresa, o que representou um encaixe de 45,3 M€.

Igualmente relevante foi a realização da 5.ª e última fase de reprivatização de 15 % do capital do BCA – Banco Comercial dos Açores, S.A., levada a cabo pelo respectivo Governo Regional, operação efectuada mediante OPV em Bolsa, tendo gerado um encaixe financeiro de 8,3 M€.

Em 2004, realizou-se o processo de reprivatização da PORTUCEL – Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A. no âmbito do Decreto-Lei n.º 6/2003, de 15 de Janeiro, conjugado com a RCM n.º 194/2003, de 27 de Novembro, nos quais ficaram estabelecidas as condições para a alienação de um lote indivisível de 230.250.000 acções representativas de 30% do capital social da empresa, bem como a realização de operações conexas. Também neste ano se concretizou a 5.ª fase do processo de reprivatização da EDP, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 218-A/2004, de 25 de Outubro, que integrou uma venda directa de referência regulada pela RCM n.º 166/2004, de 11 de Novembro.

### 3.3.3.3. Aplicação das receitas de privatizações

A Lei n.º 11/90, de 5 de Abril (Lei Quadro das Privatizações), regula a aplicação dos montantes captados pelo Estado na sequência de processos de privatização ou reprivatização de participações sociais. Nos termos deste diploma legal, as receitas assim obtidas são passíveis de afectação às seguintes finalidades:

- Amortização de dívida pública;
- Amortização da dívida do SEE;
- Serviço da dívida resultante das nacionalizações;
- Novas aplicações de capital no sector produtivo.

A RCM n.º 55/93, de 22 de Julho, estabelece, por sua vez, que a aplicação deste tipo de receita na amortização da dívida do SEE ou em aumentos de capital no sector produtivo não poderá exceder 60% do valor global da receita realizado anualmente. Em articulação com o preceituado nesta RCM, o Programa de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 determina que, a partir de 2006, se passe a aplicar mais de 80% das receitas de privatizações na amortização de dívida pública, estando esta orientação já a ser cumprida.



O **Quadro 3.3.3.3.1** apresenta a evolução das receitas das operações de privatização e a sua aplicação. Na medida em que foi seguida uma abordagem de caixa, as receitas indicadas incluem, também, receita de alienações ocorridas com intervenção de empresas do SEE, não coincidindo com os valores apresentados no quadro anterior.

**Quadro 3.3.3.3.1**  
**Aplicação das receitas de privatizações**  
**(2003-2005)**

	2003	2004	2005
<b>Montante disponível</b>	<b>52.159</b>	<b>1.216.276</b>	<b>778.163</b>
Saldo de exercícios anteriores	36.616	10.983	368.230
Receitas de privatizações	6.357	1.080.565	403.200
Outras receitas (líquidas)	9.186	124.728	6.733
<b>Montante aplicado</b>	<b>41.176</b>	<b>848.040</b>	<b>690.862</b>
Aplicações no sector produtivo	32.465	131.904	30.880
Amortização de dívida pública	8.711	716.136	659.982
<b>Saldo para o ano seguinte</b>	<b>10.983</b>	<b>368.230</b>	<b>87.301</b>
Saldo disponível para aplicação no sector produtivo	10.864	229.923	87.278
Saldo disponível para amortização de dívida	119	138.307	23

Fonte: Fundo de Regularização da Dívida Pública

Unidade: Milhares de euros

Observação: Fluxos FRDP

As receitas de privatizações arrecadadas em 2004 (1.080,6MEur), resultantes das operações realizadas nesse ano acrescidas do produto das alienações realizadas no final de 2003, justificaram o montante aplicado nesse ano (848,0 M€) e o saldo transitado para 2005 (368,2 M€).

Em 2005 foi possível a aplicação do montante de 690,9 M€, em virtude das receitas arrecadadas ao longo do ano (403,2 M€) e do saldo transitado do ano anterior (368,2 M€). O montante de receitas de privatização aplicado para amortização de dívida pública, que se encontra prevista na Lei n.º 11/90, de 5 de Abril, registou um decréscimo de 18,5% relativamente a 2004, embora com maior peso relativo do montante aplicado face ao montante disponível.

Nos três anos indicados, as novas aplicações no sector produtivo absorveram cerca de 12,4% do montante total aplicado, enquanto que a amortização de dívida pública absorveu os restantes 87,6%.

## 4. Análise Global da Situação Económica e Financeira das EPNF

### 4.1. Evolução 2001-2004

#### 4.1.1. Enquadramento

Desde 2001, data a que se reportava o último relatório publicado sobre a situação económica e EPNF que integram o SEE, e até 2004, a informação disponível sobre o assunto tem estado dispersa por várias fontes de informação, nem sempre incidindo sobre o mesmo universo de empresas, justificando-se por isso, que o presente relatório, referente à situação económica e financeira do SEE em 2005, aborde, ainda que de forma sucinta, a evolução do SEE no período de 2001 a 2004.

As alterações registadas ao longo desse período no universo das participações em empresas detidas directamente pelo Estado decorreram, ora do processo de privatizações, ora de diversos processos de reestruturação do SEE, incluindo-se nestes:

- O processo de extinção da IPE, no âmbito do qual algumas participações foram transferidas, em 2003, para a carteira do Estado;
- As transferências da carteira de participações directas do Estado para a PARPÚBLICA, como contrapartida da entrega ao Estado do produto da alienação de activos;
- Processos de criação ou extinção de empresas específicas, sendo os casos mais salientes a constituição de 22 sociedades para o desenvolvimento do Programa POLIS entre 2001 e 2002 e a transformação de diversas unidades hospitalares de institutos públicos para sociedades anónimas e posteriormente para entidades públicas empresariais.

Deve referir-se ainda que, na sequência de processos de recuperação de dívidas ao Estado, designadamente de execução fiscal, também transitaram para a carteira de activos do Estado participações sociais, com pequena expressão patrimonial, em empresas inseridas em sectores não estratégicos.

Os indicadores globais que suportam a análise efectuada resultam da agregação dos valores correspondentes às EPNF do universo considerado e constam dos quadros de síntese apresentados ao longo do texto, apresentando-se em paralelo os valores ponderados pela participação do Estado, através da DGT, em cada uma das empresas, situação esta que reflecte mais apropriadamente o património empresarial do Estado, enquanto que os indicadores globais sem ponderação constituem apenas uma referência sobre a dimensão do conjunto da actividade desenvolvida pelas EPNF.

No conjunto das EPNF encontram-se algumas empresas públicas que consolidam contas, designadamente as sociedades gestoras de participações sociais – PARPÚBLICA, EMPORDEF, AdP, a GALP, a RTP e até 2003 a EDP – considerando-se nesses casos as contas consolidadas.

#### 4.1.2. Evolução da Situação Económica e Financeira

Os resultados líquidos das EPNF, globalmente considerados e após interesses minoritários, têm sido negativos, tendo atingindo o valor mais elevado em 2002, em que o prejuízo global ascendeu a 659,5 M€, representando um agravamento de quase 400 M€ relativamente a 2001 (**Quadro 4.1.2.1.**). A situação melhorou em 2003 (-61,7 M€) voltando a agravar-se em 2004 (-332,9 M€), neste último caso devido à saída da EDP do universo das EPNF na sequência da privatização ocorrida e de transferências de acções para a PARPÚBLICA e para a CGD, deixando o Estado de possuir qualquer participação directa na empresa.

A variação observada de 2001 para 2002 ficou a dever-se, em primeiro lugar, ao agravamento dos resultados operacionais, influenciados pelos resultados negativos das unidades hospitalares transformadas em sociedades anónimas em 2002 (89,9 M€) e pelos resultados operacionais da CTT e da Parque EXPO, a primeira com um agravamento de 53,6 M€ e a segunda de 27 M€ relativamente a 2001. Os subsídios à exploração e a melhoria registada nos resultados financeiros, de -714,2 M€ em 2001 para -590,6 M€ em 2002, permitiram atenuar o agravamento verificado nos resultados operacionais, colocando os resultados correntes de 2002 ao mesmo nível dos verificados no exercício anterior. No entanto, os resultados extraordinários negativos registados pela EDP (138,9 M€) e pela PARPÚBLICA (62,6 M€, sendo que em 2001 tinha registado 144 M€ positivos, quebra esta imputável ao processo de integração da TAP no seu universo), acabaram por determinar um agravamento acentuado dos resultados líquidos globais, devido à redução do efeito de compensação que os resultados positivos destas duas empresas têm em relação às empresas públicas tradicionalmente deficitárias.

As operadoras de transportes públicos em 2002 apresentaram um prejuízo global de 525,3 M€, a PG um prejuízo de 254,3 M€, a REFER 160,2 M€ de prejuízo e a EMPORDEF resultados negativos de 69,4 M€.

De 2002 para 2003 a situação evoluiu favoravelmente, graças à melhoria de resultados das empresas da área do audiovisual, cujo prejuízo em 2003 foi reduzido para 38 M€, da EMPORDEF, que passou do prejuízo registado em 2002 para um lucro de 94,4 M€ em 2003 e, ainda, do aumento de lucros registados pelas empresas prestadoras de serviços de utilidade pública (AdP, CTT, EDP e GALP, com particular relevo para as duas últimas) que no conjunto obtiveram lucros de 656,9 M€ em 2003, mais 277 M€ do que os registados no exercício anterior. Pelo contrário, os hospitais constituídos em sociedades anónimas em 2002 registaram, em 2003, primeiro ano de actividade completo, um prejuízo global de 125,9 M€, atenuando o efeito positivo das melhorias referidas,

**Quadro 4.1.2.1.**  
**Empresas Públicas Não Financeiras**  
**Evolução dos Resultados**

RUBRICAS	Globais					
	2004	2003	2002	2001	Variação 2004 / 2001	
					Absoluta	Var. Média Anual %
Resultado operacional antes de subsídios	-457.351	180.093	-111.476	99.319	-556.670	-266,37%
Resultado operacional após subsídios	-30.235	628.007	154.941	278.081	-308.316	-147,73%
Resultado financeiro	-333.639	-714.287	-590.649	-714.226	380.587	22,41%
Resultado corrente	-363.874	-86.280	-435.708	-436.145	72.271	5,86%
<b>Resultado líquido</b>						
<b>Antes de interesses minoritários</b>	<b>-326.421</b>	<b>-106.974</b>	<b>-886.007</b>	<b>-331.163</b>	<b>4.742</b>	<b>1,43%</b>
<b>Após Interesses minoritários</b>	<b>-332.894</b>	<b>-61.725</b>	<b>-659.451</b>	<b>-261.818</b>	<b>-71.076</b>	<b>-27,15%</b>
Meios libertos operacionais	1.268.469	2.826.715	2.093.209	2.165.031	-896.562	-16,32%
Meios libertos líquidos	965.811	2.136.983	1.278.818	1.625.133	-659.322	-15,92%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Note-se, contudo, que a melhoria de resultados das empresas da área do audiovisual e da EMPORDEF se deve a situações de natureza extraordinária, no primeiro caso por efeito do processo de reestruturação operado através da Lei n.º 33/2003, de 22 de Agosto, que se traduziu na extinção da PG, *holding* que agrupava as participações do Estado naquele sector (RTP, RDP e Lusa), dando origem à RTP, (S.G.P.S.), S.A., e quanto à EMPORDEF, devido aos resultados extraordinários provocados pela assunção por parte do Estado de uma parcela do passivo da sua participada OGMA, com vista à respectiva privatização parcial.

Em 2004, as contas das EPNF deixaram de incorporar as contas da EDP, perdendo-se em consequência o impacto positivo dos respectivos lucros, o que, associado à manutenção dos níveis de desempenho dos sectores tradicionalmente deficitários, contribuiu decisivamente para o agravamento do prejuízo global das EPNF nesse ano (332,9 M€ contra os 61,7 M€ verificados em 2003).

Merecem referência, contudo, as melhorias registadas nos resultados da AdP e da CTT, sobretudo este último caso que aumentou os lucros de 25,5 M€ em 2003 para 50,1 M€ em 2004.

As participações directas que o Estado deteve na EDP até meados de Dezembro de 2004, bem como as que ainda mantém na REN e na GALP, tornam-se relevantes para a compreensão do nível de prejuízos mais acentuados que se verificou, ao longo de todo o período, nos resultados das EPNF ponderados pelas participações do Estado (**Quadro 4.1.2.2.**).

Com efeito, tratam-se de empresas que habitualmente geram lucros significativos, os quais ponderados pela participação detida directamente pelo Estado, contribuem em menor parcela para atenuar os défices tradicionalmente evidenciados por sectores como o dos transportes públicos e o das infraestruturas ferroviárias, em que o Estado detém a totalidade do capital. O Estado deteve directamente, até meados de Dezembro de 2004, 18,96% do capital da EDP, detinha 34,8% do

capital da GALP em 2001 tendo reduzido para 25,77% até 2004 e detinha ainda 45% da REN em 2001, participação esta que foi reduzida para 20% em 2002 e que se manteve inalterada até final do período em análise.

**Quadro 4.1.2.2.**  
**Empresas Públicas Não Financeiras**  
**Evolução dos Resultados**

RUBRICAS	Ponderado pela Participação do Estado <sup>(1)</sup>					
	2004	2003	2002	2001	Variação 2004 / 2001	
					Absoluta	Var. Média Anual %
Resultado operacional antes de subsídios	-816.877	-781.975	-784.790	-540.534	-276.342	-14,76%
Resultado operacional após subsídios	-413.761	-365.065	-551.150	-376.642	-37.120	-3,18%
Resultado financeiro	-243.392	-351.791	-322.037	-466.150	222.758	19,48%
Resultado corrente	-657.153	-716.857	-873.187	-842.792	185.638	7,96%
<b>Resultado líquido</b>						
<b>Antes de interesses minoritários</b>	<b>-587.847</b>	<b>-541.917</b>	<b>-1.049.516</b>	<b>-721.037</b>	<b>133.190</b>	<b>6,58%</b>
<b>Após Interesses minoritários</b>	<b>-586.872</b>	<b>-527.440</b>	<b>-996.786</b>	<b>-696.542</b>	<b>109.671</b>	<b>5,55%</b>
Meios libertos operacionais	351.134	652.854	322.709	516.785	-165.652	-12,09%
Meios libertos líquidos	178.023	490.479	-122.927	196.885	-18.862	-3,30%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

<sup>(1)</sup> Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGT e as suas participadas.

De acordo com os dados constantes do quadro *supra*, o défice de exploração do conjunto das EPNF, ao longo de todo o período em análise, é acentuado, relativamente aos dados globais, pelo facto do impacto das empresas mais lucrativas ser reduzido em função da proporção das participações directas do Estado nos respectivos capitais.

Merece aqui uma referência os subsídios à exploração, incluindo as indemnizações compensatórias concedidas pelo Estado, que contribuem para uma redução significativa dos prejuízos registados, tendo permitido, em 2004, reduzir para cerca de metade os resultados operacionais negativos obtidos. Os subsídios à exploração beneficiaram essencialmente as empresas dos Transportes, do Audiovisual (RTP), das Infraestruturas Ferroviárias (REFER) e da Cultura (TNDM – Teatro Nacional D. Maria II, S.A. e Casa da Música). As empresas do Sector da Saúde beneficiam também de pagamentos do Estado através do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e de verbas de convergência, mas os mesmos encontram-se incluídos nos proveitos de vendas e prestações de serviços.

Os resultados financeiros ponderados tiveram um comportamento positivo ao longo do período, baixando de -466,2 M€ em 2001 para -243,4 M€ em 2004, contribuindo decisivamente para a melhoria dos resultados líquidos globais ponderados, ainda que estes se mantenham negativos (-586,9 M€ em 2004).

O volume de negócios global das EPNF teve um decréscimo entre 2001 e 2004, verificando-se, contudo, que de 2002 para 2003 houve um crescimento acentuado, determinado, sobretudo, pelo volume de negócios registado em 2003 pelo conjunto das unidades hospitalares empresarializadas

(1.534,2 M€), que tiveram neste exercício o primeiro ano de actividade completo como sociedades anónimas, pela PARPÚBLICA, devido à consolidação da actividade da TAP em 2003, representando um acréscimo de 1.257 M€ (em 2002 a PARPÚBLICA contabilizou a TAP como activo disponível para venda, mensurando o respectivo património pelo custo) e pelo impacto significativo do crescimento do volume de negócios registado pela EDP (mais 691 M€ relativamente ao exercício anterior), o qual já não se verificou em 2004 e ainda pela GALP (mais 502 M€ relativamente ao exercício anterior) (Quadro 4.1.2.3.).

Quadro 4.1.2.3.  
Empresas Públicas Não Financeiras  
Indicadores de Gestão Operacional

RUBRICAS	Globais					
	2004	2003	2002	2001	Variação 2004 / 2001	
					Absoluta	Var. média anual %
Volume de negócios	17.522.701	22.397.154	18.294.380	18.721.237	-1.198.535	-2,18%
Custos com pessoal	3.382.833	4.106.463	2.794.763	3.019.543	363.289	3,86%
<b>VABcf</b>	<b>4.708.768</b>	<b>7.234.399</b>	<b>5.048.967</b>	<b>5.419.137</b>	<b>-710.370</b>	<b>-4,58%</b>
N.º médio de trabalhadores	106.069	131.534	135.912	85.849	20.220	7,30%
<i>VABcf per capita</i>	44	55	37	63	-14	-11,07%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Quando ponderados os valores pelas participações directas do Estado, verifica-se que o volume de negócios do conjunto das EPNF cai para cerca de metade. Esta quebra reside basicamente na ponderação das participações directas do Estado nas empresas REN, EDP e GALP, cujo volume de negócios, no conjunto, representavam 75% do volume de negócios das EPNF em 2003 e em 2004, e sem a EDP, representavam cerca de 67%. (Quadro 4.1.2.4.).

Quadro 4.1.2.4.  
Empresas Públicas Não Financeiras  
Indicadores de Gestão Operacional

RUBRICAS	Ponderado pela Participação do Estado <sup>(1)</sup>					
	2004	2003	2002	2001	Variação 2004 / 2001	
					Absoluta	Var. média anual %
Volume de negócios	8.255.935	9.406.003	6.613.056	8.219.144	36.791	0,15%
Custos com pessoal	3.016.257	3.296.861	2.040.763	2.303.697	712.560	9,40%
<b>VABcf</b>	<b>3.361.918</b>	<b>4.019.762</b>	<b>2.525.187</b>	<b>2.909.765</b>	<b>452.153</b>	<b>4,93%</b>

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

<sup>(1)</sup> Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGT e as suas participadas.

Com efeito, em termos ponderados pela participação do Estado, o volume de negócios registado em 2004 (8.256 M€) manteve-se próximo do verificado em 2001, embora com oscilações pronunciadas em 2002 e 2003.

A queda do volume de negócios ponderado, de 8.219 M€ em 2001 para 6.613 M€ em 2002, é explicada pela TAP, cuja participação directa do Estado foi integralmente transferida para a PARPÚBLICA em 2002, cujas contas consolidadas em 2002 ainda não reflectiam o seu volume de negócios (1 278 M€ em 2001). Por outro lado, também a redução da participação directa do Estado na REN passou de 45% em 2001 para 20% em 2002, correspondendo a uma redução do volume de vendas ponderado de cerca de 400 M€.

O exercício de 2002 evidenciou um decréscimo efectivo do volume de vendas global, que se manteria em 2003 não fosse o impacto positivo do volume de negócios dos 31 hospitais empresa já referido, e o contributo do volume de negócios da GALP, que, não obstante a progressiva redução da participação do Estado, em montante absoluto equivalente à sua participação directa tem correspondido a um volume de negócios na ordem dos 2,3 mil M€/ano.

A evolução dos custos com o pessoal revela um maior crescimento quando considerados os indicadores ponderados, o que, conjugado com uma parcela inferior de volume de negócios imputável às participações directas do Estado, se traduz num maior peso na estrutura de custos e menores margens comerciais.

Note-se que o número médio de trabalhadores (**Quadro 4.1.2.3.**) registou uma subida significativa de 2001 para 2002, por incluir 39.817 trabalhadores dos hospitais empresa existentes em 31 de Dezembro daquele ano, apesar do primeiro ano completo de actividade só ter sido 2003, o que penalizou o VAB<sub>cf</sub> per capita em 2002. Desde esse ano o número de trabalhadores tem vindo a decrescer, com uma diminuição pronunciada em 2004 devido à saída da EDP do universo das EPNF, a qual empregava no ano anterior cerca de 17.700 trabalhadores. Refira-se ainda que, entre as empresas com participação minoritária do Estado em 2004, se destacava a GALP, que empregava cerca de 5.400 colaboradores.

Finalmente, quanto ao activo global, observa-se que entre 2001 e 2003 houve um aumento em cerca de 7.000 M€ resultante sobretudo da entrada dos hospitais empresa para o universo das EPNF (2.700 M€), dos investimentos financeiros da PARPÚBLICA (1 500 M€), de investimentos públicos em infraestruturas ferroviárias (1.500 M€) e ainda de investimentos em recursos hidroeléctricos e requalificação urbana e ambiental. Em 2004, a redução dos montantes globais das rubricas do balanço decorre da saída da EDP (**Quadro 4.1.2.5.**).

**Quadro 4.1.2.5.**  
**Empresas Públicas Não Financeiras**  
**Estrutura Patrimonial**

RÚBRICAS	Globais					
	2004	2003	2002	2001	Variação 2004 / 2001	
					Absoluta	Var. média anual %
<b>Activo líquido</b>	<b>41.118.459</b>	<b>57.540.529</b>	<b>54.291.672</b>	<b>50.707.326</b>	<b>-9.588.868</b>	<b>-6,75%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>9.481.907</b>	<b>14.650.253</b>	<b>15.159.268</b>	<b>15.865.811</b>	<b>-6.383.904</b>	<b>-15,77%</b>
Interesses minoritários	159.102	438.710	269.661	476.787	-317.685	-30,64%
<b>Passivo</b>	<b>31.477.450</b>	<b>42.451.566</b>	<b>38.862.743</b>	<b>34.364.728</b>	<b>-2.887.278</b>	<b>-2,88%</b>
Autonomia financeira	23,06%	25,46%	27,92%	31,29%	-	-
Solvabilidade	30,12%	34,51%	39,01%	46,17%	-	-
Estrutura patrimonial	89,74%	87,89%	84,90%	84,01%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Os valores do balanço referidos no quadro anterior, quando comparados com os valores ponderados (Quadro 4.1.2.6.), evidenciam o decréscimo imputável ao peso das empresas em que o Estado não detém directamente a totalidade do respectivo capital, já anteriormente identificadas.

**Quadro 4.1.2.6.**  
**Empresas Públicas Não Financeiras**  
**Estrutura Patrimonial**

RUBRICAS	Ponderados pela Participação do Estado <sup>(1)</sup>					
	2004	2003	2002	2001	Variação 2004 / 2001	
					Absoluta	Var. média anual %
<b>Activo líquido</b>	<b>29.809.615</b>	<b>32.438.009</b>	<b>31.012.284</b>	<b>29.936.861</b>	<b>-127.246</b>	<b>-0,14%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>6.559.748</b>	<b>7.737.084</b>	<b>8.622.978</b>	<b>8.917.152</b>	<b>-2.357.404</b>	<b>-9,73%</b>
Interesses minoritários	59.876	156.944	143.200	199.536	-139.660	-33,05%
<b>Passivo</b>	<b>23.189.991</b>	<b>24.543.980</b>	<b>22.246.106</b>	<b>20.820.173</b>	<b>2.369.818</b>	<b>3,66%</b>
Autonomia financeira	22,01%	23,85%	27,81%	29,79%	-	-
Solvabilidade	28,29%	31,52%	38,76%	42,83%	-	-
Estrutura patrimonial	90,51%	88,83%	84,28%	85,32%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

<sup>(1)</sup> Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGT e as suas participadas.

A evolução da estrutura patrimonial das EPNF, consubstanciada nos valores dos rácios de autonomia financeira e de solvabilidade revelaram uma evolução negativa ao longo do período em análise, tendendo para uma excessiva dependência de capitais alheios, sobretudo quando considerados os indicadores ponderados pela participação do Estado.

Porém, esta situação é determinada por um pequeno grupo de empresas com peso decisivo no total das EPNF, que permite atenuar um conjunto de situações de desequilíbrio estrutural, designadamente no caso da CP, com capitais próprios negativos em 2004 de 973 M€. Veja-se por exemplo que, em 2003, os capitais próprios de apenas 3 empresas – PARPÚBLICA, EDP e REFER – representavam cerca de 77% dos capitais próprios do conjunto das EPNF, aumentando para 83% quando



ponderados pelas participações directas do Estado, sendo que a PARPÚBLICA apresentou um rácio de autonomia de 53%, a EDP de 29% e a REFER de 48%. Por outro lado, algumas empresas apresentam uma estrutura patrimonial equilibrada graças a critérios de contabilização de amortizações e de subsídios mais favoráveis, como é o caso da REFER que não amortiza as infraestruturas de longa duração e de algumas empresas que levam a capitais próprios os proveitos diferidos decorrentes de subsídios comunitários sem a devida correspondência com as amortizações anuais dos investimentos respectivos.

## 4.2. Situação em 2005

A análise da situação económica e financeira global das EPNF em 2005 teve por base os respectivos relatórios e contas, tomando-se por referência - no caso das empresas que detêm participações noutras empresas e consolidam contas - as contas consolidadas e, entre estas e sempre que disponíveis, as elaboradas de acordo com o referencial contabilístico das normas internacionais em vigor em 2005. Para efeitos de comparação, as contas de 2004 foram também revistas de acordo com o mesmo referencial.

Os indicadores globais obtidos, constantes dos quadros que ilustram a análise efectuada, resultam da agregação das rubricas das demonstrações financeiras, apresentando-se, em paralelo com os valores globais das diversas rubricas, os valores ponderados pelas percentagens da participação directa do Estado, através da DGT, em cada uma das empresas.

Como factos mais relevantes para a análise da situação económica e financeira das EPNF em 2005, destaque-se a transformação do Instituto de Estradas de Portugal em E.P.E., através do Decreto-Lei n.º 239/2004, de 21 de Dezembro, e o aumento da participação da PARPÚBLICA no capital da EDP e da GALP. No entanto, em termos de indicadores globais, verifica-se um efeito de compensação nas parcelas já que ao reforço da participação da PARPÚBLICA corresponde uma diminuição da participação directa do Estado, como aconteceu no caso da GALP. O impacto das contas da EP - Estradas de Portugal, E.P.E., no conjunto das EPNF fez-se sentir pela primeira vez em 2005, sendo de assinalar o peso significativo do seu balanço que, no final de 2005, era de 9.666,0 M€, representando isoladamente 23,7% do activo global ponderado das EPNF.

O resultado líquido global, após interesses minoritários, apurado em 2005, para o conjunto de empresas não financeiras que integrava o SEE, cifrou-se em -36,0 M€ (**Quadro 4.2.1.**), o que representou uma melhoria de 89,2% face a 2004.

**Quadro 4.2.1.**  
**Empresas públicas não financeiras**  
**Evolução dos Resultados**

	Globais				Ponderados pela Participação do Estado <sup>(1)</sup>			
	2005	2004	Variação		2005	2004	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	-413.495	-457.351	43.855	9,6%	-902.455	-816.877	-85.579	-10,5%
Resultado operacional após subsídios	210.700	-30.235	240.935	796,9%	-285.329	-413.761	128.432	31,0%
Resultado financeiro	-257.293	-333.639	76.346	22,9%	-174.622	-243.392	68.770	28,3%
Resultado corrente	-46.593	-363.874	317.282	87,2%	-459.951	-657.153	197.202	30,0%
<b>Resultado líquido</b>								
<b>Antes de interesses minoritários</b>	<b>-30.897</b>	<b>-326.421</b>	<b>295.524</b>	<b>90,5%</b>	<b>-426.204</b>	<b>-587.847</b>	<b>161.644</b>	<b>27,5%</b>
<b>Após interesses minoritários</b>	<b>-36.006</b>	<b>-332.894</b>	<b>296.888</b>	<b>89,2%</b>	<b>-383.939</b>	<b>-586.872</b>	<b>192.869</b>	<b>34,6%</b>
Meios libertos operacionais	1.531.200	1.268.469	262.731	20,7%	466.426	351.134	115.292	32,8%
Meios libertos líquidos	1.284.494	965.811	318.683	33,0%	326.774	178.023	148.751	83,6%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

<sup>(1)</sup> Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGT e as suas participadas. Nos casos em que foram apresentadas contas consolidadas de acordo com o referencial IFRS / IAS, consideraram-se estas.

Este comportamento foi fortemente influenciado pelo aumento dos subsídios à exploração, sob a forma de transferências orçamentais ou de indemnizações compensatórias, que beneficiou, em 2005, sobretudo as empresas dos sectores dos transportes, incluindo as infraestruturas de transportes, das telecomunicações e da saúde, embora neste último caso maioritariamente contabilizados como proveitos de exploração. Igualmente importante foi a melhoria do resultado financeiro em 76,3 M€, esta decorrente, em boa medida, do resultado financeiro da PARPÚBLICA, que passou de 68,7 M€ para 126,4 M€ em consequência dos resultados positivos imputados às associadas e de dividendos recebidos de empresas não contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, sobretudo da GALP.

Se observarmos os mesmos resultados ponderados pela participação do Estado em cada empresa, constata-se que, apesar da melhoria de 34,6% observada no resultado líquido após interesses minoritários, este atingiu os 384 M€ negativos.

O efeito mais significativo da ponderação das participações directas do Estado resulta da GALP, a qual registou resultados líquidos de 333,1 M€ e 442 M€ em 2004 e 2005, respectivamente, e da REN, cujos resultados atingiram 69 M€ em 2004 e 110 M€ em 2005.

Na primeira, o Estado detinha uma participação directa de 25,77% no final de 2004, tendo-a reduzido para 17,7% em 2005, enquanto que na REN a participação directa do Estado era de 20% em 2005, tal como no exercício anterior.

Deve salientar-se que os resultados do ano de 2005 continuaram a ser penalizados pelos significativos défices de exploração das empresas prestadoras de serviços de transportes públicos, cujo prejuízo global ascendeu a 518,2 M€ (545,7 M€ em 2004), para o qual contribuíram

decisivamente os resultados líquidos negativos obtidos pela CP (196,8 M€), pela ML - Metro de Lisboa (162 M€), pela CARRIS (54,5 M€) e pela STCP (17,1 M€), às quais se pode, ainda, acrescentar a MP (71,3 M€), cuja participação directa do Estado é de 10%.

Para o agravamento da situação deficitária das EPNF contribuíram, igualmente, os 31 Hospitais, E.P.E., integrantes do Sector da Saúde no final de 2005, que continuaram a apresentar resultados líquidos negativos, cujo montante global em 2005 foi de 91,5 M€ (mais 6,9 M€ do que no exercício anterior).

Finalmente, em termos de resultados, cabe uma referência à RTP, que, não obstante o contrato programa assinado em 2004, no âmbito do qual foram estabelecidas as indemnizações compensatórias a atribuir pelo Estado com vista ao seu equilíbrio económico e financeiro, apresentou um prejuízo de 31,9 M€ em 2005, representando um agravamento de 25,9 M€ relativamente ao exercício de 2004.

O volume de negócios das EPNF cresceu 15,1% em 2005, atingindo os 20.162,5 M€ (**Quadro 4.2.2.**), montante para o qual só a GALP contribuiu com 55,2%, seguida da REN com 14,3%, da PARPÚBLICA (por via sobretudo da sua participada TAP) com 8,25% e dos serviços de utilidade pública (AdP e CTT) no seu conjunto com 6,0%. A actividade dos Hospitais, E.P.E., representou 8,7% do volume de negócios das EPNF, incluindo-se nesta rubrica os pagamentos do SNS.

**Quadro 4.2.2.**  
**Empresas públicas não financeiras**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	Globais				Ponderados pela Participação do Estado <sup>(1)</sup>			
	2005	2004	Variação		2005	2004	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
Volume de negócios	20.162.475	17.522.701	2.639.774	15,1%	8.231.947	8.255.935	-23.987	-0,3%
Custos com pessoal	3.454.906	3.382.833	72.073	2,1%	3.057.052	3.016.257	40.795	1,4%
<b>VABcf</b>	<b>5.113.855</b>	<b>4.708.768</b>	<b>405.087</b>	<b>8,6%</b>	<b>3.539.581</b>	<b>3.361.918</b>	<b>177.663</b>	<b>5,3%</b>
N.º médio de trabalhadores	104.171	106.069	-1.898	-1,8%	-	-	-	-
<i>VABcf per capita</i>	49,3	44,4	4,9	11,0%	-	-	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

<sup>(1)</sup> Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGT e as suas participadas. Nos casos em que foram apresentadas contas consolidadas de acordo com o referencial IFRS / IAS, consideraram-se estas.

Em termos ponderados, o volume de negócios atingiu, em 2005, 8.232,0 M€, representando apenas cerca de 41% do volume de negócios global, o que se compreende face às reduzidas participações directas do Estado nas duas empresas que mais contribuem para o volume de negócios do conjunto das EPNF.

Em contraste, os custos com pessoal ponderados representaram cerca de 88,5% do valor global, explicados em grande parte pelo agravamento registado no Sector da Saúde e nos CTT, bem como pelos resultantes da entrada da EP para o universo das EPNF. Os custos com o pessoal atingiram no

Sector da Saúde o montante de 1.180,8 M€, mais 110,2 M€ do que o registado em 2004, para o mesmo universo de unidades hospitalares, nos CTT sofreram um agravamento de 45,8 M€ (passando para 418,7 M€ em 2005) e nas EP ascenderam a 54,7 M€. Esses agravamentos foram, no entanto, parcialmente compensados com a diminuição de encargos com o pessoal no grupo PARPÚBLICA em 91 M€, na REFER em 19,5 M€ (a empresa imputa parte dos custos com o pessoal aos investimentos em curso pelo que a variação efectiva poderá ser diferente) e no conjunto dos transportes públicos em 8,5 M€.

O número médio de trabalhadores em 2005 foi inferior em 1.898 relativamente a 2004, como saldo de um conjunto de variações de sinal contrário, destacando-se, entre os principais movimentos, o pessoal da EP (+1.651) por ser o primeiro ano em que é incluída nas EPNF e os aumentos verificados na AdP (+294) e nos CTT (+281), e as diminuições nas empresas operadoras de transportes públicos, que no conjunto reduziram os seus quadros em 1.163 colaboradores, na REFER (-745) e no grupo PARPÚBLICA (-474).

Não obstante esta diminuição do número de efectivos, os custos com o pessoal aumentaram globalmente, situação que poderá ser explicada por razões diversas, como indemnizações por cessação do vínculos contratuais, horas extraordinárias, prémios de desempenho, contratação de pessoal eventual e mesmo aumentos salariais em algumas empresas participadas .

Finalmente, quanto à evolução da estrutura patrimonial das EPNF (**Quadro 4.2.3.**), a nota mais relevante é o aumento do activo e dos capitais próprios em 12.416 M€ e 9.560 M€ respectivamente, correspondendo, neste último caso, a mais de 100% do montante global registado em 2004.

**Quadro 4.2.3.**  
**Empresas públicas não financeiras**  
**Estrutura Patrimonial**

	Globais				Ponderados pela Participação do Estado <sup>(1)</sup>			
	2005	2004	Variação		2005	2004	Variação	
			Absoluta	%			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>53.534.618</b>	<b>41.118.459</b>	<b>12.416.159</b>	<b>30,2%</b>	<b>40.627.930</b>	<b>29.809.615</b>	<b>10.818.315</b>	<b>36,3%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>19.042.290</b>	<b>9.481.907</b>	<b>9.560.383</b>	<b>100,8%</b>	<b>15.699.304</b>	<b>6.559.748</b>	<b>9.139.556</b>	<b>139,3%</b>
Interesses minoritários	176.365	159.102	17.262	10,8%	66.225	59.876	6.348	10,6%
<b>Passivo</b>	<b>34.315.964</b>	<b>31.477.450</b>	<b>2.838.514</b>	<b>9,0%</b>	<b>24.862.402</b>	<b>23.189.991</b>	<b>1.672.411</b>	<b>7,2%</b>
Autonomia financeira	35,6%	23,1%	-	-	38,6%	22,0%	-	-
Solvabilidade	55,5%	30,1%	-	-	63,1%	28,3%	-	-
Estrutura patrimonial	94,6%	89,7%	-	-	96,1%	90,5%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

<sup>(1)</sup> Os valores apresentados resultam da ponderação de cada uma das rubricas pela percentagem de capital detida pelo Estado e não de uma consolidação de contas entre a DGT e as suas participadas. Nos casos em que foram apresentadas contas consolidadas de acordo com o referencial IFRS / IAS, consideraram-se estas.

Estas variações resultaram, essencialmente, da entrada da EP para o universo das EPNF, ascendendo o seu activo líquido total a 9.666,0 M€ e o capital próprio a 9.294,6 M€ - valores reportados a 31 de Dezembro de 2005 – bem como dos investimentos financeiros da PARPÚBLICA, elevados por força de novos investimentos (EDP e GALP) e da valorização de investimentos em

carteira, representando, no conjunto, um acréscimo do activo de 1.340,0 M€ em 2005. Aliás, os activos de apenas 7 empresas ou grupos empresariais do universo das EPNF (EP, REFER, PARPÚBLICA, ML, CP, AdP e CTT) representam no seu conjunto 61,5% do activo global das EPNF, elevando-se esta percentagem a 77,8% se considerados os montantes de activos ponderados pela participação directa do Estado.

Há que referir ainda os investimento públicos registados em 2005 nos domínios das infraestruturas ferroviárias, das águas e saneamento e da rede eléctrica que, no conjunto, ascenderam a 1.928,9 M€ (REFER, com 447,7 M€; AdP com 735,8 M€; ML e MP, no conjunto com 406,2 M€; REN com 339,3 M€), pese embora o respectivo impacto no activo global tenha sido atenuado pelas diminuições registadas num conjunto vasto de empresas, por amortizações e ajustamentos de activos.

Em contrapartida, no passivo global das EPNF verificou-se um agravamento no montante de 2.838,5 M€, explicado pelo aumento do passivo da PARPÚBLICA em 996,4 M€, em resultado da emissão de obrigações permutáveis por acções da EDP a ocorrer durante 2010 e das necessidades financeiras para cobertura de investimentos financeiros realizados, destacando-se o reforço da carteira de participações na GALP e na EDP, da EP (371,4 M€), da REFER (429,3 M€) e de um conjunto de empresas de transportes públicos (486,8 M€), em que se destacam a ML (com um agravamento de 192 M€), a CP (179,6 M€) e a CARRIS (65,9 M€), estas sem contrapartida equivalente no activo, uma vez que se endividam em boa medida para cobertura dos défices de exploração e satisfação dos compromissos do serviço da dívida existente.

Note-se que o relevante impacto da EP no activo global das EPNF não encontra paralelo no passivo, uma vez que, neste caso, o activo constante do balanço no final de 2005 era financiado quase exclusivamente por capitais próprios.

A evolução do activo líquido ponderado encontra justificação nas explicações já apresentadas anteriormente, revelando, contudo, um acréscimo percentualmente superior (36,7%) ao registado sem ponderação (30,5%), devido ao maior peso relativo do activo da EP no activo global ponderado das EPNF.

Também a evolução do capital próprio ponderado pelas participações do Estado encontra explicação sobretudo na entrada da EP para o universo das EPNF, sendo que o capital próprio desta empresa (9.294,6 M€) passou a representar, isoladamente, 59,1% do capital próprio global ponderado das EPNF. Regista-se, ainda, uma variação positiva no capital próprio do grupo PARPÚBLICA (369,6 M€), anulada, contudo, no cômputo global, pelas variações negativas na CP, na Parque EXPO e na ML.

O passivo ponderado registou um crescimento de 7,8%, passando para os 24.862,4 M€. No entanto, deste montante, cerca de 3.955,8 M€ dizem respeito a acréscimos e diferimentos, na sua maioria relacionados com a contabilização de subsídios ao investimento, que serão faseadamente incorporados em resultados.

Os rácios de autonomia financeira e solvabilidade evidenciam uma melhoria substancial da situação financeira global, mas tal evolução deve-se exclusivamente ao facto da EP apresentar um balanço em que o activo é sobretudo financiado por capitais próprios (rácio de autonomia financeira superior a 96%), o que, dado o elevado montante do balanço, tem um efeito significativo no conjunto das EPNF. Sem o efeito da EP, o rácio de autonomia financeira global das EPNF desceria para 20,8%.

## 5. Análise Sectorial

### 5.1. Empresas Públicas Não Financeiras

A título prévio, importa assinalar que os elementos considerados em cada um dos sectores nem sempre são idênticos aos referidos no ponto anterior, uma vez que, para assegurar a comparabilidade entre os exercícios de 2005 e 2004 se procedeu a algumas rectificações nos documentos de prestação de contas das empresas ou a outras alterações consideradas adequadas ao objectivo pretendido. Sempre que tal ocorreu, as situações em causa são devidamente assinaladas no ponto respectivo.

Poderão ainda existir diferenças entre os valores constantes dos documentos de prestação de contas das empresas e os indicados no ponto relativo ao esforço financeiro do Estado, dadas as diferenças entre a óptica orçamental e a assumida na contabilidade empresarial.

#### 5.1.1. Comunicação Social

A participação directa do Estado no Sector da Comunicação Social conta apenas com duas empresas, a RTP, e a Lusa, sendo a evolução do sector determinada quase exclusivamente pela primeira, dada a sua dimensão. O Estado detém igualmente, ainda que de forma indirecta através da RTP, a totalidade do capital da RDP.

A reestruturação deste Sector ocorreu no ano de 2003, tendo sido extinta a PG, que detinha a totalidade das participações do Estado na comunicação social, e transformada a Radiotelevisão Portuguesa, S.A. em Sociedade Gestora de Participações Sociais, passando a denominar-se RTP – Rádio e Televisão de Portugal (S.G.P.S.), S.A., que ficou responsável pelo serviço público de televisão. Todos os activos e passivos da PG, com excepção da participação societária na Lusa, transitaram para a RTP.

Com um resultado líquido negativo de 31,9 M€, a RTP está na origem da degradação do resultado líquido sectorial, uma vez que a Lusa continuou a registar um resultado positivo (1,9 M€) apesar da ligeira quebra em relação a 2004 (2,1 M€).

O agravamento do resultado líquido global do Sector resultou da variação fortemente negativa dos resultados extraordinários da RTP em relação a 2004 (-42,3 M€), ano em que estes foram positivamente influenciados pelas operações de reestruturação da empresa, em especial pela venda do edifício da Av. 5 de Outubro.

**Quadro 5.1.1.1.**  
**Sector da Comunicação Social**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(131.474)	(145.761)	14.287	9,8%
Resultado operacional após subsídios <sup>(7)</sup>	4.451	(11.216)	15.667	139,7%
Resultado financeiro	(28.319)	(29.501)	1.182	4,0%
Resultado corrente	(23.868)	(40.717)	16.849	41,4%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(30.074)</b>	<b>(3.873)</b>	<b>(26.201)</b>	<b>-676,6%</b>
Meios libertos operacionais	24.565	10.512	14.053	133,7%
Meios libertos líquidos	(9.960)	17.855	(27.815)	-155,8%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Pelo contrário, os resultados operacionais registaram uma melhoria significativa face ao ano de 2004, tendo o resultado operacional após subsídios passado a apresentar um valor positivo em ambas as empresas, situação que, no caso da RTP, se verifica pela primeira vez desde a abertura à iniciativa privada de canais de televisão. Para esta evolução contribuiu a diminuição generalizada dos custos da empresa, que atingiu os 12,9 M€, destacando-se a diminuição dos custos com fornecimentos e serviços externos, em boa medida fruto das sinergias obtidas com a integração progressiva da RTP e da RDP.

Salienta-se a importância para ambas as empresas dos contratos de prestação de serviço público assinados com o Estado, que têm permitido o adequado financiamento das actividades por elas desenvolvidas nesse âmbito e proporcionado uma fonte de receitas regular (134,5 M€ em 2004 e 135,9 M€ em 2005, para o conjunto do Sector). No caso da RTP, (S.G.P.S.), S.A., a empresa beneficia ainda de uma contribuição para o audiovisual<sup>(8)</sup> como fonte regular de receitas.

O resultado financeiro apresenta uma evolução positiva de 4%, essencialmente explicada pela renegociação do passivo bancário da RTP, no quadro do Acordo de Reestruturação Financeira outorgado com o Estado em 2003. Este acordo estabeleceu um calendário de recapitalização financeira da empresa pelo seu accionista, permitindo que esta se liberte progressivamente do passivo acumulado na última década.

Os meios libertos operacionais foram positivos em 2004 e 2005, apresentando uma melhoria significativa em linha com a evolução dos resultados operacionais, enquanto que os meios libertos líquidos foram positivos em 2004 e negativos em 2005, sendo a sua evolução explicada, exclusivamente, pela diminuição dos resultados extraordinários da RTP.

Em termos de indicadores operacionais do Sector (**Quadro 5.1.1.2.**), salienta-se o acréscimo de 9% no VABcf, o qual, conjugado com a redução do efectivo médio, permitiu um acréscimo de 11,2% na produtividade do trabalho. Esta melhoria reflecte o esforço efectuado para uma diminuição dos custos operacionais, bem como para uma melhoria ligeira dos proveitos operacionais.

<sup>7</sup> Embora a Lusa tenha alterado, no exercício de 2005, a forma de contabilização da indemnização compensatória recebida do Estado, deixando de a registar em subsídios à exploração e passando a contabilizá-la em prestação de serviços, na análise deste Sector manteve-se o critério utilizado nos anos anteriores, por forma a assegurar a comparabilidade entre os exercícios.

<sup>8</sup> Foi instituída pela Lei n.º 30/2003, de 22 de Agosto, que aprovou um novo modelo de financiamento do serviço público de radiodifusão e de televisão, uma contribuição para o audiovisual, no montante de 1,60 euros mensais a partir de 1 de Setembro de 2003, a qual veio substituir a taxa de radiodifusão sonora.



**Quadro 5.1.1.2.**  
**Sector da Comunicação Social**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	144.802	142.302	2.500	1,8%
Custos com pessoal	107.915	108.816	(900)	-0,8%
<b>VABcf</b>	<b>130.149</b>	<b>119.415</b>	<b>10.734</b>	<b>9,0%</b>
N.º médio de trabalhadores	2.671	2.725	(54)	-2,0%
<i>VABcf per capita</i>	49	44	5	11,2%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

No que respeita à estrutura patrimonial do Sector (**Quadro 5.1.1.3.**), constata-se a redução do activo líquido em cerca de 16,5%, devida, em grande parte, à alienação pela RTP do terreno e edifício da Av. Eng.º Duarte Pacheco, n.º 26 (antiga sede da RDP), bem como, também nesta empresa, à diminuição das dívidas de terceiros de curto prazo, salientando-se a anulação do saldo de 27,1 M€ existente na rubrica subscritores de capital e o decréscimo de 20,7 M€ na rubrica de outros devedores.

Também o passivo sofreu uma diminuição de 8%, sobretudo explicada pela redução do nível de endividamento de curto e médio e longo prazo de ambas as empresas, que no caso da RTP está associado ao cumprimento pelo Estado das suas obrigações no âmbito do Acordo de Reestruturação Financeira.

**Quadro 5.1.1.3.**  
**Sector da Comunicação Social**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>412.788</b>	<b>494.240</b>	<b>(81.452)</b>	<b>-16,5%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>(750.930)</b>	<b>(771.340)</b>	<b>20.410</b>	<b>2,6%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	0,0%
<b>Passivo</b>	<b>1.163.718</b>	<b>1.265.580</b>	<b>(101.862)</b>	<b>-8,0%</b>
Autonomia financeira	-181,9%	-156,1%	-	-
Solvabilidade	-64,5%	-60,9%	-	-
Estrutura patrimonial	60,9%	61,9%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

As alterações verificadas a partir de 2003 na estrutura do passivo, com a consolidação da dívida da RTP, levaram a que o rácio de estrutura patrimonial passasse a apresentar um valor positivo, apesar dos capitais próprios serem fortemente negativos, tal como evidenciado pelos indicadores de solvabilidade e autonomia financeira. Importa salientar que o valor negativo destes indicadores se deve exclusivamente à RTP, já que na Lusa apresentam positivos, tendo mesmo registado uma melhoria em relação a 2004.

Os capitais próprios do conjunto do Sector continuam negativos, embora tenham registado um acréscimo de 20,4 M€ em 2005. No caso da RTP existiu a conjugação de um aumento em 55,7 M€ do seu capital social com o agravamento do resultado líquido negativo em 25,9 M€, pelo que esta apresenta capitais próprios de -757,2 M€ em 2005, face a -776,4 M€ em 2004. Quanto aos

capitais próprios da Lusa, regista-se uma melhoria de cerca de 22,2%, tendo passado de 5,1 M€ em 2004 para 6,2 M€ em 2005.

## 5.1.2. Gestão de Infraestruturas

### 5.1.2.1. Infraestruturas Aéreas

Este Sector integra as empresas ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A., EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A., NAV e NAER, todas com participação directa do Estado e em que este detém, directa ou indirectamente, a maioria do respectivo capital.

Para efeitos de agregação das contas, optou-se por considerar as demonstrações financeiras individuais de cada uma das empresas, o que não sucede nas contas agregadas do SEE. Embora esta abordagem permita evidenciar, de forma mais clara, o comportamento de cada uma das empresas, tem como desvantagem o empolamento de alguns agregados, particularmente ao nível da estrutura patrimonial e a não anulação das operações entre a ANA e as suas participadas.

O resultado líquido do Sector (**Quadro 5.1.2.1.1.**) registou uma evolução positiva de 32,3 M€, sustentada pelo crescimento do resultado operacional, o qual, contudo, foi parcialmente absorvido por um aumento do imposto sobre os lucros em 9,0 M€

**Quadro 5.1.2.1.1.**  
**Sector das Infraestruturas Aéreas**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	45.485	11.756	33.729	286,9%
Resultado operacional após subsídios	45.485	11.799	33.685	285,5%
Resultado financeiro	(15.511)	(18.553)	3.042	16,4%
Resultado corrente	29.973	(6.754)	36.727	543,8%
<b>Resultado líquido</b>	<b>34.124</b>	<b>1.827</b>	<b>32.297</b>	<b>1767,5%</b>
Meios libertos operacionais	130.665	110.264	20.401	18,5%
Meios libertos líquidos	119.304	100.292	19.012	19,0%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Salienta-se a melhoria do resultado líquido em quase todas as empresas, verificando-se somente uma quebra sem significado na EDAB, empresa que se encontra ainda em fase de arranque.

Destaca-se em particular o bom desempenho operacional registado pela ANA e ANAM, que obtiveram acréscimos no seu volume de negócios de 14,6% e 19,4%, bem como o da NAV, cujo resultado operacional passou de -5,5 M€ para +7,7 M€, tendo o resultado líquido subido de 1,2 M€ para 10,8 M€. Para a evolução dos resultados da NAV contribuiu sobretudo a redução dos custos operacionais, destacando-se a diminuição dos custos com o pessoal e das amortizações, neste caso reflectindo o efeito da aplicação do método das quotas degressivas.

A evolução dos meios libertos encontra-se em linha com a evolução dos resultados anteriormente descrita, mas o seu volume situa-se num patamar claramente superior, ilustrando bem o volume de amortizações suportado pelo Sector, que representou, em 2005, cerca de 18% do total dos custos.

Este efeito é particularmente visível na ANAM, empresa que registou um resultado operacional negativo de 13,7 M€ para um volume de amortizações de 28,2 M€, correspondentes a cerca de 45,6% do total dos seus custos. Assim, apesar do prejuízo verificado, os meios libertos líquidos desta sociedade foram positivos em 19,1 M€, registando mesmo um crescimento de 12,8% face a 2004.

**Quadro 5.1.2.1.2.**  
**Sector das Infraestruturas Aéreas**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	470.218	432.889	37.328	8,6%
Custos com pessoal	211.186	212.322	(1.136)	-0,5%
<b>VABcf</b>	<b>364.032</b>	<b>336.475</b>	<b>27.557</b>	<b>8,2%</b>
N.º médio de trabalhadores	2.773	2.789	(16)	-0,6%
<i>VABcf per capita</i>	131	121	11	8,8%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Quanto à evolução dos custos com pessoal (**Quadro 5.1.2.1.2.**), apesar do comportamento desfavorável deste indicador na ANA e na ANAM, o Sector foi positivamente afectado pela evolução da NAV, empresa que representa cerca de 58,8% destes custos no sector, e que registou uma diminuição de 4,8% nesta rubrica em 2005, embora se deva referir que em 2004 a rubrica de encargos com fundos de pensões registou um acréscimo extraordinário, decorrente da transferência das responsabilidades com pensões para a Caixa Geral de Aposentações (CGA).

Na origem do crescimento de 3,2% evidenciado pelo activo líquido do Sector (**Quadro 5.1.2.1.3.**), esteve fundamentalmente o acréscimo do imobilizado corpóreo em 43,8 M€, sendo este aumento explicado pelo volume de investimentos efectuados pela ANA, em especial no Aeroporto Francisco Sá Carneiro.

**Quadro 5.1.2.1.3.**  
**Sector das Infraestruturas Aéreas**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>1.571.884</b>	<b>1.523.391</b>	<b>48.493</b>	<b>3,2%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>375.393</b>	<b>363.346</b>	<b>12.047</b>	<b>3,3%</b>
Interesses minoritários	0	0	-	-
<b>Passivo</b>	<b>1.196.491</b>	<b>1.160.045</b>	<b>36.446</b>	<b>3,1%</b>
Autonomia financeira	23,9%	23,9%	-	-
Solvabilidade	31,4%	31,3%	-	-
Estrutura patrimonial	97,2%	95,2%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

O aumento do passivo em 3,1% deveu-se, designadamente, à constituição de provisões pela NAV, para encargos com o período de inactividade remunerada dos controladores aéreos e para pensões de reforma, bem como ao aumento do nível de endividamento da ANA, necessário ao financiamento dos investimentos realizados.

Quanto à evolução do capital próprio, esta é essencialmente explicada pelos resultados líquidos das diferentes empresas do Sector.

### 5.1.2.2. Infraestruturas Ferroviárias

Este Sector integra apenas as empresas REFER e RAV (sociedade de capitais exclusivamente públicos, detida em 60% pelo Estado e em 40% pela REFER), não sendo as demonstrações financeiras da RAVE materialmente relevantes no contexto sectorial, em virtude da sua actividade, até 31 de Dezembro de 2005, se limitar, conforme previsto, à elaboração de estudos e projectos com vista à implementação da rede de alta velocidade em Portugal.

Quanto à REFER, apurou em 2005 um resultado líquido negativo de 160,4 M€<sup>(9)</sup>, tendo este indicador evoluído desfavoravelmente cerca de 4,0% em relação ao ano anterior.

**Quadro 5.1.2.2.1.**  
**Sector das Infraestruturas Ferroviárias**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(119.162)	(117.178)	(1.984)	-1,7%
Resultado operacional após subsídios	(92.041)	(88.822)	(3.219)	-3,6%
Resultado financeiro	(52.802)	(53.753)	951	1,8%
Resultado corrente	(144.843)	(142.575)	(2.269)	-1,6%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(160.391)</b>	<b>(154.180)</b>	<b>(6.212)</b>	<b>-4,0%</b>
Meios libertos operacionais	(78.071)	(73.695)	(4.376)	-5,9%
Meios libertos líquidos	(146.422)	(139.053)	(7.369)	-5,3%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

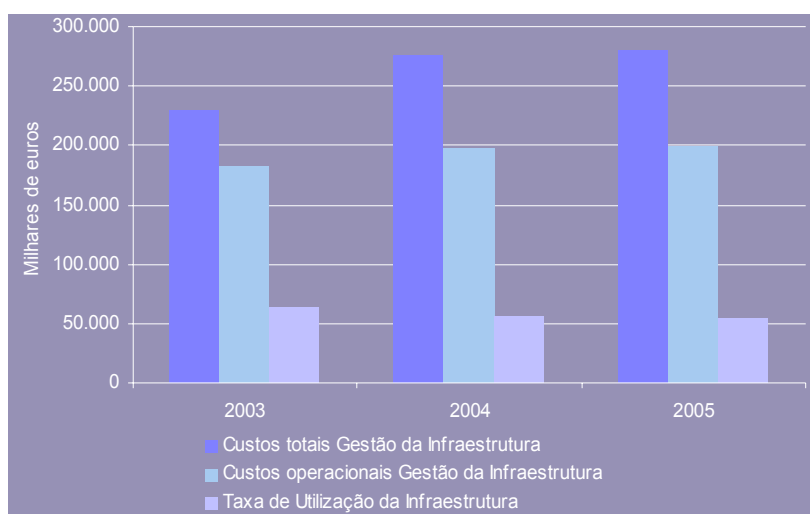
Para este desempenho foi decisivo o aumento dos fornecimentos e serviços externos em 17,45 M€, resultante do significativo acréscimo da subcontratação e do incremento do valor das rendas suportadas, a par da diminuição de 4,35 M€ na prestação de serviços. Este efeito foi, em parte, compensado pelo acréscimo ocorrido em proveitos suplementares (9,68 M€), decorrente, essencialmente, do aluguer de espaços comerciais e dos montantes cobrados às operadoras pela utilização das estações.

Os meios libertos apresentam um decréscimo em 2005, evidenciando um valor fortemente negativo, que espelha o facto dos proveitos inerentes à utilização da infra-estrutura suportados pelas operadoras CP e FERTAGUS não cobrirem os custos de gestão e manutenção da mesma.

Com os défices observados, a REFER não consegue gerar meios financeiros próprios para alimentar as necessidades de tesouraria geradas pelo ciclo de exploração, sendo ainda onerada pelo facto das regras de pagamento da Taxa de Utilização da Infraestrutura (TUI) pelas operadoras implicarem prazos médios de recebimento superiores aos prazos médios de pagamento. Neste contexto, para além das elevadas necessidades de financiamento do investimento, também a exploração contribui para o agravamento sistemático do resultado financeiro, por via do crescente passivo bancário.

<sup>9</sup> Foram consideradas as contas individuais da REFER, únicas disponíveis à data de conclusão deste documento.

**Gráfico 5.1.2.2.1.**  
Sector de Infraestruturas Ferroviárias  
Custos Gestão Infra-estrutura/Taxa de Utilização



O volume de negócios do Sector regrediu face ao ano anterior, em consequência da diminuição de 1,4% verificada na TUI, cujo montante ascendeu a 54,9 M€ em 2005, representando a maior fonte de receita da REFER. Este agravamento decorre, não da diminuição do movimento das operadoras, mas das regras de cálculo desta taxa, definidas pela entidade reguladora, que se revelam insuficientes para atender ao nível de custos suportados pela REFER na Infraestruturas de Longa Duração (ILD) <sup>(10)</sup> (Gráfico 5.1.2.2.1.).

**Quadro 5.1.2.2.2.**  
Sector das Infraestruturas Ferroviárias  
Indicadores de Gestão Operacional

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	65.287	69.632	(4.345)	-6,2%
Custos com pessoal	117.195	121.329	(4.134)	-3,4%
<b>VAB<sub>cf</sub></b>	<b>42.291</b>	<b>50.227</b>	<b>(7.936)</b>	<b>-15,8%</b>
N.º médio de trabalhadores	4.040	4.374	(334)	-7,6%
VAB <sub>cf</sub> <i>per capita</i>	10,5	11,5	(1)	-8,8%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

A diminuição do número médio de trabalhadores em 2005, explica a variação dos custos com pessoal. Contudo, esta diminuição não foi suficiente para manter a produtividade *per capita*, que diminuiu em relação ao ano anterior, em consequência da evolução negativa do VAB<sub>cf</sub>.

No que respeita à estrutura patrimonial, a actividade da REFER tem sido marcada pela realização de pesados investimentos em ILD, sem uma adequada cobertura por capitais próprios. Para superar esta situação, a empresa, cuja exploração corrente é deficitária, tem recorrido ao mercado financeiro, conduzindo ao aumento do seu passivo, que beneficia, na sua maioria, da garantia pessoal do Estado.

<sup>10</sup> No caso específico da Fertagus, a operadora não tem efectuado qualquer pagamento referente à TUI, de acordo com o contratualmente estabelecido, dado que o tráfego se encontra abaixo da banda mínima de referência para poder ser facturado, sendo a REFER compensada pelo Estado do montante daquela taxa, através de parte da IC, nos termos do D.L. n.º 189-B/200, de 2/06.

**Quadro 5.1.2.2.3.**  
**Sector das Infraestruturas Ferroviárias**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>6.564.164</b>	<b>6.076.919</b>	<b>487.245</b>	<b>8,0%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>2.443.165</b>	<b>2.447.738</b>	<b>(4.573)</b>	<b>-0,2%</b>
Interesses minoritários	0	0		
<b>Passivo</b>	<b>4.120.999</b>	<b>3.629.181</b>	<b>491.818</b>	<b>13,6%</b>
Autonomia financeira	37,2%	40,3%	-	-
Solvabilidade	59,3%	67,4%	-	-
Estrutura patrimonial	84,7%	81,1%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Efectivamente, em 2005, o investimento realizado pela REFER e pelas sua participadas situou-se nos 448 M€, dos quais 96% correspondem a ILD e 4% a outros investimentos. O activo líquido desta empresa apresentou uma taxa de crescimento de 7,5% no exercício, elevando o seu montante para 6.500,3 M€.

Os níveis de autonomia financeira e de solvabilidade têm vindo a diminuir na medida em que os capitais alheios vêm adquirindo maior peso na estrutura de financiamento da empresa. Nos últimos anos verificou-se a quase estabilização dos capitais próprios e um aumento do passivo, sobretudo da dívida bancária a médio e longo prazo. O endividamento bancário total, no final de 2005, representava 91,8% do passivo, perspectivando-se o seu aumento no decurso de 2006.

Não obstante este aumento do passivo e a acumulação de resultados transitados negativos, a empresa continua a evidenciar uma cobertura do activo por capitais próprios (rácio de autonomia financeira) superior a 35%, devido aos 3.256 M€ de reservas existentes no final de 2005.

### 5.1.2.3. Infraestruturas Portuárias

O Sistema Portuário Nacional dispõe de 5 portos principais – Aveiro, Lisboa, Leixões, Setúbal e Sines. Em 1998, o Estado procedeu à reestruturação do enquadramento institucional e legislativo do Sector Marítimo-Portuário, com o objectivo de conferir às administrações portuárias instrumentos adequados a uma gestão mais dinâmica e flexível, tendo as administrações portuárias dos 5 portos sido transformadas em sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos que, por questões de proximidade geográfica e do foro operacional, agregaram igualmente os Portos do Douro (a Leixões) e de Sesimbra (a Setúbal).

Desta forma, foram criadas a APA – Administração do Porto de Aveiro S.A., a APL – Administração do Porto de Lisboa, S.A., a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A., a APSS – Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A. e a APS – Administração do Porto de Sines, S.A.

O resultado líquido deste conjunto de empresas em 2005 ascendeu a 13,5 M€, com uma evolução positiva em cerca de 3,8%. Esta melhoria foi fundamentalmente conseguida através da redução dos

custos extraordinários em 11,9 M€ e do crescimento dos proveitos operacionais em 6,4 M€, resultante do aumento da actividade portuária em 22%.

Este aumento da eficiência operacional das empresas portuárias encontra-se parcialmente associado à política que tem vindo a ser seguida no sentido de privilegiar a concessão de instalações e terminais a entidades privadas, em detrimento da exploração directa dessas mesmas infraestruturas, tendo-se caminhado para a consolidação do modelo de gestão como *Landlord Port*.

**Quadro 5.1.2.3.1.**  
**Sector das Infraestruturas Portuárias**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	3.424	7.116	(3.693)	-51,9%
Resultado operacional após subsídios	3.519	7.392	(3.873)	-52,4%
Resultado financeiro	(1.930)	(3.072)	1.142	-37,2%
Resultado corrente	1.589	4.320	(2.731)	-63,2%
<b>Resultado líquido</b>	<b>13.486</b>	<b>12.992</b>	<b>494</b>	<b>+3,8%</b>
Meios libertos operacionais	52.511	54.561	(2.050)	-3,8%
Meios libertos líquidos	62.478	60.161	2.317	+3,9%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Em termos operacionais, a APL é a empresa que regista maior volume de negócios (45,6 M€), seguida da APDL com 35,3 M€ e da APS com 30,1 M€, representando estas 3 empresas 82% do volume total de negócios, enquanto que, ao nível de carga movimentada, a APS é responsável por 41% do total, com 20,9 milhões de toneladas movimentadas em 2005.

As diferenças registadas entre o volume de negócios e o movimento de carga derivam das diferentes especializações dos portos e da sua situação geográfica, sendo a APL beneficiária não só dos proveitos de movimentação de carga como também da escala de navios de cruzeiro e da exploração comercial da extensa frente ribeirinha sob sua administração.

Apesar da variação positiva registada do lado dos proveitos operacionais, registou-se um agravamento significativo dos custos operacionais, designadamente devido ao aumento dos custos com pessoal em cerca de 11%, com particular incidência na APL (4 M€) e na APDL (1 M€). Este acréscimo é explicado, quer pelo aumento do número de trabalhadores, quer pelo resultado do estudo actuarial relativo às responsabilidades com o sistema complementar de saúde (NIC 19).

Salienta-se ainda que a evolução favorável do volume de negócios contrabalançou um aumento significativo dos seus custos com o pessoal (**Quadro 5.1.2.3.2.**), conduzindo a um crescimento de 6,4% em termos de produtividade *per capita* do Sector Portuário.

**Quadro 5.1.2.3.2.**  
**Sector das Infraestruturas Portuárias**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	135.352	124.410	10.942	+8,8%
Custos com pessoal	52.813	47.573	5.239	+11,0%
<b>VABcf</b>	<b>110.146</b>	<b>101.777</b>	<b>8.370</b>	<b>8,2%</b>
N.º médio de trabalhadores	1.125	1.106	19	+1,7%
<i>VABcf per capita</i>	97,9	92,0	6	6,4%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

As empresas do Sector Portuário, com excepção da APSS, começam a dar sinais de uma evolução positiva em termos patrimoniais, tendo-se invertido a tendência registada até 2003 em matéria de degradação dos capitais próprios do conjunto do sector, por via dos prejuízos acumulados e do elevado esforço de investimento anual (**Quadro 5.1.2.3.3.**). O esforço de investimento tem incidido sobretudo em projectos de expansão da capacidade, destacando-se, neste caso, a APS, ao nível da modernização dos equipamentos e da segurança das operações, na melhoria das acessibilidades e na integração das infraestruturas portuárias com os núcleos urbanos em que se inserem.

**Quadro 5.1.2.3.3.**  
**Sector das Infraestruturas Portuárias**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>1.481.017</b>	<b>1497.011</b>	<b>(15.994)</b>	<b>-1,1%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>673.572</b>	<b>640.817</b>	<b>32.755</b>	<b>5,1%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	0%
<b>Passivo</b>	<b>807.445</b>	<b>856.193</b>	<b>(48.748)</b>	<b>-5,7%</b>
Autonomia financeira	45,5%	42,8%	-	-
Solvabilidade	83,4%	74,8%	-	-
Estrutura patrimonial	91,6%	89,6%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Apesar da razoável capacidade de autofinanciamento exibida pelas empresas portuárias, os investimentos realizados obrigaram também ao recurso crescente a capitais alheios, tendo conduzido, ao longo dos anos, a um rápido crescimento do passivo, pese embora não terem colocado em causa a capacidade destas empresas saldarem os seus compromissos financeiros. A partir de 2003, assistiu-se a uma inversão deste ciclo, com a aproximação da conclusão de alguns dos projectos de investimento mais emblemáticos, tendo a generalidade das empresas reduzido fortemente o seu volume de investimento para níveis próximos da sua capacidade de autofinanciamento.

Assim, a diminuição do passivo conjugada com a obtenção de resultados líquidos positivos provocou um aumento dos rácios de autonomia financeira e de solvabilidade do Sector Portuário (**Quadro 5.1.2.3.3.**).

Em termos individuais, a APDL é a empresa que tem apresentado ao longo dos anos a situação financeira mais sólida, originada pela concessão de instalações portuárias a operadores privados,



permitindo-lhe autofinanciar uma parte substancial do seu programa de investimentos. Contudo, as restantes empresas apresentam também sinais de evolução positiva.

O Sector Portuário ficou marcado em 2005 por um abrandamento dos investimentos, conduzindo a uma diminuição do passivo em 48,7 M€, tendo o imobilizado líquido registado um decréscimo de 22,2 M€, que está na origem da redução do activo líquido em 15,9 M€ (**Quadro 5.1.2.3.3.**). A excepção a este comportamento foi a APA que aumentou o seu imobilizado em 2,7 M€.

#### 5.1.2.4. Infraestruturas Rodoviárias

O Sector das Infraestruturas Rodoviárias integra apenas a empresa EP, a qual resultou da transformação do Instituto Estradas de Portugal em Entidade Pública Empresarial, operada pelo Decreto-Lei n.º 239/2004, de 21 de Dezembro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005. Este Instituto tinha sido criado através do Decreto-Lei n.º 237/99, de 25 de Junho, no âmbito da reestruturação das actividades atribuídas à Junta Autónoma das Estradas, tendo integrado, por fusão determinada pelo Decreto-Lei n.º 227/2002, de 30 de Outubro, as competências cometidas ao Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária e ao Instituto para a Construção Rodoviária.

O resultado líquido da empresa (**Quadro 5.1.2.4.1.**) registou uma evolução negativa de 69,4 M€, explicada pelos decréscimos verificados no resultado extraordinário (51,1 M€) e nos subsídios à exploração da estrutura operativa (15,9 M€).

**Quadro 5.1.2.4.1.**  
**Sector das Infraestruturas Rodoviárias**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004 <sup>(11)</sup>	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(119.030)	(67.386)	(51.644)	-76,6%
Resultado operacional após subsídios	(6.775)	11.143	(17.917)	-160,8%
Resultado financeiro	1.003	1.275	(242)	-19,0%
Resultado corrente	(5.772)	12.418	(18.190)	-146,5%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(4.334)</b>	<b>65.105</b>	<b>(69.439)</b>	<b>-106,7%</b>
Meios libertos operacionais	(4.241)	15.058	(19.299)	-128,2%
Meios libertos líquidos	(1.800)	69.020	(70.820)	-102,6%

Fonte: Relatório e contas da empresa provisório

Unidade: Milhares de euros

A evolução do resultado operacional antes de subsídios prende-se com o incremento muito significativo dos custos com a conservação de estradas e pontes, na ordem de 48,2 M€, o qual foi compensado pelo aumento dos subsídios à exploração – conservação de estradas e pontes no montante de 49,6 M€. No entanto, os subsídios de que a empresa beneficiou afectos à estrutura operativa passaram de 78,5 M€ em 2004, para 62,7 M€ em 2005, traduzindo-se, em termos líquidos, num aumento de subsídios à exploração no montante de 33,8 M€, insuficiente para compensar o acréscimo de custos atrás referido.

<sup>11</sup> Para viabilizar a análise evolutiva, tomou-se para 2004 o valor de abertura das contas de 2005.

O ano de 2005 saldou-se num aumento de 35 trabalhadores no efectivo médio, circunstância que decorre, no essencial, de dois processos de regularização de trabalhadores em situações precárias, que resultaram na integração de cerca de 107 novos colaboradores (**Quadro 5.1.2.4.2.**).

**Quadro 5.1.2.4.2.**  
**Sector das Infraestruturas Rodoviárias**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004 *	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.090	8.402	(7.312)	-87,0%
Custos com pessoal	54.748	53.441	1.307	2,4%
<b>VABcf</b>	<b>50.418</b>	<b>69.223</b>	<b>(18.805)</b>	<b>-27,2%</b>
N.º médio de trabalhadores	1.661	1.626	35	2,2%
<i>VABcf per capita</i>	30,4	42,6	(12)	-28,7%

Fonte: Relatório e contas da empresa provisório

Unidade: Milhares de euros

\* Valor de abertura de 2005

A estrutura patrimonial da EP apresenta predominantemente um elevado nível de activos corpóreos, uma situação líquida que representa mais de 96,6% do activo e um passivo relativamente reduzido.

Na origem do crescimento de 9,2% evidenciado pelo activo líquido da EP (**Quadro 5.1.2.4.3.**), esteve o acréscimo do imobilizado corpóreo em 905,4 M€, que é explicado fundamentalmente pelo investimento em imobilizado de domínio público.

**Quadro 5.1.2.4.3.**  
**Sector das Infraestruturas Rodoviárias**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004 *	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>9.666.026</b>	<b>8.850.188</b>	<b>815.838</b>	<b>9,2%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>9.294.640</b>	<b>8.540.892</b>	<b>753.748</b>	<b>8,8%</b>
Interesses minoritários	-	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>371.386</b>	<b>309.296</b>	<b>62.090</b>	<b>20,1%</b>
Autonomia financeira	96,2%	96,5%	-	-
Solvabilidade	2502,7%	2761,4%	-	-
Estrutura patrimonial	96,6%	98,6%	-	-

Fonte: Relatório e contas da empresa provisório

Unidade: Milhares de euros

\* Valor de abertura de 2005

O aumento do passivo em 20,1% deveu-se, designadamente, ao acréscimo do endividamento bancário de curto prazo, na ordem de 50,5 M€, o qual decorreu da necessidade de evitar o elevado nível de juros de mora aos fornecedores.

### 5.1.2.5. Outras Infraestruturas

A análise que se segue trata de um conjunto de empresas actuando em áreas diversificadas, mas tendo como elemento comum o tratar-se da gestão de infraestruturas. Embora, por isso, não constitua um sector homogéneo, devido à dimensão e relevância das empresas que o integram (DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A., EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A., REN e SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.), não poderá ser encarado como residual no âmbito do SEE.

A melhoria da generalidade dos resultados neste Sector (**Quadro 5.1.2.5.1.**) deve-se, fundamentalmente, ao desempenho da REN. De facto, esta sociedade gerou um resultado líquido positivo de 110,6 M€ no exercício de 2005, apresentando um crescimento de 41,3 M€ face ao registado no ano anterior.

Na origem desta *performance* está a melhoria dos resultados operacionais, a qual decorre do acréscimo das vendas de energia eléctrica em cerca de 420,1 M€ que, conjugado com o aumento de 167,7 M€ no valor relativo à correcção de hidraulicidade, mais que compensou o acréscimo de 549,9 M€ nos custos suportados com a compra de electricidade.

**Quadro 5.1.2.5.1.**  
**Sector das Outras Infraestruturas**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	132.184	117.885	14.299	12,1%
Resultado operacional após subsídios	132.184	117.885	14.299	12,1%
Resultado financeiro	(15.541)	(42.557)	27.016	-63,5%
Resultado corrente	116.643	75.328	41.315	54,8%
<b>Resultado líquido</b>	<b>102.886</b>	<b>61.889</b>	<b>40.997</b>	<b>66,2%</b>
Meios libertos operacionais	245.800	215.363	30.437	14,1%
Meios libertos líquidos	216.502	159.367	57.135	35,9%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Refira-se, ainda, que também o resultado financeiro da REN aumentou 28,9 M€, ou seja 98,1%, devido ao retorno, sob a forma de dividendos, obtido pela participação detida no capital social da GALP.

**Quadro 5.1.2.5.2.**  
**Sector das Outras Infraestruturas**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	2.932.460	2.508.173	424.286	16,9%
Custos com pessoal	52.999	51.576	1.423	2,8%
<b>VABcf</b>	<b>378.801</b>	<b>307.197</b>	<b>71.604</b>	<b>23,3%</b>
N.º médio de trabalhadores	1.428	1.433	(5)	-0,3%
<b>VABcf per capita</b>	<b>265,3</b>	<b>214,4</b>	<b>51</b>	<b>23,7%</b>

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Embora a rubrica de custos com pessoal e a evolução do número médio de trabalhadores do Sector tenham registado uma variação sem significado, importa salientar a diminuição do número de efectivos ao serviço da DOCAPESCA, que passou de 624 em 2004 para 601 em 2005 e o consequente decréscimo de 0,8 M€ na rubrica de custos com pessoal, o que reflecte as medidas internas de rigor, contenção e racionalização dos recursos humanos desta empresa.

Em termos patrimoniais (**Quadro 5.1.2.5.3.**), o acréscimo de 8,8% no activo líquido sectorial é fundamentalmente explicado pelo aumento de 339,2 M€ no activo líquido da REN. As rubricas que contribuíram para esta variação positiva foram as de imobilizado corpóreo e de acréscimos e diferimentos.

O acréscimo de 166,2 M€ na rubrica de acréscimos e diferimentos activos da REN, em parte deve-se a aquisições de electricidade a várias empresas, que ainda não foram facturadas. Estão também incluídos nesta conta os custos da tarifa transfronteiriça do final do ano.

Também o activo líquido da EDIA teve uma evolução positiva de 18,0%, que é plenamente justificado com a realização de investimentos, na ordem de 93,6M€, dos quais 67% no Sistema Global de Rega.

**Quadro 5.1.2.5.3.**  
**Sector das Outras Infraestruturas**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>4.422.711</b>	<b>4.066.574</b>	<b>356.137</b>	<b>8,8%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>1.223.039</b>	<b>1.138.199</b>	<b>84.840</b>	<b>7,5%</b>
Interesses minoritários	(718)	(7.950)	7.231	-91%
<b>Passivo</b>	<b>3.200.391</b>	<b>2.936.325</b>	<b>264.066</b>	<b>9%</b>
Autonomia financeira	27,7%	28%	-	-
Solvabilidade	38,2%	38,8%	-	-
Estrutura patrimonial	95,2%	95,7%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Também o crescimento do passivo do Sector se deveu especialmente ao aumento do endividamento bancário da REN em cerca de 165,2 M€, na sua maioria constituído por papel comercial. No entanto importa referir que existiu uma diminuição das dívidas a instituições bancárias na DOCAPESCA (1,1 M€), pela moderada execução do plano de investimentos de 2005, e na SIMAB (15,3 M€), relacionada com o início da amortização do capital em dívida por parte de algumas empresas do Grupo, em particular no MARL e na própria SIMAB.

Refira-se ainda que, o aumento dos capitais próprios neste Sector, em cerca de 84,8 M€, se deve essencialmente ao aumento de capital social efectuado na SIMAB, no montante de 30,0 M€, com vista a proporcionar os meios financeiros necessários ao saneamento do passivo das participadas da empresa, nomeadamente, da MARL e da MARÉ, bem como à evolução favorável do resultado líquido positivo da REN, que registou um acréscimo de 41,4 M€ face a 2004.

### 5.1.3. Indústria

A participação directa do Estado em empresas ligadas ao sector indústria encontra-se actualmente reduzida a 3 sociedades:

- EMPORDEF, *holding* do Estado para o sector da defesa, sendo igualmente detentora da totalidade do capital social da ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A., que constitui a sua maior participada;
- EDM, que agregava as participações no sector mineiro, mas cuja actividade, após a alienação da participação maioritária que detinha na Somincor, se encontra centrada, sobretudo, na descontaminação e requalificação de áreas mineiras;
- SPE – Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A., que entrou na carteira do Estado no âmbito da liquidação da IPE e tem como principal activo e actividade a gestão da sua participada

SML – Sociedade Mineira da Lucapa, que se dedica à exploração de minas de diamantes em Angola. A participação da SPE na SML é de 49%, sendo sócia majoritária a ENDIAMA, empresa pública angolana para o sector dos diamantes.

Nos dados de 2004 está ainda incluída a DIATRADA, uma vez que essa sociedade se encontrava activa nesse ano, tendo entrado em liquidação no dia 4 de Julho de 2005, de acordo com deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária dessa mesma data.

Pelo contrário, não foram considerados, quer em 2004, quer em 2005, os ENVC, uma vez que a participação directa de 100% que o Estado detinha nesta sociedade foi entregue à EMPORDEF em Janeiro de 2005, para realização em espécie de um aumento de capital social dessa empresa, tendo-se optado por considerar somente as contas consolidadas desta última, que integram já a referida participação.

Importará ainda referir que também não constam dos dados aqui analisados os elementos relativos à PEC, também detida a 100% mas que entrou em liquidação ainda em 2004.

O resultado líquido do conjunto destas empresas registou em 2005 um comportamento desfavorável (**Quadro 5.1.3.1.**), tendo para esse facto contribuído principalmente a EMPORDEF, com um prejuízo de 14,6 M€. A SPE, cuja dinâmica reflecte essencialmente a evolução da participada SML, foi a única empresa que melhorou o seu resultado líquido, passando de 0,2 M€ em 2004 para 1,8M€ em 2005, embora se deva assinalar que também a EDM manteve resultados líquidos positivos, apesar destes se terem reduzido de 4,4 M€ em 2004, para 1,5 M€ em 2005, sendo sobretudo devidos, em ambos os exercícios, à receita extraordinária gerada pela alienação da participação na Somincor.

**Quadro 5.1.3.1.**  
**Sector da Indústria**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(23.928)	(18.282)	(5.647)	-30,9%
Resultado operacional após subsídios	(23.720)	(17.157)	(6.563)	-38,3%
Resultado financeiro	151	(18.030)	18.181	100,8%
Resultado corrente	(23.568)	(35.086)	11.618	33,0%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(11.199)</b>	<b>3.378</b>	<b>(14.577)</b>	<b>-431,5%</b>
Meios libertos operacionais	465	(2.871)	3.336	116,2%
Meios libertos líquidos	12.986	17.664	(4.678)	-26,5%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Também em termos de desempenho operacional, as empresas que integram o Sector tiveram comportamentos distintos. A EMPORDEF registou um acréscimo do resultado operacional na ordem de 1,7 M€, fundamentalmente por via da evolução positiva das vendas e da diminuição generalizada dos custos operacionais. Por seu lado, a EDM registou um agravamento do resultado operacional de cerca de 8,8 M€, explicado pelo efeito conjugado do aumento das amortizações e da diminuição das vendas, enquanto a SPE diminuiu os prejuízos operacionais de 19,1 M€ para 0,3 M€.

**Quadro 5.1.3.2.**  
**Sector da Indústria**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	86.100	150.315	(64.215)	-42,7%
Custos com pessoal	28.926	48.642	(19.715)	-40,5%
<b>VABcf</b>	<b>26.387</b>	<b>46.406</b>	<b>(20.019)</b>	<b>-43,1%</b>
N.º médio de trabalhadores	1.045	1.794	(749)	-41,8%
<i>VABcf per capita</i>	25	26	(1)	-2,4%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

O volume de negócios deste Sector teve uma evolução desfavorável, sobretudo pelo decréscimo de 58,5 M€ registado na EMPORDEF, o qual se deve fundamentalmente à redução de 108,5 M€ ocorrida na rubrica de prestação de serviços, que resulta da redução da participação da EMPORDEF na OGMA, a qual passou de 100% em 2004 para somente de 35% em 2005, ano em que foi concretizada a alienação de 65% do capital social à sociedade Air Holding, (S.G.P.S.), S.A., deixando, por isso, de integrar o perímetro de consolidação.

Quanto ao número de trabalhadores, constata-se que a EMPORDEF diminuiu o efectivo médio ao serviço das empresas do Grupo de 1689 em 2004 para 1017 em 2005, o que traduz a necessidade de redimensionamento do quadro de efectivos e tem possibilitado um decréscimo dos custos com o pessoal.

Apesar do aumento do passivo em cerca de 61,7 M€, verificou-se uma evolução favorável dos resultados financeiros em todas as empresas que integram este Sector. Refira-se que o crescimento do passivo se deve substancialmente ao incremento de 72,2 M€ registado nos proveitos diferidos da EMPORDEF, os quais dizem respeito à sua participada Defloc<sup>(12)</sup> pelos adiantamentos por conta de 10 helicópteros EH 101 adquiridos em *leasing* operacional, que se destinam a ser facturados e entregues à Força Área Portuguesa.

O capital próprio do Sector da Indústria (**Quadro 5.1.3.3.**) registou uma diminuição de 9,5% em 2005. Tal facto ficou a dever-se principalmente à diminuição verificada nos capitais próprios da EDM, em cerca de 16,2 M€, justificada pelos seguintes movimentos: ajustamento de partes de capital no montante de 3,2 M€, pela extinção da EXMIN<sup>(13)</sup> e da ENU<sup>(14)</sup>; distribuição de resultados transitados de cerca de 10 M€; distribuição dos resultados do exercício de 2004, no montante de 4,9 M€.

<sup>12</sup> A EMPORDEF participa em 81% na DEFLOC – Locação de Equipamentos de Defesa, S.A.

<sup>13</sup> Por fusão na EDM.

<sup>14</sup> Por entrada em liquidação.

**Quadro 5.1.3.3.**  
**Sector da Indústria**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>506.985</b>	<b>460.580</b>	<b>46.405</b>	<b>10,1%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>142.980</b>	<b>157.958</b>	<b>(14.977)</b>	<b>-9,5%</b>
Interesses minoritários	522	892	(371)	-41,6%
<b>Passivo</b>	<b>363.483</b>	<b>301.730</b>	<b>61.753</b>	<b>20,5%</b>
Autonomia financeira	28,2%	34,3%	-	-
Solvabilidade	39,3%	52,4%	-	-
Estrutura patrimonial	96,7%	115,9%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

O activo líquido do Sector aumentou em 10,1%, essencialmente devido à EMPORDEF, pelo efeito conjugado do aumento do investimento em imobilizado corpóreo (cerca de 127,4 M€) e das disponibilidades (5 M€), com a diminuição das existências (37,5 M€) e das dívidas de terceiros de curto prazo (43,3 M€).

Verificou-se ainda um agravamento ligeiro dos indicadores patrimoniais globais, para o qual contribuíram a EDM e a EMPORDEF, tendo a SPE sido a única que registou uma melhoria generalizada desses indicadores.

#### 5.1.4. Requalificação Urbana

##### 5.1.4.1. Programa Polis

Nesta subdivisão do Sector da Requalificação Urbana estão englobadas, no exercício de 2005, as 19 sociedades polis<sup>(15)</sup> (**Quadro 5.1.4.1.1.**) constituídas sob a forma de sociedades anónimas através de Decretos-Lei em que se fixaram horizontes temporais limitados à concretização dos respectivos objectos sociais.

**Quadro 5.1.4.1.1.**  
**Sector da Requalificação Urbana – Programa Polis**

Sociedades Polis			
Albufeira	Costa de Caparica	Silves	Viseu
Aveiro	Covilhã	Tomar	
Cacém	Guarda <sup>(*)</sup>	Viana do Castelo	
Castelo Branco	Leiria	Vila do Conde <sup>(*)</sup>	
Chaves	Portalegre	Vila Nova de Gaia	
Coimbra	Setúbal	Vila Real <sup>(*)</sup>	

Nota: As Sociedades Polis que não constam deste quadro estão em liquidação desde 31.12.2004

<sup>(\*)</sup> Sociedades que entraram em liquidação durante o ano de 2005.

Cada uma das sociedades tem por objecto a gestão e coordenação do investimento a realizar na respectiva zona de intervenção, no quadro do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, (Programa POLIS), promovido pelo Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, bem como o desenvolvimento de acções estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de actividades turísticas,

<sup>15</sup> Incluindo as sociedades que entraram em liquidação em 2005.

culturais e desportivas e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da respectiva área de intervenção.

A estrutura accionista é comum a todas as empresas, detendo o Estado 60% do capital social e o Município da zona de intervenção os restantes 40%.

Na prática, a actividade destas sociedades centra-se na realização de investimentos em áreas urbanas pertencentes ao domínio público constantes dos respectivos Planos Estratégicos (PE), bem como das reprogramações dos mesmos entretanto aprovadas, dentro de um horizonte temporal fixo.

Com o objectivo de promover a articulação das diferentes fontes de financiamento, por forma a potenciar sinergias e a garantir que os projectos cumpram, simultaneamente, os objectivos do Programa Polis e das intervenções operacionais do QCA III que as financiam, foi criada uma estrutura de dinamização e acompanhamento denominada Gabinete Coordenador do Programa Polis (GCPP) que se encontra sob tutela do ministério sectorial.

Dada a natureza e objectivos muitos específicos das Sociedades Polis, procede-se neste ponto a uma abordagem diferente da efectuada na restante análise sectorial. Apesar dessa circunstância, e a título informativo, optou-se por disponibilizar também aqui os quadros com a informação relativa à evolução dos resultados, indicadores de gestão operacional e estrutura patrimonial.

As 10 sociedades cuja gestão global é assegurada pela Parque EXPO <sup>(16)</sup> apresentam resultados líquidos nulos (**Quadro 5.1.4.1.2.**), na medida em que procedem à imputação dos custos e proveitos em acréscimos e diferimentos. Na sua maioria, as restantes apresentam igualmente resultados líquidos nulos, embora procedam, neste caso, à capitalização desses custos e proveitos.

**Quadro 5.1.4.1.2.**  
**Sector da Requalificação Urbana – Programa Polis**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(4.372)	(2.395)	(1.977)	-82,5%
Resultado operacional após subsídios	(4.372)	(2.395)	(1.977)	-82,5%
Resultado financeiro	(42)	(492)	499	-91,4%
Resultado corrente	(4.414)	(2.887)	(1.527)	-52,99%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(1.872)</b>	<b>(1.705)</b>	<b>(168)</b>	<b>-9,8%</b>
Meios libertos operacionais	(6)	(262)	256	-97,8%
Meios libertos líquidos	2.494	428	2.065	482,2%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Estes dois procedimentos acatam genericamente a orientação, de 28/03/2002, do órgão executivo da Comissão de Normalização Contabilística no sentido de que “(...) *não haverá lugar ao apuramento de resultados, no pressuposto de que as sociedades em causa não exercem actividades lucrativas.* (...)”.

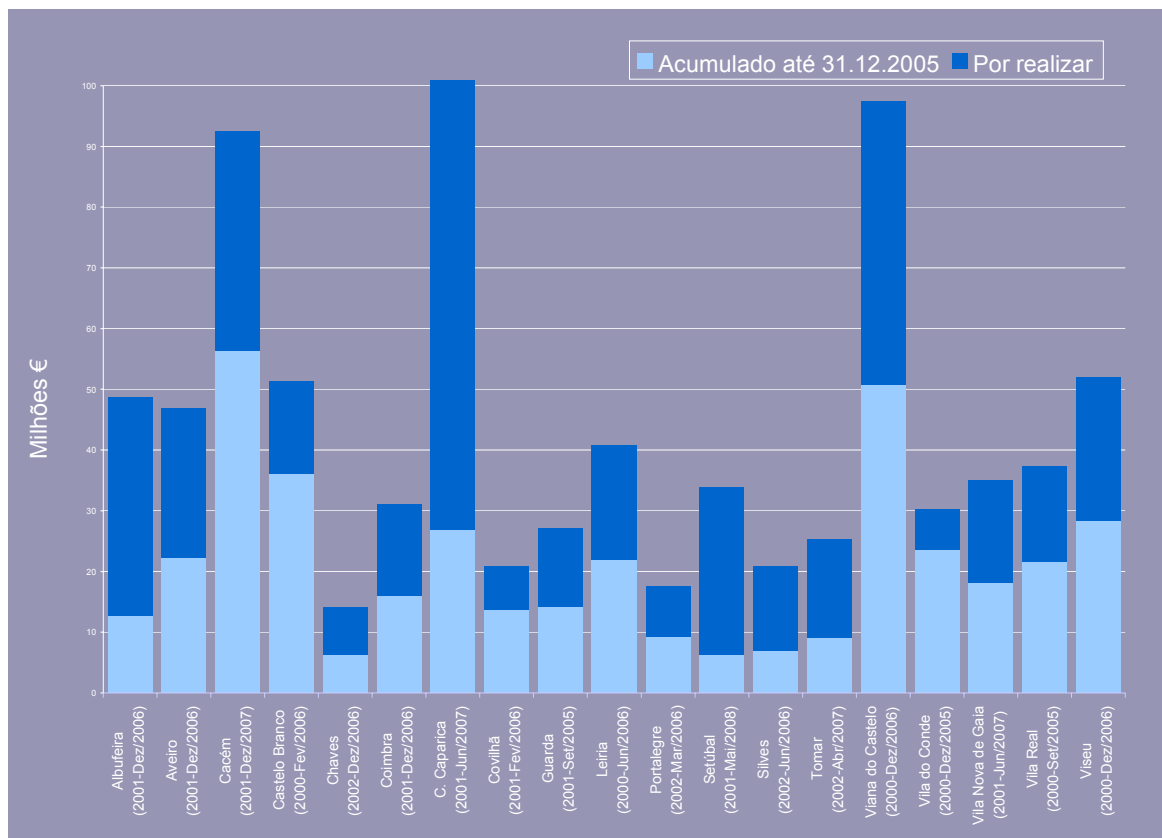
Tendo por base os documentos de prestação de contas apresentados por estas Sociedades, reportados à data de 31 de Dezembro 2005, constata-se um nível de execução financeira na ordem

<sup>16</sup> Albufeira, Cacém, Castelo Branco, Coimbra, Costa de Caparica, Leiria, Viana do Castelo, Vila Nova de Gaia e Viseu. A Polis Matosinhos entrou em liquidação em 2004.



de 42,7% dos investimentos, quando comparados com a previsão constante nas respectivas reprogramações (**Gráfico 5.1.4.1.1.**), incluindo-se nestes valores o investimento realizado pelas sociedades polis da Guarda, Vila do Conde e Vila Real, que, de acordo com as respectivas disposições estatutárias, entraram em liquidação, no terceiro e quarto quadriénio de 2005.

**Gráfico 5.1.4.1.1.**  
**Requalificação Urbana – Programa Polis**  
**Grau de Realização das Reprogramações/Planos Estratégicos**



**Quadro 5.1.4.1.3.**  
**Sector da Requalificação Urbana – Programa Polis**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	125	57	68	120,8%
Custos com pessoal	581	523	58	11,2%
<b>VABcf</b>	<b>499</b>	<b>171</b>	<b>328</b>	<b>191,6%</b>
N.º médio de trabalhadores	32	41	(9)	-22,6%
<i>VABcf per capita<sup>1</sup></i>	15,6	4,2	11	273,6%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Salienta-se ainda que as taxas de execução foram apuradas face aos PE, os quais sofreram uma redução ao nível dos investimentos previstos, face às múltiplas contingências sofridas pelo Programa Polis.

Com efeito, a partir de 2002, começaram a verificar-se insuficiências de financiamento das Sociedades Polis relacionadas, nomeadamente, com a redução da taxa de co-financiamento dos Programas Comunitários para as regiões de Lisboa e Vale do Tejo, Algarve e Centro e com a

redução do próprio montante das verbas comunitárias, decorrente das insuficiências de fundos no âmbito do QCA III.

No caso das 10 Sociedades que celebraram contratos de gestão com a Parque EXPO surgiram igualmente dificuldades que impediram o recebimento da comparticipação comunitária, que correspondia a 75% do montante desses contratos. No sentido de suprir a insuficiência de financiamento decorrente desta circunstância, o Estado, no exercício de 2005, atribuiu a essas 10 sociedades prestações suplementares de capital no montante global de 75,2 M€, assim distribuídas:

Sociedades Polis	Prestações Suplementares
Albufeira	5.052.289
Cacém	10.557.885
Castelo Branco	5.461.809
Coimbra	4.246.904
Costa de Caparica	17.904.275
Leiria	5.514.055
Matosinhos (em liquidação)	2.074.734
Viseu	6.917.057
Viana do Castelo	11.315.171
Vila Nova de Gaia	6.162.013
<b>Total</b>	<b>75.206.192</b>

Unidade: Em Euros

Face ao conjunto de dificuldades e incertezas em torno de questões de financiamento, têm vindo a ser aprovadas reprogramações, no sentido de serem apenas realizados os investimentos que, de facto, tenham financiamento assegurado e cujos prazos de execução não deslizem para além das datas limite que se encontram estabelecidas, por forma a evitar que o período de vida das sociedades se prolongue.

**Quadro 5.1.4.1.4.**  
**Sector da Requalificação Urbana – Programa Polis**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>470.872</b>	<b>382.473</b>	<b>88.399</b>	<b>23,1%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>240.747</b>	<b>183.926</b>	<b>56.822</b>	<b>30,9%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	0
<b>Passivo</b>	<b>230.125</b>	<b>198.547</b>	<b>31.578</b>	<b>15,9%</b>
Autonomia financeira	51,1%	48,1%		
Solvabilidade	104,6%	92,6%		
Estrutura patrimonial	100,8%	94,4%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

#### 5.1.4.2. Outros

Embora este sub-agrupamento do Sector da Requalificação Urbana seja composto pela Parque EXPO e COSTAGEST – Sociedade de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de

Almada, S.A.<sup>(17)</sup>, a análise que se segue trata apenas da primeira, tendo tomando como base as respectivas contas consolidadas.

Em 2005, a Parque EXPO registou um lucro consolidado de 10,2 M€ (**Quadro 5.1.4.2.1.**), revelando um incremento de 7,3 M€ face a 2004, ano em que apurou um resultado líquido positivo de 2,9 M€. Esta melhoria teve origem na actividade operacional da empresa, marcada pelo decréscimo dos fornecimentos e serviços externos, provisões e impostos e pelo aumento na venda de terrenos.

**Quadro 5.1.4.2.1.**  
**Sector da Requalificação Urbana – Outros**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	18.200	10.117	8.083	79,9%
Resultado operacional após subsídios	18.200	10.117	8.083	79,9%
Resultado financeiro	(8.879)	(7.811)	(1.068)	-13,7%
Resultado corrente	9.321	2.306	7.015	304,2%
<b>Resultado líquido</b>	<b>10.158</b>	<b>2.888</b>	<b>7.270</b>	<b>251,7%</b>
Meios libertos operacionais	28.543	32.298	3.755	13,2%
Meios libertos líquidos	21.314	24.256	2.942	13,8%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

O objecto principal da Sociedade encontra-se praticamente esgotado, devido ao progressivo esvaziamento da carteira de património imobiliário alienável. Esta limitação da oferta, agravada pela conjuntura pouco positiva do próprio mercado imobiliário, tem vindo a provocar uma queda no volume de negócios (**Quadro 5.1.4.2.2.**), passando dos 65,7 M€ em 2004 para 61,6 M€ em 2005, com um decréscimo de 6,3%.

**Quadro 5.1.4.2.2.**  
**Sector da Requalificação Urbana – Outros**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	61.572	65.732	(4.160)	-6,3%
Custos com pessoal	18.710	20.774	(1.994)	-9,6%
<b>VABcf</b>	<b>33.586</b>	<b>37.528</b>	<b>(3.942)</b>	<b>-10,5%</b>
N.º médio de trabalhadores	376	418	(42)	-10,0%
<i>VABcf per capita</i>	89	90	(1)	-0,5%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

A outra área onde a Parque EXPO possui uma presença significativa, o Programa POLIS, foi responsável por uma facturação na ordem dos 8,5 M€, mas encontra-se igualmente num estado avançado de maturação, prevendo-se que as sociedades com contrato de gestão entrem em liquidação até Dezembro de 2007 e devendo a prestação de serviços pela Parque EXPO reduzir-se progressivamente, à medida que os investimentos em estudos e projectos dão lugar ao investimento em imobilizado corpóreo.

Em 2005, o activo líquido do grupo Parque EXPO sofreu um decréscimo de 7,6% face ao ano anterior (**Quadro 5.1.4.2.3.**). Esta evolução é explicada pela adopção das normas internacionais na prestação

<sup>17</sup> A COSTAGEST, empresa constituída através do Decreto-Lei n.º 551/99, de 15 de Dezembro, nunca chegou a iniciar a sua actividade, dado que, entretanto, foi constituída no âmbito do Programa Polis a sociedade CostaPolis com finalidade similar.

de contas consolidadas, que implicou alterações significativas, designadamente por via da imparidade em activos como o Pavilhão Atlântico, Oceanário de Lisboa e Gare Intermodal de Lisboa.

**Quadro 5.1.4.2.3.**  
**Sector da Requalificação Urbana – Outros**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>514.168</b>	<b>556.195</b>	<b>(42.027)</b>	<b>-7,6%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>(126.092)</b>	<b>(140.760)</b>	<b>14.668</b>	<b>10,4%</b>
Interesses minoritários	(11.671)	(10.602)	(1.069)	-10,1%
<b>Passivo</b>	<b>651.931</b>	<b>707.557</b>	<b>(55.626)</b>	<b>-7,9%</b>
Autonomia financeira	-24,5%	-25,3%	-	-
Solvabilidade	-19,3%	-19,9%	-	-
Estrutura patrimonial	140,5%	132,2%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Relativamente ao passivo, registou-se igualmente uma quebra de cerca de 7,9%, que se deveu, em grande parte, à redução dos financiamentos bancários em cerca de 49,4 M€ e a uma diminuição de 5,3 M€ por via da libertação de provisões para responsabilidades contratuais. Por sua vez, o capital próprio registou um aumento de cerca de 10,4%, explicado pelo resultado líquido positivo.

Ainda que os indicadores autonomia financeira e solvabilidade apresentem uma ligeira melhoria face ao ano anterior, constata-se que os níveis assumidos por estes agregados indiciam uma estrutura financeira fragilizada.

### 5.1.5. Saúde

Em 2002, foi encetado o processo de empresarialização de 34 unidades hospitalares que culminou, em Dezembro daquele ano, com a criação de 31 sociedades anónimas de capitais exclusivamente públicos, que em meados de 2005 foram transformadas em entidades públicas empresariais, com efeitos a 30 de Dezembro desse ano.

Pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, foram criados o Hospital de Santa Maria E.P.E. e o Hospital de São João E.P.E. e os Centros Hospitalares de Lisboa Ocidental, de Setúbal e do Nordeste, ambos E.P.E., o primeiro agregando os Hospitais de S. Francisco Xavier, Egas Moniz e St.<sup>a</sup> Cruz, todos S.A., o segundo o Hospital de S. Bernardo, S.A. e o Hospital Ortopédico de Sant'Iago do Outão e o último por junção do Hospital Distrital de Bragança, S.A., e dos Hospitais de Macedo de Cavaleiros e de Mirandela. A operação saldou-se pela manutenção de 31 empresas, todas com a natureza de E.P.E.

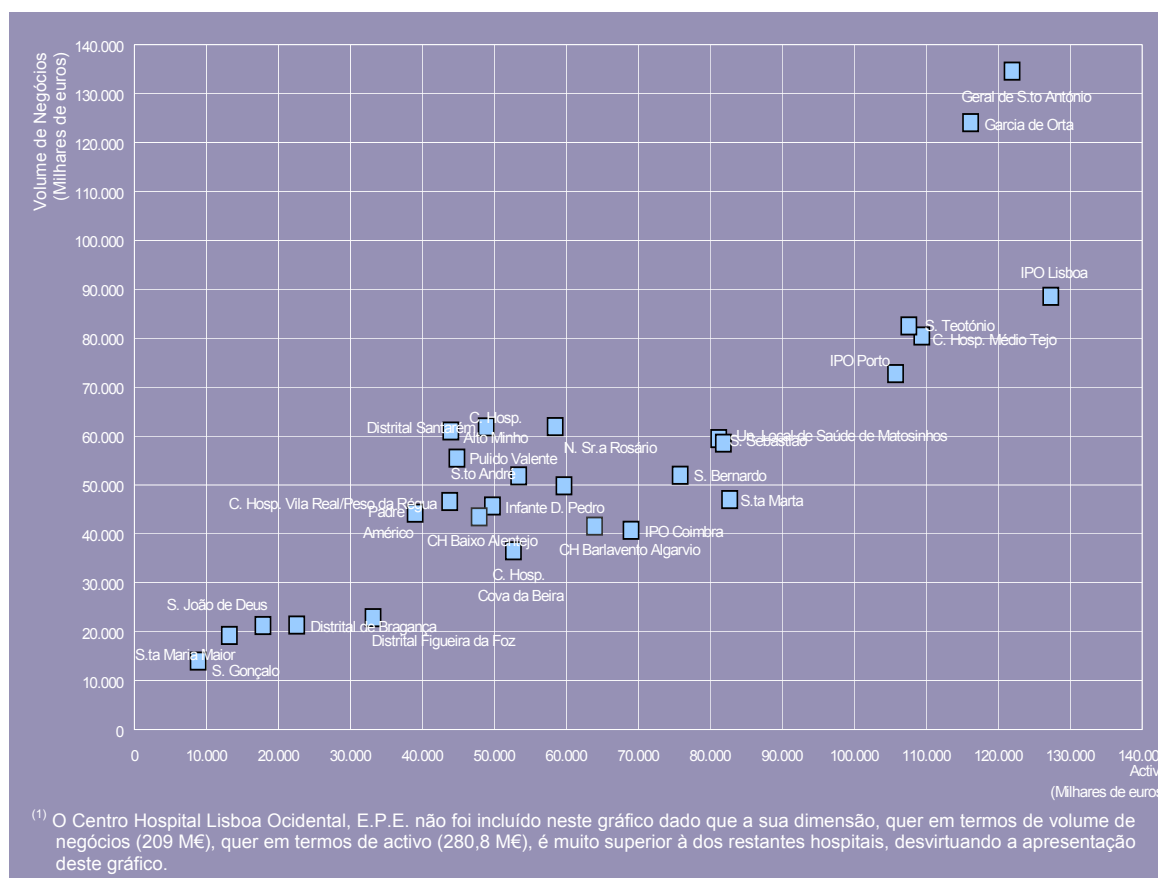
**Quadro 5.1.5.1.**  
**Sector Saúde**  
**Distribuição Geográfica dos Hospitais, E.P.E.**

Hospitais, E.P.E.		
ARS Norte	ARS Lisboa e Vale do Tejo	ARS Centro
Centro Hosp. Alto Minho, E.P.E.	Centro Hosp. Médio Tejo, E.P.E.	Centro Hosp. Cova da Beira, E.P.E.
Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E.	Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, E.P.E.	H. Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.
Centro Hosp. Vila Real/P. da Régua, E.P.E.	Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.	H. Infante D. Pedro, E.P.E.
H. São João, E.P.E.	Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.	H. Santo André, E.P.E.
H Senhora da Oliveira – Guimarães, E.P.E.	Hospital Santa Maria, E.P.E.	H. São Sebastião, E.P.E.
H. Geral de Santo António, E.P.E.	Hospital Garcia de Orta, E.P.E.	H. São Teotónio, E.P.E.
H. Padre Américo – Vale do Sousa, E.P.E.	Hospital Nossa Senhora do Rosário, E.P.E.	IPO Coimbra, E.P.E.
H. Santa Maria Maior, E.P.E.	Hospital Pulido Valente, E.P.E.	<b>ARS Alentejo</b>
H. São Gonçalo, E.P.E.	Hospital Santa Marta, E.P.E.	Centro Hospitalar Baixo Alentejo, E.P.E.
H. São João de Deus, E.P.E.	IPO Lisboa, E.P.E.	<b>ARS Algarve</b>
IPO Porto, E.P.E.		Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E.
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.		

O Sector apresenta uma forte homogeneidade no que respeita ao objecto social das empresas que o compõem, mas o mesmo já não se verifica quanto à sua dimensão, variando o seu capital estatutário entre 9,98 M€ e 133 M€.

No **Gráfico 5.1.5.1.** é apresentada a relação entre o activo de cada entidade em 31 de Dezembro de 2005 e o seu volume de negócios anual.

**Gráfico 5.1.5.1.**  
**Sector Saúde**  
**Relação entre Activo e Volume de Negócios <sup>(1)</sup>**



Pode comprovar-se a existência de 3 grupos de hospitais bem definidos, o primeiro, constituído por 5 sociedades, com um activo inferior a 40 M€ e um volume de negócios inferior a 30 M€; o segundo por 17 sociedades, com um activo entre os 40 M€ e os 90 M€ e um volume de negócios entre os 30 e os 70 M€; e o último grupo, por 6 entidades, com um activo superior a 100 M€ e um volume de negócios entre os 70 M€ e os 130 M€. O Hospital Geral de Santo António, no Porto e o Hospital Garcia de Orta, em Almada, assumem maior importância, considerando o seu volume de negócios e activo.

Os valores constantes da demonstração dos resultados relativa ao exercício de 2005 (**Quadro 5.1.5.2.**) são comparáveis aos de 2004, dado que dizem unicamente respeito às anteriores sociedades anónimas<sup>18</sup>), não contemplando o Hospital de São João, no Porto, e de Santa Maria, em Lisboa, integrados no sector público administrativo até 31 de Dezembro de 2005.

<sup>18</sup> Nos dados de 2004, com a finalidade de não duplicar valores, não foram contemplados o Hospital do Barlavento Algarvio e o Hospital José Joaquim Fernandes, uma vez que os seus activos e passivos foram integrados, respectivamente, no novo Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio e novo Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, criados em meados de 2004.

**Quadro 5.1.5.2.**  
**Sector Saúde**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	-394.402	-290.770	-103.632	-35,6%
Resultado operacional após subsídios	-152.437	-160.806	8.369	5,2%
Resultado financeiro	19.824	25.782	-5.958	-23,1%
Resultado corrente	-132.614	-135.024	2.410	1,8%
<b>Resultado líquido</b>	<b>-91.525</b>	<b>-84.657</b>	<b>-6.868</b>	<b>-8,1%</b>
Meios libertos operacionais	-47.745	-63.219	15.474	24,5%
Meios libertos líquidos	13.168	12.929	239	1,8%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Em 2005, o resultado líquido global cifrou-se em -91,5 M€, tendo registado prejuízos 25 das 31 empresas hospitalares consideradas.

O resultado operacional antes de subsídios apresenta um valor negativo de -394,4 M€, tendo-se agravado em 35,6% em relação a 2004. Acresce que este resultado só assumiu valor positivo nos hospitais de St.<sup>a</sup> Marta (0,3 M€), em 2005, e de S. Sebastião (1,8 M€), em 2004. Pelo contrário, o resultado operacional após subsídios apresenta uma melhoria de 5,2% em relação a 2004, tendo-se fixado em -152,4 M€ e assumindo valor positivo em 6 empresas.

Salienta-se ainda que os resultados operacionais foram fortemente influenciados pelo acréscimo de 9,9% nos custos com o pessoal (+106,8 M€), que têm um peso decisivo nos custos operacionais (cerca de 53%).

Por sua vez, o resultado financeiro foi positivo na globalidade das sociedades, resultando, na sua maior parte, da aplicação da parte ainda não utilizada da dotação inicial de capital social, conjugada com a quase inexistência de passivo remunerado.

Também o resultado extraordinário foi positivo em 41,3 M€, situação que se verifica em cerca de 75% das empresas, tendo como origem, sobretudo, o encontro de contas entre instituições do SNS efectuado em Dezembro de 2005.

O volume de negócios, que alcançou o montante global de 1.748,5 M€, registou um crescimento de 9,9% face ao exercício de 2004 (**Quadro 5.1.5.3.**), constando-se que ultrapassou os 200 M€ em 1 das empresas (Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental) e os 100 M€ em 2 (Hospital Geral de St.<sup>o</sup> António e Hospital Garcia de Orta).

**Quadro 5.1.5.3.**  
**Sector Saúde**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.748.548	1.591.704	156.844	9,9%
Custos com pessoal	1.180.804	1.074.002	106.802	9,9%
<b>VABcf</b>	<b>1.058.084</b>	<b>939.974</b>	<b>118.110</b>	<b>12,6%</b>
N.º médio de trabalhadores	39.049	38.755	294	0,8%
<i>VABcf per capita</i>	<i>27,1</i>	<i>24,3</i>	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

O VAB<sub>cf</sub> do Sector é fortemente positivo, tendo aumentado 12,6% em 2005, bastante acima do acréscimo de 0,8% no efectivo médio, o que se traduziu no aumento da produtividade por trabalhador.

O activo líquido do Sector ascendia, no final de 2005, a 2.061,7 M€ (**Quadro 5.1.5.4.**), tendo-se verificado uma diminuição de 9,2% relativamente ao exercício anterior. As rubricas mais significativas deste agregado são as de disponibilidades, dívidas de terceiros de curto prazo e imobilizado, as quais representavam respectivamente 25,5%, 29,5% e 30,4% do activo líquido total.

**Quadro 5.1.5.4.**  
**Sector Saúde**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>2.061.715</b>	<b>2.269.616</b>	<b>-207.901</b>	<b>-9,2%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>1.035.094</b>	<b>1.090.407</b>	<b>-55.313</b>	<b>-5,1%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	---
<b>Passivo</b>	<b>1.026.621</b>	<b>1.179.209</b>	<b>-152.588</b>	<b>-12,9%</b>
Autonomia financeira	50,2%	48,0%	-	-
Solvabilidade	100,8%	92,5%	-	-
Estrutura patrimonial	175,3%	178,7%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

As dívidas de terceiros de curto prazo ascendiam a 608,8 M€ no final do exercício, tendo registado um crescimento de 107,2 M€ em relação a 2004, correspondente a 16,1%. Trata-se de uma das áreas sensíveis da gestão financeira das empresas do Sector, em especial no âmbito da urgência hospitalar, reflectindo sobretudo as dificuldades de cobrança de muitos dos serviços prestados.

Quanto ao imobilizado, que registou um ligeiro acréscimo de 0,9%, importa referir que subsistem dificuldades, em alguns hospitais, no processo de registo, valorização e contabilização do imobilizado corpóreo existente à data da criação dos Hospitais S.A., embora a situação se encontre em fase de regularização.

Os capitais próprios registaram um decréscimo de cerca de 55,3 M€, devido ao impacto negativo do resultado líquido apurado no exercício, apenas parcialmente compensado pelo aumento de reservas associadas à transferência de imobilizado anteriormente referida.



Foi nas rubricas de resultados transitados e de resultado líquido que se verificou uma maior assimetria no comportamento das empresas que compõe este Sector, coexistindo hospitais com variações do capital próprio entre -133,2% e +20,9%.

O passivo diminuiu 12,9%, relativamente ao ano de 2004, fixando-se em 1.026,6 M€, sobretudo devido à diminuição das dívidas a terceiros de curto prazo (-19,7%), as quais ascendiam a 715,4 M€ em 2005, representando cerca de 69,7% do passivo e correspondendo na sua maioria a dívidas a fornecedores. A dívida bancária das empresas da Sector limitava-se, no final de 2005, a 6,8 M€.

### 5.1.6. Serviços de Utilidade Pública

Este Sector contava, em 2005, com participações directas do Estado nos seguintes grupos económicos: GALP, AdP e CTT. O Estado é ainda detentor de um lote de 500 acções da PT, as quais, lhe conferem direitos especiais enquanto accionista. Considerando, contudo a dimensão financeira da participação, esta não é considerada na análise que se segue.

Até 12 de Dezembro de 2004, o Estado detinha igualmente uma participação na EDP que, no contexto da reorganização de participações públicas de interesse estratégico, foi transferida na totalidade para a PARPÚBLICA, pelo que, de acordo com os critérios já explicitados, também esta empresa não será objecto de abordagem neste ponto, tendo os dados de 2004 sido expurgados dos valores relativos à EDP.

Apesar do número restrito de empresas que o integram, estamos perante Sector muito pouco homogéneo, quer do ponto de vista da actividade, quer do da dimensão.

Também ao nível da estrutura accionista se encontram diferenças significativas, sendo a participação pública na GALP de 48,3% em 31 de Dezembro de 2005, enquanto na AdP e CTT era de 100%<sup>(19)</sup>.

Quadro 5.1.6.1.  
Sector dos Serviços de Utilidade Pública  
Evolução dos Resultados

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	551.048	501.949	49.099	9,8%
Resultado operacional após subsídios	557.303	505.023	52.280	10,4%
Resultado financeiro	(71.069)	(56.390)	(14.679)	-26,0%
Resultado corrente	486.234	448.633	37.601	8,4%
<b>Resultado líquido</b>	<b>472.747</b>	<b>396.093</b>	<b>76.654</b>	<b>19,4%</b>
Meios libertos operacionais	1.134.577	1.099.430	35.147	3,2%
Meios libertos líquidos	1.050.022	990.500	59.521	6,0%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Apesar de ser notória a evolução positiva dos resultados do Sector, verifica-se um agravamento dos resultados financeiros nas 3 empresas atrás referidas. No caso dos CTT, esse agravamento foi de 27,2%, sendo justificado, no essencial, pelas amortizações do "goodwill" resultante da aquisição de participadas. Na AdP, o agravamento de 2,2% está associado aos custos financeiros decorrentes do

<sup>19</sup> A participação directa do Estado na GALP era de 17,7%, possuindo ainda participações indirectas de 18,3%, através da REN, e de 12,29%, através da PARPÚBLICA. Na AdP, o Estado detinha como accionista directo 34,36% e de forma indirecta, através da holding estatal PARPÚBLICA e da CGD, 45,3% e 20,4% respectivamente. Os CTT eram detidos de forma exclusiva e directa.

crescimento do nível de endividamento da empresa, que se encontra numa fase de forte investimento em infraestruturas. Em relação à GALP, os resultados financeiros foram negativos em 30,9 M€, essencialmente devido a diferenças de câmbio desfavoráveis.

Apesar de uma das características das “*public utilities*” ser exactamente a sua baixa vulnerabilidade aos ciclos económicos, as razões para este bom desempenho do Sector são diversas e merecem, pela sua relevância, referências individualizadas.

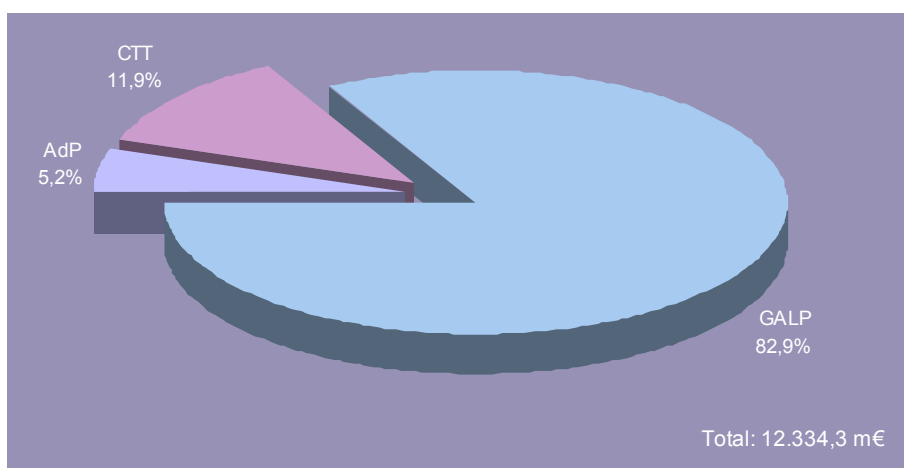
Nos CTT, apesar de se ter registado um lucro de 17,3 M€, verifica-se uma quebra de 65,4% no resultado líquido de 2005. Este comportamento decorre essencialmente do agravamento do resultado operacional em 63,5%, devido ao reforço das provisões para encargos com a saúde, ao aumento dos custos com fornecimentos e serviços externos, imputado aos combustíveis, bem como ao acréscimo da remuneração dos operadores, na sequência do processo de *outsourcing*. Assim, mesmo com um crescimento do volume de negócios na ordem de 8,9%, os meios libertos líquidos registaram uma quebra de 34,5 M€, tendo-se fixado em 53,8 M€, montante que permitiu financiar o investimento corpóreo e incorpóreo (24,9 M€), mas não foi suficiente para cobrir o forte investimento financeiro (55,6 M€).

A AdP realizou em 2005 investimentos que ascenderam a 629 M€, o que corresponde a um acréscimo de 50% face ao ano anterior. Estes investimentos foram direccionados na sua quase totalidade para a área de negócio Água, estando na origem da maior parte do aumento do endividamento, cerca de 465 M€, uma vez que os meios libertos líquidos foram de 197 M€.

A GALP registou um resultado operacional positivo em cerca de 529,4 M€, com um acréscimo de 20,6% em relação a 2004, evolução justificada pelo aumento do volume de negócios em 1.868 M€. Para esta evolução foram decisivas as *performances* de todos os segmentos de negócio da GALP Energia, em larga medida associadas ao aumento do preço dos combustíveis.

Para o conjunto do Sector (**Gráfico 5.1.6.1.**), destaca-se o significativo crescimento do volume de negócios e o aumento dos custos com pessoal, evolução registada por todas as empresas. Assinala-se ainda o aumento de 820 trabalhadores no efectivo médio, em base consolidada, para o qual também contribuíram todas as empresas.

Gráfico 5.1.6.1.  
Sector dos Serviços de Utilidade Pública  
Volume de Negócios



Quadro 5.1.6.2.  
Sector dos Serviços de Utilidade Pública  
Indicadores de Gestão Operacional

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	12.334.271	10.358.915	1.975.355	19,1%
Custos com pessoal	821.011	742.173	78.838	10,6%
<b>VABcf</b>	<b>2.018.683</b>	<b>1.892.536</b>	<b>126.146</b>	<b>6,7%</b>
N.º médio de trabalhadores	27.512	26.692	820	3,1%
VABcf per capita	73,4	70,9	2	3,5%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Do ponto de vista da estrutura patrimonial, o activo líquido consolidado do Sector registou, em 2005, um acréscimo de 887,4 M€, reflectindo, sobretudo, o esforço de investimento na AdP, cujo activo cresceu 735,8 M€, correspondentes a um aumento de 23,1%.

Os capitais próprios registaram um aumento de 12,2%, que ficou a dever-se essencialmente à GALP, embora também tenham crescido na AdP, em ambos os casos pela via da acumulação de lucros. Nos CTT, registaram uma quebra de 8,1 M€, associada à contabilização em resultados transitados da anulação de impostos diferidos.

Quadro 5.1.6.3.  
Sector dos Serviços de Utilidade Pública  
Estrutura Patrimonial

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>11.504.115</b>	<b>10.616.739</b>	<b>887.377</b>	<b>8,4%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>2.791.935</b>	<b>2.488.833</b>	<b>303.102</b>	<b>12,2%</b>
Interesses minoritários	161.118	148.009	13.110	8,9%
<b>Passivo</b>	<b>8.551.062</b>	<b>7.979.897</b>	<b>571.164</b>	<b>7,2%</b>
Autonomia financeira	24,3%	23,4%	-	-
Solvabilidade	32,7%	31,2%	-	-
Estrutura patrimonial	84,4%	79,8%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

O aumento do passivo é explicado pelo efeito conjugado do seu aumento na AdP (+709 M€) e CTT (+24,2 M€), com a redução verificada na GALP (-162 M€). No que respeita à AdP, este aumento é

explicado, sobretudo, pelo acréscimo do nível de endividamento já anteriormente referido. No caso dos CTT, reporta-se ao registo em acréscimo de custos de responsabilidades com a saúde dos trabalhadores. Finalmente, a diminuição do passivo da GALP resulta, no essencial, da amortização de dívida remunerada.

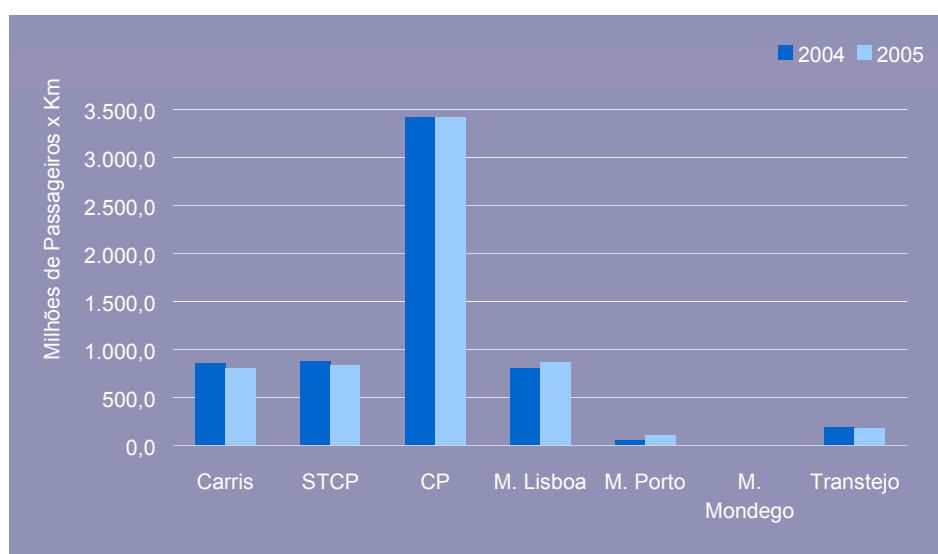
### 5.1.7. Transportes

Neste Sector incluem-se 6 empresas com participação directa do Estado: CARRIS; CP; ML ; MM – Metro do Mondego, S.A.<sup>(20)</sup>; MP; STCP; Transtejo – Transportes Tejo, S.A.

Estas empresas têm registado, desde há vários anos, uma deterioração dos seus indicadores de exploração, verificando-se que em 2005 todas apuraram resultados líquidos negativos, tendo apenas a CARRIS e a CP registado uma evolução positiva.

Como evidencia o **Gráfico 5.1.7.1.**, a maioria das empresas sofreram ligeiras diminuições da procura de passageiros, expressa em milhões de passageiros x Km (MPK)<sup>(21)</sup>, sendo a quebra na CARRIS a mais significativa, com menos 54 MPK, verificada na rede de autocarros. Pelo contrário, a ML registou um acréscimo da procura de passageiros por Km, na ordem dos 7,63%, bem como a MP, que transportou +50,2 MPK, ambos em consequência da abertura de novas linhas.

**Gráfico 5.1.7.1.**  
**Sector de Transportes**  
**Procura – Passageiro x Km**



De uma forma geral, todas as empresas apontam a crescente procura do transporte particular como justificação para o declínio dos valores apresentados, existindo igualmente um fenómeno de transferência de tráfego para os metropolitanos de Lisboa e Porto, à medida que estes prosseguem a expansão da rede. A Transtejo, por seu turno, tem vindo a sofrer a concorrência da travessia ferroviária na Ponte 25 de Abril.

<sup>20</sup> Os valores desta empresa não têm expressão no contexto global do sector dos transportes, devido à sua reduzida actividade.

<sup>21</sup> Indicador igual ao produto do n.º de passageiros transportados pelo n.º de km percorridos

O resultado líquido do Sector ascendeu a 518,2 M€ negativos, o que representa uma variação positiva de 27,5 M€ face ao ano anterior, embora o montante dos prejuízos do Sector seja ainda bastante elevado. A CP foi responsável por cerca de 38% do prejuízo total, o ML por 31%, enquanto que 25% se ficou a dever aos prejuízos combinados da MP e da CARRIS.

Foi determinante para o agravamento daquele indicador a evolução negativa dos resultados financeiros e dos resultados operacionais antes de subsídios, destacando-se o agravamento dos prejuízos de exploração da ML e da MP, devido ao crescimento dos respectivos custos.

**Quadro 5.1.7.1.**  
**Sector dos Transportes**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	(454.137)	(436.721)	(17.416)	-4,0%
Resultado operacional após subsídios	(340.465)	(327.417)	(13.048)	-4,0%
Resultado financeiro	(196.560)	(178.123)	(18.438)	-10,4%
Resultado corrente	(537.026)	(505.540)	(31.486)	-6,2%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(518.238)</b>	<b>(545.748)</b>	<b>27.510</b>	<b>5,0%</b>
Meios libertos operacionais	(149.104)	(155.347)	6.243	4,0%
Meios libertos líquidos	(326.877)	(373.678)	46.802	12,5%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Foram os fornecimentos e serviços externos a par dos custos *non cash* (amortizações e provisões) que mais oneraram a conta de exploração agregada do Sector dos Transportes. No que respeita aos FSE, os maiores aumentos verificaram-se na MP e na STCP, na primeira, devido ao agravamento do montante das rendas de locação operacional, e na segunda, em virtude do aumento dos preços dos combustíveis. Em relação ao volume anual de amortizações/provisões, as empresas com maior peso são a CP e a MP.

O resultado operacional após subsídios, apesar de seguir a tendência negativa dos restantes, registou um comportamento menos desfavorável, minimizado pela indemnização compensatória (IC) atribuída pelo Estado. Em 2005, foram afectos às empresas de transportes com participação do Estado 113,7 M€ a título de subsídios à exploração, o que equivale a um crescimento de 4% em relação a 2004. Merece especial destaque o caso da CARRIS que recebeu 41,5 M€, o que corresponde a cerca de mais 26,4% do que no ano anterior.

Tendo em conta os níveis de insuficiência de financiamento da exploração, facilmente se constata que esta não tem capacidade para libertar recursos. Assim, em 2005, tal como nos anos anteriores, os meios libertos operacionais foram negativos. O mesmo aconteceu com os meios libertos líquidos, neste caso agravados pelo peso negativo dos resultados financeiros, pese embora, no ano em apreço se note uma ligeira melhoria, suportada pelos resultados extraordinários da CP (14,2 M€), associados ao reconhecimento de subsídios obtidos para o financiamento de material circulante e à redução de provisões.

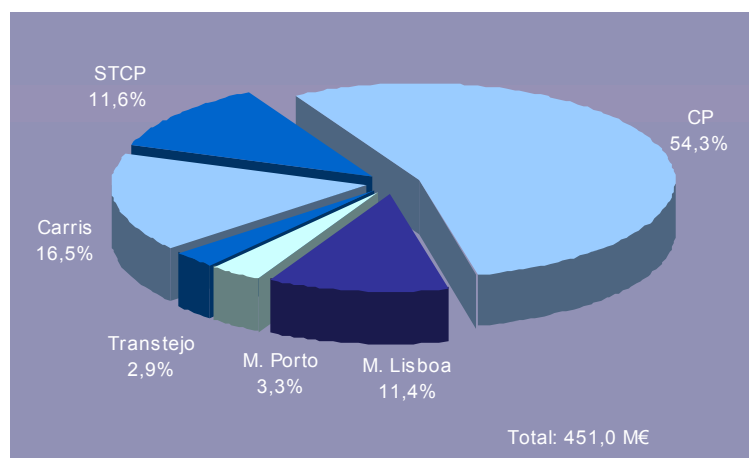
Deverá salientar-se que, apesar do baixo nível das taxas de juro, os resultados financeiros representam mais de um terço do prejuízo do Sector. Em relação a 2004, este agregado agravou-se

10,4%, em consequência do acréscimo dos encargos financeiros da MP, motivado, não só pelo aumento do passivo de financiamento, mas igualmente pelo facto de a entrada em exploração progressiva da rede acarretar a cessação da capitalização dos encargos financeiros. A CP contribuiu com um acréscimo de 8,4% dos seus encargos financeiros, não só em virtude do aumento do passivo remunerado, mas também em resultado de ajustamentos de aplicações financeiras.

Embora a CP tenha apurado, em 2005, resultados líquidos negativos, foi das poucas empresas deste Sector que manifestou uma evolução positiva, na ordem dos 26%, que se deve ao efeito conjugado do aumento dos proveitos/redução dos custos de exploração e, ainda, à contribuição de resultados extraordinários positivos. Também a CARRIS denotou uma variação favorável de 9,6% nos resultados líquidos, apurando prejuízos na ordem dos 54,5 M€, desempenho só possível graças ao acréscimo de 26,4% nos subsídios à exploração.

Apesar da quebra global da procura, o Sector registou, em 2005, um acréscimo do volume de negócios face ao ano anterior, reflexo dos aumentos tarifários verificados. De forma a permitir uma melhor percepção sobre a repartição do volume de negócios, apresenta-se o **Gráfico 5.1.7.2.**, onde se pode comprovar que a CP representa 54,3% respectivo total, sendo de longe a maior operadora pública.

**Gráfico 5.1.7.2.**  
**Sector de Transportes**  
**Volume de Negócios**



Em 2005, todas as empresas de transportes, à excepção da MM, viram o seu número médio de trabalhadores diminuir em relação ao ano anterior. Na STCP este decréscimo foi de 11,6%, na CARRIS de 5%, e na CP de 2,8%. Em termos globais, o Sector registou uma diminuição, líquida de novas entradas, de 577 trabalhadores (-4,7%).

**Quadro 5.1.7.2.**  
**Sector dos Transportes**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	451.085	434.424	16.661	3,8%
Custos com pessoal	402.360	411.029	(8.669)	-2,1%
<b>VABcf</b>	<b>296.243</b>	<b>305.245</b>	<b>(9.003)</b>	<b>-2,9%</b>
N.º médio de trabalhadores	11.663	12.240	(577)	-4,7%
VABcf per capita	25,4	24,9	0	1,9%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

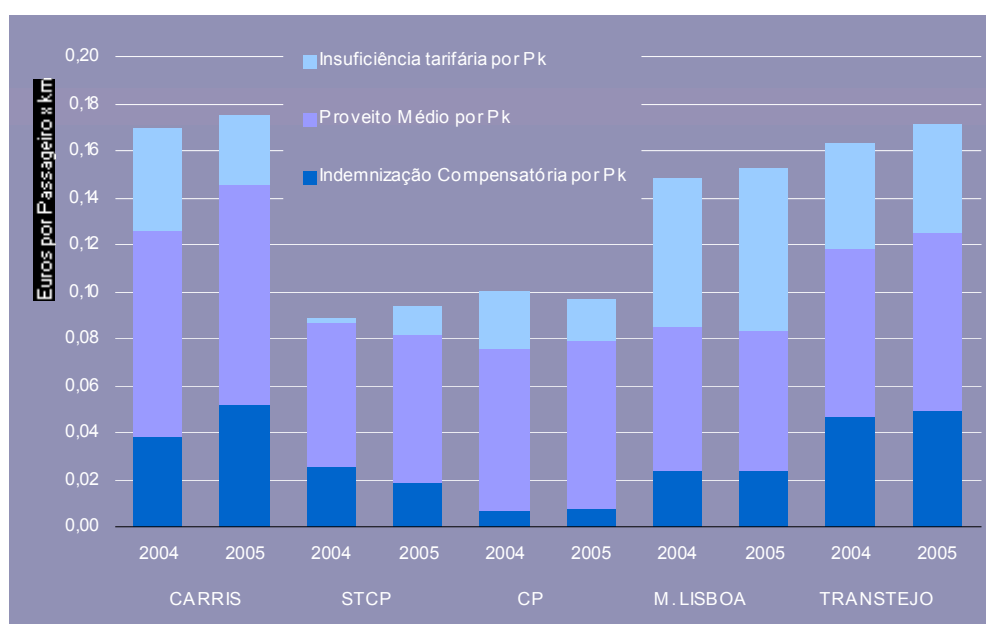
Unidade: Milhares de euros

Contrariamente ao sucedido nos exercícios de 2003 e 2004, em que a diminuição acelerada do número de efectivos acarretou um aumento dos custos com rescisões, que penalizou a evolução dos custos com pessoal, no exercício de 2005 estes custos registaram uma descida de 2,1%.

Apesar da redução do VAB<sub>cf</sub> em cerca de 2,9%, a diminuição do n.º médio de trabalhadores permitiu um aumento da produtividade por trabalhador em 1,9%, tendo essa evolução positiva sido comum à generalidade das empresas de transportes, à excepção da MP.

Em 2005, a tarifa de equilíbrio para o Sector (tarifa que cobre os custos operacionais líquidos de amortizações e provisões) foi, aproximadamente, de 0,108 € por Passageiro x Km (PK). Os utentes suportaram, em média, cerca de 0,073€/PK e o Estado, através de IC, 0,018 €/PK. Deste modo, a insuficiência tarifária média do Sector foi de 0,035 €/PK, ligeiramente inferior à verificada em 2004 (0,036 €/PK).

**Gráfico 5.1.7.3.**  
**Sector de Transportes**  
**Origem dos proveitos por Passageiro x Km**



Caso os custos operacionais do Sector se tivessem mantido ao nível de 2004, a insuficiência tarifária teria diminuído 9,68%, situando-se em 0,032 €/PK, ao invés dos 0,035 €/PK efectivamente verificados.

No que respeita à estrutura patrimonial, o Sector dos Transportes comportou um acréscimo do activo líquido de 380 M€ em relação ao ano anterior, suportado nos investimentos realizados em imobilizado corpóreo pelas empresas ML, MP e CARRIS.

**Quadro 5.1.7.3.**  
**Sector dos Transportes**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>7.028.215</b>	<b>6.648.122</b>	<b>380.092</b>	<b>5,7%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>(1.479.760)</b>	<b>(1.092.957)</b>	<b>(386.802)</b>	<b>-35,4%</b>
Interesses minoritários	0	0	0	0
<b>Passivo</b>	<b>8.507.974</b>	<b>7.741.080</b>	<b>766.895</b>	<b>9,9%</b>
Autonomia financeira	-21,1%	-16,4%	-	-
Solvabilidade	-17,4%	-14,1%	-	-
Estrutura patrimonial	76,3%	80,3%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Efectivamente, em 2005, a ML realizou investimentos a custos técnicos no montante de 104,9 M€, dos quais cerca de 95% em infraestruturas de longa duração. Se se considerar os encargos financeiros capitalizados no período, obtém-se, como valor total da despesa de investimento anual, cerca de 115,8 M€. O activo líquido desta empresa apresenta uma taxa de crescimento de 3%, elevando-se o seu montante a 3.399,9 M€.

A MP registou um acréscimo do activo líquido de 20,7%, cerca de 307,6 M€. Esta evolução é explicada pelo volume de investimento realizado, uma vez que o imobilizado líquido aumentou cerca de 330,0 M€.

Todas as empresas de transportes sofreram uma redução dos capitais próprios, sendo a diminuição da CP a mais significativa (cerca de 205,6 M€). Esta generalizada variação negativa dos capitais próprios evidencia os prejuízos acumulados pelas empresas decorrentes de insuficiência tarifária atrás referida.

Em 2005, os resultados transitados acumulados e os resultados líquidos do exercício, considerados globalmente, ascendiam a de cerca de 5.991 M€.

O passivo global do Sector cresceu cerca de 10% no ano em apreço, elevando-se para 8.508,0 M€. Este crescimento é explicado, essencialmente, pelo aumento (755,1M€) das dívidas a terceiros a médio e longo prazo da CP, decorrentes da contratação de novos empréstimos ao Banco Europeu de Investimento (BEI) e à *Eurofima – Société Européenne pour le Financement de Matériel Ferroviaire*, e, ainda, pelo acréscimo do endividamento bancário de curto prazo da generalidade das empresas, com particular destaque para a MP, que registou um aumento de 267,6 M€ das dívidas a curto prazo a instituições de crédito. No caso específico da ML, foi efectuada uma reestruturação da dívida, tendo



o seu passivo remunerado de curto prazo diminuído cerca de 91,1 M€ e aumentado o de médio longo prazo em 307,2 M€.

No final de 2005 o passivo global, excluindo as rubricas de acréscimos e diferimentos, ascendia a 7.876,7 M€, sendo cerca de 69% deste montante da responsabilidade da CP e da ML.

A grande maioria das empresas do Sector (CP, CARRIS, STCP, ML e Transtejo) perderam já metade ou mesmo a totalidade do seu capital social. E o Sector dos Transportes possui, na sua globalidade, indicadores de autonomia financeira e solvabilidade negativos, encontrando-se as empresas totalmente dependentes de capitais alheios e do apoio continuado do Estado, tendo em consideração a indispensabilidade do serviço público prestado.

O rácio da estrutura patrimonial do Sector evidencia uma adequada cobertura do activo fixo pelos capitais permanentes, embora esta cobertura seja realizada sobretudo por capitais alheios a médio e longo prazo.

#### 5.1.8. Parpública

A PARPÚBLICA foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de Setembro, por reestruturação da PARTEST, Participações do Estado, (S.G.P.S.), S.A., com o capital social de 2 000 M€ <sup>(22)</sup>, exclusivamente público, tendo por finalidade a gestão integrada, sob forma empresarial, da carteira de participações públicas e, através das empresas participadas de objecto especializado, a gestão de património imobiliário.

Por força das atribuições da PARPÚBLICA no campo da gestão das participações públicas, a sua carteira de títulos tem sofrido alterações importantes, a mais profunda das quais ocorreu em 2002, em virtude do processo de extinção do IPE, no âmbito do qual a Empresa adquiriu posições na Quimiparque (100%), na Companhia das Lezírias (100%), na ENATUR (37,63%), participação entretanto alienada, em 2003, a uma entidade privada a quem foi também concessionada a exploração dos equipamentos hoteleiros, na AdP (35% em 2002, passando para 45,27% em 2003 que se mantém) e na TAP (100%).

Em 2005, as alterações da carteira de participações da PARPÚBLICA foram determinadas pelos seguintes factos:

- Alienação de 4,376% do capital da EDP, no âmbito da 6ª fase de privatização desta empresa, contudo, mantendo em carteira a mesma posição através da emissão de obrigações permutáveis durante 2010, cujo valor global ascendeu a 572,8 M€, tendo por base um preço de conversão de cada acção subjacente de 3,58 €, cerca de 41% acima da cotação à data da emissão;
- Reforço da posição na EDP através da aquisição à CGD de 4,91% do seu capital;
- Alienação de 95% do capital da Portucel Tejo;

---

<sup>22</sup> O qual não se encontra integralmente realizado.

- Fusão, por incorporação na PARPÚBLICA, da Portucel, (S.G.P.S.), SA, tendo como consequência a transferência, para a carteira de participações directas da PARPÚBLICA, das participações de 25,72% na Portucel, S.A. e de 29,72% na INAPA;
- Reforço da posição accionista da PARPÚBLICA na GALP, através da aquisição à DGT de 8,06% do capital dessa empresa, por permuta com acções da EDP.

Na sequência das alterações referidas, os investimentos financeiros da PARPÚBLICA aumentaram 812,8 M€, investimento correspondente ao reforço das participações na EDP e na GALP, passando, no final do exercício de 2005, a deter participações directas em 39 sociedades, contabilizadas como investimentos financeiros no balanço pelo montante total de 3.593 M€, destacando-se, no quadro seguinte, aquelas que, no conjunto, representam perto de 90% desses activos:

**Quadro 5.1.8.1.**  
**GRUPO PARPÚBLICA**  
**Evolução dos resultados**  
**Participações de capital - Valores de Balanço em 31.12.2005**

Denominação social	Capital Social	% Detida	Valor da Participação em 31.12.2005	Peso na carteira das participações	Peso Acumulado
EDP - Energias de Portugal	3.656.537.715	20,49%	1.563.304.428	43,5%	43,5%
GALP Energia, SGPS	829.250.635	12,29%	500.440.245	13,9%	57,4%
REN - Rede Eléctrica Nacional	534.000.000	30,00%	282.056.101	7,8%	65,3%
Portucel - Empresa Prod. Pasta e Papel	767.500.000	25,72%	271.867.284	7,6%	72,8%
AdP - Águas de Portugal	434.500.000	45,27%	221.978.795	6,2%	79,0%
Sagestamo - SGPS Imobiliárias	184.000.000	100,00%	185.031.392	5,1%	84,2%
ANA - Aeroportos de Portugal	75.000.000	31,89%	99.413.001	2,8%	86,9%
Imprensa Nacional Casa da Moeda	27.445.000	100,00%	76.413.812	2,1%	89,1%
TAP – (S.G.P.S.), S.A.	15.000.000	100,00%	21.224.943	0,6%	89,7%
Outras participações			371.880.048	10,3%	100,0%
<b>Total</b>			<b>3.593.610.049</b>	<b>100,0%</b>	

Fonte: Informação disponível no *site* da empresa em 07JUN06 e no Relatório e Contas do exercício de 2005

Unidade: Em Euros

A actividade consolidada do Grupo estende-se por um conjunto de cinco segmentos de negócio, merecendo destaque, pelo peso no balanço consolidado e impacto nos resultados, os que a seguir se indicam:

- O Transporte Aéreo, através do Grupo TAP, representa a componente significativa de actividade mercantil do Grupo PARPÚBLICA e é responsável por 89% da sua facturação em termos de vendas, correspondendo esta participação, em termos consolidados, a 20% dos activos no final de 2005;
- A Gestão de Participações, onde a posição accionista na EDP (20,49%), na REN (30%) e na GALP (12,293%) assume peso preponderante, representando, no conjunto, no final de 2005, cerca de 52% do activo consolidado da PARPÚBLICA;
- A Gestão do Património Imobiliário, através da SAGESTAMO - Sociedade Gestora de Participações Sociais Imobiliárias, S.A., constituída pelo mesmo diploma que criou a PARPÚBLICA, cujo capital social, em 31.12.2005, era de 184 M€, totalmente detido pela PARPÚBLICA e que representa cerca de 8,4% do activo consolidado. Segundo os dados da empresa, os activos geridos pela SAGESTAMO ascendiam, naquela data, a 465 M€.

A SAGESTAMO, cujo objecto social é a gestão de participações sociais em sociedades que, directa ou indirectamente, através de fundos de investimento imobiliário, detenham a propriedade de património imobiliário público, constitui o instrumento empresarial da PARPÚBLICA para a respectiva gestão, numa perspectiva de valorização e alienação a prazo, detendo participações num conjunto vasto de sociedades de carácter instrumental - a Estamo, a Locacest, a EXMO, a Consest e a Bencest - as quais incorporam o património imobiliário sob gestão da SAGESTAMO.

O diploma constitutivo da PARPÚBLICA e da SAGESTAMO constituiu ainda a FUNDIESTAMO - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário Públicos, S. A., com o capital social de 1 M€, detido integralmente pela SAGESTAMO, cujo objecto social é a administração, em representação dos participantes, de um ou mais fundos de investimento imobiliário, abertos ou fechados, cujos investimentos serão destinados à aquisição de bens imóveis para cedência exclusiva ao Estado e a outros entes públicos, através de arrendamento.

Está em curso o processo de alteração do objecto social da FUNDIESTAMO, por forma a permitir-lhe a gestão de qualquer tipo de fundo imobiliário, o qual, uma vez concretizado, possibilitará a liquidação de algumas das sociedades instrumentais criadas na sua esfera.

Também no âmbito da constituição da PARPÚBLICA, foi criada a SAGESECUR - Sociedade de Titularização de Créditos, S.A., detida em 90% pela *holding* do Estado, com o capital social de 2,5 M€, cujo objecto social consiste na realização de operações de titularização de créditos, mediante a sua aquisição, gestão e transmissão, bem como a emissão de obrigações para pagamento dos créditos adquiridos e, ainda, as demais operações permitidas por lei a este tipo de sociedades.

A actividade das sociedades SAGESTAMO e FUNDIESTAMO tem sido pouco expressiva, no primeiro caso porque esteve prevista a sua extinção em 2002, tendo sido posteriormente decidida a sua transformação a fim de desenvolver outras actividades.

A apreciação da actividade económica e da situação patrimonial do Grupo PARPÚBLICA, com base nas contas consolidadas, requerem um prévio esclarecimento quanto ao referencial contabilístico utilizado, pela primeira vez, em 2005, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), a que a empresa se encontra obrigada por ter obrigações admitidas à negociação na *Euronext*.

A aplicação dessas normas em 2005 e os ajustamentos efectuados nas contas de 2004, para efeitos de comparação, determinaram importantes alterações patrimoniais com reflexos significativos nos resultados apurados segundo o referencial Plano Oficial de Contas (POC), utilizado nas contas individuais.

O impacto fundamental verificou-se ao nível do critério de valorimetria dos investimentos financeiros referentes a partes de capital noutras empresas, que são relevados na contabilidade pelo método do custo (ou justo valor com referência ao mercado, se inferior), deduzido da imparidade em vez do método da equivalência patrimonial, no referencial POC.

Os resultados líquidos do exercício considerados nas contas consolidadas, no montante de 164,7 M€, resultaram da introdução das normas IFRS, revelando-se substancialmente superiores aos resultados apurados nas contas individuais, no montante de 98,7 M€, devido, sobretudo, ao efeito da evolução favorável da cotação dos títulos da EDP em 2005, não relevada no método da equivalência patrimonial.

Quanto à evolução da actividade económica do Grupo PARPÚBLICA, resumidamente evidenciada no **Quadro 5.1.8.2.**, verificou-se uma melhoria significativa dos resultados operacionais consolidados<sup>(23)</sup> de 2004 para 2005, sobretudo devido ao bom desempenho revelado pelo segmento de negócio denominado “*Gestão de Outras Participações e Diversos*”, em que se inclui a actividade da própria empresa em termos individuais. Os resultados financeiros também registaram uma melhoria significativa, resultante do aumento significativo do saldo positivo dos lucros e prejuízos imputados de associadas, bem como de dividendos recebidos.

**Quadro 5.1.8.2.**  
**GRUPO PARPÚBLICA**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional	60.220	2.251	57.969	2575,3%
Resultado financeiro	126.394	68.737	57.657	83,9%
Resultado corrente	186.614	70.988	115.626	162,9%
<b>Resultado líquido (*)</b>	<b>164.711</b>	<b>56.702</b>	<b>108.009</b>	<b>190,5%</b>
Meios libertos operacionais	152.985	103.095	49.890	48,4%
Meios libertos líquidos	257.476	157.546	99.930	63,4%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

(\*) As contas consolidadas aqui apresentadas reflectem a adopção das normas contabilísticas IFRS em 2005. Por este motivo, os resultados líquidos do exercício aprovados em 2005, nas contas individuais, no montante de 98,7 M€, não coincidem com os que aqui se apresentam.

Por segmento de negócio, os resultados operacionais estão divididos da seguinte forma:

**Quadro 5.1.8.3.**  
**GRUPO PARPÚBLICA**  
**Relato por Segmento**

	2005			2004		
	Réditos	Gastos	Result. dos Negócios	Réditos	Gastos	Result. dos Negócios
Gestão e Promoção Imobiliária	37.677	30.654	7.023	41.782	27.397	14.385
Produção de Moeda e Publicações	87.397	67.350	20.047	127.541	93.249	34.292
Explor. Agrícola, Pec. e Florestal	15.817	13.745	2.072	20.013	14.491	5.522
Transporte Aéreo	1.485.129	1.486.455	-1.326	1.412.367	1.416.475	-4.108
Gestão de Outras Part. e Diversos	46.143	13.737	32.406	7.026	54.865	-47.839
<b>Resultados dos Negócios</b>			<b>60.222</b>			<b>2.252</b>

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Em milhares de euros

Apesar do significativo peso do segmento dos Transportes Aéreos, representado pelo Grupo TAP, no conjunto dos proveitos operacionais, aquele segmento continua a contribuir negativamente para os

<sup>23</sup> No modelo de apresentação da conta de resultados consolidada da PARPÚBLICA faz-se referência aos resultados dos negócios, conceito equiparável, para efeitos de harmonização da nomenclatura utilizada ao longo do relatório, ao do resultado operacional.

resultados do Grupo, embora tenha melhorado os seus resultados operacionais relativamente ao exercício anterior.

No quadro seguinte evidenciam-se alguns indicadores da gestão operacional do Grupo, observando-se uma sensível melhoria nos custos com o pessoal, explicado quase exclusivamente pela redução das remunerações e dos encargos sociais do segmento Transportes Aéreos.

**Quadro 5.1.8.4.**  
**GRUPO PARPÚBLICA**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	1.664.132	1.533.354	130.778	8,5%
Custos com pessoal	395.023	482.166	(87.143)	-18,1%
<b>VABcf</b>	<b>583.637</b>	<b>571.793</b>	<b>11.844</b>	<b>2,1%</b>
N.º médio de trabalhadores <sup>(1)</sup>	10.500	10.974	-474	-4,3%
<b>VABcf per capita</b>	<b>56</b>	<b>52</b>	<b>4</b>	<b>6,9%</b>

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

<sup>(1)</sup> O número médio de trabalhadores inclui o pessoal do grupo TAP que, em 2004, envolvia 9 680 colaboradores.

A estrutura patrimonial do Grupo aumentou significativamente em 2005, sobretudo devido à valorização das participações financeiras, que justificam, por si só, um acréscimo de 1.166 M€ do activo líquido total.

**Quadro 5.1.8.5.**  
**GRUPO PARPÚBLICA**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>6.680.963</b>	<b>5.340.399</b>	<b>1.340.564</b>	<b>25,1%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>2.960.673</b>	<b>2.616.479</b>	<b>344.194</b>	<b>13,2%</b>
<b>Passivo</b>	<b>3.720.290</b>	<b>2.723.920</b>	<b>996.370</b>	<b>36,6%</b>
Autonomia financeira	44%	49%		
Solvabilidade	80%	96%		
Estrutura financeira	144%	115%		

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Os rácios de autonomia financeira e de solvabilidade revelam uma estrutura financeira equilibrada. Com efeito, não obstante o aumento de endividamento do grupo a longo prazo, o produto dos financiamentos obtidos destinou-se essencialmente a investimentos financeiros efectuados pela PARPÚBLICA e à consolidação de dívida de empresas do Grupo.

### 5.1.9. Outros Sectores

A análise que se segue trata um conjunto de empresas integradas em vários ramos de actividade, não constituindo, por isso, um sector homogéneo, mas antes um agregado residual. As empresas que integram este conjunto encontram-se elencadas no **Quadro 5.1.9.1.**

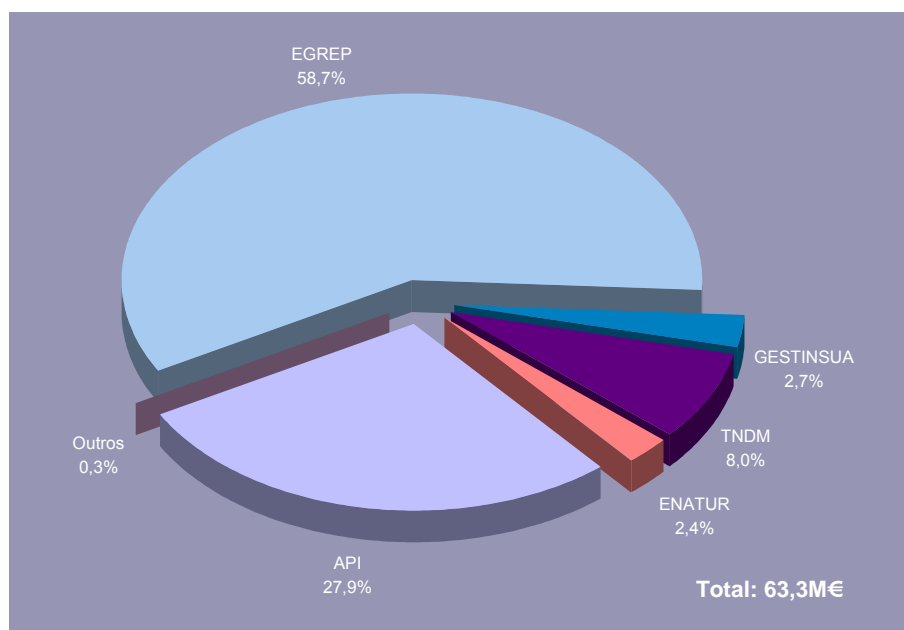
**Quadro 5.1.9.1.**  
**Outros Sectores**  
**Sociedades que integram Outros Sectores**

Designação das Sociedades
API – Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E.
CM – Casa da Música/Porto 2001, S.A.
EGREP – Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E.
ENATUR – Empresa Nacional de Turismo, S.A.
FRME – Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial (S.G.P.S.), S.A. <sup>(1)</sup>
GESTINSUA – Aquisições e Alienações de Património Imobiliário Mobiliário, S.A.
MANTERO – Agricultura e Comércio Internacional, S.A.
PORTUGAL 2004 – Sociedade de Acompanhamento e Fiscalização do Programa de Construção dos Estádios e Outras Infraestruturas para a Fase Final do Campeonato Europeu de Futebol de 2004, S.A.
Portugal Vela 2007 – Sociedade Promotora da Realização em Portugal do Campeonato Mundial de Classes Olímpicas da Vela 2007, S.A.
PROPNERY – Propriedades e Equipamentos, S.A.
SIAFPS – Sociedade Imobiliária do Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A.
TNDM II – Teatro Nacional D. Maria II, S.A.

<sup>(1)</sup> Embora a actividade desta sociedade se assemelhe ao capital de risco, seguem o plano de contas das sociedades comerciais, o que inviabiliza a sua inclusão naquele sector.

Dado existir uma grande disparidade entre as empresas em questão, quer ao nível da actividade desenvolvida, quer da sua dimensão, quer ainda da estrutura de proveitos, custos e situação patrimonial, o que impede uma análise coerente da sua evolução numa perspectiva de conjunto, privilegiam-se as conclusões com base na análise individual das empresas de maior dimensão incluídas neste universo (**Gráfico 5.1.9.1.**).

**Gráfico 5.1.9.1.**  
**Outros Sectores**  
**Volume de Negócios em 2005**



Genericamente, podemos afirmar que se verificou uma melhoria da maioria dos indicadores de actividade (**Quadro 5.1.9.2.**), particularmente ao nível dos resultados operacionais após subsídios e dos resultados líquidos, à excepção da MANTERO e da SIAFPS – Sociedade Imobiliária Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A.. Constata-se que a EGREP – Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos, E.P.E. e o TNDM conseguiram atingir resultados líquidos positivos.

**Quadro 5.1.9.2.**  
**Outros Sectores**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	8.974	(41.037)	50.011	121,9%
Resultado operacional após subsídios	9.016	(22.114)	31.130	140,8%
Resultado financeiro	(8.334)	(4.551)	(3.783)	-83,1%
Resultado corrente	682	(26.665)	27.347	102,6%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(597)</b>	<b>(23.158)</b>	<b>22.561</b>	<b>97,4%</b>
Meios libertos operacionais	17.229	(5.048)	22.277	441,3%
Meios libertos líquidos	7.615	(6.091)	13.706	225,0%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

A Casa da Música/Porto 2001, SA e a Portugal 2004 entraram em liquidação em 1 de Janeiro de 2005, pelo que as contas de 2005 já não reflectem a situação económica e financeira destas duas sociedades.

A Sociedade TNDM foi criada em 23 de Março de 2004, reportando-se as suas contas desse ano apenas a 9 meses de actividade, não sendo, por isso, possível comparar 2004 e 2005.

A Portugal Vela 2007 foi criada em Novembro de 2005, tendo registado apenas 1,5 meses de actividade nesse exercício, período esse sem expressão para análise dos indicadores económicos.

A EGREP é a empresa com maior relevância neste Sector em termos de volume de negócios gerados em 2005. Esta empresa assenta num modelo de resultado líquido tendencialmente nulo, dado que os custos em que tem de incorrer para armazenar as reservas de produtos petrolíferos a que está obrigada são repassados aos operadores do sector em que opera sob a forma de prestações.

Apesar disso, no exercício de 2005 a empresa registou uma melhoria significativa ao nível dos resultados de exploração, que se reflectiu num resultado líquido positivo de 6,6 M€, explicado em 5,6 M€ pela mais valia obtida com a venda de petróleo bruto. Nestas circunstâncias, e dada a sua representatividade, esta sociedade foi a principal responsável pela evolução positiva dos resultados do Sector.

Também a ENATUR registou uma melhoria no resultado líquido, tendo reduzido o seu prejuízo de 2,5 M€ em 2004, para 1,4 M€ em 2005. Este desempenho positivo resulta, em parte, da actividade de exploração e da redução dos custos com o pessoal. Contudo, o maior impacto advém do facto da empresa ter deixado de registar as amortizações dos equipamentos das pousadas, reduzindo as amortizações do exercício de 6,8 M€ em 2004 para apenas 3,2 M€ em 2005.

A API, responsável por 27,9% do volume de negócios em 2005, registou um aumento de 4,6 M€ nos proveitos operacionais, que deram um contributo decisivo para a redução dos prejuízos consolidados em 970 m€, tendo estes passado de -1,3 M€ em 2004 para -368 m€ em 2005.

O TNDM, que resultou da transformação do Instituto Público com o mesmo nome em sociedade anónima, pelo Decreto-Lei n.º 65/2004, de 23 de Março, registou uma evolução positiva em 2005, tendo obtido um lucro de 536,6 m€, sendo a indemnização compensatória responsável por 94,4% dos proveitos totais. Embora a sociedade tenha registado um prejuízo de 2,1 M€ em 2004, esse resultado não é comparável com o de 2005, por se reportar apenas a 9 meses de actividade.

Parte significativa da redução nos custos com o pessoal e no efectivo médio evidenciada no **Quadro 5.1.9.3.**, deve-se à entrada em liquidação da Casa da Música e da Portugal 2004, factor que contribuiu também para a melhoria do VAB<sub>cf</sub> e da produtividade do factor trabalho.

**Quadro 5.1.9.3.**  
**Outros Sectores**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	63.365	22.839	40.526	177,4%
Custos com pessoal	10.778	13.426	(2.648)	-19,7%
<b>VAB<sub>cf</sub></b>	<b>29.208</b>	<b>(5.976)</b>	<b>35.184</b>	<b>588,8%</b>
N.º médio de trabalhadores	272	319	(47)	-14,7%
VAB <sub>cf</sub> per capita	137,8	-22,5	160,3	712,3%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Do acréscimo de 40,5 M€ registado no volume de negócios, 31,5 M€ devem-se à EGREP, pelas razões anteriormente explicitadas, sendo o restante quase integralmente explicado pela melhoria verificada no TNDM e na API.

Também a evolução verificada no valor global do activo, passivo e capital próprio, bem como nos outros indicadores de estrutura patrimonial (**Quadro 5.1.9.4.**), foi fortemente influenciada pela entrada em liquidação da Casa da Música e da Portugal 2004.

**Quadro 5.1.9.4.**  
**Outros Sectores**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>648.997</b>	<b>743.437</b>	<b>(94.439)</b>	<b>-12,7%</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>242.851</b>	<b>221.836</b>	<b>21.015</b>	<b>9,5%</b>
Interesses minoritários	2.098	2.128	(30)	-1,4%
<b>Passivo</b>	<b>404.048</b>	<b>519.473</b>	<b>(115.424)</b>	<b>-22,2%</b>
Autonomia financeira	37,4%	29,8%	-	-
Solvabilidade	60,1%	42,7%	-	-
Estrutura patrimonial	168,7%	146,9%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

A EGREP, com um activo líquido de 213,4 M€ em 2005, representa cerca de 33% desta rubrica, em que se destacam existências dos produtos petrolíferos que legalmente está obrigada a deter (187,7



M€). As disponibilidades desta empresa apresentam uma variação significativa face ao exercício de 2004, a qual incorpora a receita da venda do petróleo bruto (cerca de 14 M€) e o excesso de receitas cobradas aos operadores sobre as despesas operacionais, calculado em cerca de 10 M€.

A empresa é também responsável por cerca de 64% do endividamento sectorial, tendo contraído empréstimos bancários de médio e longo prazo no montante de 192,5 M€, para financiar a aquisição de reservas de produtos petrolíferos.

Com capitais próprios de 161,2 M€ em 2005, correspondentes a cerca de 66% do total, a API goza de uma boa estrutura financeira, registando em 2005 uma autonomia financeira de 72,6% e uma solvabilidade de 273,9%.

No que diz respeito à ENATUR, não obstante se ter verificado, em 2005, um aumento do imobilizado corpóreo líquido, o activo líquido, no montante de 102,7 M€, diminuiu em 11,5 M€, devido, essencialmente à redução de créditos sobre terceiros. Em contrapartida, o passivo registou uma diminuição de 10 M€, por via da redução das dívidas a instituições de crédito, sendo o remanescente explicado pela diminuição dos capitais próprios, devido aos resultados líquidos negativos.

O TNDM apresentava um activo líquido de 6,9 M€ em 31 de Dezembro de 2005, do qual 4,7 M€ correspondiam a capital circulante, incluindo 1,6 M€ em dívidas de terceiros a curto prazo, o que representa uma melhoria significativa na cobrança de dívidas em atraso. Como factor positivo, importa ainda referir que a empresa tinha nessa data capitais próprios de 6,2 M€ e um passivo de somente 748 m€.

Por último, assinala-se somente que a MANTERO, participada pelo Estado em 43,5% e recebida na carteira no âmbito da liquidação da IPE, se encontra em situação de falência técnica, com capitais próprios negativos de 13,2 M€ no final de 2005.

#### **5.1.10. Empresas Sediadas no Estrangeiro**

Ainda que este Sector englobe 4 empresas (FICREM – Fundo de Investimento de Capital de Risco, HCB, IPE Macau – Investimento e Participações, SARL e WTC Macau – World Trade Center Macau, SARL), apenas se procede à análise da HCB, face à reduzida expressão das demais participações.

##### **➤ Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.**

Como ponto prévio, há a referir que os valores apresentados foram convertidos de meticais para euros por aplicação das taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2004 (1€ = 25.314,4 MZM) e 2005 (1€ = 28.024,4 MZM), pelo que as variações apresentadas incluem uma forte componente de variação cambial. Foram introduzidas, igualmente, algumas alterações às demonstrações financeiras oficiais apresentadas pela empresa, por forma a adaptá-las ao POC nacional.

O exercício de 2005 registou um bom desempenho operacional, no seguimento do que já se havia observado no ano transacto, tendo-se verificado um crescimento dos meios libertos operacionais de

cerca de 50% (em meticais, cerca de 66%) (**Quadro 5.1.10.1.**), fruto, essencialmente, do aumento das tarifas médias em cerca de 36,9% e do aumento da quantidade total de energia vendida, em 9,2%, destacando-se este ano como o que apresentou o maior volume de vendas de energia, desde o estabelecimento do empreendimento.

Tais factos reflectem o ciclo iniciado pela empresa em 2004, para o qual muito contribuiu o acordo tarifário alcançado entre a HCB, EDM e ESKOM, confirmado em Fevereiro de 2004, pelo *Permanent Joint Committee* e, posteriormente, ratificado por Portugal, Moçambique e África do Sul. Ainda no domínio das relações com os clientes, foi também possível alcançar, em 2004, um acordo com a *Zesa (Zimbabwe)*, tendo em vista a regularização dos pagamentos em falta à HCB, tendo ficado a dívida existente completamente regularizada em Janeiro de 2005.

**Quadro 5.1.10.1.**  
**Empresas Sediadas fora do Território Nacional**  
**Evolução dos Resultados da HCB**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado operacional antes de subsídios	51.251	31.747	19.504	61,43%
Resultado operacional após subsídios	51.251	31.747	19.504	61,43%
Resultado financeiro	(568.105 )	350.847	(918.952 )	-261,92%
Resultado corrente	(516.854 )	382.594	(899.448 )	-235,09%
<b>Resultado líquido</b>	<b>(516.817 )</b>	<b>395.865</b>	<b>(912.681 )</b>	<b>-230,55%</b>
Meios libertos operacionais	84.395	56.159	28.236	50,28%
Meios libertos líquidos	(483.672 )	420.277	(903.949 )	-215,08%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Quanto à variação dos resultados financeiros, de 2004 para 2005, destaca-se o acréscimo dos custos financeiros e a significativa depreciação do metical face às divisas em que os juros são suportados. Assim, o bom desempenho operacional de 2005 não se reflectiu no resultado líquido, devido aos encargos financeiros resultantes do endividamento.

Ressalva-se que em 2005, registou-se um resultado líquido negativo de cerca de 516.817 m€ que, excluindo as diferenças cambiais, se fixaria apenas em 53.093 m€ negativos. Tal significa que os encargos financeiros, são ainda muito superiores ao resultado operacional da empresa (cerca do dobro), reforçando a necessidade de reestruturação da dívida. Refira-se a este propósito que, em 2005, se efectuaram negociações entre representantes dos Governos de Portugal e de Moçambique para elaboração de uma proposta de reestruturação da HCB que inclui o seu saneamento financeiro.

O já mencionado bom desempenho operacional da HCB reflecte-se ainda na evolução do VAB e da produtividade *per capita* apresentada no **Quadro 5.1.10.2.**

**Quadro 5.1.10.2.**  
**Empresas Sediadas fora do Território Nacional**  
**Indicadores de Gestão Operacional da HCB**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócios	126.102	92.375	33.727	36,51%
Custos com pessoal	23.359	22.651	708	3,13%
<b>VABcf</b>	<b>108.291</b>	<b>79.345</b>	<b>28.946</b>	<b>36,48%</b>
N.º médio de trabalhadores	637	637	0	0,00%
VABcf <i>per capita</i>	170	125	45	36,48%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Em termos patrimoniais, as diferenças entre o plano de contas da empresa e o nacional tornam-se mais acentuadas, especialmente ao nível do tratamento das provisões constantes do balanço que, no primeiro caso, fazem parte do capital próprio e, no segundo, do passivo. Consta-se que, de acordo com os critérios nacionais, em 31 de Dezembro de 2005 a HCB possuía uma situação líquida negativa na ordem dos 403,8 M€ (**Quadro 5.1.10.3.**), que se agravou em 38,6 M€ em relação a 2004, por via do resultado do exercício, enquanto que o seu passivo ascendia a 2.652,3 M€, nele incluídas as dívidas ao Estado Português

**Quadro 5.1.10.3.**  
**Empresas Sediadas fora do Território Nacional**  
**Estrutura Patrimonial da HCB**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>2.248.438</b>	<b>1.912.071</b>	<b>336.367</b>	<b>17,59%</b>
<b>Capital próprio<sup>(1)</sup></b>	<b>(403.847)</b>	<b>(365.206)</b>	<b>(38.642)</b>	<b>10,58%</b>
Interesses minoritários	0	0	-	-
<b>Passivo<sup>(1)</sup></b>	<b>2.652.285</b>	<b>2.277.277</b>	<b>375.008</b>	<b>16,47%</b>
Autonomia financeira	-17,96%	-19,10%	-	-
Solvabilidade	-15,23%	-16,04%	-	-
Estrutura patrimonial	94,35%	93,70%	-	-

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

<sup>(1)</sup> Para efeitos de adaptação das demonstrações financeiras da empresa ao POC nacional, o valor das provisões foi retirado do capital próprio e adicionado ao passivo.

## 5.2. Empresas Públicas Financeiras

### 5.2.1. Grupo Caixa Geral de Depósitos

O Grupo CGD é o maior grupo financeiro português, com um activo consolidado, em 31 de Dezembro de 2005, na ordem dos 86.461 M€. A sua quota de mercado na concessão de crédito a clientes foi de 22,1% e em depósitos de 30,2%. O capital social da CGD era, no final de 2005, de 2.950 M€, integralmente detido pelo Estado Português.

O Sector Bancário continuou a evoluir de forma positiva em 2005, beneficiando da manutenção de condições de financiamento favoráveis à concessão de crédito e do alargamento dos prazos contratuais de amortização dos empréstimos.

No ano de 2005 mantiveram-se fortes tendências de concentração da actividade bancária, num contexto em que a dimensão e a consolidação de posições em mercados considerados estratégicos adquirem importância crescente.

A actividade do Grupo CGD reflecte, pois, o seu posicionamento nos mercados nacional e internacional, com enfoque em três grandes áreas de actuação:

- O reforço e a consolidação de posições nos vários mercados;
- O maior dinamismo na gestão das participações em sectores considerados estratégicos da economia nacional;
- O processo de consolidação orgânica de integração das diversas unidades por áreas de especialização (gestão de activos, crédito especializado, a designada “*nova economia*”, seguros e internacional), encontra-se, de uma forma geral, concluído, com excepção da área seguradora onde está em curso o processo de integração das estruturas organizacionais das sociedades adquiridas no final de 2004.

#### a) Actividade Bancária

O Grupo mantém uma posição de topo na banca de retalho em Portugal, onde continua a registar elevadas quotas de mercado nos depósitos de clientes e no crédito a clientes, destacando-se, neste último segmento, o crédito à habitação com uma quota de 33,5% (28,9% incluindo os créditos titulados) e o crédito ao Sector Público Administrativo com cerca de 51%.

Associado à posição que detém no mercado português, o Grupo tem procurado reforçar a sua posição no mercado internacional, sendo de salientar a alienação da participação no Unibanco, que dará lugar à reformulação da presença da CGD no Brasil <sup>(24)</sup>, o reforço da presença nos países de expressão portuguesa, através da aquisição de uma participação no Banco Totta de Angola, a constituição de um banco na Região Administrativa Especial de Macau, denominado Caixa Geral de Depósitos - Subsidiária Offshore de Macau e a consolidação, em Espanha, do processo de reestruturação comercial, iniciada com a fusão dos três bancos que deram origem ao Banco Simeón, traduzido numa cultura e práticas comuns a toda a rede. Neste último mercado, os objectivos do Grupo apontam para o crescimento orgânico da rede de agências, o incremento das quotas de mercado ao nível de depósitos e crédito e a liderança do negócio bilateral Portugal - Espanha.

No sentido de dotar o Banco Simeón dos meios necessários para permitir desenvolver de forma sustentada o crescimento estimado do nível de actividade, procedeu-se a um aumento de capital social em 275 M€. Já em 2006, após decisão tomada em Assembleia Geral, foi aprovada pelas autoridades competentes de Espanha a alteração da denominação social de Banco Simeón para Banco Caixa Geral.

---

<sup>24</sup> No quadro da alteração da presença do Grupo CGD no Brasil foram alienadas, através de uma Oferta Pública de Venda pela Caixa Brasil, SGPS – sociedade detida a 100% pela CGD e entretanto dissolvida – as participações detidas no capital do Unibanco - União de Bancos Brasileiros (4,8%) e do Unibanco Holdings (12,6%). A OPV registou uma forte procura, situação que permitiu que o preço de venda fosse fixado praticamente sem desconto face ao preço de mercado. Segundo a CGD, a referida operação constituiu a maior oferta de acções em toda a América Latina desde 2002 e a terceira maior oferta de sempre efectuada por uma instituição financeira latino-americana.

Segundo o relatório de gestão da CGD referente a 2005, em termos de *ranking* entre as maiores instituições bancárias mundiais, a Revista “*The Banker*” (Jul. 2005) referia que a CGD se encontrava classificada na 109.<sup>a</sup> posição (103.<sup>a</sup> em 2004), de acordo com o critério do volume de activos, e na 136.<sup>a</sup> posição (128.<sup>a</sup> em 2004), em função do volume de capitais próprios. No contexto europeu, a CGD ocupava a 69.<sup>a</sup> posição (65.<sup>a</sup> em 2004) quanto ao valor dos activos e a 64.<sup>a</sup> posição (61.<sup>a</sup> em 2004) segundo o volume dos capitais próprios.

#### **b) Actividade Seguradora**

Na actividade seguradora, o ano de 2005 marcou o início de uma nova fase do Grupo CGD, decorrente da aquisição da Império Bonança, facto que permitiu alcançar, de forma destacada, a liderança do mercado segurador nacional, designadamente nos seguros Não Vida. Paralelamente, a participação do Grupo na Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, SA, detentora da marca Seguro Directo, foi alienada em 2005 de acordo com a decisão da Autoridade da Concorrência

O volume de prémios obtido pelo Grupo CGD, na actividade em Portugal, atingiu um montante de 3.000 M€ (+6,8% do que no ano anterior), equivalente a uma quota de mercado de 22,3%, a qual reflecte, porém, realidades distintas ao nível dos ramos Vida com 16,6% e Não Vida com 34,3%.

#### **c) Gestão de Participações**

Relativamente à gestão de participações, merecem destaque as operações de entrada no capital da CIMPOR mediante a aquisição de 1,19% do seu capital social, reforçada para 1,55% no início de 2006, e a entrada no capital da GALP, operação iniciada em Dezembro de 2005 e ainda sujeita a autorização das autoridades, com a qual o Grupo CGD volta a deter uma participação na empresa.

Tendo em vista a diversificação do risco e uma gestão dinâmica das participações financeiras consideradas estratégicas, a exposição accionista nas grandes participações financeiras do Grupo sofreu alguns ajustamentos, designadamente através das alienações de 4,91% do capital social da EDP à PARPÚBLICA, reduzindo a sua participação de 9,796% para 4,89% e de 0,49% do capital social do BCP, ocorridas em Setembro e Dezembro de 2005, respectivamente. Já em Janeiro de 2006, procedeu-se à alienação de mais 0,13% do capital social do BCP, diminuindo a participação do Grupo para 2,26%.

#### **d) Processo de Reestruturação**

No âmbito dos processos de reestruturação do Grupo, merecem referência as acções levadas a cabo em 2005 que a seguir se mencionam:

- **Área de gestão de activos** - encontra-se consolidado o processo que culminou com a transferência, no ano anterior, da gestão discricionária das carteiras da extinta Caixa Gestão de Patrimónios para a Caixagest, tendo as diferentes classes de activos geridos pelo Grupo CGD acompanhado, de uma forma geral, o desempenho positivo registado pelos mercados;

- **Área de crédito especializado** – no final de 2004 foi concretizada a fusão, por incorporação, da Imoleasing, Locapor e Lusofactor na Caixa Empresas de Crédito, que se transformou, por sua vez, na Caixa Leasing e Factoring – IFIC, tendo permitido ao Grupo usufruir de fortes sinergias, redução de custos e racionalização na estrutura de capitais, quer no interior da área de crédito especializado, quer no contexto da sua articulação com a rede bancária do Grupo CGD. Já em 2005, foi efectuada a integração da actividade da Caixa Crédito – SFAC na Caixa Leasing e Factoring – IFIC e concretizado o aumento do capital social da Locarent em 2 M€, mantendo o Grupo CGD a participação de 45% no capital da empresa;
- Na área de seguros, a aquisição da Império Bonança – Companhia de Seguros, SA, traz consigo um conjunto de oportunidades e de sinergias, encontrando-se em curso uma política de reformulação da estrutura organizativa que inclui a criação de diversos departamentos comuns às principais seguradoras integrando as áreas de *back-office*, com o objectivo de melhorar a eficiência operativa das Companhias;
- Na área da designada nova economia, reconhecendo-se que as participações da Caixaweb, SGPS, não se enquadravam no *core business* nem se revelava vantajoso um envolvimento empresarial directo da CGD, procedeu-se à dissolução da referida *holding*.

#### e) Situação Económica e Financeira

As contas do Grupo CGD do exercício de 2005 foram preparadas de acordo com o regulamentado pelo Banco de Portugal, com base nas Normas de Contabilidade Ajustadas, as quais reflectem os princípios de reconhecimento contabilístico e avaliação das IAS/IFRS. As contas de 2004 sofreram importantes ajustamentos, numa base de comparabilidade com o exercício de 2005.

Do ponto de vista económico, os principais indicadores relativos à actividade individual e consolidada da CGD constam dos quadros infra (**Quadros 5.2.1 e 5.2.2.**), evidenciando uma evolução positiva.

Assim, o resultado líquido individual em 2005 foi de 350,8 M€, substancialmente superior ao apurado no exercício de 2004, no montante de 285,4 M€. Contudo, na sequência da aplicação das normas IAS/IFRS em consonância com as contas de 2005, as contas de 2004 foram objecto de diversos ajustamentos na transição para as novas normas, conduzindo, primeiro, ao resultado de 307,3 M€, ao qual foi acrescentado, depois, em custos com o pessoal, o montante de 184,9 M€ relacionado com a transferência do Fundo de Pensões da CGD para a Caixa Geral de Aposentações, fixando-se o resultado líquido de 2004 em 122,5 M€.

**Quadro 5.2.1.**  
**Caixa Geral de Depósitos**  
**Evolução dos Resultados Individuais**

	Actividade Individual			
	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Margem Financeira	1.087.713	1.095.450	-7.737	-0,71%
Produto Bancário	1.772.738	1.539.747	232.991	15,13%
Resultado de Exploração (*)	752.499	382.513	369.986	96,73%
<b>Resultado do Exercício (*)</b>	<b>350.770</b>	<b>122.461</b>	<b>228.309</b>	<b>186,43%</b>
Meios Libertos Operacionais	824.546	453.215	371.331	81,93%
Meios Libertos Líquidos	422.817	193.163	229.654	118,89%

Fonte: Relatório e Contas da Empresa

Unidade: Milhares de euros

(\*) Os resultados líquidos apurados em 2004 foram de 285,4 M€, ajustados, na fase de transição da aplicação das normas IAS / IFRS para 307 M€. Os resultados aqui apresentados contemplam ainda, para além desses ajustamentos, o aumento nos custos com pessoal de 2004 de custos não recorrentes, no montante de 184,9 milhões de euros, relacionados com a transferência do Fundo de Pensões da CGD para a CGA.

A margem financeira manteve-se estável, verificando-se que o crescimento mais acentuado dos juros e encargos similares (+42,9%) compensou o dos juros e rendimentos (+23%).

O produto bancário cresceu 233,0 M€ (+15,13%), o qual inclui, em resultados em operações financeiras, a mais-valia líquida da venda do Unibanco (142,8 M€).

O resultado de exploração registou uma melhoria substancial, reflectindo o aumento do produto bancário, que superou largamente o aumento dos custos, designadamente os custos operativos, que aumentaram apenas 47,9 M€ (+4,9%), nomeadamente os custos com pessoal que tiveram um crescimento de cerca de 6,7%, após os ajustamentos decorrentes da transferência do Fundo de Pensões da CGD, e os fornecimentos e serviços de terceiros que aumentaram somente 3,1%.

O resultado do exercício de 2005 seria significativamente superior, não fora o aumento de provisões e imparidade, as quais somaram 375,5 M€, face a 255,4 M€ em 2004.

Em termos consolidados, o resultado líquido do Grupo CGD, em 2005, ascendeu a 537,7 M€. Perante o, resultado líquido consolidado de 2004, fixado em 222,9 M€, o de 2005 traduz uma taxa de crescimento superior ao dobro, representando um aumento de 314,7 M€. No entanto, as contas consolidadas de 2004, tal como as individuais, foram objecto dos ajustamentos já referidos, designadamente a contabilização, nos custos com pessoal, de custos não recorrentes, no montante de 184,9 M€, relacionados com a transferência do Fundo de Pensões da CGD para a CGA, de acordo com as normas IAS/IFRS, fixando-se em 228 M€.

A margem financeira totalizou 1.454,5 M€, montante não totalmente comparável com o de 2004, devido à aplicabilidade da norma IAS 39 apenas a partir de 1 de Janeiro de 2005, excluindo, portanto, naquele ano, determinados valores relativos a instrumentos financeiros que foram integrados na margem complementar. No entanto, o incremento observado ficou a dever-se, em boa medida, à evolução do negócio da banca de retalho, actividade dominante da CGD, que ascendeu a 994,4 M€, com um crescimento de 10,3%.



**Quadro 5.2.2.**  
**Caixa Geral de Depósitos**  
**Evolução dos Resultados Consolidados**

	Actividade Consolidada			
	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Margem Financeira Alargada	1.454.462	1.417.881	36.581	2,58%
Produto Actividade Financeira	2.112.747	1.757.741	355.006	20,20%
Produto Actividade Bancária e Seguradora	2.625.395	2.130.368	495.027	23,24%
Resultado de Exploração (*)	997.596	509.763	487.833	95,70%
<b>Resultado Líquido Consolidado (*)</b>	<b>537.667</b>	<b>222.909</b>	<b>314.758</b>	<b>141,20%</b>
Meios Libertos Operacionais	1.122.698	622.208	500.490	80,44%
Meios Libertos Líquidos	662.769	335.354	327.415	97,63%

Fonte: Relatório e Contas de 2005

Unidade: Milhares de Euros

(\*)O resultado líquido consolidado de 2004 referido no quadro supra reflecte o ajustamento nos custos com pessoal de 2004 de custos não recorrentes, no montante de 184,9 milhões de euros, relacionados com a transferência do Fundo de Pensões da CGD para a CGA, de acordo com as normas IAS / IFRS. Sem esse efeito, o resultado líquido de 2004 é de 407,8 M€.

O produto da actividade financeira, no qual se inclui a margem complementar, beneficiou dos resultados em operações financeiras, que contribuíram com 297,2 M€ para a variação verificada, fruto da valorização dos instrumentos financeiros que compõem a carteira de títulos, bem como da mais-valia líquida (142,8 M€) realizada na venda da participação accionista no Unibanco. Porém, esta mais-valia não influenciou os resultados, já que foi afecta a provisões para riscos e encargos, ao reforço da imparidade e à cobertura de outros factos não recorrentes.

O resultado de exploração de 2005 reflecte a significativa progressão no produto da actividade bancária e seguradora, aumentando 495 M€ (+23,24%), proveniente do produto da actividade financeira (+355 M€) e da margem técnica da actividade de seguros (+140 M€).

Na sequência da melhoria do resultado da actividade da CGD, para o qual contribuiu também a redução dos custos com pessoal, e mantendo-se uma continuada redução do número de efectivos (-80) e de balcões (-8 em Portugal e +2 no estrangeiro), o VAB<sub>cf</sub> *per capita* registou um aumento de 9 m€, passando para 98 m€ em 2005 (Quadro 5.2.3.).

**Quadro 5.2.3.**  
**Caixa Geral de Depósitos**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

	Actividade Individual			
	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Custos com pessoal	544.363	694.850	-150.487	-21,66%
N.º de agências	828	834	-6	-0,72%
Portugal	770	778	-8	-1,03%
Estrangeiro	58	56	2	3,57%
<b>VAB<sub>cf</sub></b>	<b>1.056.191</b>	<b>965.768</b>	<b>90.423</b>	<b>9,36%</b>
N.º de trabalhadores	10.832	10.912	-80	-0,73%
Instituições bancárias	10.832	10.912	-80	-0,73%
Seguradoras	-	-		
Outras actividades	-	-		
<b>VAB<sub>cf</sub> per capita</b>	<b>98</b>	<b>89</b>	<b>9</b>	<b>10,17%</b>

Fonte: Relatório e Contas de 2005

Unidade: Milhares de euros



Evolução semelhante verificou-se ao nível da actividade consolidada, embora o VABcf *per capita*, neste caso, se fique pelos 83 m€, mais 11 m€ relativamente ao exercício anterior.

**Quadro 5.2.4.**  
**Caixa Geral de Depósitos**  
**Indicadores de Gestão Operacional Consolidados**

	Actividade Consolidada			
	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Custos com pessoal	859.140	924.201	-65.061	-7,04%
N.º de agências	1099	1095	4	0,37%
<i>Portugal</i>	771	780	-9	-1,15%
<i>Estrangeiro</i>	328	315	13	4,13%
<b>VABcf</b>	<b>1.722.046</b>	<b>1.361.716</b>	<b>360.330</b>	<b>26,46%</b>
N.º de trabalhadores	20.778	19.065	1.713	8,99%
<i>Instituições bancárias</i>	13.646	13.629	17	0,12%
<i>Seguradoras</i>	3.822	2.394	1.428	59,65%
<i>Outras actividades</i>	3.310	3.042	268	8,81%
<b>VABcf per capita</b>	<b>83</b>	<b>71</b>	<b>11</b>	<b>16,04%</b>

Fonte: Relatório e Contas de 2005

Unidade: Milhares de euros

O activo líquido da CGD, em termos individuais (**Quadro 5.2.5**), alcançou os 73.648 M€, representando um acréscimo de 5.746 M€, correspondente a +8,46% do que no ano anterior. O peso da actividade individual da CGD no activo consolidado atinge cerca de 78%.

O crescimento verificado no activo ficou a dever-se, em especial, ao aumento do crédito a clientes em 3.005 M€, beneficiando da expansão do crédito a particulares para habitação em 2.500 M€ (+9,5%) e ao aumento de 2.162 M€ do conjunto disponibilidades e aplicações em instituições de crédito.

Por seu turno, os recursos de clientes atingiram um saldo de 43.192 M€, revelando um acréscimo de 1.254 M€ relativamente ao exercício anterior, tendo sido complementados com os recursos obtidos através de responsabilidades representadas por títulos no montante de 8.870 M€ e passivos subordinados de 2.062 M€.

Os capitais próprios totalizaram 3.986 M€, tendo aumentado 313,0 M€ relativamente ao exercício anterior, com o contributo, sobretudo, do resultado do exercício no montante de 350,8 M€ e da anulação quase integral dos resultados negativos, transitados do ano anterior, através da absorção do prémio de emissão (300,0 M€) e da utilização de reserva legal.

Em 2005, o rácio dos fundos próprios de base *Tier 1* manteve-se praticamente ao nível do verificado no exercício anterior, passando de 7,4% em 2004 para 7,5% em 2005. O rácio de solvabilidade da actividade individual da CGD, calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, passou de 9,2% em 2004 para 11,0% em 2005.

**Quadro 5.2.5.**  
**Caixa Geral de Depósitos**  
**Estrutura Patrimonial**

	Actividade Individual			
	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Activo Líquido	73.647.840	67.902.261	5.745.579	8,46%
Cap. Próprios	3.986.489	3.673.313	313.176	8,58%
Recursos alheios	62.029.874	59.034.531	2.995.343	5,07%
Exigibilidades diversas	7.631.477	5.194.417	2.437.060	46,92%
TIER 1 (B. Portugal)	7,50%	7,40%	-	-
Liquidez	86,20%	91,70%		
Solvabilidade bruta	11,00%	9,20%	-	-

Fonte: Relatório e Contas de 2005

Unidade: Milhares de euros

Em termos consolidados (**Quadro 5.2.6.**), verificou-se que o activo líquido total do Grupo CGD situou-se, no final de 2005, em 86.461 M€, evidenciando um acréscimo de 8.107 M€, correspondente a mais 10,35% relativamente ao ano anterior, explicado, sobretudo, pela progressão do crédito a clientes (+3.047 M€), da carteira de títulos (+2.042 M€) e das disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito (+1.902 M€).

**Quadro 5.2.6.**  
**Caixa Geral de Depósitos**  
**Estrutura Patrimonial Consolidada**

	Actividade Consolidada			
	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo Líquido</b>	<b>86.461.338</b>	<b>78.354.514</b>	<b>8.106.824</b>	<b>10,35%</b>
<b>Cap. Próprios</b>	<b>4.325.230</b>	<b>3.318.033</b>	<b>1.007.197</b>	<b>30,36%</b>
Recursos alheios	66.869.085	64.121.167	2.747.918	4,29%
Exigibilidades diversas	15.267.023	10.915.314	4.351.709	39,87%
TIER 1 (B. Portugal)	7,40%	6,20%	-	-
Liquidez	93,30%	94,00%		
Solvabilidade bruta	12,40%	9,40%	-	-

Fonte: Relatório e Contas de 2005

Unidade: Milhares de euros

No contexto do Grupo, a actividade individual da CGD representa 77,6% do activo líquido, enquanto a expressão do conjunto das seguradoras, agrupadas na Caixa Seguros, atinge os 12,7%, face a 9,5% em 2004. Este crescimento dos seguros, na estrutura do activo do Grupo, resultou da integração da Império Bonança no início do ano. Entre as restantes instituições do Grupo salienta-se o Banco Siméon em Espanha e a Caixa Leasing e Factoring, cujos activos têm um peso no activo do Grupo de 2,6% e 1,8%, respectivamente.

Os capitais próprios consolidados registaram um aumento de 1.007 M€ (+30,36%) em resultado de variações positivas nas reservas de justo valor, nos interesses minoritários e nos resultados do exercício.

O rácio dos fundos próprios de base *Tier 1* em termos consolidados foi de 7,4%, face a 6,2% no ano transacto, beneficiando do crescimento das reservas de justo valor. O rácio de solvabilidade

calculado nos termos do normativo do Banco de Portugal, apresentou um valor de cerca de 12,4%, face aos 9,4% no ano anterior.

#### f) *Rating do Grupo*

Segundo o relatório de gestão da CGD referente a 2005, as três principais agências de *rating* internacionais – STANDARD & POOR'S, MOODY'S e FITCHRATINGS – atribuíram as seguintes notações à CGD:

AGÊNCIA	Curto Prazo	Longo Prazo	Outlook	Data
Standard & Poor's	A-1	A+	Estável	Abr-05
Moody's	Prime-1	Aa3	Estável	Dez-05
Fitchratings	F1+	AA-	Negativo	Set-05

Fonte: Relatório e Contas de 2005

O *Outlook* da CGD de estável para negativo, atribuído pela FITCHRATINGS em Setembro de 2005, reflectiu exclusivamente a alteração no mesmo sentido dos *ratings* atribuídos à República Portuguesa.

### 5.3. Capital de Risco

Genericamente, uma operação de capital de risco (CR) consiste na participação no capital social de uma empresa, assegurando, assim, suporte financeiro estável ao seu desenvolvimento. É uma forma de financiamento da actividade empresarial, com um horizonte temporal limitado (a médio/longo prazo), através de capitais próprios, mediante a entrada de um sócio com participação minoritária, normalmente não ultrapassando os 49% de capital.

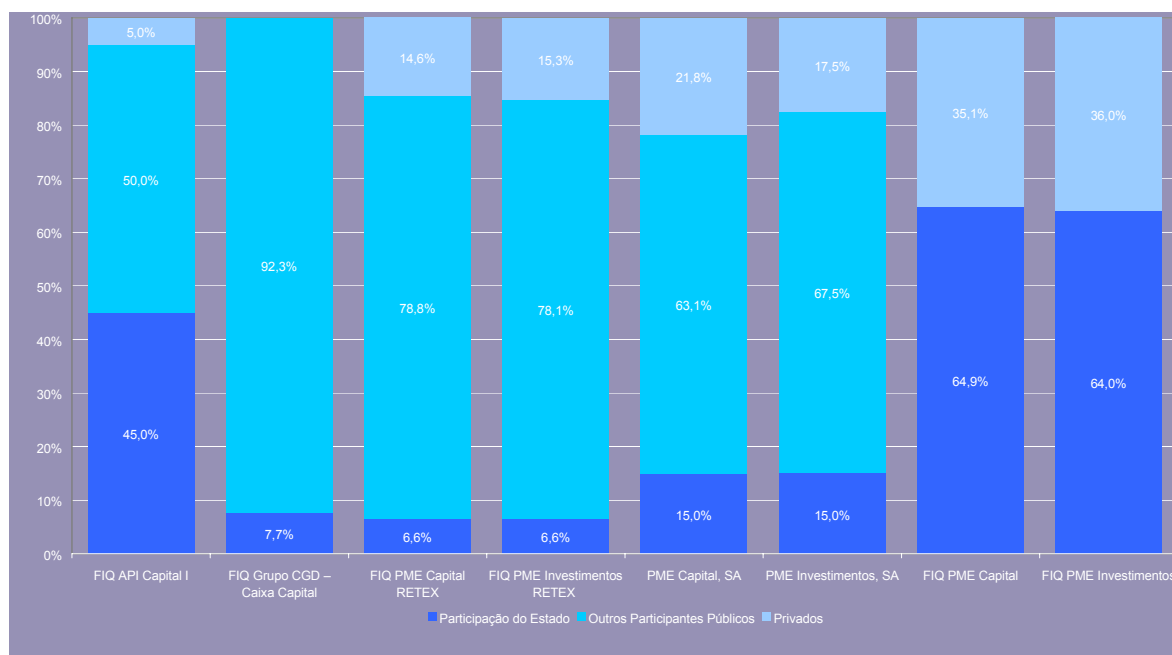
Os primeiros instrumentos financeiros de CR surgiram no nosso país na segunda metade da década de 80, mantendo o Estado, para além da sua intervenção enquanto regulamentador das actividades de CR, uma presença activa no Sector através de entidades empresarias específicas, especialmente dirigidas a Pequenas e Médias Empresas (PME), que têm como finalidade proporcionar mecanismos complementares de apoio ao investimento e à modernização e consolidação do tecido empresarial nacional, por forma a contribuir para a dinamização e sustentabilidade do crescimento económico.

A criação e o desenvolvimento das actividades de CR constitui actualmente uma das linhas principais de orientação dos programas comunitários de apoio ao investimento. Neste sentido, os sucessivos Quadros Comunitários de Apoio têm estabelecido medidas de incentivo e apoio a este tipo de actividades, que constituem mesmo uma das linhas principais do Programa para a Produtividade e Crescimento da Economia, através do Programa de Incentivos à Modernização da Economia (PRIME), que veio substituir o Programa Operacional da Economia (POE).

A carteira de participações do Estado em entidades de capital de risco (**Gráfico 5.3.1.**) integrava, no final de 2005, participações em 2 sociedades gestoras em Portugal, a PME Capital – Sociedade

Portuguesa de Capital de Risco, SA e a PME Investimentos – Sociedade de Investimentos, SA, e em 6 Fundos para Investidores Qualificados (FIQ): FIQ API Capital I; FIQ Grupo CGD – Caixa Capital; FIQ PME Capital; FIQ PME Capital RETEX (<sup>25</sup>); FIQ PME Investimentos; FIQ PME Investimentos RETEX(<sup>26</sup>). O Estado detém igualmente participação num Fundo de Investimento de CR em Moçambique (FICREM I - Moçambique) e na respectiva sociedade gestora (GCI), com 5% e 10%, respectivamente.

**Gráfico 5.3.1.**  
**Capital de Risco**  
**Carteira de Participações do Estado**



Com excepção do FIQ API Capital I e do FIQ Grupo CGD – Caixa Capital, que sempre mantiveram participação directa do Estado, as restantes participações deram entrada na carteira em 2003, na sequência da extinção da IPE. Acresce referir que as participações nos FIQ PME Capital e FIQ PME Investimentos estiveram na posse directa do Estado desde a sua constituição até 2001, tendo sido posteriormente transferidas para a IPE, na sequência de um aumento do respectivo capital social.

Para além das participações directas do Estado, salienta-se que também o IAPMEI, o ICEP, o Instituto de Turismo de Portugal, o IFADAP e algumas empresas públicas, como a CGD e a API, são detentoras de participações em sociedades gestoras e fundos de capital de risco (FCR) e que as duas sociedades gestoras participadas pelo Estado administram 4 outros fundos de capital de risco não participados directamente por este, bem como o Fundo de Sindicação de Capital de Risco PME – IAPMEI e o Fundo de Garantia para a Titularização de Créditos.

<sup>25</sup> Em 2006, o IAPMEI procedeu ao encerramento do Programa RETEX. Em consequência, as sociedades gestoras promoveram, em 2006, a alteração da finalidade e denominação dos Fundos RETEX, pelo que actualmente este fundo tem a designação de FIQ PME Capital VALOR.

<sup>26</sup> Actualmente designado FIQ PME Investimentos VALOR, pelas razões referidas na nota anterior.

Segundo dados de 2005 da Associação Portuguesa de Capital de Risco e de Desenvolvimento<sup>(27)</sup> (APCRI), a captação de fundos aumentou 35,4% face ao ano de 2004, atingindo o montante de 298 M€. A Banca e o Sector Público foram os sectores que mais contribuíram para o total do levantamento de fundos, com 185 M€ e 54 M€, respectivamente, correspondendo em termos percentuais a 62% e a 18% dos fundos afectos ao capital de risco em Portugal.

No final de 2005, o capital social das entidades de CR directamente participadas pelo Estado atingia cerca de 239 M€ e o seu capital próprio ascendia a 210 M€, valores estes que, para avaliar o peso da participação pública no Sector, se deveriam adicionar aos correspondentes às participações de outras entidades públicas em sociedades e FCR sem participação directa do Estado.

Como orientação genérica, tem-se procurado o estabelecimento de parcerias público-privadas no Sector, constatando-se que esta só não se verifica no FIQ API Capital I e no FIQ Grupo CGD – Caixa Capital, enquanto que nos restantes Fundos essa participação se situa entre 14,55% (FIQ PME Capital RETEX) e 36,04% (FIQ PME Investimentos), representando um envolvimento global de 40 M€.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 151/2004, de 29 de Junho, que veio alterar o Decreto-Lei n.º 319/2002, de 28 de Dezembro, foi flexibilizado o regime jurídico aplicável aos FCR, assegurada uma maior harmonização dos regimes dos FCR e das SCR, clarificados os poderes regulamentares e de supervisão da CMVM, em particular sobre as SCR, bem como simplificados os correspondentes procedimentos.

Em 5 Janeiro de 2006, a CMVM aprovou o Regulamento n.º 1/2006, que revogou o Regulamento da CMVM n.º 12/2003, de 12 de Janeiro de 2004, na redacção dada pelo Regulamento da CMVM n.º 8/2004, de 31 de Dezembro. Neste Regulamento, a CMVM elenca um conjunto de metodologias e critérios de avaliação das participações de capital de risco detidas pelas SCR e pelos FCR, que se baseiam no justo valor, por forma a uniformizar a avaliação das carteiras de capital de risco.

Desta forma, a definição genérica das metodologias e critérios de avaliação dos activos de CR passará a constar do regulamento de gestão dos FCR e do regulamento interno das SCR, estando actualmente as entidades gestoras a adaptarem-se às novas disposições, alterando em conformidade os respectivos regulamentos.

Durante o exercício de 2005, o Sector de CR ficou marcado, em termos globais, por uma evolução positiva dos resultados, de exploração e líquido, que melhoraram 8,5 M€ e 9,0 M€, respectivamente, tendo passado de resultados negativos em 2004 para positivos em 2005. Observa-se, igualmente, que o resultado extraordinário, apesar de positivo em 2005, registou um decréscimo de 21,3% face a 2004.

---

<sup>27</sup> APCRI – Associação Portuguesa de Capital de Risco e de Desenvolvimento – “*Actividade de Capital de Risco em Portugal – 2005*”, Maio de 2005.

**Quadro 5.3.1.**  
**Capital de Risco**  
**Evolução dos Resultados**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Resultado de exploração	4.204	(4.894)	9.099	+185,9%
Resultado extraordinário	1.671	2.122	(451)	-21,3%
<b>Resultado líquido</b>	<b>5.550</b>	<b>(2.916)</b>	<b>8.465</b>	<b>+290,4%</b>
Meios libertos operacionais	5.193	(2.257)	7.449	+330,1%
Meios libertos líquidos	6.864	(135)	6.999	+5.181,9%

Fonte: Relatórios e contas das sociedades gestoras e fundos

Unidade: Milhares de euros

O factor que mais contribuiu para a melhoria do resultado de exploração foi a redução das provisões do exercício em 62,8%, enquanto que, para o aumento do resultado líquido contribuíram os rendimentos de títulos e ganhos extraordinários, estes por via das mais-valias obtidas na alienação de participações financeiras.

**Quadro 5.3.2.**  
**Capital de Risco**  
**Indicadores de Gestão Operacional**

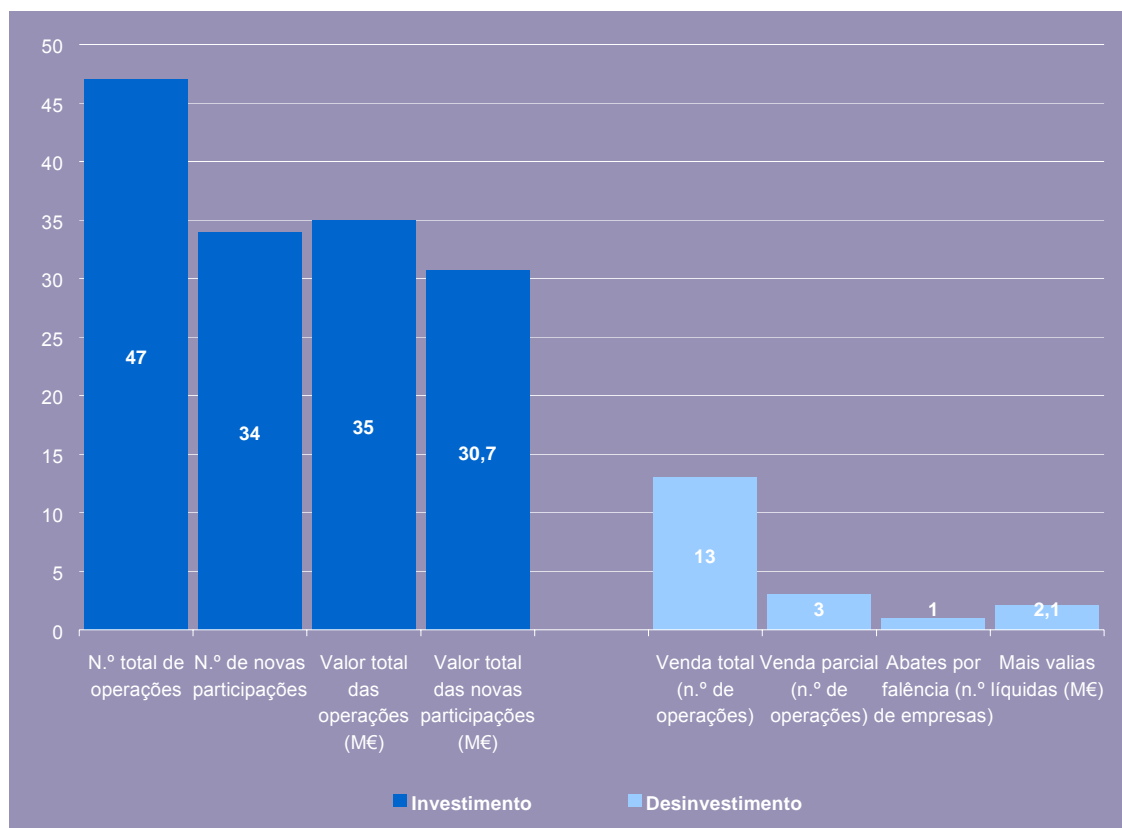
	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
Taxa média das aplicações	3,1%	3,5%	-	-
Gastos gerais administrativos	3.699	3.152	547	+17,3%
Provisões líquidas de reposições e anulações	730	2.367	(1.638)	-69,2%
N.º de trabalhadores (sociedades gestoras)	36	37	(1)	-2,7%
Custos com pessoal (sociedades gestoras)	2.223	2.189	34	+1,5%

Fonte: Relatórios e contas das sociedades gestoras e fundos

Unidade: Unidade/Milhões de euros

No período em análise foram concretizadas 47 operações de investimento com o valor global de 35 M€, das quais 34 corresponderam a novas participações no montante de 30,7 M€. Em contrapartida, realizaram-se 13 operações de alienação de participações, das quais 3 alienações parciais e 10 alienações da totalidade da participação detida, tendo ainda sido abatida à carteira, por falência, 1 participada. As mais-valias obtidas com estas operações cifraram-se em cerca de 2,1 M€ (**Gráfico 5.3.2.**).

**Gráfico 5.3.2.**  
**Capital de Risco**  
**Operações de Investimento e Desinvestimento**



No final do exercício, o conjunto dos fundos e sociedades gestoras directamente participadas pelo Estado detinham participações em 128 empresas, sendo o seu valor global de 90,5 M€.

Ainda de acordo com dados da APCRI<sup>(28)</sup>, durante o exercício de 2005 o valor do investimento de capital de risco alcançou os 245 M€ e abrangeu 135 empresas e o do desinvestimento atingiu os 176 M€ e abrangeu 90 participações, concluindo que a maioria do investimento continua a ser efectuado por sociedades de capitais públicos (79%), tendo crescido 147% face a apenas 13% das sociedades de capitais privados.

**Quadro 5.3.3.**  
**Capital de Risco**  
**Estrutura Patrimonial**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Activo líquido</b>	<b>271.719</b>	<b>208.355</b>	<b>63.364</b>	<b>+30,4%</b>
<b>Capitais próprios e equiparados</b>	<b>210.386</b>	<b>194.169</b>	<b>16.218</b>	<b>+8,4%</b>
<b>Passivo</b>	<b>61.333</b>	<b>11.663</b>	<b>49.670</b>	<b>+425,9%</b>
Autonomia financeira	77,4%	93,2%		
(Dispon. + Aplic. Tesour.) / Activo líquido	45,6%	55,5%		
Imobilizado / Capitais próprios e equiparados	60,7%	36,9%		

Fonte: Relatórios e contas das sociedades gestoras e fundos

Unidade: Milhares de euros

<sup>28</sup> APCRI – "Actividade de Capital de Risco em Portugal – 2005", Maio de 2005

Como consequência de um maior recurso a capital alheio, o rácio de autonomia financeira apresentou um decréscimo considerável face a 2004, tendo diminuído de 93,2% para 77,4%, evidenciando a menor capacidade de financiamento através de recursos próprios.

Assinala-se positivamente a significativa redução das disponibilidades e aplicações de tesouraria, cujo peso no activo passou de 55,5% em 2004 para 45,6% em 2005, o que, conjugado com o acréscimo do peso do imobilizado nos capitais próprios e equiparados, evidencia uma maior afectação dos fundos disponíveis aos objectivos que justificam a participação pública neste tipo de entidades.



## 6. Financiamento do SEE

Em nota prévia, importa referir que a abordagem que se segue foi realizada tendo como base as demonstrações de fluxos de caixa das empresas. Neste contexto, os valores indicados para as diversas rubricas diferem necessariamente dos indicados nos restantes pontos deste relatório, que reflectem uma óptica de compromisso.

Importa ainda referir que as rubricas de acréscimo e redução do endividamento reportam-se somente ao saldo líquido entre o recebimento e o pagamento de empréstimos, não englobando, por isso, a evolução da dívida não remunerada.

### 6.1. Financiamento Global das EPNF

As necessidades de financiamento agregadas das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos, atingiram 7.430 M€ no ano de 2005, valor que representa um acréscimo de 9,4% em relação ao exercício de 2004 (**Quadro 6.1.1.**).

**Quadro 6.1.1.**  
**Financiamento Global das EPNF**  
**Necessidades e Fontes de Financiamento**  
(sem renovação de empréstimos)

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Necessidades de Financiamento</b>	<b>7.429.904</b>	<b>6.790.647</b>	<b>639.257</b>	<b>9,4%</b>
Défices operacionais antes de subsídios	846.639	1.093.809	-247.171	-22,6%
Investimento	4.512.300	3.905.745	606.555	15,5%
Juros e outros encargos da dívida	449.906	435.180	14.726	3,4%
Redução do endividamento (empréstimos)	451.812	456.826	-5.014	-1,1%
Acréscimo das disponibilidades	575.674	453.032	122.641	27,1%
Outras necessidades de financiamento	593.574	446.055	147.519	33,1%
<b>Fontes de Financiamento</b>	<b>7.429.904</b>	<b>6.790.647</b>	<b>639.257</b>	<b>9,4%</b>
<b>Autofinanciamento</b>	<b>2.413.541</b>	<b>2.614.196</b>	<b>-200.655</b>	<b>-7,7%</b>
Excedentes operacionais antes de subsídios	1.255.422	1.559.252	-303.830	-19,5%
Desinvestimento	280.571	394.580	-114.009	-28,9%
Outras fontes	489.150	212.017	277.133	130,7%
Utilização de disponibilidades	388.398	448.346	-59.948	-13,4%
<b>Subsídios</b>	<b>1.640.752</b>	<b>867.996</b>	<b>772.756</b>	<b>89,0%</b>
À exploração	299.082	281.039	18.044	6,4%
Ao investimento	1.318.931	581.652	737.279	126,8%
Outros	22.738	5.305	17.433	328,6%
<b>Dotações de capital</b>	<b>290.075</b>	<b>251.200</b>	<b>38.875</b>	<b>15,5%</b>
<b>Acréscimo do endividamento (empréstimos)</b>	<b>3.085.536</b>	<b>3.057.256</b>	<b>28.281</b>	<b>0,9%</b>

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

Contudo, excluindo a EP, que só iniciou a sua actividade enquanto empresa no início de 2005 e cujas necessidades de financiamento se cifraram em 848 M€, quase em exclusivo resultantes do investimento, as necessidades de financiamento agregadas das EPNF descem para 6.582 M€, revelando uma quebra de 3,1% em relação a 2004.

Desagregando por origens, constata-se um forte crescimento das necessidades de financiamento associadas ao investimento (+607 M€), que representa mais de 60% do total e cuja abordagem mais

detalhada se fará no ponto seguinte. No entanto, salienta-se desde já que sem a EP o investimento agregado das EPNF teria registado uma diminuição de 6,2% em relação a 2004.

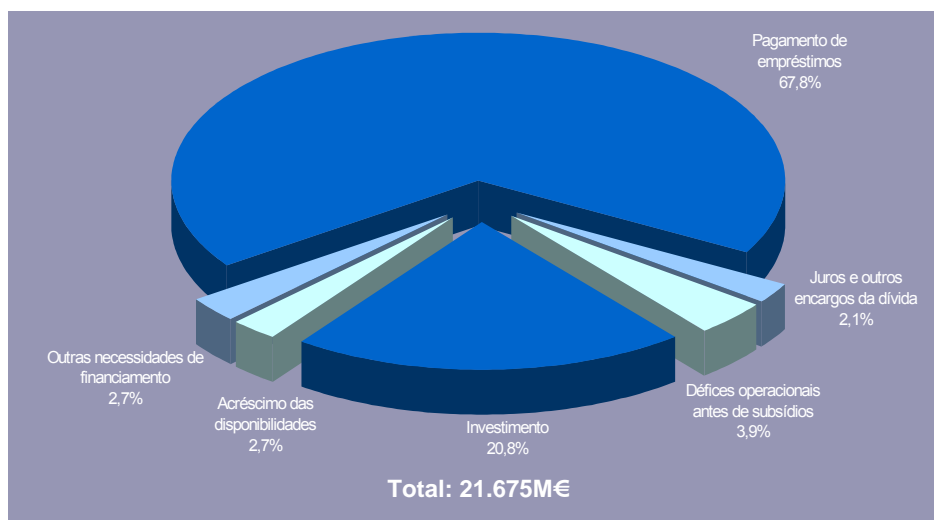
Embora com menor peso nas necessidades globais de financiamento, verificaram-se aumentos significativos nas rubricas de outras necessidades de financiamento (+33,1%), acréscimo das disponibilidades (+27,1%) e juros e outros encargos da dívida (+3,4%), esta reflectindo o crescente endividamento de um conjunto alargado de EPNF, matéria que se abordará mais adiante.

No que respeita às outras necessidades de financiamento, o acréscimo verificado deve-se essencialmente ao aumento dos dividendos pagos pela GALP, enquanto o aumento do nível de acréscimo das disponibilidades é explicado, sobretudo, por empréstimos recebidos e ainda não utilizados, casos da PARPÚBLICA e da EGREP, e pelos excedentes com origem nas actividades operacionais, antes de subsídios, em que se salientam a API e algumas unidades do sector da saúde, com destaque para o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental e o Hospital de St.<sup>a</sup> Marta.

Quanto às restantes origens, verificou-se uma quebra das necessidades de financiamento para cobertura de défices operacionais antes de subsídios (-247 M€), com realce para o sector da saúde e para as empresas CP, RTP e EGREP, sendo a quebra nesta última justificada pela aquisição inicial de reservas petrolíferas no ano de 2004. Constata-se ainda uma diminuição do esforço associado à redução do endividamento (-5 M€), sobretudo devido à evolução registada na GALP (-120,5 M€), salientando-se, em sentido contrário, o significativo acréscimo do ritmo de redução do endividamento na RTP, EMPORDEF e SIMAB, viabilizado pelos aumentos do capital dessas empresas, realizados pelo Estado no ano de 2005.

Se aos montantes atrás referidos adicionarmos o dos empréstimos contraídos para liquidação de empréstimos anteriores, as necessidades de financiamento em 2005 passam para 21.675 M€ (**Gráfico 6.1.1.**), registando um crescimento de 3,3% relativamente a 2004.

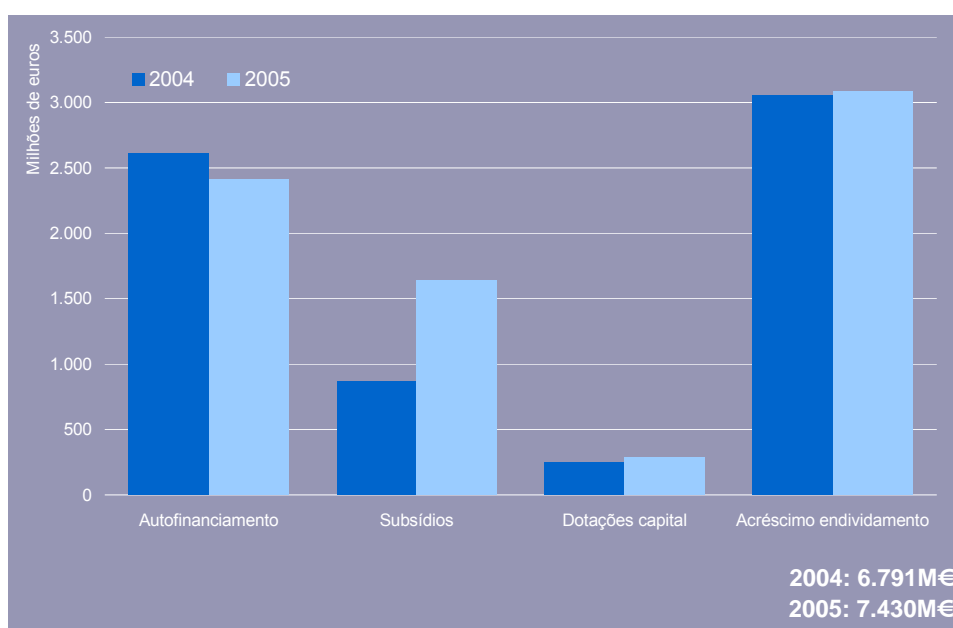
**Gráfico 6.1.1.**  
**Financiamento Global das EPNF**  
**Necessidades de Financiamento - 2005**  
(com renovação de empréstimos)



Representando 67,8% do total das necessidades agregadas de financiamento, o pagamento de empréstimos evidencia a pressão que os elevados níveis de endividamento exercem sobre a actividade das EPNF e representa, em alguns casos, um dos principais estrangulamentos ao seu desenvolvimento.

No que respeita às fontes de financiamento (**Gráfico 6.1.2.**), verifica-se que o endividamento corresponde à fatia mais significativa, com 41,5% do total em 2005, ano em que registou um acréscimo de 0,9%.

**Gráfico 6.1.2.**  
**Financiamento Global das EPNF**  
**Fontes de Financiamento**  
(sem renovação de empréstimos)



Com um aumento de 89,0% em relação a 2004, os subsídios representaram 22,1% das fontes de financiamento no ano de 2005, assumindo um peso decisivo os subsídios ao investimento, cujo crescimento foi de 126,8%. Contudo, estes valores estão fortemente influenciados pela transformação das Estradas de Portugal em E.P.E., sem a qual os acréscimos correspondentes seriam de 9,8% e 8,6%, respectivamente, devidos em larga medida aos aumentos registados na REFER, AdP e ML. Refira-se, ainda, que o acréscimo de 6,4% nos subsídios à exploração se deve, sobretudo, ao aumento das Indemnizações Compensatórias pagas pela prestação de serviço público.

Representando 32,5% das fontes de financiamento em 2005, o recurso ao autofinanciamento registou uma quebra de 7,7% em relação a 2004, explicada pela redução dos excedentes operacionais antes de subsídios, sobretudo devido ao comportamento dos grupos PARPÚBLICA e GALP, em que se observou uma forte descida dos excedentes operacionais, pela diminuição das receitas com origem em desinvestimento, com destaque para a PARPÚBLICA, EDM, Parque EXPO, MP e CTT, e ainda pelo menor recurso à utilização de disponibilidades, com realce para o sector da saúde e as empresas CP e API.

Em sentido contrário, assinala-se o aumento de 277M€ no autofinanciamento com origem em outras fontes, em que se salientam o acréscimos dos dividendos recebidos pela PARPÚBLICA e pela REN, bem como os juros de aplicações da PARPÚBLICA e GALP.

Finalmente, destaca-se o acréscimo de 15,5% nas dotações de capital, devido, nomeadamente, aos aumentos de capital da PARPÚBLICA, SIMAB e Centros Hospitalares do Alentejo e do Barlavento Algarvio, bem como às prestações suplementares realizadas em diversas sociedades Polis.

Entretanto, importa ter em conta que os dados anteriormente referidos correspondem ao valor agregado das EPNF, encobrindo diferenças substanciais entre os diferentes sectores e empresas e sendo fortemente influenciados, em particular, pelo elevado peso do sector dos serviços de utilidade pública e PARPÚBLICA.

**Quadro 6.1.2.**  
**Financiamento Global das EPNF**  
**Necessidades e Fontes de Financiamento por Sectores – 2005**  
**(sem renovação de empréstimos)**

Necessidades de Financiamento	Investimento	Déf. Oper. sem Subsídios	Juros e Out. Enc. Dívida	Redução Endivid.	Outras Neces. Financ.	Acréc. Disponib.	TOTAL
Comunicação Social	15.813	109.458	27.060	80.393	5.875	1.802	<b>240.401</b>
Gestão Infraestruturas Aéreas	169.252	559	21.994	4.246	6.480	21.279	<b>223.812</b>
Gestão Infraestrut. Portuárias	24.238	0	4.082	20.577	3.758	6.960	<b>59.614</b>
Gestão Infraestrut. Ferroviárias	474.829	336.007	156	1.000	0	12.460	<b>824.452</b>
Gestão Infraestrut. Rodoviárias	847.992	0	62	0	0	0	<b>848.053</b>
Gestão Outras Infraestruturas	303.099	839	39.254	20.843	47.427	6.911	<b>418.372</b>
Indústria	81.390	0	3.956	28.178	15.193	18.550	<b>147.266</b>
Requalificação Urbana	73.676	47.042	22.068	48.815	88	27.992	<b>219.681</b>
Saúde	59.750	81.416	275	2.068	1.355	58.485	<b>203.349</b>
Serviços Utilidade Pública	967.134	0	61.438	230.077	292.774	24.876	<b>1.576.298</b>
Transportes	594.989	268.317	181.019	0	60.121	29.742	<b>1.134.188</b>
PARPÚBLICA	875.000	0	83.793	0	160.203	310.850	<b>1.429.846</b>
Outros	25.138	3.002	4.749	15.615	299	55.767	<b>104.570</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.512.300</b>	<b>846.639</b>	<b>449.906</b>	<b>451.812</b>	<b>593.574</b>	<b>575.674</b>	<b>7.429.904</b>
Fontes de Financiamento	Autofin.	Subsídios	Dotações de Capital	Acréc. Endivid.			TOTAL
Comunicação Social	20.938	136.664	82.800	0			<b>240.401</b>
Gestão Infraestruturas Aéreas	139.985	14.747	1.488	67.592			<b>223.812</b>
Gestão Infraestrut. Portuárias	47.651	10.642	0	1.321			<b>59.614</b>
Gestão Infraestrut. Ferroviárias	32.020	213.447	0	578.986			<b>824.452</b>
Gestão Infraestrut. Rodoviárias	110.396	687.351	0	50.307			<b>848.053</b>
Gestão Outras Infraestruturas	185.283	59.256	30.000	143.833			<b>418.372</b>
Indústria	132.024	367	14.875	0			<b>147.266</b>
Requalificação Urbana	118.604	30.912	57.029	13.136			<b>219.681</b>
Saúde	141.961	30.865	30.073	450			<b>203.349</b>
Serviços Utilidade Pública	1.026.107	163.781	31.632	354.779			<b>1.576.298</b>
Transportes	56.770	257.450	0	819.968			<b>1.134.188</b>
PARPÚBLICA	317.725	16.491	40.465	1.055.166			<b>1.429.846</b>
Outros	84.078	18.778	1.714	0			<b>104.570</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.413.541</b>	<b>1.640.752</b>	<b>290.075</b>	<b>3.085.536</b>			<b>7.429.904</b>

Fonte: Relatórios e contas das empresas

Unidade: Milhares de euros

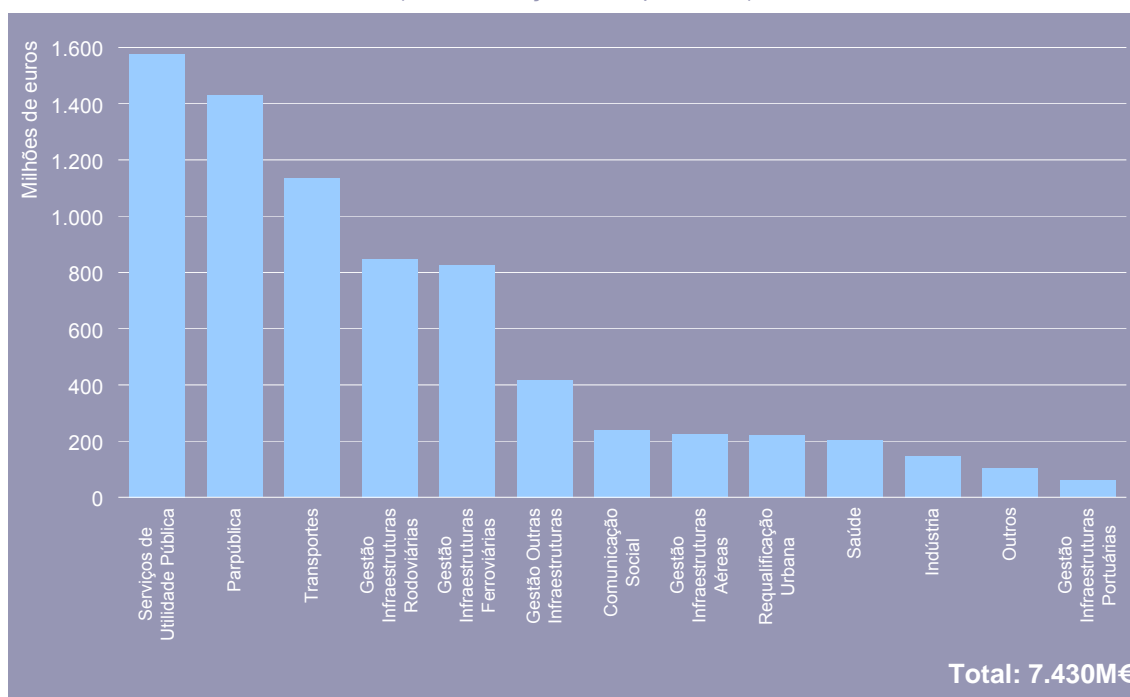
Com efeito, em 2005 o sector dos serviços de utilidade pública representava 21,2% das necessidades globais de financiamento das EPNF, excluindo a renovação de empréstimos (**Quadro 6.1.2.**), sendo de cerca de 50% o seu peso na redução do endividamento e nas outras necessidades de financiamento, sobretudo associado à GALP, e de 21,4% no investimento, em que têm peso significativo a AdP e a GALP, correspondendo ainda a 42,5% do autofinanciamento das EPNF.

Quanto ao Grupo PARPÚBLICA, o seu peso ascendia a 19,4%, contribuindo com mais de 50% para o acréscimo das disponibilidades e com 34,2% para o aumento do endividamento.

Nos restantes sectores, salienta-se o peso das necessidades de financiamento das empresas de transportes (15,3%), onde as maiores fatias cabem aos Metropolitano do Porto e de Lisboa, à CP e à CARRIS, bem como da EP (11,4%) e da REFER (10,7%).

Em 10 dos 13 sectores considerados, o investimento corresponde à principal origem das necessidades de financiamento, sendo o seu peso superior a 50% em 8 sectores e atingindo quase 100% na gestão de infraestruturas rodoviárias e valores superiores a 70% na gestão de infraestruturas aéreas e de outras infraestruturas.

**Gráfico 6.1.3.**  
**Financiamento Global das EPNF**  
**Necessidades de Financiamento por Sectores – 2005**  
(sem renovação de empréstimos)



Nos restantes sectores, o peso principal cabe aos défices das actividades operacionais antes de subsídios, que justificam 45,5% das necessidades de financiamento do sector da comunicação social e 40% das do sector da saúde, bem como ao acréscimo de disponibilidades no sector residual outros, em que correspondem a 53,3% do total, sobretudo resultantes dos excedentes operacionais da API e da EGREP.

Assinale-se ainda que no sector da gestão de infraestruturas ferroviárias o peso das necessidades de financiamento resultantes de défices das actividades operacionais antes de subsídios corresponde a 40,8% do total, atingindo 23,7% no dos transportes e 21,4% no da requalificação urbana.

Em conjunto, os sectores da gestão de infraestruturas ferroviárias (39,7%) e dos transportes (31,7%) estão origem de mais de 71% dos défices operacionais antes de subsídios das EPNF, valor que sobe para 99,5% se adicionarmos os sectores da comunicação social, saúde e requalificação urbana. No que respeita ao sector dos transportes, destacam-se, em particular, o peso dos défices operacionais antes de subsídios da CARRIS (89,5 M€), CP (63,0 M€) e Metro do Porto (56,7 M€).

O sector dos transportes tem ainda um peso significativo nos custos suportados pelas EPNF com juros e outros encargos da dívida (40,2% do total), em especial o ML e a CP, cujos encargos são claramente superiores aos respectivos défices operacionais antes de subsídios, cifrando-se em 83,8 M€ e 65,0 M€, respectivamente.

Evidencia-se ainda o Grupo PARPÚBLICA, que suportou 18,6% do total desta rubrica, bem como o sector dos serviços de utilidade pública (13,7%), com destaque para a AdP (33,2 M€) e a GALP (26,7 M€). Contudo, deve salientar-se que, ao contrário das empresas de transportes, todas elas apresentam excedentes de exploração positivos e uma sólida situação económico-financeira.

Para a rubrica de redução do endividamento contribuíram, sobretudo, a GALP (-230,0 M€), a RTP (-76,7 M€) e a Parque EXPO (-48,8 M€), sublinhando-se que no caso das duas últimas empresas essa redução está associada ao esforço financeiro do Estado, através de dotações de capital à RTP e de prestações suplementares às sociedades Polis, que lhes permitiram pagar as dívidas que tinham para com a Parque EXPO.

Quanto às fontes de financiamento, constata-se que o recurso ao endividamento assegurou 41,5% das necessidades globais de financiamento das EPNF, cabendo ao autofinanciamento 32,5%, aos subsídios 22,1% e às dotações de capital 3,9%.

No que respeita ao autofinanciamento, o peso mais significativo cabe ao sector dos serviços de utilidade pública (42,5% do total), sendo o contributo mais importante, em valor, dado pela GALP e AdP, em ambos os casos com origem em excedentes operacionais, embora se deva sublinhar que no caso dos CTT o autofinanciamento assegurou 98,3% das respectivas necessidades de financiamento, sendo a sua fonte mais importante a utilização de disponibilidades.

Ao Grupo PARPÚBLICA correspondem 13,2% do autofinanciamento das EPNF, contribuindo todos os outros sectores com percentagens inferiores a 10% do total.

Importa ainda salientar que o autofinanciamento é a principal fonte de financiamento em 8 dos 13 sectores, cabendo o peso principal aos subsídios no caso da gestão de infraestruturas rodoviárias (81,1%) e da comunicação social (56,8%), e ao endividamento no Grupo PARPÚBLICA e nos sectores dos transportes e da gestão de infraestruturas ferroviárias, assegurando este mais de 70% das fontes de financiamento respectivas.

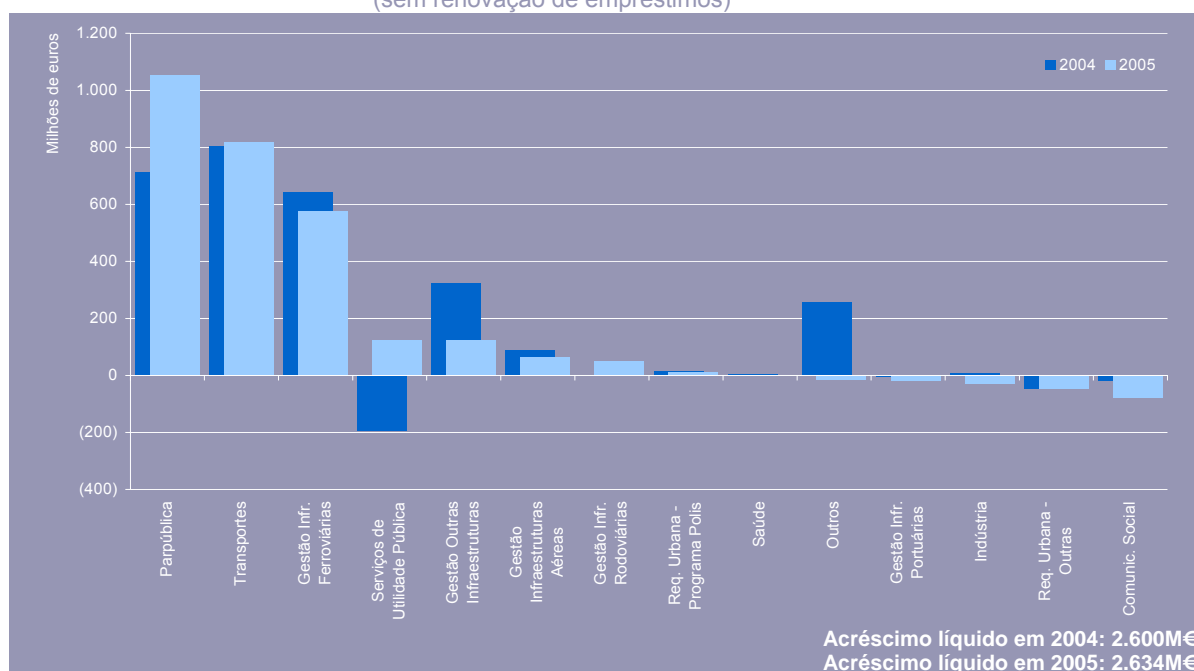
Relativamente aos subsídios, evidencia-se o peso da gestão de infraestruturas rodoviárias, com 41,9% do total recebido pelas EPNF, bem como dos sectores dos transportes (15,7%), gestão de

infraestruturas ferroviárias (13,0%) e serviços de utilidade pública (10,0%), cabendo em todos os casos a fatia mais significativa aos subsídios ao investimento, embora se deva salientar que nas empresas do sector dos transportes essa preponderância só se verifica nas três sociedades que exploram metropolitanos, enquanto nas restantes a primazia cabe aos subsídios à exploração.

Nas dotações de capital, destacam-se o reforço do capital social da RTP no âmbito do respectivo acordo de saneamento financeiro, bem como a realização de prestações suplementares nas sociedades POLIS, em cumprimento de compromissos anteriormente assumidos. Sublinha-se igualmente que o acréscimo das dotações de capital em relação a 2004 traduz um importante esforço financeiro do Estado nas EPNF, tanto mais que ocorre num contexto de forte restrição orçamental.

Apesar do acréscimo agregado do endividamento das EPNF ter sido superior ao de 2004 somente 0,9%, a sua evolução, líquida de reduções de endividamento, foi inferior em 1,3%. Por outro lado, a análise por sectores evidencia realidades muito diferenciadas (**Gráfico 6.1.4.**), constatando-se que só 4 dos 13 sectores aumentaram o seu ritmo de endividamento.

**Gráfico 6.1.4.**  
**Financiamento Global das EPNF**  
**Acréscimo / Redução, líquidos, do endividamento por Sectores**  
(sem renovação de empréstimos)



Acresce que, a nível das empresas essa aceleração só se verificou em 8 empresas e grupos: PARPÚBLICA (+342,7 M€ do que em 2004); AdP (+195,2 M€); Metro do Porto (+136,2 M€); Estradas de Portugal (+50,3 M€); ANA (+19,2 M€); CP (+1,8 M€); CTT (+1,2 M€); Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio (+0,5 M€). Importa ainda notar que o valor relativo à Estradas de Portugal corresponde à totalidade do endividamento líquido no ano de 2005, por não existir termo de comparação com 2004.

Em todas as outras empresas registou-se um abrandamento no acréscimo do endividamento, ou mesmo a sua redução.

## 6.2. Financiamento do Investimento

Tal como no ponto anterior, julga-se útil prevenir que a abordagem do investimento foi realizada com base nas demonstrações de fluxos de caixa das empresas, pelo que os montantes considerados e as respectivas fontes de financiamento podem diferir significativamente dos investimentos efectivamente realizados e das utilizações de fundos contratadas ou previstas, nomeadamente sempre que tenha ocorrido o diferimento, ou a antecipação, de pagamentos e/ou recebimentos. Admite-se, contudo, a existência de uma forte correlação entre o investimento e os respectivos pagamentos.

No ano de 2005, o volume global das necessidades de financiamento associadas ao investimento cifrou-se em 4.512 M€, montante que desce para 4.475 M€ se não contarmos com os valores classificados em “*Outros investimentos*”, que se reportam essencialmente a empréstimos concedidos pela PARPÚBLICA, empresa que representa de 76% das verbas registadas sob essa designação, sendo as respectivas taxas de crescimento de 15,5% e 19,8% em relação a 2004.

**Quadro 6.2.1.**  
**Financiamento do Investimento das EPNF**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Investimento Total</b>	<b>4.512.300</b>	<b>3.905.745</b>	<b>606.555</b>	<b>15,5%</b>
Activos corpóreos	3.388.687	2.368.115	1.020.572	43,1%
Activos incorpóreos	130.268	96.790	33.478	34,6%
Activos financeiros	956.221	1.270.048	-313.828	-24,7%
Subtotal	4.475.176	3.734.953	740.223	19,8%
Outros investimentos	37.123	170.791	-133.668	-78,3%
<b>Financiamento do Investimento</b>	<b>4.512.300</b>	<b>3.905.745</b>	<b>606.555</b>	<b>15,5%</b>
Autofinanciamento	787.194	706.656	80.538	11,4%
Desinvestimento	259.068	276.965	-17.720	-6,4%
Receitas de investimentos	277.924	138.709	139.037	100,2%
Outros fundos próprios	250.203	290.982	-40.779	-14,0%
Subsídios ao investimento	1.298.209	571.330	726.880	127,2%
Dotações de capital	128.541	95.142	33.399	35,1%
Empréstimos	2.298.355	2.532.617	-234.262	-9,2%

Fonte: Relatórios e contas das empresas

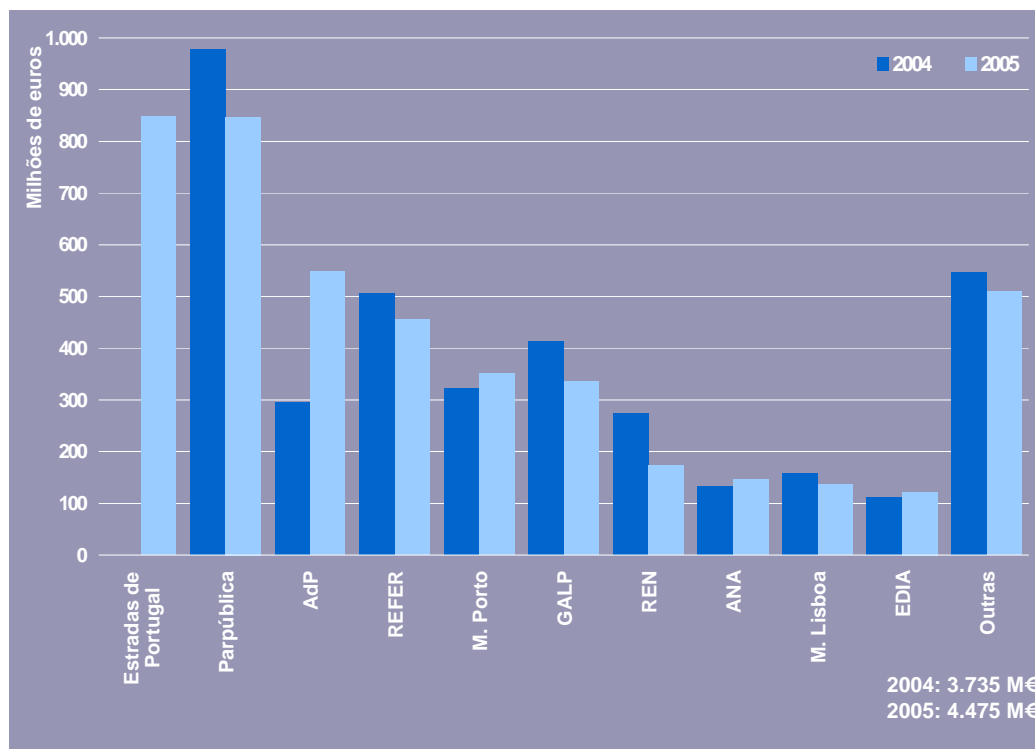
Unidade: Milhares de euros

Por outro lado, excluindo a EP, empresa cuja empresarialização só ocorreu em Janeiro de 2005, não integrando, por isso, os valores de 2004 e que pagou investimentos em activos corpóreos no valor de 848 M€, os pagamentos de despesa relativa ao investimento agregado das EPNF registou uma quebra de 6,2% em relação a 2004, ou de 2,9%, caso não se considere a rubrica de outros investimentos, o que, em qualquer caso, reflecte um esforço de contenção no acréscimo do endividamento.

Cerca de 90% dos pagamentos associados ao investimento agregado das EPNF foi assegurado, em 2005, por 10 empresas (**Gráfico 6.2.1.**) dos sectores de gestão de infraestruturas, serviços de utilidade pública e dos transportes e ainda pela PARPÚBLICA. Ou seja, com exclusão desta última,



Gráfico 6.2.1.  
Financiamento do Investimento das EPNF  
Investimento em Activos Corpóreos, Incorpóreos e Financeiros



cujos investimentos estão muito ligados às necessidades de gestão da carteira de participações do Estado, a grande maioria do investimento é realizado por empresas que asseguram serviços básicos e fundamentais para o conjunto da actividade económica nacional e para os cidadãos.

No entanto, para além do caso particular da EP, apenas 5 destas empresas aumentaram o respectivo nível de pagamentos relativos a investimento (AdP, MP, ANA e EDIA), constatando-se que as restantes diminuíram o seu esforço neste domínio, em ambos os casos por razões que serão melhor explicitadas nos parágrafos seguintes.

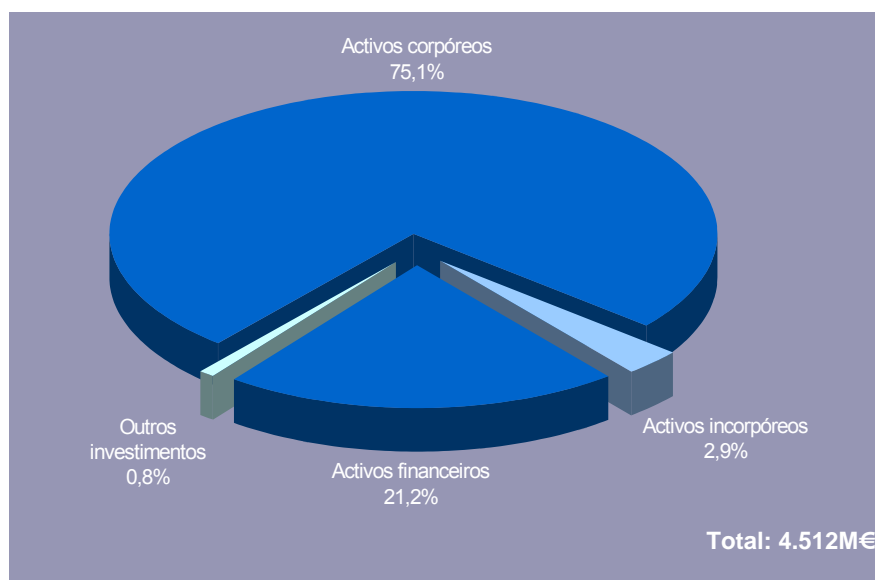
Como seria expectável, cerca de 75% do investimento total das EPNF dirigiu-se a activos corpóreos (**Gráfico 6.2.2.**), que registaram um acréscimo de 1.020 M€ (43,1%) em relação a 2004, dos quais 848 M€ com origem na EP.

Salienta-se, aliás, que o investimento em activos corpóreos representa a maior fatia do investimento total em 16 das 20 empresas do SEE com maior nível de investimento em 2005, com um peso quase sempre superior a 90%, surgindo o investimento em activos financeiros como o mais importante em 3 dessas empresas (PARPÚBLICA, CTT e API), enquanto o investimento em activos incorpóreos corresponde a mais de 95% na RAVE.

O maior aumento, em valor, ocorreu na AdP (+252 M€), tendo sido sobretudo direccionado para o sector da água, no âmbito dos sistemas multimunicipais. Registaram ainda aumentos significativos a REN, a EMPORDEF, a CARRIS e a ANA, nesta última devido, em particular, ao investimento no

aeroporto do Porto. Pelo contrário, os pagamentos relativos a investimento corpóreo tiveram reduções importantes na REFER, na GALP, na CP, no ML e na Transtejo.

**Gráfico 6.2.2.**  
**Financiamento do Investimento das EPNF**  
**Investimento Total - 2005**

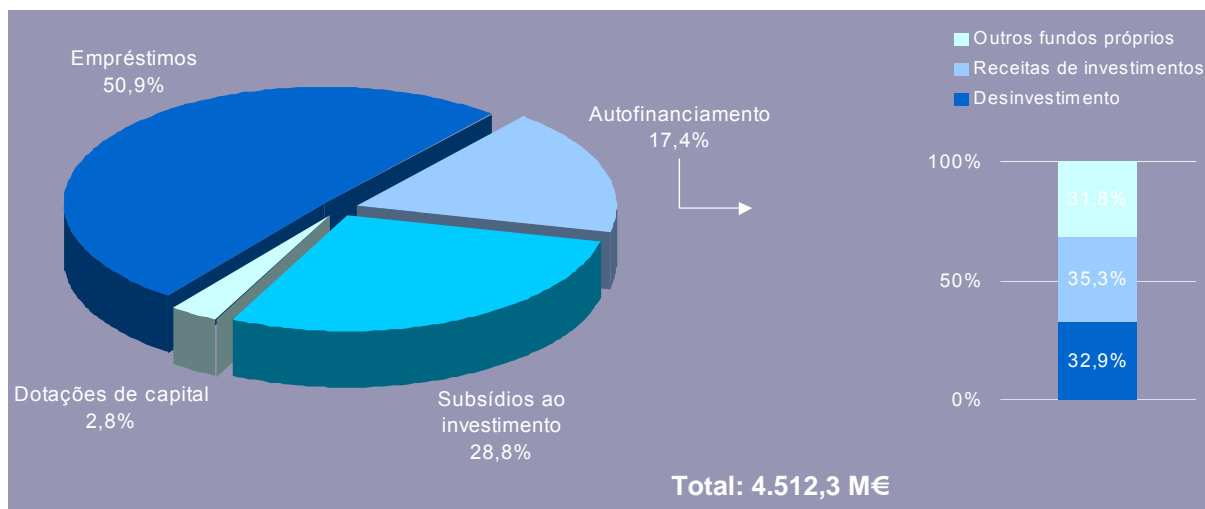


O investimento em activos financeiros corresponde à segunda maior parcela, representando 21,2% do investimento total das EPNF em 2005. Contudo, só assume um peso significativo de forma continuada na PARPÚBLICA, responsável por 85,7% do total desta rubrica, tendo os CTT adquirido um peso significativo no ano de 2005, com investimentos financeiros no valor de 55,1M€, no essencial dirigidos à aquisição de participações sociais.

Quanto ao investimento em activos incorpóreos, foi sobretudo realizado pela GALP (43,3% do total), com um peso significativo da alteração do perímetro de consolidação, pela MP (16,8%) e pela RAVE (13,6%), empresas em que os estudos e projectos assumem um peso significativo.

O financiamento do investimento das EPNF (**Gráfico 6.2.3.**), é fundamentalmente assegurado pelo recurso à contracção de empréstimos, que em 2005 cobriram 50,9% das necessidades de financiamento, valor que compara positivamente com o registado em 2004 (64,8%), salientando-se uma redução em cerca de 234 M€ no volume dos empréstimos contraídos, equivalente a -9,2% do que em 2004.

**Gráfico 6.2.3.**  
**Financiamento do Investimento das EPNF**  
**Financiamento do Investimento – 2005**



A evolução deste agregado é determinada, em especial, pelos sectores dos serviços de utilidade pública, gestão de infraestruturas, PARPÚBLICA e transportes, que representam cerca de 95% do total, bem como pela evolução dos níveis de investimento que neles se verificam.

No **Gráfico 6.2.4.** apresentam-se as empresas que mais contribuíram para a variação do volume de empréstimos contraídos para financiar o investimento em 2005.

A diminuição substancial do recurso a empréstimos no conjunto das EPNF só foi possível pela conjugação da quebra do volume de pagamentos associados ao investimento, com o incremento do autofinanciamento, dos subsídios ao investimento (que mesmo sem a EP aumentaram 39,5 M€) e das dotações de capital.

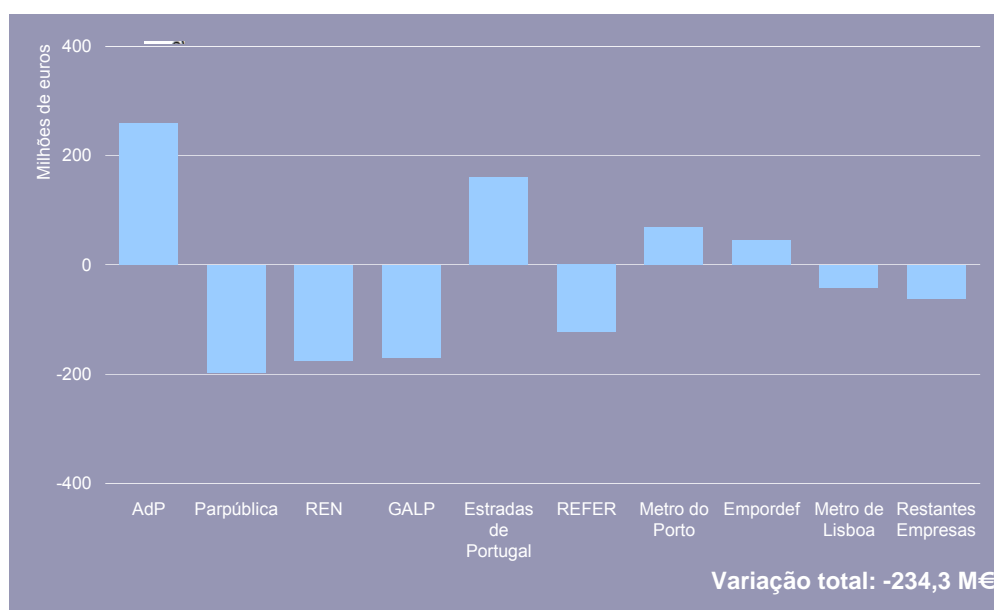
Embora se deva relativizar o significado do acréscimo do autofinanciamento, na medida em que este resulta essencialmente do aumento dos dividendos recebidos pela PARPÚBLICA e pela REN, parece de salientar o incremento no volume das dotações de capital afectas ao pagamento de investimentos, que subiu 35,1%.

A análise da estrutura das fontes de financiamento do investimento em 2005, por empresas (**Gráfico 6.2.5.**), evidencia o forte peso que o recurso a empréstimos assumiu nas principais empresas de transportes, gestão de infraestruturas ferroviárias e aéreas e ainda na AdP, PARPÚBLICA, EMPORDEF e REN, em que representam mais de 50% do total.

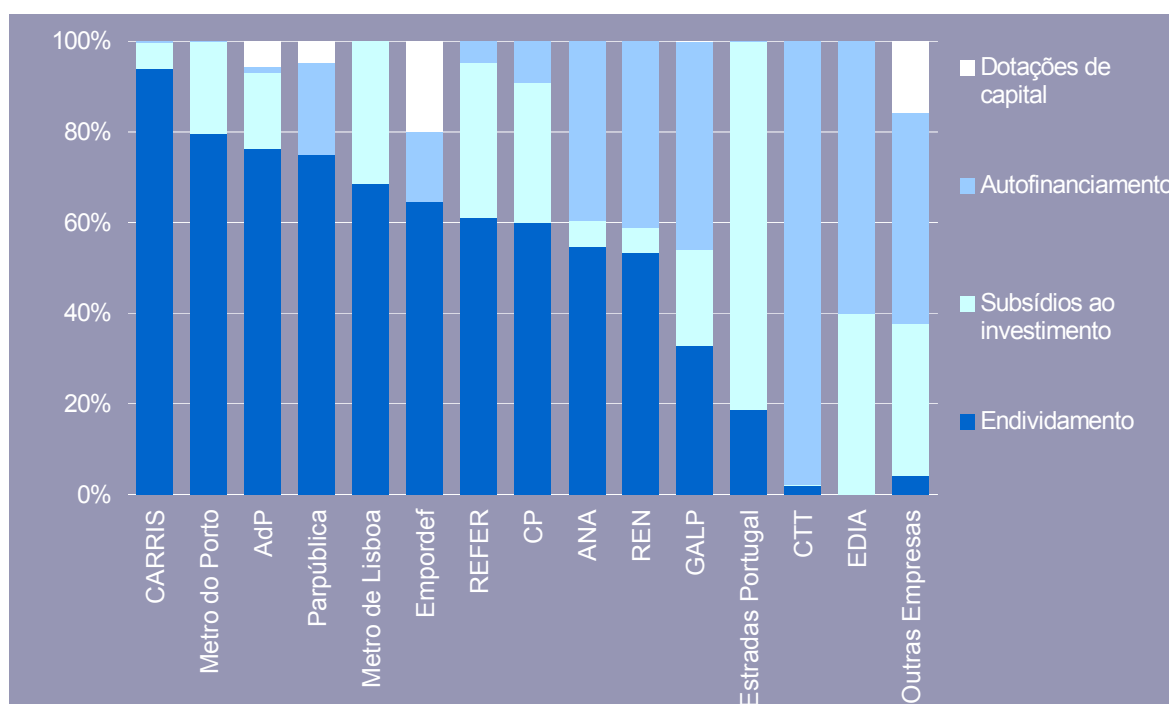
Esta situação revela-se particularmente penalizadora em empresas como a REFER ou o conjunto das empresas de transportes, as quais, dadas as necessidades de realização de investimentos, não apresentam capacidade para gerar excedentes que permitam o autofinanciamento.

Quanto às restantes empresas, importa referir a EDIA, em que a estrutura apresentada se revela distorcida, na medida que o elevado nível de autofinanciamento em 2005 corresponde, na realidade, à utilização de disponibilidades resultantes do aumento de capital realizado pelo Estado em 2004 e de empréstimos contraídos nesse ano.

**Gráfico 6.2.4.**  
**Financiamento do Investimento das EPNF**  
**Variação do Financiamento do Investimento por Empréstimos**



**Gráfico 6.2.5.**  
**Financiamento do Investimento das EPNF**  
**Estrutura das Fontes de Financiamento do Investimento em 2005**



Já no que respeita aos CTT, o forte nível de autofinanciamento advém essencialmente de receitas com origem em desinvestimento e em excedentes operacionais, devendo ainda sublinhar-se que a empresa dispõe de elevadas disponibilidades originadas pela sua actividade no âmbito da cobrança de impostos e do recebimento de facturas emitidas por empresas do sector dos serviços de utilidade pública.

### 6.3. Esforço financeiro do Estado

Na abordagem que se faz neste ponto à problemática do esforço financeiro do Estado em empresas do SEE e outras empresas que prestam serviço público, foram excluídas as verbas atribuídas no âmbito do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), para o co-financiamento de investimentos de construção/beneficiação de infraestruturas pertencentes ao domínio público, bem como os montantes concedidos no quadro de programas de apoio a empresas com carácter regular, institucionalizado e de acesso generalizado.

Deverá ainda notar-se que as verbas pagas pelo SNS às unidades empresarializadas do sector são por estas contabilizadas a título de prestação de serviços, não sendo, por isso, consideradas como subsídios à exploração nem objecto de análise neste ponto.

No exercício de 2005, o esforço financeiro do Estado em empresas do SEE e outras empresas que prestam serviço público, com exclusão da concessão de garantias, cifrou-se em cerca de 876,5 M€ (**Quadro 6.3.1.**), montante que representa um decréscimo de 25,8 % relativamente a 2004. Este decréscimo prende-se, basicamente, com o aumento do capital da CGD ocorrido em 2004, uma vez que as EPNF beneficiaram de um acréscimo de contribuições financeiras de 14,7%.

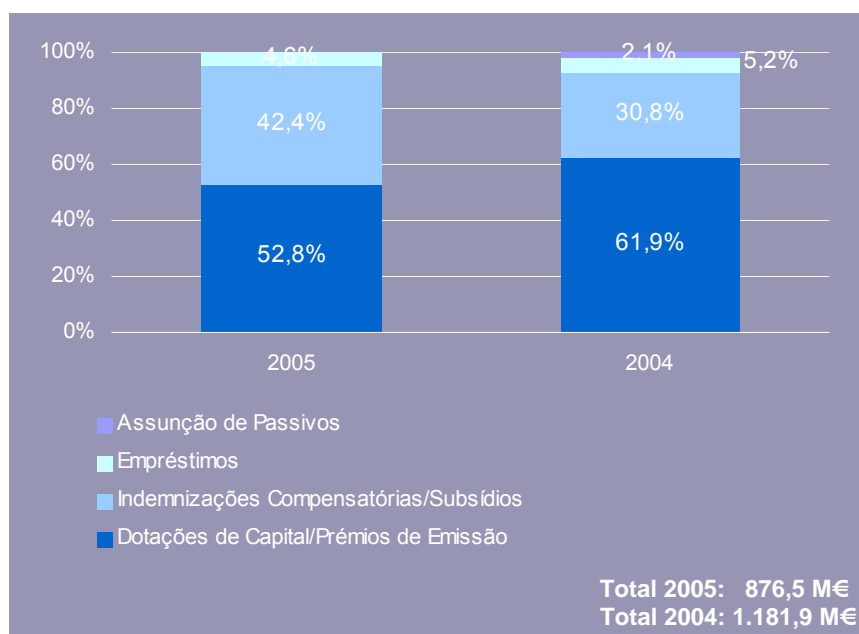
**Quadro 6.3.1.**  
**Fluxos Financeiros do OE para o SEE**  
**Esforço Financeiro do Estado**  
(Por sector)

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas não Financeiras</b>	<b>844.467</b>	<b>739.291</b>	<b>108.176</b>	<b>14,7%</b>
<b>Comunicação Social</b>	<b>245.825</b>	<b>373.894</b>	<b>(128.070)</b>	<b>-34,3%</b>
<b>Gestão de Infraestruturas</b>	<b>33.238</b>	<b>26.525</b>	<b>6.713</b>	<b>25,3%</b>
Aéreas	3.238	1.525	1.713	112,3%
Outras	30.000	25.000	5.000	20,0%
<b>Indústria</b>	<b>15.936</b>	<b>19.400</b>	<b>(3.464)</b>	<b>-17,9%</b>
<b>Requalificação Urbana</b>	<b>5.630</b>	<b>39.232</b>	<b>(33.602)</b>	<b>-85,6%</b>
Programa Polis	5.630	39.232	(33.602)	-85,6%
<b>Saúde</b>	<b>284.900</b>	<b>30.000</b>	<b>254.900</b>	<b>849,7%</b>
<b>Transportes</b>	<b>170.018</b>	<b>161.105</b>	<b>8.912</b>	<b>5,5%</b>
<b>PARPÚBLICA</b>	<b>40.465</b>	<b>-</b>	<b>40.465</b>	<b>100,0%</b>
<b>Outros Sectores</b>	<b>48.455</b>	<b>86.134</b>	<b>(37.679)</b>	<b>-43,7%</b>
<b>Empresas Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>400.000</b>	<b>(400.000)</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Empresas Privadas</b>	<b>31.990</b>	<b>45.612</b>	<b>(13.622)</b>	<b>-29,9%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>876.457</b>	<b>1.181.903</b>	<b>(305.446)</b>	<b>-25,8%</b>

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro

Unidade: Milhares de euros

**Gráfico 6.3.1.**  
**Fluxos Financeiros do SEE com o OE**  
**Esforço Financeiro do Estado em Empresas Públicas e**  
**Prestadoras de Serviço Público**  
**Estrutura por Instrumentos**



Os Sectores da Comunicação Social, da Saúde e dos Transportes foram os que absorveram uma maior contribuição financeira do Estado em 2005.

Nos dois anos considerados, a maior parcela do esforço financeiro do Estado, com exclusão da concessão de garantias (**Gráfico 6.3.1.**), coube às dotações de capital, com 463,3 M€ em 2005 (52,8% do total) e 731,8 M€ em 2004 (61,9% do total).

Com 42,4% do total em 2005 e 30,8% em 2004, as indemnizações compensatórias/subsídios correspondem à segunda mais importante forma de transferência financeira do Estado para estas empresas, representando qualquer uma das outras formas de intervenção menos de 10% do esforço financeiro anual.

### **6.3.1. Indemnizações compensatórias / Subsídios**

No ano de 2005, as indemnizações compensatórias (IC) / subsídios pagos pelo Estado atingiram cerca de 371,3 M€ (**Quadro 6.3.1.1.**), tendo-se registado um aumento de 7,3 M€ em relação a 2004 (2 %).

**Quadro 6.3.1.1.**  
**Indemnizações Compensatórias / Subsídios**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas de Capitais Públicos</b>	<b>339.278</b>	<b>318.337</b>	<b>20.941</b>	<b>6,6%</b>
<b>Comunicação Social</b>	<b>163.025</b>	<b>157.232</b>	<b>5.793</b>	<b>3,7%</b>
RTP	145.359	143.217	2.142	1,5%
Lusa	17.666	14.016	3.651	26,0%
<b>Transportes</b>	<b>170.018</b>	<b>161.105</b>	<b>8.912</b>	<b>5,5%</b>
Carris	42.485	33.962	8.523	25,1%
S.T.C.P.	15.251	22.641	(7.390)	-32,6%
C.P.	26.234	22.397	3.837	17,1%
Metro de Lisboa	21.237	19.895	1.341	6,7%
Metro do Porto	2.358	4.967	(2.609)	-52,5%
REFER	32.792	33.731	(939)	-2,8%
Soflusa	3.688	4.386	(698)	-15,9%
Transtejo	5.259	4.386	873	19,9%
SATA	5.789	7.677	(1.888)	-24,6%
TAP	14.926	7.063	7.863	111,3%
<b>Indústria</b>	<b>1.061</b>	<b>0</b>	<b>1.061</b>	<b>100,0%</b>
Estaleiros Navais Viana do Castelo	1.061	0	1.061	100,0%
<b>Outras</b>	<b>5.175</b>	<b>0</b>	<b>5.175</b>	<b>100,0%</b>
Teatro Nacional D. Maria II	5.175	0	5.175	100,0%
<b>Empresas Privadas</b>	<b>31.990</b>	<b>45.612</b>	<b>(13.622)</b>	<b>-29,9%</b>
Air Luxor	1.563	5.815	(4.252)	-73,1%
ATA	873	860	13	1,5%
OMNI	0	379	(379)	-100,0%
BRISA	15.342	35.504	(20.162)	-56,8%
Fertagus	5.223	7	5.216	-
Rodoviária Lisboa	2.384	1.212	5.171	96,6%
Scotturb – Transportes Urbanos	49	30	19	64,5%
TST	1.831	753	1.078	143,1%
Vimeca	2.005	1.051	954	90,7%
PT	2.720	0	5.193	-
<b>TOTAL</b>	<b>371.268</b>	<b>363.949</b>	<b>7.319</b>	<b>2,0%</b>

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro

Unidade: Milhares de euros

Este acréscimo (**Gráfico 6.3.1.1.**) deve-se a um aumento dos apoios desta natureza concedidos às empresas de capitais públicos (20,9 M€), compensado pela diminuição das indemnizações concedidas às empresas privadas (13,6 M€). O montante mais elevado de indemnizações foi atribuído à RTP, no âmbito do respectivo contrato de prestação de serviço público. Efectivamente esta sociedade absorveu 39,2% das IC/subsídios, valor que, adicionado ao da Lusa, atingiu 43,9%.

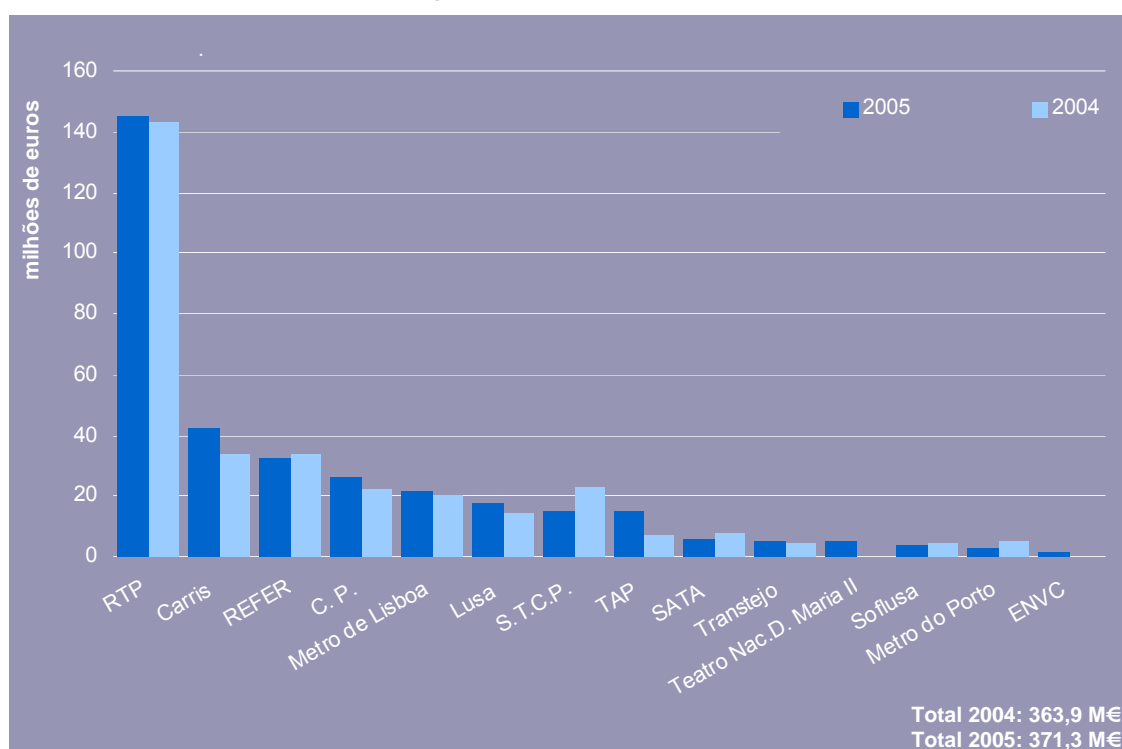
Os valores incluídos nesta rubrica correspondem a indemnizações compensatórias (cerca de 370 M€), que constituem uma contrapartida paga às empresas pela prestação de actividades de serviço público, colocadas à disposição dos seus clientes/utentes por preços inferiores ao seu custo efectivo.

No caso das IC pagas às empresas de Comunicação Social, à TAP, à SATA e às empresas privadas, o montante é calculado nos termos dos respectivos contratos de prestação de serviço público ou de legislação específica, os quais estabelecem as condições e a forma de cálculo das compensações a pagar.

No que respeita à REFER e às restantes empresas de transportes, estão a ser estudadas formas de financiamento da prestação de serviço público.

Com efeito, será desejável que através de instrumentos de contratação do serviço público adequados se estabeleçam os critérios de fixação do preço a pagar pelo Estado e se proporcione um quadro estabilizado de condições para o desenvolvimento das actividades, permitindo definir padrões de desempenho e melhorar a aferição da sua avaliação .

**Gráfico 6.3.1.1.**  
**Financieiros do SEE com o OE**  
**Indemnizações Compensatórias / Subsídios**



Quanto aos subsídios atribuídos aos ENVC, em 2005, no valor de 1,1 M€, referem-se a subsídios à construção naval, e são concedidos no quadro das linhas de orientação comunitária sobre a matéria.

### 6.3.2. Dotações de capital

Para além da realização do capital social inicial de novas sociedades e de aumentos de capital, no âmbito de processos de reestruturação e saneamento económico-financeiro, as dotações de capital por parte do Estado têm frequentemente por objectivo o financiamento da expansão das actividades de empresas já existentes, em especial no quadro da realização de investimentos de elevado montante e de longa duração.



**Quadro 6.3.2.1.**  
**Fluxos Financeiros do OE para o SEE**  
**Dotações de Capital / Prémios de Emissão**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas Públicas Não Financeiras</b>	<b>463.294</b>	<b>331.820</b>	<b>131.474</b>	<b>39,6%</b>
<b>Comunicação Social</b>	<b>82.800</b>	<b>216.662</b>	<b>(133.862)</b>	<b>-61,8</b>
RTP	82.800	216.662	(133.862)	-61,8
<b>Gestão de Infraestruturas</b>	<b>33.238</b>	<b>26.525</b>	<b>6.713</b>	<b>25,3%</b>
<b>Aéreas</b>	<b>3.238</b>	<b>1.525</b>	<b>1.713</b>	<b>112,3%</b>
ANAM	1.488	1.275	213	16,7%
EDAB	1.750		1.750	100,0%
NAER	-	250	(250)	-100%
<b>Outras</b>	<b>30.000</b>	<b>25.000</b>	<b>5.000</b>	<b>20,0%</b>
SIMAB	30.000	-	30.000	100,0%
EDIA	-	25.000	(25.000)	-100,0%
<b>Requalificação Urbana</b>	<b>5.630</b>	<b>39.232</b>	<b>(33.602)</b>	<b>-85,6%</b>
Programa Polis	5.630	39.232	(33.602)	-85,6%
<b>Saúde</b>	<b>284.900</b>	<b>30.000</b>	<b>254.900</b>	<b>849,7%</b>
<b>PARPÚBLICA</b>	<b>40.465</b>	<b>-</b>	<b>40.465</b>	<b>100,0%</b>
<b>Indústria</b>	<b>14.875</b>	<b>19.400</b>	<b>(4.525)</b>	<b>-23,3%</b>
DOCAPESCA	-	6.400	(6.400)	-100,0%
EMPORDEF	14.875	13.000	1.875	14,4%
<b>Outros Sectores</b>	<b>1.387</b>	<b>0</b>	<b>1.387</b>	<b>100,0%</b>
ENATUR	1.012	-	1.012	100,0%
Portugal Vela 2007	375	-	375	100,0%
<b>Empresas Públicas Financeiras (CGD)</b>	<b>-</b>	<b>400.000</b>	<b>(400.000)</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Total</b>	<b>463.294</b>	<b>731.820</b>	<b>(268.526)</b>	<b>-36,7%</b>

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro

Unidade: Milhares de euros

As dotações de capital realizadas pelo Estado no âmbito do OE 2005 atingiram cerca de 463,3 M€ (**Quadro 6.3.2.1.**), traduzindo uma diminuição face ao montante afecto a esta finalidade no ano de 2004 (- 36,7%).

Este decréscimo deriva, fundamentalmente, do facto de em 2004 ter sido decidido o reforço dos capitais próprios da CGD em 800 M€, concretizado através de um aumento de capital social de 500 M€, com prémio de emissão de 300 M€, sendo a sua realização efectuada com a entrega de 400 M€ em numerário e 400 M€ em espécie (acções da EDP).

Verificou-se igualmente uma redução no montantes das dotações de capital atribuídas à RTP, sendo que estas se enquadram no processo de reestruturação iniciado em 2002 e decorrem estritamente do estipulado no respectivo acordo de saneamento financeiro.

No âmbito da constituição de novas sociedades, assinala-se ainda a realização do capital social dos Hospitais de Santa Maria e de S. João em E.P.E., operação essa que envolveu realizações de capital da ordem dos 133,0 M€ e 112,1 M€, respectivamente. A este montante deverá adicionar-se as dotações de capital atribuídas aos Centros Hospitalares de Setúbal e do Nordeste.

Ainda no âmbito da constituição de novas sociedades, deve referir-se a realização do capital social da Portugal Vela 2007, sociedade encarregue de promover a realização em Portugal do Campeonato Mundial de Classes Olímpicas de Vela de 2007.

Relativamente à PARPÚBLICA, assinala-se a realização de uma parcela do seu capital social no montante de 40,5 M€, em articulação com a operação de emissão de obrigações permutáveis por acções da EDP no valor de 572,8 M€.

Salienta-se, ainda, o aumento do capital da SIMAB em cerca de 30 M€, destinado ao reforço do capital social das suas participadas, em particular da MARL, tendo como objectivo a valorização das participações sociais da SIMAB na perspectiva da sua alienação total ou parcial a médio prazo. Há ainda a salientar o aumento de capital social na EMPORDEF, no montante de 14,9 M€, destinado a complementar os fundos necessários ao aumento de capital dos ENVC, detidos a 100% por aquela empresa.

### 6.3.3. Assunção de passivos/Conversão de créditos em capital

Tal como em 2004, no ano de 2005 foi realizada uma única operação de assunção de passivos (**Quadro 6.3.3.1.**), relativa à Casa da Música/Porto 2001, S.A.

Esta operação, no valor de cerca de 2,1 M€, foi realizada num contexto de dificuldades da empresa em solver os seus compromissos, designadamente no âmbito do serviço da dívida de empréstimos garantidos pelo Estado.

**Quadro 6.3.3.1.**  
**Fluxos Financeiros do OE para o SEE**  
**Assunção de Passivos / Conversão de Créditos em Capital**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas Públicas Não Financeiras</b>	<b>2.082</b>	<b>24.940</b>	<b>(22.858)</b>	<b>-91,7%</b>
Casa da Música/Porto 2001	2.082	-	2.082	100,0%
Silopor	-	24.940	(24.940)	-100,0%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro

Unidade: Milhares de euros

Em Assembleia Geral de 21 de Dezembro de 2004, foi deliberada a dissolução da sociedade com efeitos a 30 de Novembro de 2004, tendo os accionistas deliberado na mesma Assembleia as condições de liquidação, nomeadamente a assunção, aquando da partilha do activo da sociedade, dos empréstimos de longo prazo com garantia do Estado, no montante de 96,0 M€, e desde logo a assunção do serviço da dívida dos referidos empréstimos.

Deste modo, a assunção pelo Estado, através do Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP), dos dois empréstimos só deverá ter lugar aquando da aprovação do Relatório Final da Liquidação e da Partilha, sem prejuízo de poder ocorrer antes, caso assim venha a ser deliberado.

Nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 18/96, de 26 de Janeiro, foi deliberada, em Assembleia Geral, a transferência para o Estado do edifício da Sociedade Casa da Música, incluindo terreno e

equipamentos, por contrapartida do passivo assumido e a assumir, a fim de o mesmo ser transferido para a Fundação, através da constituição de um direito de superfície perpétuo a favor desta.

#### 6.3.4. Empréstimos

Também a concessão de empréstimos a empresas públicas se limitou, no exercício de 2005, a uma única empresa, a Gestnave, que beneficiou de um empréstimo de 39,8 M€ (**Quadro 6.3.4.1.**).

**Quadro 6.3.4.1.**  
**Fluxos Financeiros do SEE com o OE**  
**Empréstimos**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas Públicas Não Financeiras</b>	<b>39.812</b>	<b>61.194</b>	<b>(21.383)</b>	<b>-34,9%</b>
<b>Outros</b>	<b>39.812</b>	<b>61.194</b>	<b>(21.383)</b>	<b>-34,9%</b>
Gestnave	39.812	61.194	(21.383)	-34,9%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro

Unidade: Milhares de euros

Trata-se de uma sociedade criada no âmbito da reestruturação da Lisnave, cujo horizonte temporal máximo foi então fixado em 2007. Desde o início, a sua situação económica e financeira revelou-se extremamente difícil, não podendo a empresa subsistir após esgotado o capital social, sem apoios complementares por parte do accionista.

Tendo em conta esta situação, foi deliberado, através da RCM n.º 39/2003, de 7 de Fevereiro, dar início ao processo de dissolução da empresa que, consequentemente, entrou em liquidação, por deliberação do accionista Estado, em 16 de Novembro de 2004.

Até 2005 as necessidades financeiras da empresa foram cobertas por via da concessão de empréstimos por parte do Estado/DGT.

Em termos gerais, os empréstimos do Estado são concedidos em condições similares às do mercado, não envolvendo, por si só, qualquer benefício particular para as empresas, para além de uma maior facilidade e celeridade na sua concessão e da ausência de cobrança de qualquer tipo de comissões.

#### 6.3.5. Concessão de Garantias

No ano de 2005 o Estado concedeu garantias pessoais a empréstimos contraídos pelas empresas, no valor global de cerca de 460,0 M€, o que representa uma descida de 61,9% em relação ao montante das garantias concedidas em 2004. Esta descida significativa deveu-se essencialmente ao facto dos principais beneficiários das garantias do Estado, ML, MP e REFER, não terem recorrido a este tipo de apoio, devido nomeadamente à redução das suas despesas de investimento ou ao facto de terem recorrido ao mercado financeiro sem o apoio do Estado como garante, como é o caso da REFER que dispõe de notação de *rating* internacional.

**Quadro 6.3.5.1.**  
**Fluxos Financeiros do SEE com o OE**  
**Concessão de Garantias**

	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>Empresas Não Financeiras</b>	<b>460.000</b>	<b>1.207.250</b>	<b>(747.250)</b>	<b>-61,9%</b>
<b>Gestão de Infraestruturas</b>	<b>100.000</b>	<b>330.000</b>	<b>(230.000)</b>	<b>-69,7%</b>
<b>Infraestruturas Ferroviárias</b>	<b>100.000</b>	<b>300.000</b>	<b>(200.000)</b>	<b>-66,7%</b>
REFER	100.000	300.000	(200.000)	-66,7%
<b>Infraestruturas Portuárias</b>	<b>-</b>	<b>30.000</b>	<b>(30.000)</b>	<b>-100,0%</b>
APA	-	30.000	(30.000)	-100,0%
<b>Serviços de Utilidade Pública</b>	<b>200.000</b>	<b>-</b>	<b>200.000</b>	<b>100,0%</b>
AdP	200.000	-	200.000	100,0%
<b>Transportes</b>	<b>160.000</b>	<b>781.250</b>	<b>(621.250)</b>	<b>-79,5%</b>
RIS	-	275.000	(275.000)	-100,0%
CP	80.000	-	80.000	100,0%
MP	80.000	151.250	71.250	47,1%
ML	-	300.000	(300.000)	-100,0%
STCP	-	55.000	(55.000)	-100,0%
<b>Outros Sectores</b>	<b>-</b>	<b>96.000</b>	<b>(96.000)</b>	<b>-100,0%</b>
Casa da Música	-	96.000	(96.000)	-100,0%

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro

Unidade: Milhares de euros

A sua distribuição por sectores e empresas, nos anos de 2004 e 2005, encontra-se discriminada no (Quadro 6.3.5.1.), onde se constata que beneficiaram da garantia do Estado 9 empresas dos sectores dos transportes e de gestão de infraestruturas ferroviárias e portuárias, serviços de utilidade pública e outras.

Em geral, estas garantias visaram facilitar e criar melhores condições de financiamento dos investimentos de longa duração, nomeadamente a construção/beneficiação de infraestruturas e a aquisição de equipamentos de transporte.

No final de 2005, as responsabilidades assumidas pelo Estado por garantias prestadas a empréstimos contraídos por empresas participadas atingia o montante de 7.954 M€ (Quadro 6.3.5.2.).

**Quadro 6.3.5.2.**  
**Fluxos Financeiros do SEE com o OE**  
**Total das Garantias Prestadas pelo Estado a Empresas Participadas, em 31-12-2005**

Beneficiária	Valor	%
AdP – Águas de Portugal, S.A.	200.000	2,5
ANAM – Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A.	232.039	2,9
APA – Administração do Porto de Aveiro	30.000	0,4
APS – Administração do Porto de Sines, S.A.	12.962	0,2
BRISA – Auto-Estradas de Portugal, S.A.	377.934	4,8
CARRIS – Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.	375.000	4,7
Casa da Música	96.000	1,2
CGD – Caixa Geral de Depósitos, S.A.	2.849	0,0
CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, S.A.	2.494	0,0
CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.	733.702	9,2
EDIA – Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A.	435.000	5,5
EDP – Energias de Portugal, S.A.	3.384	0,0
GESTNAVE - Prestação de Serviços Industriais, S.A.	15.966	0,2
HCB – Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.R.L.	18.181	0,2
LISNAVE – Infraestruturas Navais, S.A.	7.482	0,1
ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.	2.094.938	26,3
MP – Metro do Porto, S.A.	981.630	12,3
Parque EXPO 98, S.A.	246.884	3,1
PT – Portugal Telecom (S.G.P.S.), S.A.	7.669	0,1
REFER – Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.	1.912.886	24,1
Sociedade Têxtil da Cuca, S.A.	4.639	0,1
STCP – Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.	117.178	1,5
TAP – Transportes Aéreos Portugueses, S.A.	45.358	0,6
<b>TOTAL</b>	<b>7.954.175</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro

Unid.: Milhares de euros

Acresce referir que, o Estado, foi chamado a executar garantias durante o ano de 2005, cuja despesa ascendeu a 11.186 m€.

### 6.3.6. Dividendos/Remuneração do Capital Estatutário

O montante recebido pelo Estado a título de dividendos ou remuneração do capital estatutário atingiu em 2005 cerca de 119,7 M€, tendo sofrido uma decréscimo de 75,2% em relação a 2004.

Se excluirmos daquele valor global os dividendos recebidos do Banco de Portugal, entidade com um estatuto específico, verifica-se que esse montante passa para 84,6 M€, sendo o decréscimo em relação a 2004 de 81,1%.

Esta redução ficou a dever-se, fundamentalmente, à não distribuição de dividendos pela CGD, por força das menos-valias potenciais registadas relativamente às acções da EDP e do BCP, com referencia ao valor de cotação em Dezembro de 2003, bem como pela transferência parcial do Fundo de Pensões para a CGA<sup>29</sup>), de acordo com o Decreto-Lei n.º 240-A/2004, de 29 de Dezembro. Ficou ainda a dever-se à não arrecadação de dividendos da EDP, na qual o Estado deixou de deter participação directa em finais de 2004.

<sup>29</sup> Esta transferência foi englobada numa medida de âmbito alargado, na qual também foram efectuadas as transferências do Fundo de Pensões da ANA, CTT, INCM e NAV para a CGA.

Contribuíram ainda para essa redução, a EDM, cujos dividendos em 2004 foram influenciados por resultados extraordinários obtidos com a venda da SOMINCOR, bem como a PARPÚBLICA, que em finais de 2004 procedeu a uma distribuição antecipada de dividendos no montante de 51,0 M€.

Assinala-se igualmente que a APDL remunerou pela primeira vez o capital investido pelo accionista, perspectivando-se que o mesmo venha a acontecer no futuro com outras empresas.

**Quadro 6.3.6.1.**  
**Fluxos Financeiros do SEE com o OE**  
**Dividendos / Remuneração do Capital Estatutário**

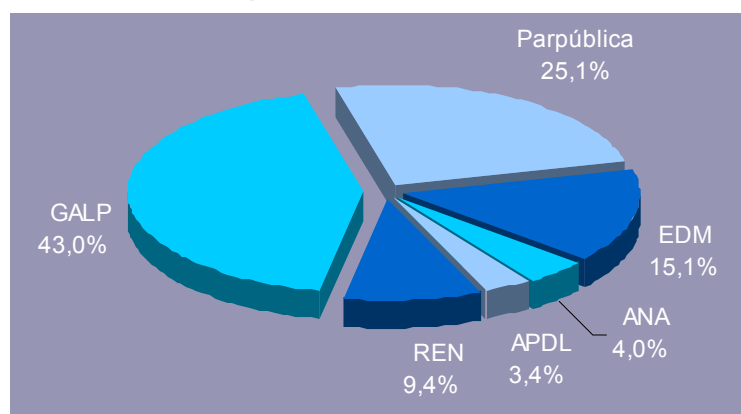
	2005	2004	Variação	
			Absoluta	%
<b>1. Empresas Públicas Não Financeiras</b>	<b>84.633</b>	<b>175.843</b>	<b>(91.210)</b>	<b>-51,9%</b>
<b>Gestão de Infraestruturas de Transportes</b>	<b>14.212</b>	<b>13.648</b>	<b>564</b>	<b>4,1%</b>
<b>Aéreas</b>	<b>3.408</b>	<b>5.701</b>	<b>(2.293)</b>	<b>-40,2%</b>
ANA	3.408	5.701	(2.293)	-40,2%
<b>Portuárias</b>	<b>2.865</b>	<b>-</b>	<b>2.865</b>	<b>100,0%</b>
APDL	2.865	-	2.865	100,0%
<b>Outras</b>	<b>7.939</b>	<b>7.947</b>	<b>(8)</b>	<b>-0,1%</b>
REN	7.939	7.947	(8)	-0,1%
<b>Serviços de Utilidade Pública</b>	<b>36.334</b>	<b>67.652</b>	<b>(31.318)</b>	<b>-46,3%</b>
EDP	-	43.517	(43.517)	-100,0%
GALP	36.334	24.135	12.199	50,5%
<b>PARPÚBLICA</b>	<b>21.250</b>	<b>55.018</b>	<b>(33.768)</b>	<b>-61,4%</b>
<b>Indústria</b>	<b>12.750</b>	<b>39.525</b>	<b>(26.688)</b>	<b>-67,7%</b>
EDM	12.750	39.525	(26.688)	-67,7%
<b>Empresas Sediadas no Estrangeiro</b>	<b>87</b>	<b>-</b>	<b>87</b>	<b>100,0%</b>
IPE Macau	87	-	87	100,0%
<b>2. Empresas Públicas Financeiras</b>	<b>-</b>	<b>272.323</b>	<b>(272.323)</b>	<b>-100,0%</b>
CGD	-	272.323	(272.323)	-100,0%
<b>3. Total Empresas Públicas (= 1. + 2.)</b>	<b>84.633</b>	<b>448.166</b>	<b>(363.533)</b>	<b>-81,1%</b>
<b>4. Outras Entidades Públicas Financeiras</b>	<b>35.017</b>	<b>34.521</b>	<b>496</b>	<b>1,4%</b>
Banco de Portugal	35.017	34.521	496	1,4%
<b>5. TOTAL (= 3. + 4.)</b>	<b>119.650</b>	<b>482.687</b>	<b>(363.037)</b>	<b>-75,2%</b>

Fonte: Direcção-Geral do Tesouro

Unidade: Milhares de euros

Considerando o contributo relativo de cada uma das empresas públicas para o total dos dividendos (**Gráfico 6.3.6.1.**), verifica-se que, em 2005, que os contributos mais significativos são os da GALP (43,0%) e da PARPÚBLICA (25,1%).

**Gráfico 6.3.6.1.**  
**Fluxos Financeiros do SEE com o OE**  
**Dividendos Pagos em 2005 pelas Empresas Públicas**



## 6.4. Endividamento das EPNF

Na abordagem ao endividamento das EPNF foram consideradas as empresas dos sectores da Comunicação Social, Gestão de Infraestruturas, Indústria, Requalificação Urbana, Saúde, Serviços de Utilidade Pública, Transportes, PARPÚBLICA e Outros, tendo-se excluído algumas participações de carácter estratégico ou de investimento financeiro, em que se destaca a participação do Estado na GALP, por não se prever que daí resultem quaisquer encargos para o Estado, e ainda a HCB, porque opera em circunstâncias específicas.

### 6.4.1. Evolução no período 2004 - 2005

O SEE tem-se confrontado com estruturas de financiamento insuficientes em capitais próprios, recorrendo alternativamente a financiamentos bancários, em muitos casos com garantia do Estado, mas traduzindo-se sempre em responsabilidades financeiras potenciais no futuro.

Tendo por base o universo de empresas considerado, as dívidas remuneradas – resultantes de empréstimos bancários e/ou obrigacionistas – passaram de 14.567,5 M€ no final de 2004 para 16.001,3 M€ no final de 2005 (**Quadro 6.4.1.1.**), o que representa um acréscimo de 9,8%.

**Quadro 6.4.1.1.**  
**Endividamento das EPNF**  
**Endividamento Bancário**

Sectores	Dívida Bancária		Variação 2005/2004	Peso por sector	
	2005	2004		2005	2004
<b>Comunicação Social</b>	<b>909.986</b>	<b>1.031.196</b>	<b>-11,8%</b>	<b>5,7%</b>	<b>7,1%</b>
<b>Gestão de Infraestruturas</b>	<b>6.184.027</b>	<b>5.808.212</b>	<b>6,5%</b>	<b>38,6%</b>	<b>39,9%</b>
Infraestruturas de Transportes	4.192.149	4.012.438	4,5%	26,2%	27,5%
Rodoviárias	50.474	0	-	0,3%	0,0%
Outras Infraestruturas	1.941.404	1.795.774	8,1%	12,1%	12,3%
<b>Indústria</b>	<b>8.060</b>	<b>47.021</b>	<b>-82,9%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,3%</b>
<b>Requalificação Urbana</b>	<b>604.551</b>	<b>638.829</b>	<b>-5,4%</b>	<b>3,8%</b>	<b>4,4%</b>
<b>Saúde</b>	<b>6.200</b>	<b>5.995</b>	<b>3,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>Serviços de Utilidade Pública</b>	<b>1.266.431</b>	<b>908.559</b>	<b>39,4%</b>	<b>7,9%</b>	<b>6,2%</b>
<b>Transportes</b>	<b>5.094.038</b>	<b>5.073.382</b>	<b>0,4%</b>	<b>31,8%</b>	<b>34,8%</b>
<b>PARPÚBLICA</b>	<b>1.719.046</b>	<b>731.729</b>	<b>134,9%</b>	<b>10,7%</b>	<b>5,0%</b>
<b>Outros</b>	<b>208.964</b>	<b>322.574</b>	<b>-35,2%</b>	<b>1,3%</b>	<b>2,2%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>16.001.303</b>	<b>14.567.497</b>	<b>9,8%</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relatórios e Contas disponíveis em Junho de 2006

Unidade: Milhares de euros

O crescimento do endividamento bancário da PARPÚBLICA, que explica cerca de 68,9% do aumento do endividamento bancário, é essencialmente justificado pela necessidade de financiamento do reforço da carteira de participações financeiras, designadamente na GALP e na EDP.

Por outro lado, nas “Outras Dívidas” (**Quadro 6.4.1.2.**), ou seja, as dívidas a fornecedores e a outras entidades, também se verificou um crescimento de 10,3% de 31 de Dezembro de 2004 a 31 de Dezembro de 2005, representando nessa data, cerca de 27,7% do endividamento total das empresas consideradas.

**Quadro 6.4.1.2.**  
**Endividamento das EPNF**  
**Crédito de Fornecedores e Outros**

Sectores	Crédito de Fornecedores e Outros		Variação 2005/2004	Peso por sector em 2005
	2005	2004		
<b>Comunicação Social</b>	<b>96.072</b>	<b>73.050</b>	<b>31,5%</b>	<b>1,6%</b>
<b>Gestão de Infraestruturas</b>	<b>1.209.739</b>	<b>957.144</b>	<b>26,4%</b>	<b>19,6%</b>
Infraestruturas de Transportes	715.524	479.472	49,2%	11,6%
Rodoviárias	186.897	165.702	12,8%	3,0%
Outras Infraestruturas	307.318	311.970	-1,5%	5,0%
<b>Indústria</b>	<b>3.812</b>	<b>66.778</b>	<b>-94,3%</b>	<b>0,1%</b>
<b>Requalificação Urbana</b>	<b>116.940</b>	<b>119.716</b>	<b>-2,3%</b>	<b>1,9%</b>
<b>Saúde</b>	<b>722.420</b>	<b>950.661</b>	<b>-24,0%</b>	<b>11,7%</b>
<b>Serviços de Utilidade Pública</b>	<b>1.102.905</b>	<b>1.040.515</b>	<b>6,0%</b>	<b>17,9%</b>
<b>Transportes</b>	<b>2.522.216</b>	<b>1.803.973</b>	<b>39,8%</b>	<b>40,9%</b>
<b>PARPÚBLICA</b>	<b>351.580</b>	<b>506.107</b>	<b>-30,5%</b>	<b>5,7%</b>
<b>Outros</b>	<b>34.615</b>	<b>65.826</b>	<b>-47,4%</b>	<b>0,6%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.160.299</b>	<b>5.583.768</b>	<b>10,3%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relatórios e Contas disponíveis em Junho de 2006

Unidade: Milhares euros

As empresas do sector de gestão dos transportes são responsáveis pela maior parcela de endividamento desta natureza (40,9%). O crédito a fornecedores e outros registado pela CP explica, só por si, cerca de 63,8% deste tipo de endividamento no sector em que se encontra integrado.

Quanto ao sector de serviços de utilidade pública, embora não merecendo qualquer referência especial a variação registada, importa referir que, as dívidas referidas integram os montantes de aplicações financeiras dos investidores decorrentes dos produtos financeiros postais da CTT, contabilizados na rubrica de “*outros credores*” (311,9 M€ no final de 2005, valor próximo do registado no exercício anterior) e cuja natureza não é comparável com outras dívidas constantes do passivo.

Se ao crédito de fornecedores adicionarmos as dívidas a instituições de crédito, o endividamento total passa de 20.151,3 M€ em 2004 para 22.161,6 M€ em 2005 (**Quadro 6.4.1.3.**), mantendo-se o agravamento na ordem de 10,0% no período.

Por sectores, o peso das empresas de transportes ocupa um lugar de destaque, representando 34,4% do endividamento total do SEE no final de 2005. A dívida das empresas deste sector de actividade aumentou 10,7% de 2004 para 2005, explicado designadamente pelo endividamento da Metro do Porto, para fazer face a investimentos adicionais ao projecto inicial, dada a sua não elegibilidade para efeitos de co-financiamento comunitário.

Logo depois, em percentagem de dívida do SEE, aparece o sector das empresas de gestão de infraestruturas, cuja dívida bancária representava no final de 2005 cerca de 38,6% do endividamento bancário total das empresas do universo considerado, destacando-se o endividamento total da REFER que, em 31 de Dezembro de 2005 correspondia, só por si, a cerca de 77,2% do endividamento total do sector de gestão de infraestruturas.



**Quadro 6.4.1.3.**  
**Endividamento das EPNF**  
**Endividamento Total**

Sectores	Endividamento Total		Variação 2005/2004	Peso por sector em 2005
	2005	2004		
<b>Comunicação Social</b>	<b>1.006.058</b>	<b>1.104.245</b>	<b>-8,9%</b>	<b>4,5%</b>
<b>Gestão de Infraestruturas</b>	<b>7.393.766</b>	<b>6.765.356</b>	<b>9,3%</b>	<b>33,4%</b>
Infraestruturas de Transportes	4.907.673	4.491.910	9,3%	22,1%
Rodoviárias	237.371	165.702	43,3%	1,1%
Outras Infraestruturas	2.248.722	2.107.744	6,7%	10,1%
<b>Indústria</b>	<b>11.872</b>	<b>113.799</b>	<b>-89,6%</b>	<b>0,1%</b>
<b>Requalificação Urbana</b>	<b>721.491</b>	<b>758.545</b>	<b>-4,9%</b>	<b>3,3%</b>
<b>Saúde</b>	<b>728.620</b>	<b>956.656</b>	<b>-23,8%</b>	<b>3,3%</b>
<b>Serviços de Utilidade Pública</b>	<b>2.369.336</b>	<b>1.949.074</b>	<b>21,6%</b>	<b>10,7%</b>
<b>Transportes</b>	<b>7.616.254</b>	<b>6.877.354</b>	<b>10,7%</b>	<b>34,4%</b>
<b>PARPÚBLICA</b>	<b>2.070.626</b>	<b>1.237.835</b>	<b>67,3%</b>	<b>9,3%</b>
<b>Outros</b>	<b>243.579</b>	<b>388.400</b>	<b>-37,3%</b>	<b>1,1%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>22.161.602</b>	<b>20.151.265</b>	<b>10,0%</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Relatórios e contas disponíveis em Junho de 2006

Unid: Milhares euros

## 7. Peso do SEE na Economia

### 7.1. Peso na Economia

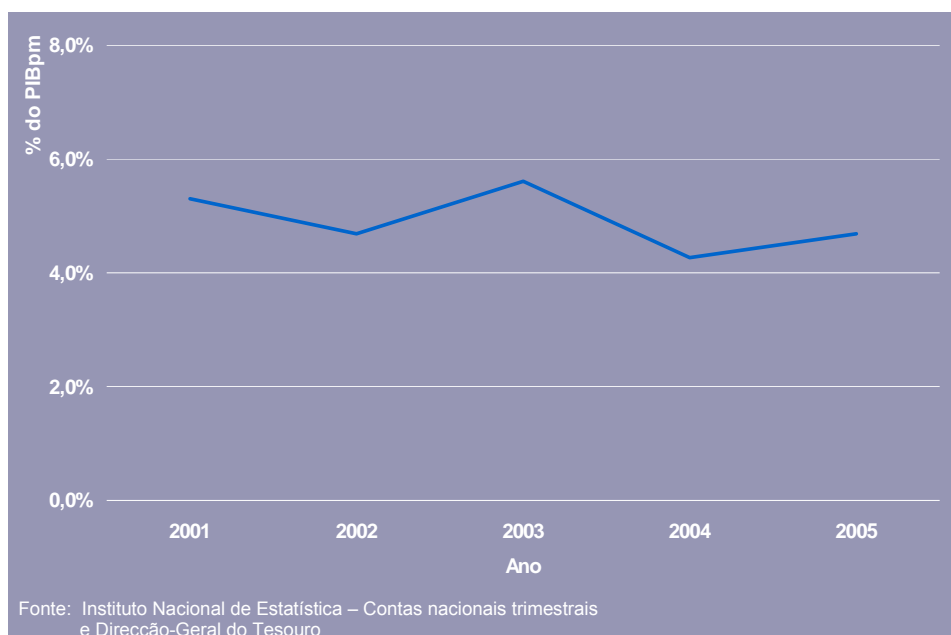
No presente ponto é apresentada uma breve análise do peso do SEE na economia, através da evolução verificada nos últimos anos, tanto em termos de criação de valor, medido através do rácio  $VAB_{pm}/PIB_{pm}$ , como em termos de emprego, medido através do rácio Emprego SEE/Total do Emprego na economia.

Saliente-se que, devido à expansão do universo considerado, mediante a agregação das participações minoritárias do Estado, e à revisão dos valores do PIB pelo INE, os valores agora publicados não são comparáveis com os apurados em relatórios divulgados em anos anteriores. Deverá ser igualmente levado em consideração que o VAB utilizado ao longo do presente ponto se encontra valorizado a preços de mercado, diferindo do utilizado nos restantes pontos, que se encontra valorizado a custo de factores.

#### 7.1.1. Peso no Produto Interno Bruto

Após um período prolongado de redução constante, o peso do SEE na economia medido pelo rácio  $VAB_{pm}^{SEE}/PIB_{pm}$ , tem registado um comportamento flutuante, com um crescimento de 0,9 pontos percentuais em 2003, ano em que atingiu 5,6%, uma redução de 1,3 pontos percentuais em 2004 e um ligeiro incremento de 0,4 pontos percentuais em 2005, tendo-se fixado nos 4,7% (Gráfico 7.1.1.1.).

Gráfico 7.1.1.1.  
Peso do SEE no PIBpm



Ponderando o valor acrescentado de cada empresa do SEE pela participação directa do Estado na mesma, o peso do SEE na economia em 2005 reduzir-se-ia para 3,6%.

Para o incremento verificado em 2003 contribuiu, sobretudo, a transformação de 34 hospitais públicos em 31 sociedades anónimas, ocorrida em Dezembro de 2002 mas que só em 2003 teve expressão no  $VAB_{pm}$ , uma vez que as suas contas do exercício de 2002 se reportaram a um curto período de 20 dias. Contribui igualmente o facto de em 2003 não terem sido realizadas operações de privatização significativas.

Contudo, importa referir que a mera alteração da forma jurídica desses estabelecimentos hospitalares não implicou um efectivo reforço do peso do Estado na economia, mas sim uma deslocação de meios materiais e humanos do Sector Público Administrativo para o SEE. Sem o efeito da entrada destas novas empresas no universo considerado, o peso do SEE na economia teria, ainda assim, crescido 0,4 pontos percentuais, para 5,1% do  $PIB_{pm}$ .

Uma explicação possível para o comportamento positivo do  $VAB_{pm}$  das empresas que integram o SEE face ao  $PIB_{pm}$  (mesmo excluindo o sector da saúde), é a maior rigidez da procura dirigida àquele conjunto de empresas, muitas das quais prestam serviços públicos essenciais, que as torna menos vulneráveis aos efeitos de uma conjuntura económica desfavorável, como a verificada em 2003.

A redução acentuada ocorrida no ano de 2004 é justificada essencialmente pela privatização da Portucel e pela saída da EDP do universo das participações directas do Estado, em consequência da transferência da respectiva participação para a CGD, no âmbito de uma operação de aumento de capital, e para a PARPÚBLICA, onde não deu lugar à consolidação de contas, sendo as participações integradas pelo método da equivalência patrimonial.

Para o acréscimo de 0,4% pontos percentuais registado em 2005, terá contribuído em especial a aquisição pela CGD da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. Em sentido contrário assinala-se a alienação, também pela CGD, das suas participações na Seguro Directo Gere – Companhia de Seguros, S.A., detentora da marca Seguro Directo, e na Unibanco (Brasil), bem como a privatização da Portucel Tejo, a alienação da OGMA e da Somincor, pela EMPORDEF e pela EDM, respectivamente, a liquidação da PEC e, ainda, o contributo negativo para o  $VAB_{pm}$  dado pela EP, transformada em E.P.E. no ano de 2005.

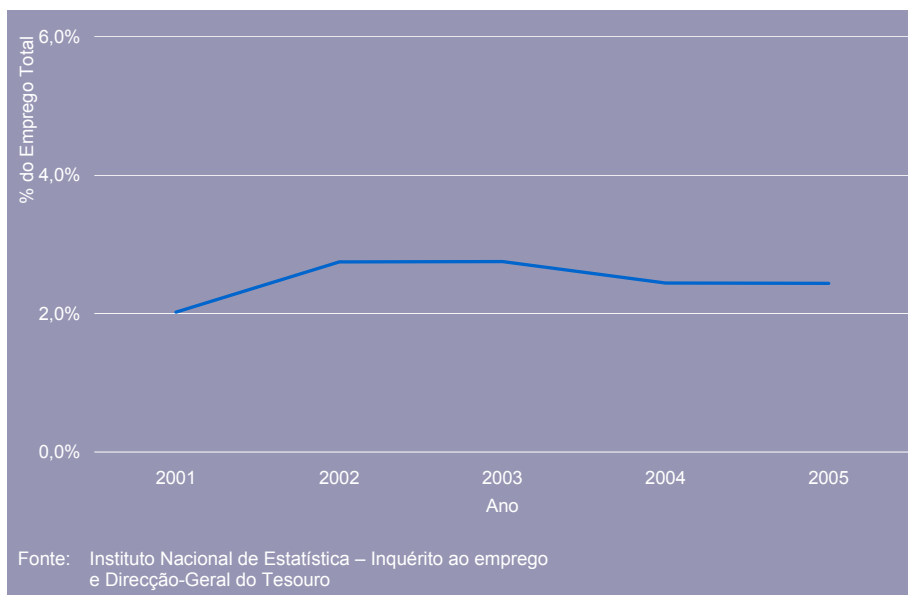
### 7.1.2. Emprego

O peso do emprego do SEE no emprego total situava-se no final de 2005 em 2,4%, não tendo sofrido qualquer variação significativa em relação a 2004, embora o volume global de emprego no SEE tenha registado uma pequena diminuição.

À semelhança do que pode ser observado para a produção de valor, também no volume de emprego se assistiu a um reforço da importância relativa do SEE medida pelo rácio  $\text{Emprego}_{SEE} / \text{Emprego}_{Total}$ , em consequência da empresarialização de 34 hospitais públicos em 2002, cujos reflexos, ao contrário

do sucedido com o VAB, se fizeram sentir de imediato. Este facto provocou uma subida do rácio em 0,7 pontos percentuais entre 2001 e 2002, mantendo-se inalterado entre 2002 e 2003 em torno dos 2,8%. Caso não se considerasse o sector da saúde no período em causa, o peso do emprego do SEE na economia teria decrescido 0,05% entre 2001 e 2003, para se situar nos 2,0%.

**Gráfico 7.1.2.1.**  
**Peso do SEE no Emprego**



A quebra verificada de 2003 para 2004, reflecte sobretudo a saída da EDP do universo considerado, a qual detinha em 2003 cerca de 17.664 efectivos. De 2004 para 2005, verificou-se um esforço de redução de efectivos que vem sendo prosseguida de forma continuada nas principais EPNF e que se traduziu numa redução de 1.898 efectivos, não obstante o acréscimo verificado de 1.661 efectivos pela entrada da EP.

Em termos globais, durante o ano de 2005 houve uma descida do volume de emprego no SEE de apenas 185 efectivos, em virtude do Grupo CGD ter sofrido um acréscimo no seu número de efectivos de 1.713 efectivos relativamente a 2004.

# 8. Anexos

## 8.1. Participações directas do Estado entre 2004 e 2005

Empresas/Fundos <sup>(1)</sup>	Em 31-12-2004		Em 31-12-2005	
	Valor nominal da participação	% DGT	Valor nominal da participação	% DGT
<b>1. SECTOR EMPRESARIAL DO ESTADO.....</b>	<b>11.319.452.280</b>	<b>95,8</b>	<b>12.081.648.470</b>	<b>96,4</b>
<b>1.1. Empresas não Financeiras.....</b>	<b>8.869.452.280</b>	<b>94,6</b>	<b>9.131.648.470</b>	<b>95,2</b>
<b>1.1.1. Comunicação Social.....</b>	<b>589.338.965</b>	<b>99,5</b>	<b>645.038.965</b>	<b>99,6</b>
Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.....	5.340.000	50,1	5.340.000	50,1
RTP - Rádio e Televisão de Portugal, (S.G.P.S.), S.A.....	583.998.965	100,0	639.698.965	100,0
<b>1.1.2. Gestão de Infraestruturas.....</b>	<b>1.232.748.500</b>	<b>91,1</b>	<b>1.264.498.500</b>	<b>91,3</b>
<b>1.1.2.1. Infraestruturas Aéreas.....</b>	<b>85.698.110</b>	<b>72,1</b>	<b>87.448.110</b>	<b>72,3</b>
ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.....	51.083.215	68,1	51.083.215	68,1
ANAM - Aeroportos e Navegação Aérea da Madeira, S.A.....	6.750.000	10,0	6.750.000	10,0
EDAB - Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A.....	1.550.000	77,5	3.300.000	82,5
NAER - Novo Aeroporto, S.A.....	1.375.000	10,0	1.375.000	10,0
NAV - Navegação Aérea de Portugal, E.P.E.....	24.939.895	100,0	24.939.895	100,0
<b>1.1.2.2. Infraestruturas Ferroviárias.....</b>	<b>306.700.000</b>	<b>99,8</b>	<b>306.700.000</b>	<b>99,8</b>
RAVE - Rede Ferroviária de Alta Velocidade, S.A.....	1.500.000	60,0	1.500.000	60,0
REFER - Rede Ferroviária Nacional, E.P.E.....	305.200.000	100,0	305.200.000	100,0
<b>1.1.2.3. Infraestruturas Portuárias.....</b>	<b>232.000.000</b>	<b>100,0</b>	<b>232.000.000</b>	<b>100,0</b>
APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.....	30.000.000	100,0	30.000.000	100,0
APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, S.A.....	48.000.000	100,0	48.000.000	100,0
APL - Administração do Porto de Lisboa, S.A.....	60.000.000	100,0	60.000.000	100,0
APS - Administração do Porto de Sines, S.A.....	80.000.000	100,0	80.000.000	100,0
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A.....	14.000.000	100,0	14.000.000	100,0
<b>1.1.2.4. Infraestruturas Rodoviárias.....</b>	<b>200.000.000</b>	<b>100,0</b>	<b>200.000.000</b>	<b>100,0</b>
EP - Estradas de Portugal, E.P.E.....	200.000.000	100,0	200.000.000	100,0
<b>1.1.2.5. Outras Infraestruturas.....</b>	<b>408.350.390</b>	<b>79,1</b>	<b>438.350.390</b>	<b>80,5</b>
Docapesca - Portos e Lotas, S.A.....	8.528.400	100,0	8.528.400	100,0
EDIA - Empresa de Desenvolvimento de Infraestruturas do Alqueva, S.A.....	272.507.750	100,0	272.507.750	100,0
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A.....	106.805.340	20,0	106.805.340	20,0
SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.....	20.508.900	100,0	50.508.900	100,0
<b>1.1.3. Indústria.....</b>	<b>208.034.147</b>	<b>98,0</b>	<b>183.034.147</b>	<b>97,8</b>
Companhia das Minas de Ouro de Penedono, S.A.....	74.820	25,0	74.820	25,0
DILOP - Alimentos do Sul, S.A.....	58.800	19,6	58.800	19,6
DILOP - Charcutaria Cozidos e Fumados, S.A.....	31.355	19,6	31.355	19,6
DILOP - Produtos Alimentares, S.A.....	1.772.200	19,6	1.772.200	19,6
DILOP - Transportes, S.A.....	64.915	19,6	64.915	19,6
EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, (S.G.P.S.), S.A.....	30.000.000	100,0	30.000.000	100,0
EFACEC - International Financing, (S.G.P.S.), S.A.....	38.174	5,0	38.174	5,0
EMPORDEF - Empresa Portuguesa de Defesa, (S.G.P.S.), S.A.....	124.500.000	100,0	141.875.000	100,0
ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.....	42.375.100	100,0		
SPE - Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, S.A.....	8.112.849	81,1	8.112.949	81,1
TEVIZ - Têxtil de Vizela, S.A.....	1.005.934	6,8	1.005.934	6,8
<b>1.1.4. Requalificação Urbana.....</b>	<b>156.961.440</b>	<b>76,4</b>	<b>156.961.440</b>	<b>76,4</b>
AveiroPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Aveiro, S.A.....	5.700.000	60,0	5.700.000	60,0

Empresas/Fundos	Em 31-12-2004		Em 31-12-2005	
	Valor nominal da participação	% DGT	Valor nominal da participação	% DGT
CacémPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis no Cacém, S.A.....	9.375.000	60,0	9.375.000	60,0
ChavesPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Chaves, S.A.....	1.122.000	60,0	1.122.000	60,0
CoimbraPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Coimbra, S.A.....	6.000.000	60,0	6.000.000	60,0
COSTAGEST - Empresa de Desenvolvimento da Frente Ribeirinha Norte e Atlântica de Almada, S.A.....	1.895.440	69,1	1.895.440	69,1
CostaPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis Costa de Caparica, S.A.....	12.600.000	60,0	12.600.000	60,0
GaiaPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila Nova de Gaia, S.A.....	5.778.000	60,0	5.778.000	60,0
LeiriaPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Leiria, S.A.....	7.500.000	60,0	7.500.000	60,0
Parque Expo 98, S.A.....	65.436.000	99,1	65.436.000	99,1
PolisAlbufeira - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S.A.....	5.100.000	60,0	5.100.000	60,0
PolisCastelo Branco - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Castelo Branco, S.A.....	5.880.000	60,0	5.880.000	60,0
PolisCovilhã - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis na Covilhã, S.A.....	4.591.000	60,0	4.591.000	60,0
PortalegrePolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Portalegre, S.A.....	1.347.000	60,0	1.347.000	60,0
SetúbalPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, S.A.....	3.830.000	60,0	3.830.000	60,0
SilvesPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Silves, S.A.....	748.000	60,0	748.000	60,0
TomarPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Tomar, S.A.....	1.459.000	60,0	1.459.000	60,0
VianaPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, S.A.....	9.000.000	60,0	9.000.000	60,0
ViseuPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, S.A.....	9.600.000	60,0	9.600.000	60,0
<b>1.1.5. Saúde.....</b>	<b>954.940.000</b>	<b>100,0</b>	<b>1.239.900.000</b>	<b>100,0</b>
Centro Hospitalar da Cova da Beira, E.P.E.....	19.950.000	100,0	19.950.000	100,0
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E.....			126.860.000	100,0
Centro Hospitalar de Setúbal, E.P.E.....			44.930.000	100,0
Centro Hospitalar de Vila Real / Peso da Régua, E.P.E.....	19.950.000	100,0	19.950.000	100,0
Centro Hospitalar do Alto Minho, E.P.E.....	29.930.000	100,0	29.930.000	100,0
Centro Hospitalar do Baixo Alentejo, E.P.E.....	39.950.000	100,0	39.950.000	100,0
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E.....	29.950.000	100,0	29.950.000	100,0
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E.....	29.930.000	100,0	29.930.000	100,0
Centro Hospitalar do Nordeste, E.P.E.....			34.940.000	100,0
Hospital da Senhora da Oliveira - Guimarães, E.P.E.....	29.930.000	100,0	29.930.000	100,0
Hospital de Santa Maria, E.P.E.....			133.000.000	100,0
Hospital de São Bernardo, S.A.....	29.930.000	100,0		
Hospital de São Francisco Xavier, S.A.....	57.030.000	100,0		
Hospital de São João, E.P.E.....			112.000.000	100,0
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E.....	19.950.000	100,0	19.950.000	100,0

Empresas/Fundos (continuação)	Em 31-12-2004		Em 31-12-2005	
	Valor nominal da participação	% DGT	Valor nominal da participação	% DGT
Hospital Distrital de Bragança, S.A.....	9.980.000	100,0		
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E.....	29.930.000	100,0	29.930.000	100,0
Hospital de Egas Moniz, S.A.....	39.900.000	100,0		
Hospital Garcia de Orta, E.P.E.....	49.880.000	100,0	49.880.000	100,0
Hospital Geral de Santo António, E.P.E.....	79.790.000	100,0	79.790.000	100,0
Hospital Infante D. Pedro, E.P.E.....	29.930.000	100,0	29.930.000	100,0
Hospital de Nossa Senhora do Rosário, E.P.E.....	29.930.000	100,0	29.930.000	100,0
Hospital Padre Américo - Vale do Sousa, E.P.E.....	19.950.000	100,0	19.950.000	100,0
Hospital Pulido Valente, E.P.E.....	29.930.000	100,0	29.930.000	100,0
Hospital de Santa Cruz, S.A.....	29.930.000	100,0		
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E.....	9.980.000	100,0	9.980.000	100,0
Hospital de Santa Marta, E.P.E.....	29.930.000	100,0	29.930.000	100,0
Hospital Santo André, E.P.E.....	29.930.000	100,0	29.930.000	100,0
Hospital São Gonçalo, E.P.E.....	9.980.000	100,0	9.980.000	100,0
Hospital São João de Deus, E.P.E.....	9.980.000	100,0	9.980.000	100,0
Hospital de São Sebastião, E.P.E.....	29.930.000	100,0	29.930.000	100,0
Hospital de São Teotónio, E.P.E.....	39.900.000	100,0	39.900.000	100,0
Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E.....	19.950.000	100,0	19.950.000	100,0
Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E.....	49.880.000	100,0	49.880.000	100,0
Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E.....	39.900.000	100,0	39.900.000	100,0
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.....	29.930.000	100,0	29.930.000	100,0
<b>1.1.6. Serviços de Utilidade Pública.....</b>	<b>451.840.035</b>	<b>42,9</b>	<b>383.477.965</b>	<b>42,9</b>
AdP - Águas de Portugal, (S.G.P.S.), S.A.....	149.287.350	34,4	149.287.350	34,4
CTT - Correios de Portugal, S.A.....	87.325.000	100,0	87.325.000	100,0
GALP - Energia, (S.G.P.S.), S.A.....	213.731.285	25,8	146.865.615	17,7
NATGÁS - Companhia de Gás Natural, S.A.....	1.496.400	10,0		
<b>1.1.7. Transportes.....</b>	<b>2.896.318.020</b>	<b>100,0</b>	<b>2.896.318.020</b>	<b>100,0</b>
CARRIS - Companhia Carris de Ferro de Lisboa, S.A.....	163.532.270	100,0	163.532.270	100,0
CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.E.....	1.995.317.000	100,0	1.995.317.000	100,0
MM - Metro do Mondego, S.A.....	569.750	53,0	569.750	53,0
MP - Metro do Porto, S.A.....	500.000	10,0	500.000	10,0
ML - Metropolitano de Lisboa, E.P.E.....	603.750.000	100,0	603.750.000	100,0
STCP - Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, S.A.....	79.649.000	100,0	79.649.000	100,0
TRANSTEJO - Transportes Tejo, S.A.....	53.000.000	100,0	53.000.000	100,0
<b>1.1.8. Parpública.....</b>	<b>2.000.000.000</b>	<b>100,0</b>	<b>2.000.000.000</b>	<b>100,0</b>
PARPÚBLICA - Participações Públicas, S.G.P.S.,	2.000.000.000	100,0	2.000.000.000	100,0
<b>1.1.9. Outros Sectores.....</b>	<b>209.644.865</b>	<b>86,1</b>	<b>208.350.765</b>	<b>86,6</b>
API - Agência Portuguesa para o Investimento, E.P.E.....	110.000.000	100,0	110.000.000	100,0
CASO - Centro de Abate de Suínos do Oeste, Ld. <sup>a</sup> .....	293.293	19,6	293.293	19,6
CIMPOFIM - Projectos Técnicos e Financeiros, S.A.....	299.400	18,6	299.400	18,6
Cooperativa dos Armadores dos Navios de Pesca do Bacalhau, S.A.R.L.....	1.606	53,7	1.606	53,7
EGREP - Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petróli-feros., E.P.E.....	250.000	100,0	250.000	100,0
ENATUR - Empresa Nacional de Turismo, S.A.....	3.287.500	20,2	1.618.400	20,2
EUT - Empreendimentos Urbanos e Turismo, S.A.....	69.134	24,1	69.134	24,1
FRME - Fundo para a Revitalização e Modernização do Tecido Empresarial em Regiões de Monoindústria, (S.G.P.S.), S.A.....	46.971.559	89,8	46.971.559	89,8



Empresas/Fundos (continuação)	Em 31-12-2004		Em 31-12-2005	
	Valor nominal da participação	% DGT	Valor nominal da participação	% DGT
GESTÍNSUA - Aquisições e Alienação de Património Imobiliário e Mobiliário, S.A.....	8.750	17,5	8.750	17,5
MANTERO - Agricultura e Comércio Internacional, S.A.....	2.197.300	43,5	2.197.300	43,5
Martins & Rebelo - Indústria Lácteas e Alimentares, S.A.....	4.651.824	37,3	4.651.824	37,3
Metanova - Comércio e Gestão de Imóveis, S.A.....	37.410	10,0	37.410	10,0
Parques de Sintra - Monte da Lua, S.A.....	375.000	15,0	375.000	15,0
PROPNERY - Propriedades e Equipamentos, S.A.....	2.118.255	43,7	2.118.255	43,7
SIAFPS - Sociedade Imobiliária Autódromo Fernanda Pires da Silva, S.A.....	29.101.984	47,6	29.101.984	47,6
Sociedade Pereira Pinto, Ld. <sup>a</sup> - Farmácia Central de Carcavelos.....	4.750.000	95,0	4.750.000	95,0
Portugal Vela 2007 - Sociedade Promotora da Realização em Portugal do Campeonato Mundial de Classes Olímpicas de Vela de 2007, S.A.....			375.000	75,0
SPIDOURO - Sociedade de Promoção de Empresas e Investimento do Douro e Trás-os-Montes, S.A.....	74.850	8,3	74.850	8,3
Teatro Nacional D. Maria II, S.A.....	5.157.000	100,0	5.157.000	100,0
<b>1.1.10. Capital de Risco.....</b>	<b>8.267.500</b>	<b>15,0</b>	<b>8.267.500</b>	<b>15,0</b>
PME Capital - Sociedade de Portuguesa de Capital de Risco, S.A.....	4.133.750	15,0	4.133.750	15,0
PME Investimento - Sociedade de Investimentos, S.A.....	4.133.750	15,0	4.133.750	15,0
<b>1.1.11. Empresas Sediadas no Estrangeiro.....</b>	<b>161.358.808</b>	<b>81,6</b>	<b>145.801.169</b>	<b>81,7</b>
HCB - Hidroeléctrica de Cahora Bassa, S.A.....	161.252.212	81,6	145.694.573	81,6
IPE MACAU - Investimentos e Participações Empresarias, S.A.R.L.....	106.596	100,0	106.596	100,0
<b>1.2. Empresas Financeiras.....</b>	<b>2.450.000.000</b>	<b>100,0</b>	<b>2.950.000.000</b>	<b>100,0</b>
Caixa Geral de Depósitos, S.A.....	2.450.000.000	100,0	2.950.000.000	100,0
<b>2. OUTRAS PARTICIPAÇÕES DO ESTADO.....</b>	<b>59.778.881</b>	<b>43,5</b>	<b>100.758.634</b>	<b>36,9</b>
<b>2.1. Fundos de Investimento.....</b>	<b>58.807.064</b>	<b>44,2</b>	<b>99.814.296</b>	<b>37,2</b>
FICREM - Fundo de Investimento de Capital de Risco em Empresas de Moçambique.....	144.398	5,1	144.398	5,0
FIQ API CAPITAL I.....	6.234.973	50,0	6.234.973	50,0
FIQ GRUPO CGD - CAIXA CAPITAL.....	4.987.979	7,7	4.987.979	7,7
FIQ PME CAPITAL.....	16.909.245	64,9	16.909.245	64,9
FIQ PME CAPITAL RETEX.....	1.820.612	6,6	1.820.612	6,6
FIQ PME INVESTIMENTOS.....	16.909.245	64,0	16.909.245	64,0
FIQ PME INVESTIMENTOS RETEX.....	1.820.612	6,6	1.820.612	6,6
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Margueira Capital.....	9.980.000	4,4	50.987.231	22,7
<b>2.2. Cooperativas.....</b>	<b>1</b>	<b>0,0</b>	<b>1</b>	<b>0,0</b>
Cooperativa Cultural Recreativa Gafanha da Nazaré, C.R.L.....	0,5	0,0	0,5	0,0
<b>2.3. Outras.....</b>	<b>971.816</b>	<b>5,1</b>	<b>944.338</b>	<b>4,9</b>
AMBELIS - Agência para a Modernização Económica de Lisboa, S.A.....	19.952	2,0	2.740	1,4
CNEMA - Centro Nacional Exposições e Mercados Agrícolas, S.A.....	30.000	10,0	30.000	0,9
COMUNDO - Consórcio Mundial de Exportação e Importação, S.A.....	17	0,0	17	0,0
DECOVIZ - Produtos de Decoração, L. <sup>da</sup> .....	4.988	1,7	4.988	1,7
Eurominas - Electro Metalurgia, S.A.....	10	0,0		
Imobiliária Construtora Grão-Pará, S.A.....	20	0,0	20	0,0
LISNAVE - Estaleiros Navais, S.A.....	148.330	3,0	148.330	3,0
Matur - Sociedade de Empreendimento Turísticos da Madeira, S.A.....	20	0,0	20	0,0
Metalurgia Casal, S.A.....	10	0,0	10	0,0
NET - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.....	17.430	7,4	17.430	7,4
PT - Portugal Telecom, (S.G.P.S.), S.A.....	510	0,0	510	0,0

Empresas/Fundos (continuação)	Em 31-12-2004		Em 31-12-2005	
	Valor nominal da participação	% DGT	Valor nominal da participação	% DGT
Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, S.A.....	30	0,0		
SANJIMO - Sociedade Imobiliária S.A.....	4.930	8,0	4.930	8,0
Sociedade Aguas da Curia, S.A.....	160	0,0	160	0,0
Sociedade Têxtil da Cuca, S.A.....	650.182	5,9	650.182	5,9
Sociedade Turística da Penina, S.A.....	15	0,0	15	0,0
SODERA - Investimentos e Projectos, S.A.....	10.156	2,0		
Sonagi - Sociedade Nacional de Gestão e Investimento, S.A.....	50	0,0	50	0,0
TEVITOM - Confeções de Vestuário, L. <sup>da</sup> .....	4.988	0,4	4.988	0,4
Torraltá - Club Internacional de Férias , S.A.....	70	0,0		
WTC MACAU - World Trade Center Macau, S.A.R.L.....	79.947	2,5	79.947	2,5
<b>3. TOTAL</b>	<b>11.379.231.160</b>	<b>95,3</b>	<b>12.182.407.104</b>	<b>95,6</b>

<sup>(1)</sup> Esta relação não contempla as participações nas Instituições Financeiras Internacionais e nas empresas com processos de liquidação ou falência em curso.

As percentagens de participação sectoriais e globais apresentadas referem-se a médias ponderadas.

FONTE: Direcção-Geral do Tesouro

## 8.2. Demonstração de Resultados das EPNF por Sectores – 2001-2005

(Unid.: m€)

Rubricas	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Custos operacionais</b>	<b>19.222.438</b>	<b>19.171.682</b>	<b>22.951.438</b>	<b>18.520.492</b>	<b>21.323.992</b>
Custo merc. vend. e mat. cons.	11.203.334	12.082.951	13.165.568	10.888.345	13.287.961
Fornecim. e serviços externos	2.772.457	2.012.782	2.953.998	2.619.057	2.931.394
Custos com pessoal	3.019.543	2.794.763	4.106.463	3.382.833	3.454.906
Amortiz. imob. corp. e incorp.	1.631.343	1.697.849	2.020.641	1.138.915	1.217.513
Provisões	255.608	240.420	178.067	159.790	102.987
Impostos	45.727	45.145	59.115	40.802	36.188
Outros custos operacionais	294.427	297.773	467.586	290.750	293.044
<b>Custos e perdas financeiras</b>	<b>1.448.187</b>	<b>1.522.965</b>	<b>1.582.348</b>	<b>720.756</b>	<b>835.404</b>
<b>Custos e perdas extraordinários</b>	<b>505.033</b>	<b>899.495</b>	<b>635.468</b>	<b>336.056</b>	<b>400.837</b>
Impostos sobre rendim. exercício	324.093	233.197	458.046	200.208	216.783
Interesses minoritários	-69.345	-226.556	-45.248	6.473	5.110
<b>Proveitos operacionais</b>	<b>19.500.519</b>	<b>19.326.623</b>	<b>23.579.445</b>	<b>18.490.256</b>	<b>21.534.693</b>
Vendas	15.023.798	15.706.656	16.843.676	13.518.769	14.541.424
Prestação de serviços	3.697.439	2.587.724	5.553.477	4.003.932	5.621.051
Variação da produção	-33.353	56.473	6.802	37.883	87.222
Trabalhos p/ a própria empresa	418.330	434.428	448.606	142.523	150.280
Proveitos suplementares	155.679	138.148	112.605	126.749	345.225
Subsídios à exploração	178.762	266.417	447.914	427.115	624.195
Outros prov. e ganhos operac.	59.864	136.778	166.364	233.284	165.295
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>	<b>733.962</b>	<b>932.316</b>	<b>868.061</b>	<b>387.117</b>	<b>472.550</b>
<b>Prov. e ganhos extraordinários</b>	<b>934.107</b>	<b>682.393</b>	<b>1.072.821</b>	<b>573.717</b>	<b>564.723</b>
<b>Resultados operacionais</b>					
Antes de subsídios	99.319	-111.476	180.093	-457.351	-413.495
<b>Após subsídios</b>	<b>278.081</b>	<b>154.941</b>	<b>628.007</b>	<b>-30.235</b>	<b>210.701</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>-714.226</b>	<b>-590.649</b>	<b>-714.287</b>	<b>-333.639</b>	<b>-362.854</b>
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>429.075</b>	<b>-217.102</b>	<b>437.353</b>	<b>237.661</b>	<b>163.886</b>
<b>Resultados líquidos</b>					
Sem interesses minoritários	-331.163	-886.007	-106.973	-326.421	-205.051
<b>Com interesses minoritários</b>	<b>-261.818</b>	<b>-659.451</b>	<b>-61.724</b>	<b>-332.894</b>	<b>-210.161</b>
Meios libertos operacionais	2.165.031	2.093.209	2.826.715	1.268.469	1.531.200
<b>Meios libertos líquidos</b>	<b>1.625.133</b>	<b>1.278.818</b>	<b>2.136.984</b>	<b>965.811</b>	<b>1.110.339</b>
<b>VABcf</b>	<b>5.419.137</b>	<b>5.048.967</b>	<b>7.234.399</b>	<b>4.708.768</b>	<b>5.113.855</b>
<b>N.º médio de trabalhadores</b>	<b>85.849</b>	<b>135.912</b>	<b>131.534</b>	<b>106.069</b>	<b>104.171</b>
Produtividade <i>per capita</i>	63	37	55	44	49

## 8.3. Demonstração de Resultados das EPNF por Sectores – 2005

(Unid.: m€)

Rubricas	Com. Social	Gestão de Infraestruturas							Indústria	Requalificação Urbana			Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	Parpública	Outros	TOTAL
		Transportes					Outras	Soma		Prog. Polis	Outras	Soma						
		Aéreas	Portuárias	Ferroví- rias	Rodoviá- rias	Soma												
Custos operacionais	279.769	436.769	139.642	254.875	125.458	956.745	3.041.942	3.998.687	114.231	11.176	67.995	79.171	2.245.225	11.977.720	969.307	1.603.912	55.970	21.323.992
Custo merc. vend. e mat. cons.	82.081	2.254	1.158	26.333	68.112	97.857	2.737.417	2.835.274	35.817	0	6.706	6.706	598.030	9.525.291	44.865	151.420	8.476	13.287.961
Fornecim. e serviços externos	63.930	113.537	29.412	89.015	0	231.965	54.787	286.752	24.417	6.213	18.976	25.189	358.248	937.726	271.170	937.403	26.558	2.931.394
Custos com pessoal	107.915	211.041	52.813	117.195	54.748	435.797	52.999	488.796	28.926	581	18.710	19.291	1.180.804	821.011	402.360	395.023	10.778	3.454.906
Amortiz. imob. corp. e incorp.	19.899	95.742	45.686	10.323	2.534	154.286	96.906	251.192	15.604	4.362	12.061	16.423	91.342	538.345	185.422	92.765	6.521	1.217.513
Provisões	215	13	3.306	3.646	1	6.967	16.709	23.676	8.581	4	2.037	2.041	13.351	38.930	5.939	8.563	1.692	102.987
Impostos	4.659	297	1.159	4.459	0	5.914	1.623	7.537	825	16	2.304	2.320	23	17.346	2.813	0	665	36.188
Outros custos operacionais	1.070	13.886	6.109	3.903	62	23.960	81.500	105.460	60	0	7.201	7.201	3.428	99.071	56.737	18.738	1.280	293.044
Custos e perdas financeiras	29.798	27.645	5.562	72.354	105.631	211.193	48.407	259.599	5.122	214	10.443	10.657	1.498	208.370	200.305	109.460	10.594	835.404
Custos e perdas extraordinários	16.089	11.960	6.503	35.994	55.854	110.311	5.614	115.925	6.018	20	0	20	161.735	53.232	18.071	27.508	2.239	400.837
Impostos sobre rendim. exercício	686	13.435	622	79	14.248	28.385	29.973	58.358	116	1	231	232	1.558	147.479	190	5.387	2.778	216.783
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	-3.293	-3.293	-426	0	-1.068	-1.068	0	8.867	0	914	116	5.110
Proveitos operacionais	284.220	474.059	143.162	162.834	118.683	898.737	3.174.126	4.072.863	90.512	6.804	86.195	92.999	2.092.788	12.535.023	628.842	1.672.460	64.986	19.862.233
Vendas	0	1.053	263	0	60	1.376	2.891.165	2.892.541	72.133	0	28.511	28.511	146.156	11.277.526	398	110.176	13.982	14.431.248
Prestação de serviços	158.272	459.766	135.089	65.287	1.030	661.171	41.295	702.466	13.966	125	33.061	33.186	1.602.392	1.056.745	450.687	1.553.956	49.383	4.067.095
Variação da produção	0	0	0	0	0	0	15.548	15.548	370	0	0	0	10.227	61.074	3	0	0	87.222
Trabalhos p/ a própria empresa	0	5.759	825	52.734	0	59.318	19.914	79.232	219	6.314	0	6.314	318	32.263	31.756	0	179	150.280
Proveitos suplementares	92	5.103	5.604	16.957	5.186	32.849	204.707	237.556	550	289	0	289	13.328	65.184	18.576	8.328	1.322	336.897
Subsídios à exploração	122.456	127	95	27.121	112.255	139.598	0	139.598	209	0	0	0	241.964	6.255	113.672	0	42	624.195
Outros prov. e ganhos operac.	3.401	2.251	1.286	736	152	4.425	1.497	5.923	3.064	77	24.623	24.700	78.403	35.976	13.750	0	78	165.295
Proveitos e ganhos financeiros	1.479	6.457	3.632	19.552	1.073	30.715	32.866	63.580	5.273	172	1.564	1.736	21.321	137.301	3.745	235.854	2.260	236.696
Prov. e ganhos extraordinários	10.569	27.529	19.022	20.525	2.947	70.024	18.537	88.561	18.077	2.562	0	2.562	204.382	196.091	37.049	3.577	3.855	561.146
Resultados operacionais																		
Antes de subsídios	-118.005	37.163	3.424	-119.162	-119.030	-197.605	132.184	-65.421	-23.928	-4.372	18.200	13.828	-394.402	551.048	-454.137	68.548	8.974	-413.495
Após subsídios	4.451	37.289	3.519	-92.041	-6.775	-58.008	132.184	74.177	-23.720	-4.372	18.200	13.828	-152.437	557.303	-340.465	68.548	9.016	210.701
Resultados financeiros	-28.319	-21.188	-1.930	-52.802	-104.558	-180.478	-15.541	-196.019	151	-42	-8.879	-8.921	19.824	-71.069	-196.560	126.394	-8.334	-362.854
Resultados extraordinários	-5.520	15.569	12.520	-15.469	-52.907	-40.287	12.923	-27.364	12.059	2.542	0	2.542	42.647	142.858	18.978	-23.931	1.615	163.886
Resultados líquidos																		
Sem interesses minoritários	-30.074	18.236	13.486	-160.391	-178.488	-307.157	99.593	-207.564	-11.625	-1.872	9.090	7.218	-91.525	481.614	-518.238	165.624	-481	-205.051
Com interesses minoritários	-30.074	18.236	13.486	-160.391	-178.488	-307.157	102.886	-204.271	-11.199	-1.872	10.158	8.286	-91.525	472.747	-518.238	164.710	-597	-210.161
Meios libertos operacionais	24.565	133.045	52.511	-78.071	-4.240	103.245	245.800	349.045	465	-6	32.298	32.292	-47.745	1.134.577	-149.104	169.876	17.229	1.531.200
Meios libertos líquidos	-9.960	113.991	62.478	-146.422	-175.953	-145.905	216.502	70.597	12.986	2.494	24.256	26.750	13.168	1.050.022	-326.877	266.038	7.615	1.110.339
VABcf	130.149	355.720	110.146	42.291	50.419	558.577	378.801	937.378	26.387	499	33.586	34.085	1.058.084	2.018.683	296.243	583.637	29.208	5.113.855
N.º médio de trabalhadores	2.671	2.773	1.125	4.040	1.661	9.599	1.428	11.027	1.045	32	400	432	39.049	27.512	11.663	10.500	272	104.171
Produtividade per capita	49	128	98	10	30	58	265	85	25	16	84	79	27	73	25	56	107	49

## 8.4. Demonstração de Resultados das EPNF por Sectores - 2004

(Unid.: m€)

Rubricas	Com. Social	Gestão de Infraestruturas						Indústria	Requalificação Urbana			Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	Parpública	Outros	TOTAL
		Transportes				Outras	Soma		Prog. Polis	Outras	Soma						
		Aéreas	Portuárias	Ferrovárias	Soma												
Custos operacionais	290.542	431.655	129.393	276.913	837.961	2.457.939	3.295.899	260.653	13.596	67.684	81.280	2.013.822	9.956.358	935.499	1.604.033	82.405	18.520.492
Custo merc. vend. e mat. cons.	79.374	2.597	947	29.133	32.677	2.186.381	2.219.058	92.944	201	5.432	5.633	533.366	7.746.109	40.125	171.537	199	10.888.345
Fornecim. e serviços externos	71.282	104.192	27.124	79.719	211.035	46.427	257.462	67.902	10.706	22.961	33.667	306.687	789.919	251.985	790.626	49.527	2.619.057
Custos com pessoal	108.816	212.322	47.573	136.469	396.365	51.576	447.940	78.212	523	20.704	21.226	1.074.002	742.173	411.029	486.009	13.426	3.382.833
Amortiz. imob. corp. e incorp.	17.928	96.803	43.892	8.557	149.252	90.510	239.762	11.072	2.133	10.261	12.394	86.191	492.631	167.127	100.844	10.967	1.138.915
Provisões	3.800	1.662	3.277	9.265	14.204	6.968	21.172	8.433	0	5.782	5.782	11.396	101.777	4.943	-3.612	6.100	159.790
Impostos	7.283	190	1.809	9.331	11.329	1.436	12.765	1.217	33	2.480	2.513	90	14.226	1.629	0	1.078	40.802
Outros custos operacionais	2.060	13.889	4.771	4.439	23.098	74.641	97.740	873	0	64	64	2.090	69.524	58.660	58.629	1.108	290.750
Custos e perdas financeiras	31.209	25.046	5.422	62.784	93.252	47.315	140.567	26.968	615	20.237	20.852	428	193.818	185.213	114.599	7.103	720.756
Custos e perdas extraordinários	45.220	8.139	18.382	33.076	59.597	3.347	62.943	10.645	61	16.255	16.316	51.089	49.273	94.495	0	6.076	336.056
Impostos sobre rendim. exercício	1.045	7.586	1.740	1.074	10.400	24.782	35.182	145	2	436	438	2.458	145.081	210	13.966	1.682	200.208
Interesses minoritários	0	0	0	21	21	-3.481	-3.460	-200	0	-1.018	-1.018	0	10.780	0	322	49	6.473
Proveitos operacionais	279.326	443.454	136.785	164.696	744.935	2.575.824	3.320.759	216.197	11.201	73.720	84.921	1.853.017	10.461.38	608.082	1.606.284	60.290	18.490.256
Vendas	0	871	232	5.903	7.007	2.471.227	2.478.233	90.617	16	21.145	21.161	5.540	9.389.124	390	1.533.354	351	13.518.769
Prestação de serviços	142.302	432.018	124.178	75.929	632.124	36.947	669.071	135.453	41	44.587	44.628	1.586.164	969.792	434.034	0	22.488	4.003.932
Variação da produção	0	0	0	-1.894	-1.894	15.078	13.183	-17.804	9.126	305	9.432	49.746	-16.680	5	0	0	37.883
Trabalhos p/ a própria empresa	0	6.472	454	50.105	57.031	15.450	72.481	3.303	1.925	280	2.205	657	26.248	37.102	0	527	142.523
Proveitos suplementares	507	4.049	6.517	3.767	14.332	2.739	17.071	1.797	3	7.402	7.405	8.046	71.234	18.151	0	2.539	126.749
Subsídios à exploração	134.545	44	276	28.356	28.676	0	28.676	2.630	0	0	0	129.964	3.074	109.304	0	18.923	427.115
Outros prov. e ganhos operac.	1.973	0	5.128	2.531	7.660	34.383	42.043	201	90	0	90	72.899	18.590	9.096	72.930	15.462	233.284
Proveitos e ganhos financeiros	1.708	6.493	2.350	5.728	14.571	4.758	19.328	6.136	123	3.204	3.327	26.209	137.428	7.091	183.337	2.552	387.117
Prov. e ganhos extraordinários	83.109	24.306	28.794	22.236	75.336	11.209	86.545	50.975	1.245	29.523	30.769	103.913	152.594	54.497	0	11.315	573.717
Resultados operacionais																	
Antes de subsídios	-145.761	11.756	7.116	-140.573	-121.701	117.885	-3.816	-47.086	-2.395	6.036	3.641	-290.770	501.949	-436.721	2.251	-41.037	-457.351
Após subsídios	-11.216	11.799	7.392	-112.217	-93.026	117.885	24.859	-44.456	-2.395	6.036	3.641	-160.806	505.023	-327.417	2.251	-22.114	-30.235
Resultados financeiros	-29.501	-18.553	-3.072	-57.057	-78.682	-42.557	-121.238	-20.832	-492	-17.033	-17.525	25.782	-56.390	-178.123	68.738	-4.551	-333.639
Resultados extraordinários	37.889	16.167	10.413	-10.840	15.740	7.862	23.602	40.330	1.184	13.269	14.453	52.825	103.321	-39.998	0	5.239	237.661
Resultados líquidos																	
Sem interesses minoritários	-3.873	1.827	12.992	-181.187	-166.367	58.408	-107.959	-25.103	-1.705	1.836	131	-84.657	406.873	-545.748	57.023	-23.108	-326.421
Com interesses minoritários	-3.873	1.827	12.992	-181.208	-166.388	61.889	-104.499	-24.902	-1.705	2.853	1.148	-84.657	396.093	-545.748	56.701	-23.158	-332.894
Meios libertos operacionais	10.512	110.264	54.561	-94.395	70.431	215.363	285.794	-24.951	-262	22.079	21.817	-63.219	1.099.430	-155.347	99.483	-5.048	1.268.469
Meios libertos líquidos	17.855	100.292	60.161	-163.386	-2.932	159.367	156.435	-5.397	428	18.896	19.324	12.929	990.500	-373.678	153.933	-6.091	965.811
VABcf	119.415	336.475	101.777	43.982	482.234	307.197	789.430	53.933	171	42.847	43.018	939.974	1.892.536	305.245	571.191	-5.976	4.708.768
N.º médio de trabalhadores	2.725	2.789	1.106	4.781	8.676	1.433	10.109	3.210	41	418	459	38.755	26.692	12.826	10.974	319	106.069
Produtividade per capita	44	121	92	9	56	214	78	17	4	103	94	24	71	24	52	-19	44

## 8.5. Demonstração de Resultados das EPNF por Sectores - 2003

(Unid.: m€)

Rubricas	Com. Social	Gestão de Infraestruturas						Indústria	Requalificação Urbana			Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	Parapública	Outros	TOTAL
		Transportes				Outras	Soma		Prog. Polis	Outras	Soma						
		Aéreas	Portuárias	Ferrovárias	Soma												
Custos operacionais	317.210	371.116	134.343	284.958	790.418	2.315.894	3.106.311	398.285	13.617	59.693	73.310	1.953.160	14.589.531	956.608	1.411.340	145.684	22.951.438
Custo merc. vend. e mat. cons.	99.408	3.518	1.074	62.092	66.684	1.987.346	2.054.030	143.471	0	3.371	3.371	494.588	10.184.410	52.293	125.300	8.697	13.165.568
Fornecim. e serviços externos	66.835	74.935	26.504	60.472	161.910	40.873	202.784	91.213	8.739	22.358	31.097	295.253	1.325.594	176.958	697.778	66.487	2.953.998
Custos com pessoal	118.137	191.037	53.787	140.152	384.976	64.276	449.252	108.615	808	22.674	23.482	1.060.957	1.378.923	492.321	437.232	37.545	4.106.463
Amortiz. imob. corp. e incorp.	22.197	92.765	44.020	9.125	145.911	88.537	234.449	32.441	4.039	5.128	9.167	86.026	1.329.888	156.340	138.348	11.785	2.020.641
Provisões	3.085	800	2.285	2.576	5.660	2.052	7.712	15.394	0	5.188	5.188	13.297	103.574	11.229	0	18.589	178.067
Impostos	5.313	172	1.699	7.355	9.226	1.248	10.474	2.905	29	863	893	1.004	35.246	2.015	0	1.264	59.115
Outros custos operacionais	2.233	7.889	4.975	3.186	16.050	131.561	147.611	4.246	3	111	113	2.035	231.896	65.451	12.682	1.317	467.586
Custos e perdas financeiras	48.590	18.951	7.705	47.416	74.072	34.000	108.072	29.551	323	29.809	30.132	430	1.074.293	183.294	100.202	7.784	1.582.348
Custos e perdas extraordinários	32.954	3.748	12.916	24.499	41.163	4.217	45.381	22.578	38	34.845	34.883	36.049	347.942	60.878	47.040	7.764	635.468
Impostos sobre rendim. exercício	-1.070	20.788	-749	483	20.523	20.689	41.212	18.695	2	303	304	652	383.451	295	13.370	1.136	458.046
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	-4.804	-4.804	1.697	-3	-1.186	-1.190	0	-37.221	-2.549	-1.395	214	-45.248
Proveitos operacionais	247.094	396.058	125.891	217.315	739.264	2.436.987	3.176.251	344.021	10.481	56.588	67.069	1.778.667	15.878.406	580.484	1.433.734	73.719	23.579.445
Vendas	34	745	302	4.888	5.935	2.362.398	2.368.333	303.506	0	11.979	11.979	6.175	13.993.504	236	159.241	669	16.843.676
Prestação de serviços	126.962	384.205	119.509	81.990	585.703	36.956	622.660	102.658	187	39.482	39.670	1.527.981	1.455.689	411.759	1.222.565	43.534	5.553.477
Variação da produção	0	0	-5	6.348	6.343	9.329	15.672	-85.197	6.389	-3.450	2.939	0	70.172	395	2.863	-43	6.802
Trabalhos p/ a própria empresa	131	5.730	771	87.567	94.068	23.342	117.409	7.634	3.744	168	3.911	1	273.609	45.910	0	0	448.606
Proveitos suplementares	7.614	5.341	4.659	7.213	17.213	3.943	21.156	1.240	65	8.409	8.474	3.475	53.068	14.464	0	3.113	112.605
Subsídios à exploração	111.574	37	146	29.385	29.569	3	29.572	13.591	0	0	0	165.660	2.621	98.659	0	26.237	447.914
Outros prov. e ganhos operac.	778	0	510	-76	434	1.015	1.448	590	96	0	96	75.374	29.743	9.060	49.065	209	166.364
Proveitos e ganhos financeiros	6.025	3.593	3.828	1.665	9.086	2.592	11.678	17.850	365	7.571	7.935	23.319	671.068	6.887	121.037	2.260	868.061
Prov. e ganhos extraordinários	106.485	24.494	18.722	13.722	56.938	17.964	74.902	173.905	1.225	53.730	54.955	62.449	465.450	37.029	88.053	9.592	1.072.821
Resultados operacionais																	
Antes de subsídios	-181.690	24.904	-8.599	-97.028	-80.722	121.090	40.368	-67.855	-3.136	-3.105	-6.241	-340.153	1.286.254	-474.783	22.394	-98.201	180.093
Após subsídios	-70.116	24.942	-8.452	-67.643	-51.153	121.093	69.940	-54.264	-3.136	-3.105	-6.241	-174.493	1.288.875	-376.124	22.394	-71.965	628.007
Resultados financeiros	-42.564	-15.358	-3.877	-45.751	-64.986	-31.408	-96.395	-11.701	41	-22.238	-22.196	22.889	-403.224	-176.407	20.835	-5.524	-714.287
Resultados extraordinários	73.531	20.745	5.806	-10.777	15.775	13.747	29.521	151.327	1.186	18.885	20.072	26.400	117.509	-23.849	41.013	1.828	437.353
Resultados líquidos																	
Sem interesses minoritários	-38.079	9.541	-5.774	-124.654	-120.888	82.742	-38.146	66.667	-1.910	-6.760	-8.670	-125.856	619.709	-576.675	70.872	-76.796	-106.973
Com interesses minoritários	-38.079	9.541	-5.774	-124.654	-120.888	87.546	-33.342	64.971	-1.907	-5.574	-7.480	-125.856	656.931	-574.126	72.267	-77.010	-61.724
Meios libertos operacionais	-44.833	118.507	37.853	-55.942	100.418	211.682	312.100	-6.430	903	7.211	8.114	-75.170	2.722.338	-208.555	160.742	-41.590	2.826.715
Meios libertos líquidos	-12.796	103.106	40.530	-112.953	30.684	178.135	208.819	112.805	2.132	4.742	6.875	-26.534	2.090.393	-406.557	210.615	-46.636	2.136.984
VABcf	74.758	317.434	96.105	87.472	501.010	406.505	907.515	105.842	1.617	29.996	31.613	912.448	4.303.414	340.157	561.591	-2.937	7.234.399
N.º médio de trabalhadores	2.744	2.846	1.107	5.088	9.041	1.592	10.633	4.241	39	487	526	39.881	45.076	15.790	10.840	1.803	131.534
Produtividade per capita	27	112	87	17	55	255	85	25	41	62	60	23	95	22	52	-2	55

## 8.6. Demonstração de Resultados das EPNF por Sectores - 2002

(Unid.: m€)

Rubricas	Com. Social	Gestão de Infraestruturas						Indústria	Requalificação Urbana			Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	Parpública	Outros	TOTAL
		Transportes				Outras	Soma		Prog. Polis	Outras	Soma						
		Aéreas	Portuárias	Ferrovárias	Soma												
Custos operacionais	426.445	361.239	139.463	246.613	747.315	2.338.081	3.085.396	405.936	13.229	142.356	155.585	110.031	13.850.979	866.763	115.180	155.368	19.171.682
Custo merc. vend. e mat. cons.	113.922	3.569	999	28.510	33.078	2.145.782	2.178.860	124.396	262	67.032	67.294	26.670	9.479.145	60.500	22.967	9.198	12.082.951
Fornecim. e serviços externos	84.167	68.767	26.785	60.930	156.482	31.809	188.291	85.854	8.791	34.923	43.714	23.617	1.353.287	142.990	27.466	63.396	2.012.782
Custos com pessoal	147.786	188.049	59.415	140.701	388.165	59.081	447.246	119.610	702	27.886	28.588	55.587	1.438.852	447.223	41.481	68.390	2.794.763
Amortiz. imob. corp. e incorp.	25.906	90.497	44.073	9.591	144.161	82.797	226.958	40.357	3.468	6.408	9.877	3.559	1.218.981	145.447	16.090	10.675	1.697.849
Provisões	48.333	3.250	2.031	2.944	8.225	8.887	17.112	27.814	0	5.885	5.885	387	133.489	5.680	0	1.719	240.420
Impostos	3.826	215	1.706	529	2.450	1.742	4.192	3.080	6	180	186	6	31.857	1.385	0	613	45.145
Outros custos operacionais	2.505	6.893	4.454	3.408	14.755	7.983	22.738	4.824	0	41	41	206	195.368	63.538	7.176	1.377	297.773
Custos e perdas financeiras	52.969	19.919	6.966	49.890	76.775	39.528	116.303	29.533	7	41.296	41.303	251	1.047.302	181.777	39.910	13.617	1.522.965
Custos e perdas extraordinários	93.718	3.942	11.641	56.121	71.704	3.868	75.572	12.317	11	13.333	13.344	2.944	563.107	53.532	78.419	6.542	899.495
Impostos sobre rendim. exercício	376	14.916	-398	265	14.783	30.863	45.646	-265	7	-503	-495	1	179.015	197	9.201	-479	233.197
Interesses minoritários	-1.583	0	0	0	0	-6.247	-6.247	-2.441	0	-1.502	-1.502	0	-212.601	-2.177	0	-6	-226.556
Proveitos operacionais	239.849	383.326	121.569	170.163	675.058	2.445.151	3.120.209	316.679	10.425	179.347	189.772	88.660	14.633.601	513.801	133.593	90.459	19.326.623
Vendas	49	633	622	5.359	6.614	2.304.645	2.311.259	174.204	0	137.031	137.031	103	13.004.405	367	79.107	131	15.706.656
Prestação de serviços	124.267	370.090	114.820	79.991	564.901	35.429	600.330	60.998	188	35.647	35.835	18.983	1.247.378	404.221	44.745	50.967	2.587.724
Variação da produção	743	0	-373	522	149	8	157	59.319	7.105	-2.421	4.684	979	-7.082	-5.072	2.780	-35	56.473
Trabalhos p/ a própria empresa	1.110	7.683	502	66.724	74.909	23.351	98.260	12.460	2.955	0	2.955	283	276.734	42.232	394	0	434.428
Proveitos suplementares	7.602	4.914	5.349	6.642	16.905	4.374	21.279	5.421	107	9.090	9.197	1.279	73.985	16.450	0	2.934	138.148
Subsídios à exploração	104.823	6	101	10.816	10.923	54	10.977	4.183	0	0	0	62.528	714	47.336	0	35.856	266.417
Outros prov. e ganhos operac.	1.255	0	548	109	657	77.290	77.947	94	70	0	70	4.505	37.467	8.267	6.567	606	136.778
Proveitos e ganhos financeiros	5.546	2.692	3.152	7.361	13.205	1.673	14.878	20.181	535	8.753	9.287	321	740.667	13.991	125.340	2.104	932.316
Prov. e ganhos extraordinários	72.207	21.052	19.518	15.123	55.693	10.547	66.240	17.851	1.401	7.587	8.989	6.839	433.344	46.957	15.798	14.167	682.393
Resultados operacionais																	
Antes de subsídios	-291.419	22.081	-17.995	-87.266	-83.180	107.016	23.836	-93.439	-2.804	36.991	34.187	-83.899	781.908	-400.298	18.413	-100.765	-111.476
Após subsídios	-186.596	22.087	-17.894	-76.450	-72.257	107.070	34.813	-89.257	-2.804	36.991	34.187	-21.371	782.622	-352.962	18.413	-64.909	154.941
Resultados financeiros	-47.423	-17.227	-3.814	-42.529	-63.570	-37.855	-101.425	-9.352	528	-32.543	-32.015	70	-306.635	-167.786	85.430	-11.513	-590.649
Resultados extraordinários	-21.511	17.110	7.877	-40.998	-16.011	6.679	-9.332	5.535	1.391	-5.745	-4.355	3.895	-129.763	-6.575	-62.621	7.625	-217.102
Resultados líquidos																	
Sem interesses minoritários	-255.906	7.054	-13.433	-160.242	-166.621	45.031	-121.590	-92.810	-893	-795	-1.688	-17.406	167.209	-527.520	32.021	-68.318	-886.007
Com interesses minoritários	-254.323	7.054	-13.433	-160.242	-166.621	51.278	-115.343	-90.369	-893	707	-186	-17.406	379.810	-525.343	32.021	-68.312	-659.451
Meios libertos operacionais	-112.357	115.833	28.210	-63.915	80.128	198.754	278.882	-21.085	664	49.285	49.949	-17.425	2.135.092	-201.835	34.503	-52.515	2.093.209
Meios libertos líquidos	-180.084	100.800	32.671	-147.707	-14.236	142.962	128.726	-22.198	2.575	13.000	15.576	-13.460	1.732.280	-374.216	48.111	-55.918	1.278.818
VABcf	36.679	310.775	91.531	80.085	482.391	188.528	670.919	103.255	1.296	77.211	78.507	33.863	3.731.845	300.659	76.593	16.647	5.048.967
N.º médio de trabalhadores	3.393	2.941	1.186	5.614	9.741	1.663	11.404	4.721	37	620	657	39.817	44.107	16.914	12.588	2.311	135.912
Produtividade per capita	11	106	77	14	50	113	59	22	35	125	119	1	85	18	6	7	37



## 8.7. Demonstração de Resultados das EPNF por Sectores – 2001

(Unid.: m€)

Rubricas	Com. Social	Gestão de Infraestruturas						Indústria	Requalificação Urbana			Serviços de Utilidade Pública	Transportes	Parpública	Outros	TOTAL
		Transportes				Outras	Soma		Prog. Polis	Outras	Soma					
		Aéreas	Portuárias	Ferrovárias	Soma											
Custos operacionais	483.832	339.572	136.656	255.525	731.754	2.184.542	2.916.295	250.017	4.442	179.363	183.805	12.674.394	2.140.033	113.180	460.883	19.222.438
Custo merc. vend. e mat. cons.	3.803	3.471	1.096	35.454	40.020	1.954.502	1.994.522	73.608	376	99.092	99.468	8.811.797	163.014	32.872	24.250	11.203.334
Fornecim. e serviços externos	259.928	66.624	28.201	62.925	157.750	34.924	192.674	65.950	2.193	39.625	41.817	1.209.561	834.091	22.310	146.125	2.772.457
Custos com pessoal	181.248	186.847	57.747	143.422	388.016	56.536	444.553	69.947	299	26.963	27.262	1.263.744	846.470	34.637	151.682	3.019.543
Amortiz. imob. corp. e incorp.	20.248	75.239	42.714	7.816	125.769	79.968	205.737	33.378	1.566	4.438	6.004	983.623	254.174	11.419	116.761	1.631.343
Provisões	13.222	607	723	1.928	3.258	3.301	6.559	4.791	7	9.079	9.086	203.990	10.912	876	6.172	255.608
Impostos	3.042	144	1.645	446	2.235	1.684	3.919	1.909	3	92	94	21.341	4.046	7.296	4.080	45.727
Outros custos operacionais	2.341	6.640	4.531	3.534	14.705	53.626	68.331	434	0	74	74	180.338	27.325	3.770	11.812	294.427
Custos e perdas financeiras	55.857	16.974	5.925	48.846	71.744	44.449	116.193	68.698	1	48.262	48.263	798.779	260.087	54.463	45.848	1.448.187
Custos e perdas extraordinários	5.742	4.482	9.465	33.244	47.191	1.964	49.154	16.342	9	18.006	18.015	108.134	120.928	158.706	28.012	505.033
Impostos sobre rendim. exercício	392	16.735	791	775	18.300	24.151	42.451	-210	1	119	120	246.628	1.596	13.780	19.335	324.093
Interesses minoritários	-528	0	0	0	0	-6.776	-6.776	-7.426	0	0	0	-57.363	-1.367	0	4.113	-69.345
Proveitos operacionais	268.818	369.820	117.023	186.902	673.745	2.272.034	2.945.779	209.567	1.899	243.367	245.266	13.486.675	1.811.825	132.148	400.442	19.500.519
Vendas	5.806	691	1.111	4.126	5.929	2.209.670	2.215.598	164.691	0	199.471	199.471	12.063.390	78.224	97.374	199.245	15.023.798
Prestação de serviços	122.932	354.362	109.068	99.791	563.221	35.665	598.886	16.363	19	42.032	42.051	1.125.090	1.593.027	31.474	167.615	3.697.439
Variação da produção	45.408	0	-801	-989	-1.790	-367	-2.158	17.031	1.797	-4.584	-2.786	-83.833	-6.529	701	-1.186	-33.353
Trabalhos p/ a própria empresa	375	9.606	412	66.070	76.088	21.437	97.525	6.451	0	0	0	257.124	45.737	0	11.119	418.330
Proveitos suplementares	7.544	4.998	6.866	7.683	19.547	4.374	23.922	1.621	81	6.448	6.529	79.296	27.563	2.567	6.638	155.679
Subsídios à exploração	85.810	164	123	7.018	7.305	0	7.305	3.400	0	0	0	1.925	63.609	0	16.712	178.762
Outros prov. e ganhos operac.	943	0	243	3.202	3.445	1.255	4.701	10	2	0	2	43.683	10.195	32	298	59.864
Proveitos e ganhos financeiros	1.233	3.061	3.708	3.710	10.479	2.561	13.040	15.921	351	2.955	3.306	522.302	18.957	132.737	26.466	733.962
Prov. e ganhos extraordinários	12.161	20.759	36.089	27.445	84.293	8.588	92.881	16.052	348	17.398	17.746	312.056	71.703	303.247	108.263	934.107
Resultados operacionais																
Antes de subsídios	-300.824	30.084	-19.757	-75.642	-65.314	87.492	22.178	-43.850	-2.543	64.004	61.461	810.356	-391.816	18.968	-77.154	99.319
Após subsídios	-215.014	30.248	-19.634	-68.623	-58.009	87.492	29.483	-40.450	-2.543	64.004	61.461	812.281	-328.207	18.968	-60.441	278.081
Resultados financeiros	-54.624	-13.913	-2.216	-45.136	-61.265	-41.887	-103.153	-52.777	350	-45.307	-44.957	-276.477	-241.130	78.274	-19.382	-714.226
Resultados extraordinários	6.419	16.277	26.624	-5.799	37.102	6.624	43.726	-290	339	-608	-269	203.922	-49.225	144.541	80.251	429.075
Resultados líquidos																
Sem interesses minoritários	-263.612	15.877	3.984	-120.333	-100.472	28.078	-72.395	-93.307	-1.855	17.970	16.115	493.098	-620.158	228.003	-18.907	-331.163
Com interesses minoritários	-263.084	15.877	3.984	-120.333	-100.472	34.853	-65.619	-85.882	-1.855	17.970	16.115	550.461	-618.792	228.003	-23.020	-261.818
Meios libertos operacionais	-181.544	106.093	23.804	-58.879	71.018	170.761	241.779	-2.282	-971	77.522	76.551	1.999.894	-63.121	31.263	62.492	2.165.031
Meios libertos líquidos	-229.614	91.723	47.421	-110.589	28.555	118.122	146.677	-47.713	-283	31.487	31.204	1.738.074	-353.706	240.298	99.913	1.625.133
VABcf	1.102	299.581	85.839	84.876	470.295	279.668	749.962	68.090	-674	104.559	103.885	3.400.294	800.479	69.638	225.688	5.419.137
N.º médio de trabalhadores	3.673	2.980	1.309	6.182	10.471	1.710	12.181	5.006	62	537	599	37.333	24.736	5	2.316	85.849
Produtividade per capita	0	101	66	14	45	164	62	14	-11	195	173	91	32	13.928	97	63



## 8.8. Demonstração de Resultados das EPF – Grupo CGD – 2001-2003

(Unid.: m€)						
Rubricas	Actividade Individual			Actividade Consolidada		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003
<b>Margem financeira</b>	<b>1.255.743</b>	<b>1.262.404</b>	<b>1.086.842</b>	<b>1.506.384</b>	<b>1.416.060</b>	<b>1.233.146</b>
Juros e proveitos equiparados (+)	3.552.295	2.837.542	2.471.797	4.142.531	3096911	2702468
Juros e custos equiparados (-)	2.296.552	1.575.138	1.384.955	2.636.146	1680851	1469322
<b>Margem Complementar</b>	<b>362.342</b>	<b>452.779</b>	<b>498.282</b>	<b>443.780</b>	<b>533.420</b>	<b>553.506</b>
Rendimento de títulos (+)	53.788	74.387	88.600	57.522	75.648	63.213
Comissões (proveitos) (+)	229.055	278.177	298.525	321.735	358.594	384.159
Comissões (custos) (-)	41.728	49.953	48.855	50.565	57.142	56.880
Lucros em oper. financeiras (+)	3.514.372	4.260.975	5.884.807	4.200.838	4.340.055	5.949.036
Prejuízos em oper. financeiras (-)	3.519.466	4.201.269	5.858.234	4.192.379	4.268.144	5.918.007
Outros proveitos de exploração (+)	135.683	130.005	142.242	139.538	127.809	148.435
Outros custos de exploração (-)	9.362	39.543	8.803	32.909	43.400	16.450
<b>Produto bancário</b>	<b>1.618.085</b>	<b>1.715.183</b>	<b>1.585.124</b>	<b>1.950.164</b>	<b>1.949.480</b>	<b>1.786.652</b>
Custos com pessoal (-)	388.619	464.780	470.593	517.481	563.618	582.768
Outros gastos administrativos (-)	283.560	329.431	341.261	331.738	375.188	376.063
Outros impostos (-)	12.806	15.980	16.346	15.611	18.223	19.131
<b>Meios libertos de exploração</b>	<b>933.100</b>	<b>904.992</b>	<b>756.924</b>	<b>1.085.334</b>	<b>992.451</b>	<b>808.690</b>
Amortizações do exercício (-)	78.364	79.223	79.462	96.732	94.777	96.077
Prov. créd. venc. out.risc. (-)	614.274	851.637	551.983	699.981	892.417	604.551
Provisões p/ imob. financ. (-)	47.071	1.465	23.651	1.848	7.568	18.042
Repos./anulações de provisões (+)	409.537	659.684	408.394	452.877	649.801	437.547
<b>Resultado de exploração</b>	<b>602.929</b>	<b>632.351</b>	<b>510.222</b>	<b>739.650</b>	<b>647.490</b>	<b>527.567</b>
Ganhos extraordinários (+)	99.479	211.046	320.256	88.712	157.951	312.805
Perdas extraordinárias (-)	58.457	84.847	133.098	71.832	64.725	135.484
Result. excluid. consolidação (+)				32.364	40.166	112.581
Impostos s/ lucros (-)	116.916	107.161	137.171	133.356	116.024	148.373
Interesses minoritários (-)				1.749	-277	1.844
<b>Resultado do exercício</b>	<b>527.034</b>	<b>651.389</b>	<b>560.209</b>	<b>653.788</b>	<b>665.135</b>	<b>667.252</b>
<b>Meios libertos do exercício</b>	<b>974.122</b>	<b>1.031.191</b>	<b>944.082</b>	<b>1.132.829</b>	<b>1.126.120</b>	<b>1.096.748</b>
<b>VABcf</b>	<b>1.334.525</b>	<b>1.385.752</b>	<b>1.243.863</b>	<b>1.618.426</b>	<b>1.574.292</b>	<b>1.410.589</b>
<b>Efectivos totais</b>	<b>11.480</b>	<b>11.330</b>	<b>11.054</b>	<b>17.394</b>	<b>17.808</b>	<b>18.481</b>
Produtividade <i>per capita</i>	116	122	113	93	88	76

## 8.9. Demonstração de Resultados das EPF – Grupo CGD – 2004-2005

(Unid.: m€)					
Rubricas		Actividade Individual		Actividade Consolidada	
		2004	2005	2004	2005
<b>Margem financeira alargada</b>		<b>1.095.450</b>	<b>1.087.713</b>	<b>1.417.882</b>	<b>1.454.462</b>
Juros e proveitos equiparados	(+)	2.396.314	2.946.525	2.837.103	3.277.889
Juros e custos equiparados	(-)	1.300.864	1.858.812	1.491.467	1.912.460
Rendimentos de instrumentos de capital	(+)			72.246	89.033
<b>Margem complementar</b>		<b>444.297</b>	<b>685.025</b>	<b>339.860</b>	<b>658.285</b>
Rendimento de instrumentos e capital	(+)	73.084	80.306		
Rendimento de serviços e comissões	(+)	328.857	308.545	374.747	392.990
Encargos com serviços e comissões	(-)	58.307	56.571	74.910	73.550
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(+)	-56.270	-2.566		
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	(+)	15.140	20.736		
Resultados de reavaliação cambial	(+)	10.067	46.518		
Resultados de alienação de outroso activos	(+)	6.126	175.018		
(Resultado em operações financeiras	(+)			-40.811	297.218
Outros resultados de exploração	(+)	125.600	113.039	80.834	41.627
<b>Produto da actividade bancária / financeira</b>		<b>1.539.747</b>	<b>1.772.738</b>	<b>1.757.742</b>	<b>2.112.747</b>
<b>Margem técnica da actividade de seguros</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>372.626</b>	<b>512.648</b>
Prémios, líquidos de resseguro	(+)			1.735.598	2.376.226
Resultados em investimentos afectos a contratos de seguros	(+)			199.134	245.952
Custos com sinistros, líquido de resseguro	(-)			1.482.189	1.955.489
Comissões e outros proveitos e custos associados à actividade de seguros	(+)			-79.917	-154.041
<b>Produto da actividade bancária e seguradora</b>		<b>1.539.747</b>	<b>1.772.738</b>	<b>2.130.368</b>	<b>2.625.395</b>
Custos com Pessoal	(-)	694.850	544.363	924.201	859.140
Outros gastos administrativos	(-)	391.682	403.829	583.959	643.557
Depreciações e amortizações	(-)	70.702	72.047	112.445	125.102
Provisões líquidas de reposições e anulações	(-)	73.145	62.768	55.923	64.026
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(-)	222.699	291.975		
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(+)			-225.633	-252.419
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(+)	32.965	-5.135		
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	(+)	7.437	-15.608	20.892	-32.422
Resultados em empresas associadas	(+)			20.048	25.049
<b>Resultado antes de impostos e interesses minoritários</b>		<b>127.071</b>	<b>377.013</b>	<b>269.147</b>	<b>673.778</b>
Impostos s/ lucros	(-)	4.610	26.243	41.160	118.995
Interesses minoritários	(-)			5.078	17.116
<b>Resultado do exercício</b>		<b>122.461</b>	<b>350.770</b>	<b>222.909</b>	<b>537.667</b>
<b>Meios libertos do exercício</b>		<b>225.906</b>	<b>506.328</b>	<b>370.385</b>	<b>759.217</b>
<b>VABcf</b>		<b>1.148.065</b>	<b>1.368.909</b>	<b>1.546.409</b>	<b>1.981.838</b>
<b>Efectivos totais</b>		<b>10.912</b>	<b>10.832</b>	<b>19.065</b>	<b>20.778</b>
<i>Produtividade per capita</i>		105	126	81	95

## 8.10. Demonstração de Resultados do Capital de Risco – 2002-2005

(Unid.: m€)

Rubricas	2002			2003			2004			2005		
	Gestoras	Fundos	TOTAL	Gestoras	Fundos	TOTAL	Gestoras	Fundos	TOTAL	Gestoras	Fundos	TOTAL
<b>Margem financeira</b>	<b>1.208</b>	<b>3.188</b>	<b>4.396</b>	<b>1.112</b>	<b>3.103</b>	<b>4.214</b>	<b>1.051</b>	<b>2.825</b>	<b>3.876</b>	<b>1.110</b>	<b>2.602</b>	<b>3.712</b>
Juros e proveitos equiparados (+)	1.211	3.189	4.401	1.115	3.104	4.219	1.056	2.827	3.883	1.111	2.607	3.718
Juros e custos equiparados (-)	3	1	5	3	1	4	4	2	6	0	5	5
<b>Margem Complementar</b>	<b>2.828</b>	<b>-4.217</b>	<b>-1.389</b>	<b>3.963</b>	<b>-3.823</b>	<b>140</b>	<b>4.553</b>	<b>-7.368</b>	<b>-2.815</b>	<b>4.701</b>	<b>657</b>	<b>5.358</b>
Rendimento de títulos (+)	12	81	93	122	232	354	128	164	292	55	3.094	3.149
Comissões (proveitos) (+)	2.170	0	2.170	3.249	0	3.249	4.030	0	4.030	4.143	0	4.143
Comissões (custos) (-)	41	4.319	4.360	15	4.070	4.085	6	3.561	3.567	3	3.282	3.285
Lucros em oper. financeiras (+)	0	0	0	0	0	0	0	2.989	2.989	0	3.904	3.904
Prejuízos em oper. financeiras (-)	0	0	0	0	0	0	0	6.947	6.947	0	3.036	3.036
Outros proveitos de exploração (+)	716	21	737	630	15	646	440	6	446	547	25	572
Outros custos de exploração (-)	29	0	29	23	1	23	38	19	57	41	48	89
<b>Produto bancário</b>	<b>4.036</b>	<b>-1.029</b>	<b>3.007</b>	<b>5.075</b>	<b>-721</b>	<b>4.355</b>	<b>5.604</b>	<b>-4.543</b>	<b>1.061</b>	<b>5.812</b>	<b>3.259</b>	<b>9.071</b>
Custos com pessoal (-)	1.953	0	1.953	2.051	0	2.051	2.189	0	2.189	2.223	0	2.223
Outros gastos administrativos (-)	825	59	884	777	58	835	876	87	963	1.384	92	1.476
Outros impostos (-)	58	817	875	58	172	230	59	106	165	115	63	178
<b>Meios libertos de exploração</b>	<b>1.199</b>	<b>-1.905</b>	<b>-705</b>	<b>2.190</b>	<b>-230</b>	<b>1.960</b>	<b>2.479</b>	<b>-4.736</b>	<b>-2.257</b>	<b>2.089</b>	<b>3.104</b>	<b>5.193</b>
Amortizações do exercício (-)	232	0	232	229	0	229	270	0	270	259	0	259
Prov. créd. venc. out.risc. (-)	864	795	1.660	516	654	1.170	957	292	1.249	368	359	727
Provisões p/ imob. financ. (-)	1.697	7.237	8.934	1.462	6.131	7.593	899	2.966	3.865	276	897	1.173
Repos./anulações de provisões (+)	519	0	519	959	336	1.295	1.371	1.376	2.747	817	353	1.170
<b>Resultado de exploração</b>	<b>-1.074</b>	<b>-9.937</b>	<b>-11.012</b>	<b>942</b>	<b>-6.679</b>	<b>-5.737</b>	<b>1.724</b>	<b>-6.618</b>	<b>-4.894</b>	<b>2.003</b>	<b>2.201</b>	<b>4.204</b>
Ganhos extraordinários (+)	508	12.003	12.510	325	4.339	4.664	1.320	1.634	2.954	775	1.319	2.094
Perdas extraordinárias (-)	70	142	212	23	58	81	46	786	832	177	246	423
Result. excluid. consolidação (+)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Impostos s/ lucros (-)	14	0	14	13	0	13	143	0	143	325	0	325
Interesses minoritários (-)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Resultado do exercício</b>	<b>-651</b>	<b>1.923</b>	<b>1.272</b>	<b>1.231</b>	<b>-2.398</b>	<b>-1.168</b>	<b>2.854</b>	<b>-5.770</b>	<b>-2.916</b>	<b>2.276</b>	<b>3.274</b>	<b>5.550</b>
<b>Meios libertos do exercício</b>	<b>1.637</b>	<b>9.956</b>	<b>11.593</b>	<b>2.492</b>	<b>4.051</b>	<b>6.543</b>	<b>3.753</b>	<b>-3.888</b>	<b>-135</b>	<b>2.687</b>	<b>4.177</b>	<b>6.864</b>
<b>VABcf</b>	<b>3.211</b>	<b>-1.088</b>	<b>2.123</b>	<b>4.298</b>	<b>-778</b>	<b>3.520</b>	<b>4.728</b>	<b>-4.630</b>	<b>98</b>	<b>4.427</b>	<b>3.167</b>	<b>7.594</b>
<b>Efectivos totais</b>	<b>30</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>31</b>	<b>37</b>	<b>0</b>	<b>37</b>	<b>36</b>	<b>0</b>	<b>36</b>
Produtividade <i>per capita</i>	107	-	71	139	-	114	128	-	3	123	-	211

## 8.11. Balanço das EPNF – 2001-2005

(Unid: m€)

Rubricas	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Imobilizado</b>	<b>37.956.410</b>	<b>39.359.030</b>	<b>42.823.785</b>	<b>29.720.626</b>	<b>40.865.502</b>
Incorpóreo	1.799.940	2.583.156	2.705.378	1.138.180	1.294.304
Corpóreo	30.457.975	32.369.789	35.515.868	25.489.433	36.117.750
Investimento financeiro	5.698.495	4.406.085	4.602.539	3.093.013	3.453.448
<b>Circulante</b>	<b>9.561.166</b>	<b>10.948.425</b>	<b>11.205.672</b>	<b>8.810.149</b>	<b>10.166.314</b>
Existências	1.393.023	1.540.134	1.704.723	1.530.987	1.627.881
Dívidas de terceiros - m/l prazo	472.493	1.491.781	1.548.312	1.205.274	1.070.027
Dívidas de terceiros - c/ prazo	6.233.538	6.406.715	5.529.533	3.858.049	4.256.088
Tít. neg., dep. bancários e caixa	1.462.113	1.509.795	2.423.104	2.215.839	3.212.318
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>3.189.751</b>	<b>3.984.218</b>	<b>3.511.072</b>	<b>2.587.683</b>	<b>2.502.803</b>
<b>Activo líquido</b>	<b>50.707.326</b>	<b>54.291.672</b>	<b>57.540.529</b>	<b>41.118.459</b>	<b>53.534.619</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>15.865.811</b>	<b>15.159.268</b>	<b>14.650.253</b>	<b>9.481.907</b>	<b>19.042.290</b>
Capital	13.070.310	13.489.993	13.039.959	10.141.847	10.318.222
Ações próprias	-32.216	-43.495	-21.432	0	0
Prémios de emissão	375.118	150.301	128.021	163.074	159.499
Prestações suplementares	26.444	20.624	141.831	141.831	9.719.291
Diferenças de consolidação	-302.648	-1.005.450	105.933	67.990	88.320
Ajust. partes de capital	-8.738	46.253	-1.811.930	-209.943	-25.873
Reservas	7.755.386	7.802.239	7.287.340	7.220.454	6.843.866
Resultados transitados	-4.756.026	-4.641.742	-4.133.741	-7.710.453	-8.025.030
Result. líquido do exercício	-261.818	-659.455	-61.726	-332.893	-36.006
Dividendos antecipados	0	0	-24.000	0	0
<b>Interesses minoritários</b>	<b>476.787</b>	<b>269.661</b>	<b>438.710</b>	<b>159.102</b>	<b>176.365</b>
<b>Passivo</b>	<b>34.364.728</b>	<b>38.862.743</b>	<b>42.451.566</b>	<b>31.477.450</b>	<b>34.315.964</b>
Provisões p/ riscos e encargos	2.424.495	2.060.496	2.216.776	1.119.960	1.064.856
<b>Dívidas a terceiros - m/l prazo</b>	<b>13.276.300</b>	<b>16.239.748</b>	<b>19.363.845</b>	<b>15.024.963</b>	<b>17.109.692</b>
Empréstimos obrigacionistas	3.308.173	4.656.064	5.227.160	2.629.832	821.621
Empréstimos bancários	8.012.083	10.008.155	11.588.803	10.115.520	12.011.176
Outras	1.956.045	1.575.529	2.547.882	2.279.611	4.276.895
<b>Dívidas a terceiros - c/ prazo</b>	<b>11.075.529</b>	<b>11.533.380</b>	<b>12.161.097</b>	<b>9.535.268</b>	<b>9.679.624</b>
Empréstimos obrigacionistas	334.401	100.525	367.829	251.316	31.031
Empréstimos bancários	5.713.531	5.725.373	4.927.074	4.040.469	3.925.413
Outras	5.027.598	5.707.482	6.866.194	5.243.483	5.723.180
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	<b>7.588.403</b>	<b>9.029.119</b>	<b>8.709.848</b>	<b>5.797.259</b>	<b>6.461.792</b>
<b>Total do Capital próprio, Passivo e Int. minoritários</b>	<b>50.707.326</b>	<b>54.291.672</b>	<b>57.540.529</b>	<b>41.118.459</b>	<b>53.534.619</b>
<b>Indicadores</b>					
Autonomia Financeira	31,3%	27,9%	25,5%	23,1%	35,6%
Solvabilidade	46,2%	39,0%	34,5%	30,1%	55,5%
Activo Fixo/Activo Total	80,5%	81,0%	81,1%	78,6%	81,1%
Cap.Permanentes/Activo Fixo	84,0%	84,9%	87,9%	89,7%	94,6%
Passivo MLP/Capitais Próprios	83,7%	107,1%	132,2%	158,5%	89,9%
Passivo Total/Activo Total	67,8%	71,6%	73,8%	76,6%	64,1%

## 8.12. Balanço das EPNF por Sectores – 2005

(Unid: m€)

Rubricas	Com. Social	Gestão de Infraestruturas							Indústria	Requalificação Urbana			Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	Parapública	Outros	TOTAL
		Transportes					Outras	Soma		Prog. Polis	Outras	Soma						
		Aéreas	Portuárias	Ferrovíarias	Rodoviárias	Soma												
Imobilizado	234.517	1.159.388	1.369.425	6.350.489	9.592.901	18.472.203	3.255.117	21.727.320	393.937	279.112	136.622	415.734	627.442	7.305.626	6.277.029	3.564.547	319.349	40.865.502
Incorpóreo	128.379	23.542	4.478	59.971	0	87.991	10.137	98.128	3.410	65.644	0	65.644	25.891	659.992	222.583	87.522	2.755	1.294.304
Corpóreo	102.189	1.088.065	1.354.098	6.233.487	9.592.901	18.268.551	2.818.672	21.087.223	357.363	209.436	132.859	342.295	600.433	6.355.482	6.028.373	1.036.774	207.618	36.117.750
Investimento financeiro	3.949	47.781	10.849	57.031	0	115.661	426.309	541.969	33.164	4.032	3.763	7.795	1.118	290.152	26.072	2.440.251	108.976	3.453.448
Circulante	136.479	282.858	85.915	203.379	15.850	588.001	517.829	1.105.831	95.685	95.120	377.518	472.638	1.228.699	3.393.418	336.316	3.074.624	322.625	10.166.314
Existências	68.312	1.858	933	44.302	0	47.094	138.864	185.958	8.121	63	48.881	48.944	67.966	784.586	16.124	265.248	182.622	1.627.881
Dívidas de terceiros - m/l prazo	153	115	0	0	0	115	155	270	21.248	0	7.468	7.468	25.208	20.497	3.828	989.553	1.802	1.070.027
Dívidas de terceiros - c/ prazo	65.404	141.711	36.486	140.708	15.283	334.188	353.294	687.482	23.670	41.640	271.437	313.077	608.823	1.939.263	303.782	287.249	27.339	4.256.088
Tít. neg., dep. bancários e caixa	2.611	139.174	48.496	18.368	567	206.605	25.516	232.121	42.645	53.417	49.732	103.149	526.702	649.072	12.582	1.532.574	110.863	3.212.318
Acréscimos e diferimentos	41.791	129.638	25.678	10.297	57.275	222.887	649.765	872.652	17.363	96.640	28	96.668	205.574	805.070	414.870	41.791	7.023	2.502.803
Activo líquido	412.788	1.571.884	1.481.017	6.564.164	9.666.026	19.283.091	4.422.711	23.705.802	506.985	470.872	514.168	985.040	2.061.715	11.504.115	7.028.215	6.680.962	648.997	53.534.619
Capital próprio	-750.930	375.393	673.572	2.443.165	9.294.640	12.786.770	1.223.039	14.009.809	142.980	240.747	-126.092	114.655	1.035.094	2.791.935	-1.479.760	2.935.656	242.851	19.042.290
Capital	650.349	183.250	232.000	307.700	200.000	922.950	865.545	1.788.495	181.875	173.009	66.051	239.060	954.940	1.351.076	2.901.323	2.000.000	251.104	10.318.222
Acções próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios de emissão	1.753	0	0	0	0	0	0	0	16.476	0	0	0	0	82.006	0	0	59.265	159.499
Prestações suplementares	122.682	0	0	0	9.052.127	9.052.127	0	9.052.127	0	73.131	0	73.131	27.610	0	443.724	0	16	9.719.291
Diferenças de consolidação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	88.307	0	0	13	88.320
Ajust. partes de capital	-29	8.670	0	-41	0	8.630	152	8.782	-25.618	0	0	0	0	-19.133	4.158	9.503	-3.536	-25.873
Reservas	12.830	188.671	555.239	3.256.622	51.140	4.051.672	233.367	4.285.039	17.202	28	626	654	441.312	223.932	1.162.001	692.789	8.108	6.843.866
Resultados transitados	-1.508.441	-23.435	-127.152	-960.725	-4.294	-1.115.606	21.089	-1.094.517	-35.755	-3.549	-202.927	-206.476	-297.244	592.999	-5.472.728	68.653	-71.520	-8.025.030
Result. líquido do exercício	-30.074	18.236	13.486	-160.391	-4.334	-133.003	102.886	-30.117	-11.199	-1.872	10.158	8.286	-91.525	472.747	-518.238	164.711	-597	-36.006
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	-718	-718	522	0	-11.671	-11.671	0	161.118	0	25.016	2.098	176.365
Passivo	1.163.718	1.196.491	807.445	4.120.999	371.386	6.496.321	3.200.391	9.696.712	363.483	230.125	651.931	882.056	1.026.621	8.551.062	8.507.974	3.720.290	404.048	34.315.964
Provisões p/ riscos e encargos	64.933	72.533	134.205	28.546	14.341	249.624	55.596	305.220	16.981	0	2.239	2.239	15.394	344.747	260.498	52.803	2.040	1.064.856
Dívidas a terceiros - m/l prazo	904.552	600.491	128.838	2.891.892	0	3.621.220	1.124.222	4.745.442	27.569	2.184	328.587	330.771	2.162	1.802.979	6.073.674	3.009.096	213.446	17.109.692
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	0	300.000	300.000	0	0	0	0	0	0	521.621	0	0	821.621
Empréstimos bancários	901.904	309.428	115.803	2.891.872	0	3.317.103	819.774	4.136.877	6.784	0	326.149	326.149	0	550.162	3.445.914	2.450.600	192.786	12.011.176
Outras	2.648	291.062	13.035	20	0	304.117	4.448	308.565	20.785	2.184	2.438	4.622	2.162	1.252.817	2.106.139	558.496	20.660	4.276.895
Dívidas a terceiros - c/ prazo	101.505	126.114	61.424	1.098.915	237.372	1.523.825	1.124.500	2.648.324	75.258	91.778	321.105	412.883	715.441	3.512.457	1.542.581	578.473	92.703	9.679.624
Empréstimos obrigacionistas	0	0	8.531	0	0	8.531	0	8.531	0	0	0	0	0	0	22.500	0	0	31.031
Empréstimos bancários	8.082	258	27.815	838.442	50.475	916.989	821.630	1.738.619	39.176	34.391	242.835	277.226	6.800	716.269	1.104.003	19.054	16.183	3.925.413
Outras	93.423	125.856	25.078	260.473	186.897	598.304	302.870	901.174	36.081	57.387	78.270	135.657	708.641	2.796.187	416.077	559.419	76.519	5.723.180
Acréscimos e diferimentos	92.727	397.354	482.978	101.646	119.674	1.101.652	896.073	1.997.725	243.675	136.163	0	136.163	293.624	2.890.879	631.222	79.918	95.859	6.461.792
Total do Capital próprio, Passivo e Int. minoritários	412.788	1.571.884	1.481.017	6.564.164	9.666.026	19.283.091	4.422.711	23.705.802	506.985	470.872	514.168	985.040	2.061.715	11.504.115	7.028.215	6.680.962	648.997	53.534.619

## 8.13. Balanço das EPNF por Sectores – 2004

(Unid: m€)

Rubricas	Com. Social	Gestão de Infraestruturas					Requalificação Urbana					Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	Parpública	Outros	TOTAL
		Transportes				Outras	Soma	Indústria	Prog. Polis	Outras	Soma						
		Aéreas	Portuárias	Ferroví-rias	Soma												
Imobilizado	264.424	1.125.837	1.391.653	5.873.032	8.390.521	3.041.323	11.431.844	360.430	193.510	302.292	495.802	622.037	6.889.003	5.890.781	3.336.720	429.586	29.720.626
Incorpóreo	126.093	21.848	3.643	43.049	68.540	9.274	77.813	5.146	42.659	13.066	55.726	1.601	571.592	209.817	85.611	4.782	1.138.180
Corpóreo	134.381	1.044.229	1.377.397	5.831.101	8.252.727	2.609.107	10.861.835	336.753	148.918	283.280	432.198	620.383	5.995.546	5.647.267	1.159.061	302.011	25.489.433
Investimento financeiro	3.950	59.760	10.613	-1.118	69.254	422.943	492.196	18.531	1.932	5.946	7.878	54	321.865	33.697	2.092.048	122.794	3.093.013
Circulante	187.085	277.081	88.907	184.070	550.058	534.950	1.085.008	207.059	98.255	464.265	562.519	1.191.437	2.991.941	332.086	1.953.353	299.659	8.810.149
Existências	55.979	2.095	792	27.518	30.405	122.996	153.400	50.881	24.063	52.856	76.919	67.265	694.374	16.469	227.888	187.812	1.530.987
Dívidas de terceiros - m/l prazo	209	29.750	0	0	29.750	270	30.020	32.313	0	0	0	34.711	44.973	33.975	1.026.479	2.594	1.205.274
Dívidas de terceiros - c/ prazo	129.998	115.960	40.686	136.354	293.000	316.859	609.859	81.674	37.170	340.482	377.652	501.593	1.540.820	240.395	329.654	46.404	3.858.049
Tít. neg., dep. bancários e caixa	900	129.276	47.429	20.198	196.903	94.826	291.730	42.191	37.021	70.927	107.948	587.868	711.775	41.246	369.332	62.849	2.215.839
Acréscimos e diferimentos	42.730	120.474	16.451	26.208	163.133	490.301	653.433	111.918	90.708	7.185	97.892	456.141	735.794	425.256	50.326	14.192	2.587.683
Activo líquido	494.240	1.523.391	1.497.011	6.083.310	9.103.712	4.066.574	13.170.286	679.408	382.473	773.741	1.156.214	2.269.616	10.616.739	6.648.122	5.340.399	743.437	41.118.459
Capital próprio	-771.340	363.346	640.817	2.424.687	3.428.851	1.138.199	4.567.050	174.962	183.926	28.102	212.028	1.090.407	2.488.833	-1.092.957	2.591.089	221.836	9.481.907
Capital	594.649	183.250	232.000	307.700	722.950	835.545	1.558.495	243.631	188.755	66.051	254.806	944.940	1.351.076	2.901.323	2.000.000	292.927	10.141.847
Acções próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prémios de emissão	1.753	0	0	0	0	0	0	16.476	0	0	0	0	82.005	0	0	62.841	163.074
Prestações suplementares	122.682	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	179	0	18.970	141.831
Diferenças de consolidação	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	0	0	67.964	0	0	13	67.990
Ajust. partes de capital	-3.111	8.377	0	-106	8.271	44	8.314	-24.920	0	1.108	1.108	0	-40.575	3.423	-150.183	-4.000	-209.943
Reservas	20.911	194.249	596.430	3.100.869	3.891.548	219.217	4.110.765	94.857	352	49.856	50.208	447.391	216.836	1.471.754	799.551	8.181	7.220.454
Resultados transitados	-1.504.352	-24.358	-200.605	-802.568	-1.027.530	21.504	-1.006.026	-130.194	-3.477	-91.766	-95.243	-217.266	415.434	-4.923.888	-114.981	-133.938	-7.710.453
Result. líquido do exercício	-3.873	1.827	12.992	-181.208	-166.388	61.889	-104.499	-24.902	-1.705	2.853	1.148	-84.658	396.093	-545.748	56.702	-23.157	-332.893
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Interesses minoritários	0	0	0	84	84	-7.950	-7.866	2.044	0	-10.602	-10.602	0	148.009	0	25.390	2.128	159.102
Passivo	1.265.580	1.160.045	856.193	3.658.538	5.674.777	2.936.325	8.611.102	502.402	198.547	756.240	954.787	1.179.209	7.979.897	7.741.080	2.723.920	519.473	31.477.450
Provisões p/ riscos e encargos	85.501	62.502	156.278	33.447	252.226	62.905	315.131	37.256	0	18.287	18.287	16.244	344.681	257.732	40.123	5.006	1.119.960
Dívidas a terceiros - m/l prazo	944.520	583.855	147.620	2.319.151	3.050.625	1.105.996	4.156.621	31.862	2	336.680	336.682	2.460	1.596.836	5.689.375	1.951.419	315.188	15.024.963
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	300.000	300.000	0	0	197.499	197.499	0	309.760	544.121	1.278.452	0	2.629.832
Empréstimos bancários	936.944	523.438	133.988	2.315.446	2.972.872	796.567	3.769.439	31.754	0	137.581	137.581	1.286	1.179.999	3.763.437	0	295.080	10.115.520
Outras	7.576	60.416	13.632	3.705	77.753	9.429	87.182	108	2	1.600	1.602	1.174	107.077	1.381.817	672.967	20.108	2.279.611
Dívidas a terceiros - c/ prazo	159.725	133.668	72.828	1.234.788	1.441.284	1.001.748	2.443.032	251.625	112.210	309.655	421.865	891.245	3.456.868	1.187.979	641.961	80.967	9.535.268
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	98.772	98.772	0	0	9.976	142.568	0	251.316
Empréstimos bancários	94.252	9.949	40.955	988.663	1.039.566	699.207	1.738.773	68.411	26.434	178.544	204.978	4.709	1.144.166	755.848	0	29.332	4.040.469
Outras	65.474	123.720	31.874	246.125	401.718	302.541	704.260	183.214	85.776	32.340	118.116	886.536	2.312.702	422.155	499.393	51.635	5.243.483
Acréscimos e diferimentos	75.834	380.021	479.467	71.153	930.641	765.676	1.696.318	181.659	86.335	91.618	177.954	269.260	2.581.512	605.993	90.417	118.312	5.797.259
Total do Capital próprio, Passivo e Int. minoritários	494.240	1.523.391	1.497.011	6.083.310	9.103.712	4.066.574	13.170.286	679.408	382.473	773.741	1.156.213	2.269.616	10.616.739	6.648.122	5.340.399	743.437	41.118.459

## 8.14. Balanço das EPNF por Sectores – 2003

(Unid: m€)

Rubricas	Com. Social	Gestão de Infraestruturas						Requalificação Urbana				Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	Parpública	Outros	TOTAL
		Transportes				Outras	Soma	Indústria	Prog. Polis	Outras	Soma						
		Aéreas	Portuárias	Ferrovias	Soma												
Imobilizado	148.838	1.033.079	1.385.408	5.377.018	7.795.505	2.851.996	10.647.501	459.103	94.008	355.770	449.778	575.608	21.729.999	5.433.197	3.021.488	358.274	42.823.785
Incorpóreo	966	18.845	3.726	23.478	46.049	6.963	53.012	7.672	29.960	12.743	42.703	1.447	2.403.134	180.904	10.461	5.079	2.705.378
Corpóreo	143.478	973.699	1.370.902	5.341.532	7.686.133	2.422.003	10.108.136	421.280	62.306	172.390	234.696	574.107	17.382.555	5.227.917	1.172.085	251.614	35.515.868
Investimento financeiro	4.394	40.535	10.779	12.008	63.323	423.030	486.353	30.151	1.742	170.638	172.379	54	1.944.309	24.375	1.838.942	101.582	4.602.539
Circulante	304.602	185.017	76.189	280.091	541.297	618.828	1.160.126	231.576	124.603	456.667	581.270	1.251.305	5.083.419	494.000	1.989.163	110.212	11.205.672
Existências	178.225	2.130	864	32.462	35.457	107.352	142.808	70.244	23.227	58.113	81.340	63.182	894.590	31.240	242.957	135	1.704.723
Dívidas de terceiros - m/l prazo	2.487	0	0	0	0	155	155	22.983	5.896	0	5.896	7.502	477.978	6.549	1.022.201	2.560	1.548.312
Dívidas de terceiros - c/ prazo	117.331	80.333	39.887	234.283	354.504	332.799	687.302	117.472	82.351	336.956	419.307	404.265	2.846.313	335.728	563.344	38.472	5.529.533
Tít. neg., dep. bancários e caixa	6.559	102.554	35.437	13.346	151.337	178.522	329.859	20.876	13.129	61.598	74.727	776.356	864.539	120.483	160.661	69.045	2.423.104
Acréscimos e diferimentos	37.761	107.638	30.101	58.580	196.320	277.468	473.788	151.630	66.397	10.395	76.793	309.988	1.980.666	391.967	62.938	25.542	3.511.072
Activo líquido	491.200	1.325.735	1.491.698	5.715.689	8.533.122	3.748.292	12.281.414	842.308	285.009	822.832	1.107.841	2.136.901	28.794.083	6.319.164	5.073.589	494.029	57.540.529
Capital próprio	-985.503	349.714	652.850	2.579.388	3.581.952	1.131.515	4.713.467	122.436	184.672	26.123	210.795	1.102.864	7.443.276	-663.716	2.711.509	-4.874	14.650.253
Capital	377.820	180.750	232.000	307.700	720.450	858.839	1.579.289	359.295	188.755	66.051	254.806	897.840	4.351.076	2.901.323	2.000.000	318.510	13.039.959
Ações próprias	0	0	0	0	0	0	0	-1	0	0	0	0	-21.431	0	0	0	-21.432
Prémios de emissão	1.753	0	0	0	0	0	0	10.112	0	0	0	0	54.417	0	0	61.738	128.021
Prestações suplementares	122.682	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	179	0	18.970	141.831
Diferenças de consolidação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	88.307	398	17.301	-74	105.933
Ajust. partes de capital	-29	8.328	0	-230	8.098	-340	7.758	-77	0	1.108	1.108	0	-1.767.882	427	-36.406	-16.829	-1.811.930
Reservas	22.452	186.600	596.048	3.005.503	3.788.151	200.257	3.988.408	86.628	37	48.610	48.647	445.153	627.158	1.366.472	684.513	17.909	7.287.340
Resultados transitados	-1.472.101	-35.505	-169.424	-608.930	-813.859	-14.787	-828.646	-398.492	-2.213	-84.072	-86.284	-114.273	3.454.699	-4.358.390	-2.166	-328.088	-4.133.741
Result. líquido do exercício	-38.079	9.541	-5.774	-124.655	-120.889	87.546	-33.343	64.971	-1.908	-5.574	-7.482	-125.856	656.931	-574.126	72.267	-77.010	-61.726
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-24.000	0	-24.000
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	-4.144	-4.144	91.730	0	-9.584	-9.584	0	364.974	-11.322	5.219	1.837	438.710
Passivo	1.476.703	976.021	838.848	3.136.301	4.951.170	2.620.921	7.572.091	628.143	100.337	806.293	906.630	1.034.037	20.985.833	6.994.203	2.356.861	497.065	42.451.566
Provisões p/ riscos e encargos	112.197	46.303	136.471	23.154	205.928	39.753	245.681	51.925	0	18.004	18.004	10.527	1.502.528	88.163	144.719	43.033	2.216.776
Dívidas a terceiros - m/l prazo	984.215	433.775	151.160	2.205.010	2.789.945	813.469	3.603.414	69.932	1.722	497.259	498.981	0	8.267.648	4.973.943	903.665	62.047	19.363.845
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	300.000	300.000	0	0	296.270	296.270	0	3.834.092	554.097	231.729	10.971	5.227.160
Empréstimos bancários	974.219	433.775	132.970	2.202.875	2.769.621	501.192	3.270.813	40.794	0	198.589	198.589	0	3.698.796	3.308.945	85.813	10.835	11.588.803
Outras	9.996	0	18.190	2.135	20.325	12.276	32.601	29.138	1.722	2.400	4.122	0	734.760	1.110.901	586.123	40.240	2.547.882
Dívidas a terceiros - c/ prazo	317.839	81.407	87.454	841.859	1.010.721	1.115.060	2.125.781	323.605	56.513	199.183	255.696	809.382	6.025.096	1.186.824	994.740	122.135	12.161.097
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	205.360	7.482	150.000	4.987	367.829
Empréstimos bancários	74.288	19.029	53.624	465.250	537.903	677.848	1.215.751	48.374	7.743	157.339	165.083	0	2.302.395	692.708	362.421	66.054	4.927.074
Outras	243.550	62.378	33.831	376.609	472.818	437.212	910.030	275.230	48.770	41.844	90.614	809.382	3.517.341	486.633	482.319	51.094	6.866.194
Acréscimos e diferimentos	62.452	414.536	463.763	66.278	944.576	652.639	1.597.216	182.681	42.102	91.846	133.948	214.128	5.190.562	745.273	313.737	269.851	8.709.848
Total do Capital próprio, Passivo e Int. minoritários	491.200	1.325.735	1.491.698	5.715.689	8.533.122	3.748.292	12.281.415	842.309	285.009	822.832	1.107.841	2.136.901	28.794.083	6.319.164	5.073.589	494.029	57.540.529



## 8.15. Balanço das EPNF por Sectores – 2002

(Unid: m€)

Rubricas	Com. Social	Gestão de Infraestruturas					Requalificação Urbana					Saúde	Serviços de Utilidade Pública	Transportes	Parpública	Outros	TOTAL
		Transportes				Outras	Soma	Indústria	Prog. Polis	Outras	Soma						
		Aéreas	Portuárias	Ferrovias	Soma												
Imobilizado	166.565	1.042.473	1.364.309	4.659.959	7.066.741	2.298.990	9.365.731	456.721	41.389	378.048	419.437	550.647	21.284.131	5.077.238	1.702.445	336.115	39.359.030
Incorpóreo	100	15.059	3.560	14.452	33.071	5.412	38.483	8.683	16.928	12.637	29.565	986	2.366.154	136.517	0	2.668	2.583.156
Corpóreo	164.544	972.285	1.349.828	4.638.481	6.960.594	2.292.882	9.253.476	417.808	24.206	166.781	190.987	549.660	16.687.647	4.914.654	101	190.912	32.369.789
Investimento financeiro	1.921	55.129	10.921	7.026	73.076	696	73.772	30.230	254	198.631	198.885	1	2.230.330	26.067	1.702.345	142.534	4.406.085
Circulante	335.104	136.307	74.859	463.546	674.712	410.381	1.085.093	383.443	138.041	520.180	658.221	1.331.883	4.930.310	565.408	1.531.338	127.625	10.948.425
Existências	200.870	2.100	774	37.128	40.002	97.919	137.921	168.004	10.273	65.650	75.924	68.210	817.447	30.524	0	41.234	1.540.134
Dívidas de terceiros - m/l prazo	32	0	0	0	0	155	155	30.713	19.557	0	19.557	7.994	328.276	74.528	1.013.314	17.212	1.491.781
Dívidas de terceiros - c/ prazo	92.338	89.580	43.233	419.292	552.105	293.199	845.304	113.911	79.433	408.961	488.394	1.087.068	2.920.867	374.704	452.268	31.862	6.406.715
Tít. neg., dep. bancários e caixa	41.864	44.627	30.852	7.126	82.605	19.108	101.713	70.814	28.778	45.569	74.347	168.611	863.720	85.651	65.757	37.317	1.509.795
Acréscimos e diferimentos	27.769	60.960	25.800	62.129	148.889	352.529	501.418	42.036	39.390	17.931	57.321	26.533	3.012.040	218.565	35.051	63.485	3.984.218
Activo líquido	529.438	1.239.740	1.464.968	5.185.634	7.890.342	3.061.900	10.952.242	882.199	218.820	916.159	1.134.979	1.909.063	29.226.481	5.861.210	3.268.835	527.225	54.291.672
Capital próprio	-952.821	355.948	661.309	2.537.903	3.555.160	1.019.201	4.574.361	51.102	178.591	24.600	203.191	1.220.070	7.611.247	-445.862	2.835.947	62.034	15.159.268
Capital	175.000	179.190	232.000	307.700	718.890	800.439	1.519.329	346.663	181.255	66.051	247.306	903.943	4.697.551	2.901.323	2.000.000	698.879	13.489.993
Ações próprias	0	0	0	0	0	0	0	-1	0	0	0	0	-43.494	0	0	0	-43.495
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	10.112	0	0	0	0	82.006	0	0	58.183	150.301
Prestações suplementares	0	1.475	0	0	1.475	0	1.475	0	0	0	0	0	0	179	0	18.970	20.624
Diferenças de consolidação	-439.841	0	0	0	0	0	0	14.797	0	0	0	0	-580.730	398	0	-74	-1.005.450
Ajust. partes de capital	0	8.444	6.845	-189	15.100	-343	14.757	1.721	0	1.451	1.451	0	7.615	425	40.140	-19.856	46.253
Reservas	0	177.024	589.599	2.842.444	3.609.067	186.627	3.795.694	142.462	1	48.715	48.716	402.864	1.686.813	1.026.546	682.912	16.231	7.802.239
Resultados transitados	-433.657	-17.239	-153.702	-451.810	-622.751	-18.799	-641.550	-374.283	-1.772	-92.323	-94.095	-69.331	1.381.676	-3.849.390	80.875	-641.987	-4.641.742
Result. líquido do exercício	-254.323	7.054	-13.433	-160.242	-166.621	51.277	-115.344	-90.369	-894	707	-187	-17.406	379.810	-525.343	32.020	-68.312	-659.455
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Interesses minoritários	3.240	0	0	0	0	332	332	88.892	0	-8.398	-8.398	0	187.414	-1.902	0	83	269.661
Passivo	1.479.019	883.792	803.659	2.647.731	4.335.182	2.042.367	6.377.549	742.206	40.229	899.957	940.186	688.994	21.427.820	6.308.974	432.888	465.108	38.862.743
Provisões p/ riscos e encargos	151.701	1.704	140.004	23.534	165.242	44.622	209.864	38.615	0	49.535	49.535	9.935	1.464.951	78.020	10.000	47.875	2.060.496
Dívidas a terceiros - m/l prazo	667.812	392.523	147.166	1.725.832	2.265.521	554.006	2.819.527	83.075	180	510.941	511.121	0	7.907.786	3.977.196	231.729	41.503	16.239.748
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	298.246	298.246	0	3.648.552	461.579	231.729	15.958	4.656.064
Empréstimos bancários	518.654	392.516	109.982	1.725.357	2.227.855	543.239	2.771.094	34.559	0	77.538	77.538	0	4.033.278	2.561.719	0	11.314	10.008.155
Outras	149.158	7	37.184	475	37.666	10.767	48.433	48.516	180	135.157	135.337	0	225.956	953.898	0	14.231	1.575.529
Dívidas a terceiros - c/ prazo	520.302	87.233	77.135	851.331	1.015.699	785.010	1.800.709	510.409	23.760	233.394	257.154	511.625	6.450.105	1.225.605	140.943	116.527	11.533.380
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	0	0	100	0	0	0	0	82.968	12.470	0	4.987	100.525
Empréstimos bancários	316.575	33.737	46.245	374.641	454.623	496.535	951.158	296.008	1.098	159.994	161.092	0	3.102.017	826.778	0	71.745	5.725.373
Outras	203.727	53.496	30.890	476.690	561.076	288.475	849.551	214.301	22.663	73.400	96.063	511.625	3.265.120	386.357	140.943	39.795	5.707.482
Acréscimos e diferimentos	139.204	402.332	439.354	47.034	888.720	658.729	1.547.449	110.107	16.289	106.086	122.375	167.433	5.604.978	1.028.153	50.216	259.203	9.029.119
Total do Capital próprio, Passivo e Int. minoritários	529.438	1.239.740	1.464.968	5.185.634	7.890.342	3.061.900	10.952.242	882.199	218.820	916.159	1.134.979	1.909.063	29.226.481	5.861.210	3.268.835	527.225	54.291.672



## 8.16. Balanço das EPNF por Sectores – 2001

(Unid.: m€)

Rubricas	Com. Social	Gestão de Infraestruturas						Requalificação Urbana				Serviços de Utilidade Pública	Transportes	Parpública	Outros	TOTAL
		Transportes				Outras	Soma	Indústria	Prog. Polis		Soma					
		Aéreas	Portuárias	Ferrovíarias	Soma											
Imobilizado	168.912	1.024.258	1.311.437	4.122.257	6.457.951	2.185.835	8.643.786	324.702	18.386	313.317	331.703	18.233.474	5.956.061	1.841.721	2.456.050	37.956.410
Incorpóreo	1.221	10.382	5.523	11.515	27.420	3.888	31.308	5.353	9.081	12.446	21.528	1.603.483	66.546	5.573	64.927	1.799.940
Corpóreo	166.792	946.634	1.294.851	4.109.366	6.350.851	2.181.358	8.532.209	270.569	9.305	104.204	113.509	13.333.500	5.817.656	107.793	2.115.947	30.457.975
Investimento financeiro	899	67.242	11.063	1.375	79.680	588	80.269	48.780	0	196.667	196.667	3.296.490	71.859	1.728.355	275.176	5.698.495
Circulante	312.489	106.101	80.117	427.760	613.978	325.790	939.768	213.805	158.832	612.030	770.862	3.946.183	821.055	2.005.173	551.831	9.561.166
Existências	214.015	1.882	1.454	34.363	37.698	1.088	38.786	66.841	2.014	108.746	110.761	738.826	69.940	119.683	34.171	1.393.023
Dívidas de terceiros - m/l prazo	62	0	0	0	0	155	155	25.860	34.385	0	34.385	237.483	80.790	69.252	24.506	472.493
Dívidas de terceiros - c/ prazo	89.958	86.790	46.415	369.151	502.356	304.228	806.584	67.891	109.610	502.308	611.918	2.372.565	588.787	1.347.990	347.846	6.233.538
Tít. neg., dep. bancários e caixa	8.454	17.429	32.249	24.246	73.924	20.318	94.243	53.213	12.823	976	13.799	597.310	81.538	468.248	145.308	1.462.113
Acréscimos e diferimentos	125.572	73.224	26.265	36.498	135.987	416.965	552.952	28.584	14.939	17.876	32.815	2.110.713	142.409	3.879	192.828	3.189.751
Activo líquido	606.974	1.203.583	1.417.819	4.586.514	7.207.916	2.928.589	10.136.505	567.091	192.157	943.223	1.135.380	24.290.370	6.919.525	3.850.773	3.200.708	50.707.326
Capital próprio	-714.779	364.788	675.223	2.482.159	3.522.170	991.942	4.514.112	175.766	165.205	44.388	209.592	7.946.684	-44.437	2.938.587	840.286	15.865.811
Capital	175.000	179.190	232.000	307.700	718.890	800.439	1.519.329	339.173	167.078	402.750	569.828	4.363.051	3.186.520	2.000.000	917.409	13.070.310
Acções próprias	879	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-33.095	0	0	0	-32.216
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	66.356	0	0	0	82.006	0	0	226.757	375.118
Prestações suplementares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7.482	0	18.962	26.444
Diferenças de consolidação	-447.831	0	0	0	0	0	0	14.797	0	22	22	81.254	35.123	42.786	-28.798	-302.648
Ajust. partes de capital	1.307	7.797	0	-53	7.744	-343	7.401	-8.673	0	-2.155	-2.155	-28.569	375	19.526	2.051	-8.738
Reservas	1.671	162.890	595.464	2.632.120	3.390.474	179.113	3.569.587	87.289	0	48.415	48.415	2.411.016	956.425	671.511	9.472	7.755.386
Resultados transitados	-182.720	-966	-156.225	-337.275	-494.466	-22.121	-516.586	-237.293	-18	-422.614	-422.632	520.560	-3.611.571	-23.239	-282.545	-4.756.026
Result. líquido do exercício	-263.084	15.877	3.984	-120.333	-100.472	34.853	-65.619	-85.882	-1.855	17.970	16.115	550.461	-618.792	228.003	-23.021	-261.818
Dividendos antecipados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Interesses minoritários	4.893	0	0	0	0	6.327	6.327	81.122	0	0	0	274.456	5.972	26	103.991	476.787
Passivo	1.316.859	838.795	742.597	2.104.355	3.685.747	1.930.321	5.616.067	310.202	26.953	898.835	925.788	16.069.231	6.957.990	912.160	2.256.430	34.364.728
Provisões p/ riscos e encargos	155.767	537	144.114	27.968	172.618	33.402	206.020	19.379	0	45.161	45.161	1.575.117	331.852	19.212	71.989	2.424.495
Dívidas a terceiros - m/l prazo	567.545	336.981	111.619	1.539.806	1.988.406	546.650	2.535.056	104.632	4.031	0	4.031	5.397.506	3.799.276	439.198	429.056	13.276.300
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2.688.503	216.996	381.729	20.945	3.308.173
Empréstimos bancários	398.877	336.949	73.784	1.465.541	1.876.275	533.295	2.409.570	44.581	0	0	0	2.576.103	2.168.491	42.411	372.050	8.012.083
Outras	168.668	31	37.835	74.265	112.131	13.355	125.486	60.050	4.031	0	4.031	132.901	1.413.788	15.058	36.062	1.956.045
Dívidas a terceiros - c/ prazo	427.986	95.123	73.889	501.716	670.728	757.034	1.427.762	156.068	18.014	771.317	789.331	5.519.308	2.000.957	264.368	489.751	11.075.529
Empréstimos obrigacionistas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	299.279	299.279	25.145	4.988	0	4.989	334.401
Empréstimos bancários	256.211	29.296	34.971	200.935	265.203	387.095	652.298	86.724	1.360	380.938	382.298	2.762.388	1.253.288	58.939	261.385	5.713.531
Outras	171.775	65.827	38.917	300.781	405.525	369.939	775.464	69.344	16.654	91.100	107.754	2.731.775	742.680	205.429	223.377	5.027.598
Acréscimos e diferimentos	165.561	406.155	412.975	34.864	853.994	593.235	1.447.230	30.124	4.908	82.358	87.265	3.577.300	825.906	189.382	1.265.635	7.588.403
Total do Capital próprio, Passivo e Int. minoritários	606.974	1.203.583	1.417.819	4.586.514	7.207.916	2.928.589	10.136.506	567.091	192.157	943.223	1.135.380	24.290.370	6.919.525	3.850.773	3.200.708	50.707.326

## 8.17. Balanço das EPF – Grupo CGD – 2001-2003

(Unid.: m€)						
Rubricas	Actividade Individual			Actividade Consolidada		
	2001	2002	2003	2001	2002	2003
<b>Disponibilidades</b>	<b>2.787.936</b>	<b>2.660.874</b>	<b>9.888.732</b>	<b>3.003.240</b>	<b>2.883.738</b>	<b>10.111.637</b>
Caixa e disp. Bancos Centrais	1.730.295	1.956.151	9.017.491	1.891.139	2.128.056	9.195.660
Disponibil. à vista s/ I.C.	1.057.641	704.723	871.241	1.112.101	755.682	915.977
<b>Aplicações</b>	<b>52.234.339</b>	<b>53.188.462</b>	<b>54.295.213</b>	<b>55.807.889</b>	<b>56.639.480</b>	<b>57.585.084</b>
Outros créditos s/ I.C.	5.780.830	6.672.221	7.496.239	4.576.136	5.388.778	5.914.824
Créditos sobre clientes	38.481.064	40.338.283	39.895.516	42.393.203	44.366.981	44.093.684
Obrigações e tit. rend. fixo	7.500.886	5.822.017	6.406.226	8.300.179	6.515.797	7.146.913
Títulos próprios	0	0	0	42.558	0	0
Acções e títulos rend. var.	471.559	355.941	497.232	495.814	367.924	429.663
<b>Imobilizado</b>	<b>4.572.992</b>	<b>4.953.192</b>	<b>4.677.199</b>	<b>4.594.958</b>	<b>4.335.520</b>	<b>4.183.990</b>
Participações	2.438.209	2.717.156	2.397.988	0	0	0
Partes de capital emp. coligadas	1.308.087	1.389.686	1.406.307		0	0
Partes de capital emp. assoc.	0	0	0	193.438	336.931	406.070
Partes de capital excl. consolid.	0	0	0	675.687	580.750	665.772
Outras participações financeiras	0	0	0	2.810.562	2.468.337	2.130.493
Imobilizações incorpóreas	49.655	94.620	136.900	55.675	102.226	149.407
Imobilizações corpóreas	777.041	751.730	736.004	859.596	847.276	832.248
(de serviço próprio)	657.779	640.848	617.315	-709.385	-705.412	-686.091
<b>Outras contas do activo</b>	<b>3.725.399</b>	<b>3.245.812</b>	<b>2.928.531</b>	<b>3.098.346</b>	<b>2.722.670</b>	<b>2.291.683</b>
Diferenças de consolidação	0	0	0	0	0	0
Capital Subscrito não realizado	0	0	0	0	0	0
Acções próprias	0	0	0	0	0	0
Outros activos	2.202.635	1.497.317	1.482.381	582.197	700.000	729.107
Contas de regularização	1.522.764	1.748.495	1.446.150	2.516.148	2.022.670	1.562.576
Prejuízo do exercício	0	0	0	0	0	0
<b>Activo líquido</b>	<b>63.320.667</b>	<b>64.048.340</b>	<b>71.789.675</b>	<b>66.504.433</b>	<b>66.581.408</b>	<b>74.172.394</b>
<b>Recursos alheios</b>	<b>56.071.950</b>	<b>56.401.251</b>	<b>63.837.205</b>	<b>58.845.502</b>	<b>59.001.464</b>	<b>66.318.022</b>
Débitos p/ com I.C.	13.660.310	10.732.502	14.424.682	11.387.541	6.904.432	10.741.843
Débitos para com clientes	39.466.157	41.168.731	41.197.294	43.425.050	45.083.857	44.733.024
Débitos represent. por títulos	2.945.483	4.500.018	8.215.229	4.032.910	7.013.175	10.843.155
<b>Exigibilidades diversas</b>	<b>1.914.278</b>	<b>1.933.171</b>	<b>2.072.511</b>	<b>2.527.727</b>	<b>2.400.242</b>	<b>2.502.734</b>
Outros passivos	316.205	309.658	493.579	498.265	486.376	707.070
Contas de regularização	1.177.224	1.180.682	1.182.374	1.524.466	1.393.263	1.345.582
Provisões p/ riscos e encargos	420.849	442.831	396.558	504.996	520.603	450.082
<b>Capitais próprios e equiparados</b>	<b>5.334.440</b>	<b>5.713.918</b>	<b>5.879.959</b>	<b>5.088.646</b>	<b>5.179.702</b>	<b>5.351.638</b>
Fundo Riscos banc. gerais	203.217	115.564	106.800	212.549	120.136	112.061
Passivos subordinados	1.135.538	1.355.628	1.357.241	1.372.003	1.701.416	1.602.220
Capital subscrito	2.450.000	2.450.000	2.450.000	2.450.000	2.450.000	2.450.000
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0
Reservas	1.018.650	1.141.337	1.405.709	363.198	184.173	485.567
Interesses minoritários	0	0	0	37.109	58.842	34.538
Lucro do exercício	527.034	651.389	560.209	653.788	665.135	667.252
<b>Passivo + Situação líquida</b>	<b>63.320.667</b>	<b>64.048.340</b>	<b>71.789.675</b>	<b>66.461.875</b>	<b>66.581.408</b>	<b>74.172.394</b>

## 8.18. Balanço das EPF – Grupo CGD – 2004-2005

(Unid.: m€)

Rubricas	Actividade Individual		Actividade Consolidada	
	2004	2005	2004	2005
Caixa e disp. Bancos Centrais	3.000.722	1.754.356	3.210.680	1.988.900
Disponibilidades em outras I.C.	516.906	402.382	587.257	606.445
Aplicações em I.C.	8.176.407	11.699.379	6.150.163	9.254.701
Activos financeiros detidos para negociação	4.309.373	4.597.931		
Activos financ. ao justo valor através de resultados			7.292.161	7.594.733
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	2.635.955	2.622.959		
Activos financeiros disponíveis para venda	2.366.422	2.152.291	10.002.222	11.104.460
Investimentos associados a produtos "Unit-linked"			30.901	669.222
Derivados de cobertura com reavaliação positiva			146.320	199.186
Investimentos a deter até à maturidade			1.608	34
Créditos a clientes	41.508.644	44.513.495	46.888.765	49.935.931
Derivados de cobertura	146.352	195.977		
Activos não correntes detidos para venda			18.806	92.528
Propriedades de Investimento	5.357	4.656	247.128	311.487
Outros activos tangíveis	693.127	673.942	961.002	987.609
Activos intangíveis	131.396	158.193	183.548	398.655
Invest. em filiais, assoc. e empreendimentos conj.	2.221.163	2.418.170		
Investimentos associados			288.479	308.266
Activos por impostos correntes	68.860	1	75.409	10.613
Activos por impostos diferidos	157.890	232.872	365.339	436.869
Provisões técnicas de resseguro cedido			146.375	231.928
Outros activos	1.963.687	2.221.235	1.758.351	2.329.771
<b>Activo líquido</b>	<b>67.902.262</b>	<b>73.647.840</b>	<b>78.354.514</b>	<b>86.461.338</b>
<b>Passivo</b>	<b>64.228.949</b>	<b>69.661.352</b>	<b>75.036.481</b>	<b>82.136.108</b>
Recursos de I.C. e Bancos Centrais	7.837.407	9.601.355	3.740.084	4.385.863
Recursos de clientes e outros empréstimos	41.937.750	43.192.242	47.863.489	50.161.963
Responsabilidades para com subscritores de produtos			31.098	669.222
Responsabilidades representadas por títulos	8.728.548	8.870.425	12.486.496	11.652.037
Passivos financeiros detidos para negociação	530.826	365.853		
Passivos financeiros associados a activos transferidos		362.220		
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			529.956	352.948
Derivados de coberturas com reavaliação negativa			318.531	414.529
Passivos não correntes detidos para venda				5.541
Derivados de cobertura	324.097	415.099		
Provisões	860.405	920.031	4.993.262	7.934.711
Passivos por impostos correntes	287	66.209		
Passivos por impostos diferidos	28.481	70.349		
Outros passivos subordinados	1.615.405	2.061.804	1.608.352	1.702.298
Outros passivos	2.365.743	3.735.764	3.465.213	4.856.996
<b>Capital Próprio</b>	<b>3.673.313</b>	<b>3.986.488</b>	<b>3.318.033</b>	<b>4.325.230</b>
Capital	2.950.000	2.950.000	2.950.000	2.950.000
Prémios de emissão	300.000	0	300.000	0
Reservas de Reavaliação	301.179	305.945		
Reservas de Justo Valor	0	0	125.835	565.467
Outras Reservas e resultados transitados	-327	379.774	-578.232	-414.469
Interesses minoritários	0	0	297.521	686.565
Lucro do Exercício	122.461	350.770	222.909	537.667
<b>Passivo + Capital Próprio</b>	<b>67.902.262</b>	<b>73.647.840</b>	<b>78.354.514</b>	<b>86.461.338</b>

## 8.19. Balanço do Capital de Risco – 2002-2005

(Unid.: m€)

Rubricas	2002			2003			2004			2005		
	Gestoras	Fundos	TOTAL	Gestoras	Fundos	TOTAL	Gestoras	Fundos	TOTAL	Gestoras	Fundos	TOTAL
<b>Disponibilidades</b>	<b>1.375</b>	<b>1.325</b>	<b>2.700</b>	<b>213</b>	<b>1.712</b>	<b>1.926</b>	<b>160</b>	<b>33.601</b>	<b>33.761</b>	<b>172</b>	<b>47.163</b>	<b>47.335</b>
Caixa e disp. Bancos Centrais	3	0	3	3	0	3	3	0	3	4	0	4
Disponibilidades à vista s/ I.C.	1.373	1.325	2.697	211	1.712	1.923	157	33.601	33.758	168	47.163	47.331
<b>Aplicações</b>	<b>29.645</b>	<b>87.346</b>	<b>116.991</b>	<b>31.453</b>	<b>60.715</b>	<b>92.168</b>	<b>34.783</b>	<b>47.166</b>	<b>81.949</b>	<b>37.558</b>	<b>38.900</b>	<b>76.458</b>
Outros créditos s/ I.C.	24.746	81.937	106.683	25.558	54.290	79.848	28.007	31.131	59.138	30.181	27.224	57.405
Créditos sobre clientes	1.962	3.439	5.400	2.902	6.425	9.327	3.279	16.035	19.314	5.292	11.676	16.968
Obrigações e títulos rend. fixo	0	223	223	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos próprios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Acções e títulos rend. var.	2.938	1.748	4.685	2.993	0	2.993	3.497	0	3.497	2.085	0	2.085
<b>Imobilizado</b>	<b>12.512</b>	<b>45.001</b>	<b>12.512</b>	<b>12.685</b>	<b>63.354</b>	<b>76.039</b>	<b>12.169</b>	<b>59.518</b>	<b>71.687</b>	<b>12.542</b>	<b>115.242</b>	<b>127.784</b>
Participações	10.278	45.001	55.278	10.389	63.354	73.743	9.782	54.487	64.269	8.443	77.813	86.256
Partes de capital emp. coligadas	0	0	0	34	0	34	0	0	0	25	0	25
Partes de capital emp. assoc.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Partes de capital excl. consolid.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras participações financeiras	0	0	0	0	0	0	0	4.813	4.813	0	37.211	37.211
Imobilizações incorpóreas	47	0	47	52	0	52	46	0	46	34	0	34
Imobilizações corpóreas	2.187	0	2.187	2.210	0	2.210	2.341	218	2.559	4.039	218	4.257
(de serviço próprio)	1.871	0	1.871	1.817	0	1.817	1.989	0	1.989	2.792	0	2.792
<b>Outras contas do activo</b>	<b>8.563</b>	<b>32.557</b>	<b>41.120</b>	<b>7.894</b>	<b>38.756</b>	<b>46.650</b>	<b>7.059</b>	<b>13.899</b>	<b>20.958</b>	<b>6.405</b>	<b>13.738</b>	<b>20.143</b>
Diferenças de consolidação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital Subscrito não realizado	0	5.633	5.633	0	5.633	5.633	0	5.633	5.633	0	5.633	5.633
Acções próprias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros activos	7.584	25.253	32.837	7.035	28.802	35.836	6.892	7.031	13.923	6.234	7.174	13.408
Contas de regularização	217	735	951	860	434	1.294	167	324	491	170	382	552
Prejuízo do exercício	762	936	1.698	0	3.886	3.886	0	911	911	0	549	549
<b>Activo líquido</b>	<b>52.095</b>	<b>166.229</b>	<b>218.324</b>	<b>52.246</b>	<b>164.537</b>	<b>216.783</b>	<b>54.171</b>	<b>154.184</b>	<b>208.355</b>	<b>56.676</b>	<b>215.043</b>	<b>271.719</b>
<b>Recursos alheios</b>	<b>5.899</b>	<b>0</b>	<b>5.899</b>	<b>5.255</b>	<b>0</b>	<b>5.255</b>	<b>4.202</b>	<b>0</b>	<b>4.202</b>	<b>3.878</b>	<b>48.000</b>	
Débitos p/ com I.C.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	48.000	48.000
Débitos para com clientes	5.899	0	5.899	5.255	0	5.255	4.202	0	4.202	3.878	0	3.878
Débitos represent. por títulos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exigibilidades diversas</b>	<b>2.240</b>	<b>8.574</b>	<b>10.814</b>	<b>2.371</b>	<b>7.051</b>	<b>9.422</b>	<b>2.540</b>	<b>4.921</b>	<b>7.461</b>	<b>3.094</b>	<b>6.361</b>	
Outros passivos	1.150	7.090	8.241	1.453	4.935	6.388	1.398	2.317	3.715	1.024	3.445	4.468
Contas de regularização	442	127	569	368	1.145	1.513	255	1.080	1.335	1.560	1.780	3.340
Provisões p/ riscos e encargos:	648	1.357	2.005	550	970	1.520	888	1.524	2.412	510	1.136	1.646
<b>Capitais próprios e equiparados</b>	<b>43.955</b>	<b>157.655</b>	<b>201.610</b>	<b>44.621</b>	<b>157.486</b>	<b>202.106</b>	<b>45.427</b>	<b>148.742</b>	<b>194.169</b>	<b>49.704</b>	<b>160.683</b>	<b>210.386</b>
Fundo Riscos banc. gerais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital subscrito	55.000	184.665	239.665	55.000	184.665	239.665	55.000	184.665	239.665	55.000	184.665	239.665
Prémios de emissão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Reservas	954	0	954	965	0	965	1.055	0	1.055	1.236	0	1.236
Interesses minoritários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lucro do exercício	-12.109	-29.870	-41.979	-12.575	-27.946	-40.521	-11.431	-31.065	-42.496	-8.782	-27.804	-36.586
Resultados transitados	111	2.860	2.971	1.231	767	1.998	803	-4.858	-4.055	2.249	3.822	6.071
<b>Passivo + Situação líquida</b>	<b>52.095</b>	<b>166.229</b>	<b>218.324</b>	<b>52.246</b>	<b>164.537</b>	<b>216.782</b>	<b>52.169</b>	<b>153.663</b>	<b>205.832</b>	<b>56.676</b>	<b>215.043</b>	<b>271.719</b>